Tractebel Energia
GDF SUEZ

Tractebel Energia S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 02.474.103/0001-19

TBLE3 NOVO MERCADO BOVESPA BRASIL · ISE Índice de Sustentabilidade Empresarial · igc · itag Índice de Ações com Tag Along Diferenciado · abrasca companhia associada

Senhores Acionistas,

A Administração da Tractebel Energia S.A. ("Tractebel Energia", "Tractebel" ou a "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008. As informações estão apresentadas em milhões de reais e em base consolidada, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Tractebel Energia comemorou 10 anos em 2008, exercício que também ficou marcado por sua consolidação como maior empresa privada de geração de energia elétrica do Brasil. Nessa primeira década de história, passamos por dois ciclos de crescimento, os quais proporcionaram um incremento de 10 usinas às oito iniciais. Atualmente, nosso parque gerador é composto por sete hidrelétricas, seis termelétricas e cinco usinas das chamadas fontes complementares de energia – duas pequenas centrais hidrelétricas, duas eólicas e uma movida a biomassa. Em decorrência dessa expansão, a capacidade instalada própria aumentou 66%, passando de 3.719 MW em 1998 para 6.189 MW neste ano.

No primeiro ciclo de crescimento, encerrado em 2003, o parque se expandiu com a termelétrica William Arjona (localizada no MS) e as hidrelétricas Itá (SC e RS), Machadinho (SC e RS) e Cana Brava (GO), além da Unidade de Co-geração Lages (SC), usina de biomassa cujo combustível é o resíduo da indústria madeireira. Juntos, esses empreendimentos somaram 2.199 MW à nossa capacidade instalada.

Os bons resultados obtidos com as novas usinas, o fluxo de caixa vigoroso e o apoio do nosso controlador, o Grupo GDF SUEZ, nos permitiram iniciar um novo ciclo de crescimento em 2007, com a aquisição da hidrelétrica Ponte de Pedra (MS e MT), e que se estendeu em 2008, com investimentos em fontes complementares de energia. Além de reforçar nosso conhecimento sobre esse segmento, alcançamos a meta de desenvolver 100 MW de energia delas provenientes: concluímos a aquisição das Pequenas Centrais Hidrelétricas Rondonópolis (MT), José Gelazio da Rocha (MT) e Areia Branca (MG) – as duas primeiras já em operação e a terceira com previsão de início de geração para 2009 – e de duas usinas eólicas, Beberibe (CE) e Pedra do Sal (PI), ambas já em atividade.

Estamos desenvolvendo outros três projetos. A inauguração do primeiro deles, a hidrelétrica São Salvador (TO), prevista para fevereiro de 2009, marcará a presença da Tractebel Energia em todas as regiões do país, enquanto que a hidrelétrica Estreito (MA) e a usina de biomassa Destilaria Andrade (SP) tem previsão de início de atividades para 2010. Somados à Areia Branca, eles incrementarão nossa capacidade de geração em 716 MW. Há ainda o projeto Seival, de até 540 MW e adquirido também no ciclo atual, que aguarda momento oportuno para seu início.

O resultado financeiro foi igualmente expressivo em 2008: alcançamos o maior lucro líquido de nossa história, R$ 1.115,2 milhões, 6,6% a mais do que em 2007, apesar da redução da capacidade comercial das termelétricas determinada em portaria. Operacionalmente, mesmo com as usinas termelétricas tendo operado com alta exigência de despacho, o índice de disponibilidade aumentou e atingiu 98,7%, desconsiderando-se as paradas programadas, outro resultado recorde nesses 10 anos de atividades.

Sentimo-nos preparados para enfrentar a crise financeira mundial e dispostos a continuar crescendo e criando valor nos próximos anos: a capacidade comercial, incluindo novas usinas e aquisições de terceiros, está quase totalmente contratada até 2010; o forte fluxo de caixa e os financiamentos do governo por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em especial aqueles que fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), nos permitem manter a expansão e os investimentos nos projetos em desenvolvimento. Além disso, nossa exposição a oscilações cambiais é baixa - menos de 12% da dívida bruta é composta por moedas estrangeiras -, e tende a diminuir ainda mais nos próximos anos.

O bom desempenho econômico da Companhia na última década está intimamente ligado ao nosso comprometimento com o desenvolvimento sustentável. Atuamos sempre respeitando o meio ambiente, que provê os recursos necessários para gerarmos energia elétrica. O foco de nossa atividade pauta-se, assim, no equilíbrio do tripé que nos sustenta: apresentar excelente desempenho econômico, ser socialmente justo e atuar com responsabilidade ambiental. Conduzindo nosso negócio de maneira sustentável, criamos valor para todas as partes interessadas, nossos stakeholders.

O reconhecimento desse compromisso foi evidenciado novamente em 2008 com nossa permanência, pelo quarto ano consecutivo, na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. Adicionalmente, todas as nossas usinas tiveram as certificações NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001 renovadas, com exceção, naturalmente, das recém-adquiridas. Além disso, dentre outros prêmios, por conduzir nossos negócios em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa e demonstrar compromisso com a prestação de contas e com a transparência na gestão, ficamos em primeiro lugar entre As Melhores Companhias para os Acionistas no III Ranking Capital Aberto, que aponta as empresas que mais se destacaram em rentabilidade do negócio, rentabilidade da ação, liquidez, governança corporativa e sustentabilidade.

Durante a última década buscamos árdua e permanentemente inovar, explorar novas oportunidades e expandir nosso parque gerador por todo o país. Neste ano de consolidação, comemoramos os resultados desse empenho e seguimos inspirados a trabalhar com energia para expandir ainda mais as atividades. Nossa vontade de continuar crescendo é forte, bem como o compromisso com a preservação ambiental e com o desenvolvimento social. Agradecemos aos nossos empregados, investidores, clientes, fornecedores e sociedade pela participação, dedicação e confiança na construção dessa história de sucesso.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor-Presidente

Maurício Stolle Bähr
Presidente do Conselho de Administração

Relatório da Administração - 2008

1 PERFIL INSTITUCIONAL

Maior empresa privada de geração de energia elétrica do Brasil, a Tractebel tem sede em Florianópolis, Santa Catarina, e atua há 10 anos na implantação e operação de usinas geradoras e na comercialização de energia elétrica.

A Companhia tem ações negociadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e é controlada pela GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda., subsidiária do grupo franco-belga GDF SUEZ, um dos maiores do mundo nas áreas de energia, água e gestão de resíduos.

Em 10 anos o parque gerador da Tractebel cresceu 66% totalizando 6.189 MW de capacidade instalada própria, por meio de 18 usinas em operação. Sua geração é responsável pelo atendimento de cerca de 6% do consumo de eletricidade nacional. A capacidade leva em conta as usinas operadas integralmente pela Tractebel e a participação de 19,3% da Companhia na Usina Hidrelétrica Machadinho, que tem capacidade total de 1.140 MW, e de 70,0% na Usina Hidrelétrica Itá, com capacidade total de 1.450 MW. Considerando-se as parcelas detidas por outros investidores, a capacidade instalada total do parque operado pela Tractebel é de 7.248 MW. Além das usinas em funcionamento, quatro estão em fase de construção e irão agregar 716 MW à capacidade própria.

2 EXPANSÃO DO PARQUE GERADOR

Em 2008 a Companhia fortaleceu sua posição de liderança no mercado adquirindo seis novas usinas com capacidade instalada total de 290 MW: a Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra (aquisição iniciada em 2007 e concluída em 2008), as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) José Gelazio da Rocha, Rondonópolis e Areia Branca (esta em construção) e as Usinas Eólicas Beberibe e Pedra do Sal. Esses investimentos totalizaram R$ 1.085,8 milhões.

Com a construção de novas usinas - as hidrelétricas São Salvador e Estreito, a termelétrica Destilaria Andrade e a PCH Areia Branca - a Tractebel está expandindo seu parque gerador para todas as regiões do país, com operação nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Ceará, Piauí, Minas Gerais, Tocantins, e Maranhão.

As novas usinas São Salvador (243 MW), Estreito (435 MW e ainda a ser transferida pelo controlador para a Companhia), Destilaria Andrade (18 MW) e Areia Branca (20 MW) irão agregar ao parque gerador 716 MW. Essa soma contempla a participação da Tractebel de 40,1% no consórcio da hidrelétrica Estreito, com capacidade total de 1.087 MW e de 55,4% no consórcio da termelétrica Destilaria Andrade, com capacidade total de 33 MW. Considerando-se a capacidade total das usinas, serão agregados à operação da Tractebel 1.383 MW.

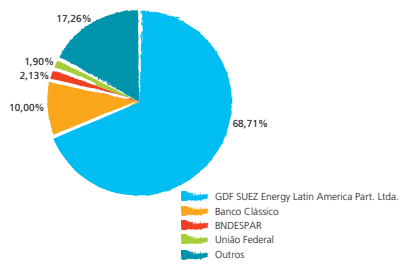
A Companhia mantém os estudos para o desenvolvimento da termelétrica Seival, no Rio Grande do Sul, com potência esperada de 340 MW, voltada para o mercado externo. A demanda de investimento das cinco usinas está estimada em R$ 5 bilhões, podendo ser maior, uma vez que a capacidade máxima permitida é de 540 MW.

2.1. Controle Acionário

Em 31 de dezembro de 2008 o capital social da Companhia totalizava R$ 2.445,8 milhões, composto por 652.742.192 ações ordinárias negociadas regularmente na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código TBLE3. A Companhia possui um programa de ADRs (*American Depositary Receipts*) Nível I, negociados no mercado de balcão norte-americano sob código TBLEY, tendo a relação de um ADR para cada ação ordinária.

A GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. detém o controle acionário com 68,71% do capital.

Controle Acionário



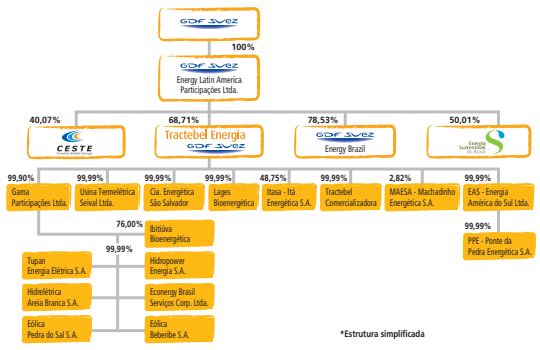
2.2. Estrutura Societária

A GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda., integrante do grupo GDF SUEZ, é a controladora da Tractebel Energia, que, por sua vez, detém o controle direto ou indireto das seguintes empresas: Companhia Energética São Salvador; Lages Bioenergética Ltda.; Seival Participações S.A.; Ponte de Pedra Energética S.A.; Gama Participações Ltda.; e Tractebel Energia Comercializadora Ltda., que intermedeia e opera compras, vendas, importações e exportações de energia elétrica no mercado de livre negociação.

A Companhia possui também participação de 2,82% na Machadinho Energética S.A. (Maesa), e de 19,28% no consórcio de exploração da Usina Hidrelétrica Machadinho.

Adicionalmente, a Tractebel possui o controle compartilhado da empresa que detém a concessão para exploração da Usina Hidrelétrica Itá, a Itá Energética S.A. (Itasa) - com participação de 48,5% - e do Consórcio Itá, responsável pela construção do empreendimento, com 39,5%. Essas participações totalizam a detenção de 70% da Usina Hidrelétrica Itá.

Organograma Societário*



Aquisições de Controladas

Em 29 de abril de 2008 a EAS - Energia América do Sul Ltda. ("EAS"), controlada integral da Companhia, concluiu a aquisição da Ponte de Pedra Energética S.A., que detém a concessão da Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra, pelo montante de R$ 645,0 milhões.

Por meio de sua controlada Gama Participações Ltda. ("Gama"), a Companhia adquiriu em 2008, por aproximadamente R$ 240,9 milhões, a totalidade do capital social da Tupan Energia Elétrica S.A. ("Tupan") e a totalidade do capital social da Hidropower Energia S.A. ("Hidropower"). A Tupan detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Pequena Central Hidrelétrica Rondonópolis, com capacidade instalada de 26,6 MW, em operação comercial desde dezembro de 2007. A Hidropower detém autorização outorgada pela Aneel para explorar a Pequena Central Hidrelétrica Engenheiro José Gelazio da Rocha, com capacidade instalada de 23,7 MW, em operação comercial desde fevereiro de 2007.

Em 22 de dezembro de 2008 a Gama anunciou ainda a aquisição da totalidade do capital social das seguintes empresas: Eólica Beberibe S.A., que detém autorização para explorar o Parque Eólico Beberibe, com capacidade instalada de 25,6 MW; Eólica Pedra do Sal S.A., que detém autorização para explorar o Parque Eólico Pedra do Sal, com capacidade instalada de 17,85 MW; Hidrelétrica Areia Branca S.A. que detém autorização para explorar a Pequena Central Hidrelétrica Areia Branca, com capacidade instalada de 19,8 MW; e Econergy Brasil Serviços Corporativos Ltda., sociedade prestadora de serviços para a implementação dos três ativos de geração anteriormente citados. O preço total das referidas aquisições atingiu R$ 200,0 milhões.

3 AMBIENTE ECONÔMICO

Em 2008 a economia brasileira apresentou um crescimento de 5,6%, apesar do agravamento da crise econômica internacional no último trimestre do ano.

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) sofreu ligeiro aumento, mas manteve-se dentro da meta estabelecida pelo governo, fechando o ano em 5,9%. A redução do ritmo das atividades econômicas e os reajustes nos preços dos alimentos foram os principais responsáveis pela elevação do índice de inflação.

A taxa de juros Selic também apresentou alta e encerrou o ano em 13,75%, aumento de 2,5 p.p. em relação ao ano anterior, interrompendo a trajetória descendente observada desde 2006.

Em relação ao câmbio, apesar dos esforços do Banco Central em diversos leilões de dólares de reserva para evitar uma forte alta, a moeda norte-americana encerrou o ano cotada a R$ 2,33, o que representou uma valorização de 31,3% perante o real.

A produção industrial registrou elevação de 3,1% no ano, reflexo do aumento na produção em 17 setores, com destaque para outros equipamentos de transporte (42,2%), o segmento farmacêutico (12,7%) e minerais não-metálicos (8,3%). As categorias de uso também apresentaram expansão em bens de capital (14,4%), bens de consumo duráveis (3,8%), semi e não-duráveis (1,4%) e bens intermediários (1,6%). A expansão, porém, é menor em 2,9 p.p. quando comparada à de 2007, em consequência da forte desaceleração da atividade industrial no último trimestre do ano.

O nível de emprego na indústria acompanhou a produção industrial e, ao longo de 2008, verificou crescimento de 2,1%. A folha de pagamento na indústria, por sua vez, registrou avanço de 6% em relação a 2007, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O fluxo cambial no país, que considera a soma dos resultados financeiro e comercial, fechou o ano com resultado negativo afetado pela crise, com a saída de US$ 983 milhões, pior resultado desde 2002.

Em meio à turbulência, contudo, o Brasil conquistou posição credora no exterior, pela primeira vez na história, ao fortalecer suas reservas internacionais e quitar sua dívida externa com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Como resultado do equilíbrio das contas públicas, o país passou a ser considerado *investment grade* pelas agências de classificação de risco, o que aumenta a confiança internacional e contribui para atrair novamente investimentos estrangeiros diretos.

4 CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

O consumo faturado no Sistema Interligado Nacional (SIN) em 2008 totalizou 445,4 TWh, indicando aumento de 2,8% em relação ao do ano anterior, conforme dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Esse crescimento foi bastante inferior ao registrado no mesmo período de 2007, que foi de 5,7%.

No primeiro trimestre do ano a redução no ritmo de crescimento da demanda foi decorrente dos elevados preços no mercado de curto prazo e das temperaturas amenas.

No período compreendido entre os meses de maio e setembro a demanda apresentou uma sensível recuperação no crescimento, sendo que em junho, julho e agosto o crescimento em relação aos mesmos meses do ano anterior foi de 5,2%.

No último trimestre do ano verificou-se a desaceleração do crescimento da demanda, decorrência enfim da crise financeira mundial.

5 DESEMPENHO OPERACIONAL

5.1. Disponibilidade

O índice de disponibilidade das usinas operadas pela Tractebel em 2008 alcançou 98,7%, desconsiderando-se as paradas programadas. Esse valor corresponde a um aumento de 0,7 p.p. em relação ao ano anterior e estabelece o recorde histórico da Companhia. Ele é composto pela disponibilidade de 99,6% na geração hidrelétrica e 94,3% na termelétrica. Se consideradas as paradas programadas, a disponibilidade global foi de 96,4% nas hidrelétricas e 88,0% nas termelétricas. Os dados mencionados não contemplam as usinas que foram adquiridas em 2008.

5.2. Produção

Como preâmbulo desse item, cabe lembrar que a Tractebel adquiriu usinas novas e em operação ao longo de 2008.

No acumulado do ano, levando-se em conta somente as usinas pertencentes à Tractebel ao final de 2007, a produção alcançou 33.258 GWh (3.786 MW médios), uma redução de 1,8% em relação aos 33.858 GWh (3.865 MW médios) registrados em 2007. Ainda nos 12M08, agora adicionando-se as usinas incorporadas ao longo do ano, a produção atingiu 34.128 GWh (3.885 MW médios), um acréscimo de 0,8% em relação ao ano anterior, constituindo-se em outro recorde. Ainda levando-se em conta os 12M08, desta feita, porém, contabilizando-se a produção anual antes e depois das respectivas incorporações, as usinas operadas pela Tractebel produziram 34.709 GWh (3.951 MW médios), um acréscimo de 2,5% em relação a 2007.

O detalhamento dos valores acima descritos consta na tabela abaixo:

Produção (em MW médios)**

Usinas	12M07	12M08*	12M08*/ 12M07	12M08**	12M08**/ 12M07	12M08***	12M08***/ 12M07
Hidrelétricas	3.294	3.164	(3,7%)	3.260	(0,8%)	3.304	0,6%
Termelétricas	563	616	9,7%	616	9,7%	616	9,7%
Complementares	8	6	(19,2%)	9	15,6%	31	307,4%
Total	3.865	3.786	(1,8%)	3.885	0,8%	3.951	2,5%

(*) Considera a mesma base de ativos existente em 31/12/2007.
(**) Considera somente o período pós-aquisição pela Tractebel.
(***) Considera os períodos pré e pós-aquisição pela Tractebel.
(****) Em razão de 2008 ser bissexto e 2007 não, os dados de variação envolvendo 12M contemplam o cálculo em GWh, e não MW médios.

Cabe ressaltar que o aumento ou a redução da geração hidrelétrica da Companhia não resulta necessariamente em melhoria ou deterioração de seu desempenho econômico-financeiro no período em análise. A razão é a adoção do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que dilui os riscos de geração hidrelétrica entre os seus participantes.

O aumento da geração termelétrica reduz a exposição ao Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), sendo o inverso também verdadeiro, mantidas todas as outras variáveis.

A capacidade instalada própria da Companhia em 31 de dezembro de 2008 totalizava 6.189 MW, um crescimento de mais de 66% em relação aos 3.719 MW existentes em setembro de 1998, época da aquisição do controle no leilão de privatização.

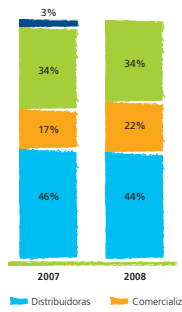
5.3. Clientes

A diversificada carteira de clientes da Tractebel abrange distribuidoras de energia, comercializadoras e clientes livres (majoritariamente grandes consumidores industriais), atendidos por meio de contratos flexíveis no tocante ao volume e à duração. Adicionalmente, no segmento de clientes livres, a Companhia adota a estratégia de diversificação de vendas entre indústrias de diferentes setores da economia.

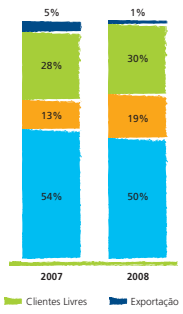
A Companhia mantém um relacionamento estreito com seus clientes, o que possibilita detectar suas necessidades e desenvolver produtos e serviços individualizados que contribuem para a sua fidelização.

Em 2008 a participação dos clientes livres nas vendas físicas da Companhia se manteve estável em relação a 2007, com 33,9%, enquanto que a sua participação na receita operacional bruta relativa às vendas contratadas aumentou 2,1 p.p., alcançando 30,1%.

Participação de Clientes nas Vendas Físicas



Participação de Clientes nas Vendas Contratadas que compõem a Receita Operacional Bruta

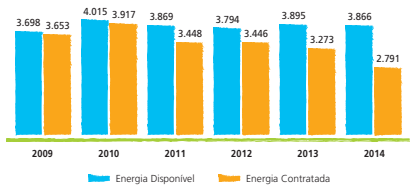


5.4. Balanço de Energia

Com base em previsões do setor, que apontam para um potencial aumento de preço de energia, a Companhia optou por ter parte de sua disponibilidade descontratada a partir de 2011.

De acordo com os dados de capacidade comercial própria e contratos de compra e venda em vigor na data de 31 de dezembro de 2008, o balanço de energia da Tractebel mostra que a Companhia está com sua disponibilidade de energia, incluindo aquisições de terceiros, quase totalmente contratada até 2010.

Balanço de Energia (MW médios)



6 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.1. Principais Indicadores

As informações apresentadas a seguir se encontram em milhões de reais e em base consolidada, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

	2006	2007	2008	Variação 2008/2007
Indicadores Econômicos (R$ milhões)				
Receita Operacional Bruta	3.005	3.365	3.834	13,9%
Receita Operacional Líquida	2.706	3.043	3.441	13,1%
EBITDA[1]	1.595	1.856	2.180	17,5%
Margem EBITDA (%)	58,90	61,00	63,40	2,4 p.p.
Resultado de Serviço – EBIT[2]	1.387	1.620	1.914	18,1%
Resultado Financeiro	(156)	(135)	(324)	140,0%
Lucro Líquido	979	1.046	1.115	6,6%
Indicadores Financeiros (R$ milhões)				
Ativo Total	5.539	6.598	8.342	26,4%
Patrimônio Líquido	2.765	2.817	3.171	12,6%
Investimentos	69	379	1.489	292,4%
Dívida Líquida Ajustada	1.025	1.019	2.559	151,1%
Ações				
Nº de Ações (mil)	652.742	652.742	652.742	0,0%
Lucro (Prejuízo) Líquido por Ação (R$)	1,5001	1,6019	1,7084	6,6%
Preço Médio da Ação – ON (R$)	16,53	20,32	20,99	3,3%
Distribuição de Dividendos (R$ milhões)	930	993	756	-23,9%
Mercado				
Vendas de Energia (GWh)	32.836	32.800	30.661	-6,5%
Vendas de Energia (MW médios)	3.748	3.744	3.491	-6,8%
Corpo Funcional				
Empregados (nº)	905	917	941	2,6%

(1) EBITDA representa: lucro operacional + resultado financeiro + depreciação e amortização.
(2) EBIT representa: lucro operacional + resultado financeiro.

Continua...

VEC – 6COL X 52CM – PÁG. 1
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: VEC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
petran 11 3885.9696
[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_VEC.indd 1 24/3/2009 13:40:59

...Continuação

Relatório da Administração - 2008

Reconciliação do EBITDA:

(valores em R$ mil)	2006	2007	2008	Variação 2008/2007
Resultado Operacional	1.226.977	1.485.338	1.589.520	7,0%
(+/-) Resultado Financeiro	156.208	134.653	324.250	140,8%
(-) Resultado da Equivalência	(300)	-	-	-
(+) Depreciação e Amortização	215.111	235.866	266.383	12,9%
EBITDA	**1.597.996**	**1.855.857**	**2.180.153**	**17,5%**

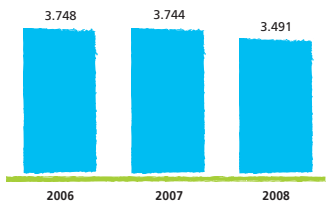
Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as Demonstrações Contábeis.

6.2. Receita Operacional Bruta

No exercício de 2008 a receita operacional bruta alcançou R$ 3.834,1 milhões, 14,0% superior àquela auferida em 2007, que foi de R$ 3.364,7 milhões. A evolução ocorreu em função, substancialmente, do que segue: (i) aumento do preço médio da energia vendida, desconsiderando-se as exportações, em 14,8%, crescendo de R$ 97,84/MWh em 2007 para R$ 112,31/MWh em 2008; (ii) redução de 6,5% na quantidade de energia vendida, passando de 32.800 GWh (3.744 MW médios) para 30.661 GWh (3.491 MW médios), devido à redução da garantia física de determinadas usinas termelétricas imposta pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e à perda da autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para comercialização do lastro referente ao contrato de importação de 300 MW de potência com energia associada da Companhia de Interconexão Energética (CIEN); (iii) crescimento de R$ 256,7 milhões na receita de transações com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), conforme descrito a seguir em item específico; (iv) redução da exportação de energia para a Argentina e o Uruguai em R$ 135,4 milhões, correspondentes a 947,6 GWh; e (v) ingresso de receitas pela venda da energia gerada na Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra (UHPP) no valor de R$ 97,8 milhões, a qual está refletida na composição do preço médio e na variação do volume vendido em 2008 acima mencionadas.

Cabe considerar que, com exceção da UHPP, as receitas decorrentes das usinas adquiridas no ano em análise, ou seja, as Usinas Eólicas Beberibe e Pedra do Sal, e as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) José Gelazio da Rocha e Rondonópolis, não resultaram em efeitos relevantes na receita operacional bruta.

Volume de Vendas (MW médios)



6.2.1. Suprimento de Energia Elétrica

No acumulado de 2008 a receita de suprimento de energia, aquela originária da venda a agentes que não consumidores livres, atingiu R$ 2.754,2 milhões, maior em 13,7% à apresentada no mesmo período do ano anterior, que foi de R$ 2.421,5 milhões, efeito, principalmente, (i) do incremento de 32,4% no preço e de 13,3% na quantidade de vendas a comercializadoras; (ii) da maior receita com transações na CCEE, conforme exposto a seguir em item específico; e (iii) da redução da exportação de energia para Argentina e Uruguai, conforme anteriormente mencionado. Do total da receita de suprimento, R$ 296,0 milhões tiveram origem nas operações na CCEE (R$ 39,2 milhões em 2007) e R$ 2.458,3 milhões resultaram de vendas contratadas de energia (R$ 2.382,3 milhões em 2007).

6.2.2. Fornecimento de Energia Elétrica

A receita anual do fornecimento de energia (venda a consumidores livres) foi de R$ 1.059,5 milhões, aumento de 14,0% quando comparado aos R$ 929,2 milhões faturados em 2007, consequência da redução em 6,9% nas vendas e do crescimento do preço em 21,9%.

6.3. Deduções da Receita Operacional

Em 2008 as referidas deduções alcançaram R$ 393,1 milhões, valor 22,3% superior ao de 2007, que foi de R$ 321,3 milhões. Esse acréscimo se deve, substancialmente, à combinação dos seguintes fatores: (i) crescimento de 13,9% na receita operacional bruta; (ii) aumento do PIS e Cofins, em função do vencimento de contratos de venda que estavam sob o regime de tributação cumulativo, à alíquota de 3,65%, e a sucessiva contratação desta energia sob o regime não cumulativo, à alíquota de 9,25%; e (iii) redução da exportação de energia, sobre a qual não incide ICMS, PIS e Cofins.

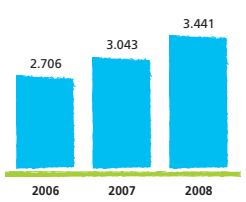
6.4. Receita Líquida de Vendas e Serviços

A receita líquida totalizou R$ 3.441,0 milhões em 2008, 13,1% acima do registrado em 2007, que foi de R$ 3.043,4 milhões.

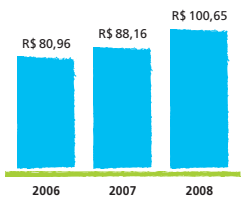
Os aumentos apresentados nesses períodos estão diretamente relacionados ao crescimento da receita operacional bruta e das deduções da receita operacional, conforme anteriormente mencionados.

O preço médio líquido de venda (que expurga ICMS, PIS, Cofins e P&D), desconsiderando-se as exportações, passou de R$ 88,16/MWh, em 2007, para R$ 100,65/MWh, em 2008, representando crescimento de 14,2%, reflexo, substancialmente, do que foi acima comentado, além do incremento dos preços praticados para consumidores livres.

Receita Operacional Líquida (R$ milhões)



Preço Líquido Médio de Venda (por MWh)



6.5. Custos de Energia Elétrica e Serviços

Os custos alcançaram R$ 1.193,5 milhões em 2008, valor 10,9% superior em relação ao valor registrado em 2007, que foi de R$ 1.076,6 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, do comportamento dos principais componentes destacados a seguir:

- **Energia elétrica comprada para revenda:** aumento de R$ 218,9 milhões em 2008, em consequência da ampliação de 25,7% da quantidade de energia comprada para revenda e do aumento de 47,1% do preço médio em decorrência de maiores preços praticados nos novos contratos. Este percentual está em linha com o incremento do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) médio de 2008, aproximadamente 40% maior que o de 2007.
- **Transações no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE:** redução de R$ 136,8 milhões em 2008, conforme comentado a seguir em item específico.
- **Combustíveis para produção de energia elétrica:** redução de R$ 23,0 milhões em 2008, refletindo, principalmente, a combinação dos seguintes fatores: (i) ingresso de R$ 92,4 milhões decorrente do consumo de óleo diesel na Usina Termelétrica William Arjona e Usina Termelétrica Alegrete, em virtude (i.i) do despacho das usinas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) com o objetivo de manter a segurança energética do sistema elétrico do país e devido às baixas afluências verificadas em determinados períodos do ano (esses custos foram compensados pelo aumento da receita na CCEE, conforme a seguir descrito em item específico), e (i.ii) da exportação de energia para a Argentina e Uruguai por meio da usina Alegrete; (ii) queda de R$ 104,1 milhões no consumo do carvão, combustível utilizado na geração de energia para exportação, que foi considerável no ano de 2007 e praticamente inexistente em 2008; e (iii) redução de R$ 14,4 milhões no consumo de gás natural em virtude da suspensão do fornecimento desse combustível à usina William Arjona a partir de 1º de novembro de 2007.
- **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos:** crescimento de R$ 3,8 milhões em 2008, refletindo o reajuste tarifário anual e o ingresso do encargo relativo à geração da UHPP.
- **Depreciação e amortização:** aumento de R$ 27,6 milhões em 2008, em razão, substancialmente, do ingresso da depreciação dos ativos da Ponte de Pedra Energética S.A. (PPESA).

6.6. Detalhamento das Operações na CCEE

Os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta de um agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) são sintetizados em uma fatura única, a receber ou a pagar, exigindo, portanto, o seu registro na rubrica de receita ou na rubrica de despesa. Cabe ressaltar que, em razão de ajustes na estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia, vem se verificando nos últimos anos uma mudança no perfil das faturas mencionadas.

A Tractebel Energia S.A., o agente principal dentre os que fazem parte do consolidado (outros exemplos são a Tractebel Energia Comercializadora e a Lages Bioenergética), em 2007 realizou dois registros na receita e dez registros na despesa, ao passo que em 2008 foram nove registros na receita e três registros na despesa. Tal alternância dificulta a comparação direta dos elementos que compõem cada fatura nos dois anos, sendo essa a razão para a criação do presente tópico. Assim, ele nos permite realizar uma análise das oscilações dos principais elementos, a despeito de terem sido alocados ora na receita ora na despesa, conforme a natureza credora ou devedora da fatura à qual estão vinculados.

Genericamente esses elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo, (i) da aplicação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); (ii) do chamado "risco de submercado"; (iii) do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco (CAR); (iv) da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e (v), naturalmente, da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que, por sua vez, será liquidada ao PLD.

No acumulado de 2008 a receita líquida auferida foi de R$ 251,1 milhões contra uma despesa, no ano anterior, de R$ 142,5 milhões, ou seja, um impacto positivo no resultado de R$ 393,6 milhões entre os anos analisados.

Os efeitos positivos no resultado da Companhia entre os períodos comparados foram resultantes da combinação dos seguintes principais fatores:

a) aprimoramento, em 2008, da estratégia de gerenciamento de portfólio, da qual faz parte a alocação mensal da energia assegurada anual das usinas. Tal estratégia, amparada pela maior volatilidade do PLD, permitiu à Companhia auferir resultados expressivos, principalmente em janeiro e fevereiro de 2008;

b) despacho fora da ordem de mérito das usinas termelétricas William Arjona e Alegrete, substancialmente nos meses de fevereiro e março de 2008, para segurança energética do sistema elétrico brasileiro, por diretriz estabelecida pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). Parte do aumento dessa receita, entretanto, foi compensada com o aumento no custo com o consumo de combustível utilizado na geração dessa energia; e

c) redução da exposição na CCEE em 2008 (ano que, como já mencionado, apresentou PLD médio consideravelmente superior ao de 2007) em relação à do ano anterior, devido principalmente:

(i) adequação da política comercial visando compensar as perdas do lastro da Companhia de Interconexão Energética (CIEN) e da redução das garantias físicas de usinas termelétricas impostas pelo Ministério de Minas e Energia (MME), conforme anteriormente comentados no item referente à receita operacional bruta;

(ii) ao fato de a geração termelétrica a carvão no ano de 2008 ter sido totalmente direcionada ao SIN, enquanto que no ano anterior parte dessa energia foi destinada à exportação;

(iii) à intensificação de compra de energia no 2º semestre de 2008, como parte da estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia; e

(iv) à redução no consumo de clientes industriais verificada principalmente no mês de dezembro de 2008.

6.7. Despesas com Vendas

As despesas com vendas compõem-se, substancialmente, dos encargos de uso e conexão na rede elétrica, e somaram R$ 250,1 milhões em 2008, 15,4% superior a 2007, quando foram de R$ 216,8 milhões. Os aumentos verificados devem-se, basicamente, ao reajuste tarifário anual e, em menor monta, ao ingresso de R$ 10,6 milhões relativos aos encargos incorridos pela Ponte de Pedra Energética S.A. (PPESA).

6.8. Despesas Gerais e Administrativas

No ano de 2008 as despesas gerais e administrativas passaram de R$ 130,1 milhões para R$ 162,3 milhões, evolução de 24,8%, em decorrência, principalmente, do que segue: (i) aumento de R$ 11,6 milhões em serviços de terceiros relativos principalmente a consultorias de gestão, emissão de notas promissórias, novos negócios, recursos humanos, tributárias e legais; (ii) crescimento nas despesas com pessoal de R$ 4,0 milhões devido ao reajuste salarial anual e benefícios adicionais concedidos aos empregados decorrentes do Acordo Coletivo de Trabalho da categoria; (iii) incremento de R$ 3,0 milhões na depreciação e amortização; e (iv) evolução de R$ 12,5 milhões decorrentes de acordos judiciais e contribuições pagos.

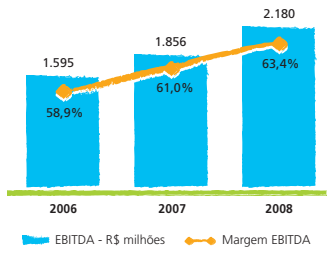
6.9. Outras Receitas Operacionais - Recuperação de PIS e Cofins

No exercício de 2008, mais precisamente no primeiro trimestre, a Companhia reconheceu receita não recorrente de R$ 76,4 milhões, relativa à recuperação de PIS e Cofins recolhidos indevidamente em períodos anteriores. Este montante refere-se, substancialmente, aos referidos impostos pagos sobre os valores relativos à recuperação do consumo dos combustíveis fósseis adquiridos com recursos da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que, de acordo com a orientação contida em despacho da Aneel, a partir de novembro de 2005 deixaram de ser reconhecidos como receita operacional e passaram a ser contabilizados em conta retificadora de custo da produção de energia elétrica.

6.10. EBITDA e Margem EBITDA

Refletindo os efeitos anteriormente comentados, o EBITDA em 2008 alcançou R$ 2.180,2 milhões, um aumento de 17,5% em relação aos R$ 1.855,9 milhões registrados em 2007. Enquanto a margem EBITDA em 2007 foi de 61,0%, no ano em análise foi de 63,4%.

EBITDA e Margem EBITDA (R$ milhões e %)



6.11. Resultado Financeiro

6.11.1. Receitas financeiras

As receitas financeiras em 2008 cresceram R$ 22,5 milhões, em função, substancialmente, do que segue: (i) aumento de R$ 16,5 milhões na renda de aplicações financeiras, já incluindo o valor de R$ 4,5 milhões referentes à receita gerada pelas aplicações financeiras da PPESA; (ii) crescimento da variação monetária sobre depósitos vinculados a litígios, no valor de R$ 2,9 milhões, em razão da variação dos índices de atualização e do maior volume de depósitos realizados; e (iii) incremento de R$ 2,1 milhões na variação monetária sobre contas a receber de longo prazo.

6.11.2. Despesas financeiras

As despesas financeiras tiveram crescimento de R$ 212,1 milhões em relação ao ano de 2007 em razão, principalmente, da combinação dos efeitos a seguir descritos: (i) aumento de R$ 113,2 milhões na despesa não realizada de variação cambial de empréstimos e financiamentos, líquida de R$ 21,5 milhões de receita de operação de *hedge* cambial, ainda existente em 2007, devido à substancial valorização do dólar e do euro frente ao real; (ii) acréscimo de R$ 62,6 milhões nos encargos de empréstimos, financiamentos, debêntures e da concessão Aneel, decorrente, substancialmente, dos encargos de R$ 33,1 milhões sobre empréstimo na modalidade notas promissórias, contratado em abril de 2008, e de R$ 37,3 milhões sobre os empréstimos e financiamentos da PPESA; (iii) aumento de R$ 49,7 milhões na variação monetária de dívidas, devido, principalmente, à expressiva apreciação do IPCA e do IGPM em 2008 (5,9% e 9,8%, respectivamente) e ao ingresso de R$ 15,9 milhões da variação monetária sobre a concessão Aneel da PPESA; e (iv) redução de R$ 19,4 milhões nas despesas com CPMF.

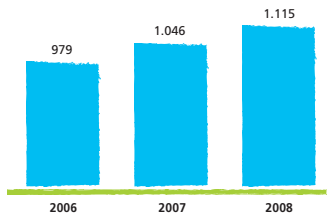
6.12. Imposto de Renda e Contribuição Social

No exercício de 2008 houve um acréscimo de R$ 34,7 milhões em comparação com o ano anterior, devido, principalmente, ao crescimento do resultado antes dos tributos.

6.13. Lucro Líquido

No exercício de 2008 o lucro líquido atingiu R$ 1.115,2 milhões, 6,6% superior ao do ano anterior, que foi de R$ 1.045,6 milhões, representando R$ 1,7084 por ação. Para efeito de comparação, excluindo-se os efeitos, líquidos de impostos, decorrentes do incremento da variação cambial não realizada de R$ 74,7 milhões e da redução do resultado da exportação de R$ 35,9 milhões, entre os anos comparados, bem como a receita decorrente da recuperação de PIS e Cofins de R$ 50,4 milhões, no ano de 2008, o lucro do ano em análise teria crescido em 13,2%.

Lucro Líquido (R$ milhões)



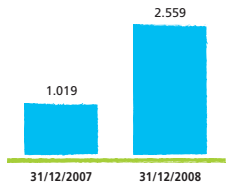
6.14. Endividamento

Em 31 de dezembro de 2008 a dívida líquida (dívida total menos caixa e equivalentes) da Companhia era de R$ 2.558,6 milhões, 151,1% superior aos R$ 1.019,1 milhões registrados em 31 de dezembro de 2007.

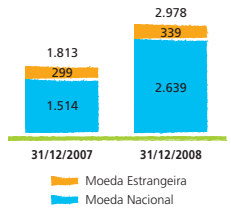
A dívida bruta total consolidada, representada principalmente por empréstimos, debêntures, notas promissórias e financiamentos, totalizava R$ 2.978,6 milhões em 31 de dezembro de 2008, um incremento de 64,3% comparativamente à posição de 31 de dezembro de 2007. Do total da dívida no final do período, 11,4% eram em moeda estrangeira (16,5% no final de 2007), parcela que não estava sujeita a instrumentos de *hedge*.

O acréscimo do endividamento da Tractebel está relacionado, principalmente, aos seguintes fatores: (i) emissão de R$ 400,0 milhões em notas promissórias, realizada em abril de 2008, com o objetivo de auxiliar a viabilização do plano de investimentos da Companhia; (ii) ingresso de R$ 294,2 milhões relativos aos empréstimos da PPESA; (iii) ingresso de R$ 92,6 milhões relativos aos empréstimos das PCHs Rondonópolis e José Gelazio da Rocha, cujas aquisições foram concluídas em 5 de dezembro de 2008; (iv) saque junto ao BNDES e seus agentes financeiros no valor total acumulado de R$ 160,4 milhões em 2008, a fim de fazer frente aos investimentos na Usina Hidrelétrica São Salvador; e (v) ingresso de R$ 186,9 milhões relativos aos empréstimos contratados pelas eólicas Beberibe e Pedra do Sal e PCH Areia Branca, cujas aquisições foram comunicadas ao mercado em 22 de dezembro de 2008.

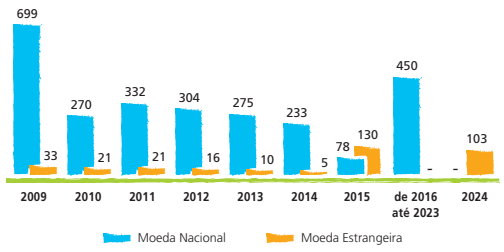
Evolução da Dívida Líquida (R$ milhões)



Composição da Dívida Bruta (R$ milhões)



Cronograma de Vencimento da Dívida (R$ milhões)



7 INVESTIMENTOS

7.1. Manutenção, Revitalização e Ampliação do Parque Gerador

Em 2008 R$ 288,5 milhões foram direcionados à construção da Usina Hidrelétrica São Salvador – dos quais R$ 68,5 milhões correspondentes a crédito de PIS/Cofins acumulados até 31 de dezembro de 2008 –, R$ 10,2 milhões à construção da Usina Termelétrica Destilaria Andrade, R$ 33,3 milhões à construção da Usina Eólica Pedra do Sal e da PCH Areia Branca e R$ 71,1 milhões aos projetos de manutenção e revitalização das usinas, totalizando R$ 403,1 milhões.

Adicionalmente, foram investidos no ano R$ 885,8 milhões em aquisições, sendo R$ 644,9 milhões para a Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra e R$ 240,9 milhões para as PCHs José Gelazio da Rocha e Rondonópolis.

Além disso, a Companhia anunciou em 22 de dezembro de 2008 a aquisição de três ativos de geração oriundos de fontes complementares – as Usinas Eólicas Beberibe e Pedra do Sal e da PCH Areia Branca – por R$ 200,0 milhões, cujo pagamento está previsto para janeiro de 2009.

Dessa forma, considerando-se os valores destinados à construção e aquisição de usinas, a Companhia em 2008 investiu R$ 1.488,9 milhões, valor 292,4% superior aos R$ 379,4 milhões registrados em 2007.

7.2. Pesquisa e Desenvolvimento

Como forma de buscar soluções sustentáveis para suas operações e interagir com as instituições e fundações de ensino e pesquisa locais, a Tractebel desenvolve seu programa anual de pesquisa e desenvolvimento, conforme determinação da Aneel, no qual em 2008 foram investidos R$ 20,0 milhões em diversos projetos, nas seguintes áreas de criação e investimento:

- eficiência energética;
- fonte renovável ou alternativa de geração de energia elétrica;
- meio ambiente;
- qualidade e confiabilidade;
- planejamento e operação de sistemas elétricos;
- supervisão, controle e proteção de sistemas elétricos;
- medição e faturamento; e
- novos materiais e componentes.

8 GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Tractebel conduz seus negócios em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa, compromissada com a prestação de contas e com a transparência na gestão. Como reconhecimento dessa postura, em 2008 a Companhia ficou em 1º lugar entre As Melhores Companhias para os Acionistas no III Ranking Capital Aberto, realizado pela revista Capital Aberto, que aponta as empresas que mais se destacaram em rentabilidade do negócio, rentabilidade da ação, liquidez, governança corporativa e sustentabilidade.

As ações da Tractebel Energia são negociadas no Novo Mercado, segmento da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros composto por companhias empenhadas em adotar práticas de governança corporativa adicionais às exigidas pela legislação brasileira.

Sua estrutura de controle interno foi adequada aos regulamentos da Sarbanes-Oxley (SOX), lei norte-americana voltada às companhias de capital aberto que visa à criação de mecanismos confiáveis de auditoria e segurança das informações para garantir a veracidade do conteúdo dos relatórios financeiros.

O Conselho de Administração é composto por nove membros efetivos, sendo dois membros independentes e um representante dos empregados. A Diretoria Executiva possui sete membros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandatos de três anos, sendo permitida a reeleição. Três membros compõem o Conselho Fiscal, podendo ter no mínimo três e no máximo cinco membros, sendo um deles indicado pelos acionistas minoritários.

A Tractebel Energia é estruturada em oito comitês que contribuem em áreas específicas do negócio e cujas ações estão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração, sendo eles os Comitês de Energia, de Gerenciamento de Risco, Financeiro, de Planejamento Tributário, de Ética, de Inovação, de Sustentabilidade e Estratégico.

8.1. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária da Companhia tem direito de voto em assembléia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos; de participar da distribuição de lucros ou outras distribuições a acionistas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações. De acordo com o regulamento do Novo Mercado, as ações ordinárias podem ser incluídas em oferta pública de ações, em decorrência da alienação do controle da Companhia, recebendo, no mínimo, 100% do preço pago por ação ordinária do bloco de controle.

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social, em virtude de estar listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

8.2. Política de Divulgação de Informações

A Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Ações da Tractebel Energia atende às regras de transparência e às exigências dos órgãos reguladores do mercado financeiro, como o Banco Central, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a BM&FBOVESPA. A Companhia divulga fatos relevantes conforme a Instrução nº 358/02 da CVM, que exige a disponibilização de dados sobre seus negócios de forma a dar aos investidores tempo hábil para a tomada de decisão. As divulgações de resultados trimestrais, os fatos relevantes, os *earnings releases*, os relatórios anuais, os documentos arquivados na CVM, as políticas e práticas da Companhia e outras informações institucionais estão disponíveis no *site* de Relações com Investidores (www.tractebelenergia.com.br).

8.3. Código de Ética e Regimento Interno do Conselho de Administração

O Código de Ética da Tractebel está em sua segunda versão e reafirma os valores corporativos e as normas de conduta exigidas de seus colaboradores e parceiros pela Companhia, esclarece questões de comportamento ético e define princípios a serem observados no relacionamento com os públicos que interagem com a Tractebel. O documento está alinhado aos valores e princípios da GDF SUEZ e está disponível no site da Companhia (www.tractebelenergia.com.br).

Além disso, com base em documento similar utilizado por seu controlador, a Tractebel Energia elaborou e implantou o Regimento Interno do Conselho de Administração.

9 MERCADO DE CAPITAIS

A Tractebel Energia possui ações ordinárias negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA sob o código TBLE3. Suas ações integram o Índice de Governança Corporativa Diferenciada (IGC), o Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG) e, pelo quarto ano consecutivo, foram selecionadas para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). A Companhia negocia ainda ADRs (*American Depositary Receipts*) Nível 1 no mercado de balcão norte-americano sob o código TBLEY, sendo a relação de um ADR para cada ação ordinária.

O ano de 2008 foi conturbado para a economia mundial. O agravamento da crise internacional atingiu o setor bancário e os mercados monetário e de capitais, que registraram quedas significativas. O crescimento observado nas grandes economias sofreu forte desaceleração, alguns países entraram em recessão e, no Brasil, o dólar apresentou forte alta no decorrer do ano. Nesse cenário, o Ibovespa encerrou 2008 com declínio de 41,2% acompanhado da perda de 11,6% do Índice do Setor Elétrico (IEE). As ações da Tractebel, seguindo o comportamento observado no mercado, também encerraram o ano em queda: 12,9%.

Continua...

VEC – 6COL X 52CM – PÁG. 2
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: VEC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_VEC.indd 2 24/3/2009 13:41:47

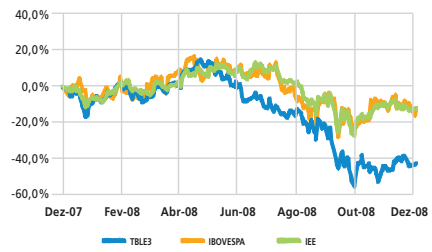
...Continuação

Relatório da Administração - 2008

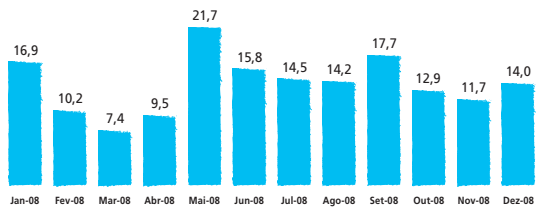
Os papéis da Companhia registraram presença em 100% dos pregões da BM&FBOVESPA em 2008, e o volume médio diário de negociação no ano em análise foi de R$ 14,2 milhões, 25,8% acima dos R$ 11,3 milhões registrados em 2007.

Em 31 de dezembro de 2008 os papéis estavam cotados a R$ 18,55/ação, representando um valor de mercado da Companhia equivalente a R$ 12,1 bilhões.

Desempenho das Ações da Tractebel em 2008
Base 100 em 31/12/07



Volume Médio Diário das Negociações com TBLE3
(R$ milhões)



9.1. Relações com Investidores

O departamento de Relações com Investidores é responsável pela divulgação de informações sobre o desempenho da Companhia por meio de eventos, como o da Associação dos Analistas e Profissionais do Mercado de Capitais (Apimec), bem como por teleconferências e visitas às centrais geradoras, através do programa Por Dentro da Tractebel. Adicionalmente, participa constantemente de conferências e seminários dos principais bancos de investimento e corretoras, promovendo assim o acesso necessário do público investidor às informações da Companhia. Os canais de contato com os investidores e analistas de mercado são o *site* de relações com investidores, o telefone do departamento (48 3221-7221) e as reuniões diretas.

10 RECURSOS HUMANOS

As políticas de recursos humanos da Tractebel guiam a atuação da Companhia na busca de um ambiente de trabalho ético, justo e responsável que garanta condições de desempenho, desenvolvimento e reconhecimento aos empregados. Para manter essa estrutura e sustentar sua estratégia de negócio, a Companhia investe continuamente no desenvolvimento de programas de comunicação que fortalecem atitudes e comportamentos alinhados à cultura organizacional.

De dois em dois anos é realizada uma pesquisa de clima organizacional a fim de estreitar a relação de confiança entre a Companhia e seus empregados e aprimorar a estrutura e os programas de recursos humanos. Na última pesquisa, realizada em 2007, 88% dos empregados consideraram a Tractebel uma das melhores empresas para se trabalhar, uma melhoria de oito p.p. em relação à anterior. A partir da última pesquisa foram desenvolvidas diversas ações para aprimorar os pontos insatisfatórios apontados em 2007 e melhorar o resultado obtido. No ano de 2008 a Companhia ficou entre as 50 melhores empresas em gestão de pessoas no ranking Valor Carreira do Jornal Valor Econômico.

Os serviços oferecidos pela Companhia demandam mão-de-obra especializada e exigem um quadro de profissionais altamente qualificados, sendo que 36% dos funcionários tem formação universitária e 38% o segundo grau técnico.

Nessa linha, o Programa de Sucessão, desenvolvido pela Tractebel, objetiva a manutenção de um corpo funcional sempre atualizado e qualificado, e abrange a contratação de novos empregados e a condução de um programa de desligamento voluntário vinculado à preparação de sucessores, com datas de saída programadas pela Companhia.

No final de 2008 a Tractebel contava com 941 empregados: 819 homens e 122 mulheres. Durante o ano foram admitidos 61 e desligados 37.

A Tractebel Energia possui Acordos Coletivos de Trabalho assinados com sindicatos que representam seus empregados, em conformidade com as diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e inclui temas como reajuste salarial, planos de previdência, benefícios, segurança e saúde, equipamentos de proteção, treinamento e educação.

10.1. Saúde e Segurança

A Tractebel adota práticas e programas voltados à saúde e segurança no trabalho tanto para os empregados próprios quanto para os de empresas de serviços terceirizados.

Em 2008 houve um acidente de trabalho fatal com empregado de empresa terceirizada ocorrido nas instalações da Tractebel Energia. A taxa de freqüência foi de 3,2 e a taxa de gravidade de 0,08 para um total de 4.992.528 horas trabalhadas no ano por empregados próprios e de empresas de serviços terceirizados. A Companhia busca constantemente aprimorar sua política de saúde e segurança, além de buscar conscientizar os empregados para a melhoria desses índices.

Anualmente um check-up médico é realizado por todos os empregados, que, além disso, possuem um plano individual de saúde que estabelece metas associadas, por exemplo, a peso e nível de colesterol, com base nos resultados dos exames.

10.2. Benefícios

São oferecidos a todos os empregados e seus dependentes um auxílio à recuperação da saúde, que cobre as áreas médica, odontológica, farmacêutica e psicológica.

A Tractebel oferece também seguro de vida em grupo, cobertura para incapacidade e invalidez, licença-maternidade e paternidade, auxílio-creche e alimentação, previdência privada e auxílio no atendimento a portadores de necessidades especiais.

O plano de previdência privada da Companhia é administrado pela PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar, e tem a participação de 94,3% dos empregados, em sua grande maioria em plano de contribuição definida. Em 2008 a Companhia repassou R$ 57,6 milhões para este plano.

A Companhia também patrocina, na Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), cerca de 2.200 dos ex-empregados aposentados que são de sua responsabilidade e que optaram por não fazer parte do plano da Tractebel Energia na PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar.

10.3. Treinamento e Desenvolvimento

A Companhia possui programa de treinamento e desenvolvimento, além de oferecer auxílio à formação educacional em diferentes níveis acadêmicos. Em 2008 a média de treinamento por empregado foi de 72,4 horas/homem.

O Programa de *Trainees* da Tractebel, desde 2000, identifica, desenvolve, investe e qualifica novos talentos formando vários colaboradores que hoje atuam na Companhia em diversas áreas.

10.4. Remuneração e Participação nos Resultados

A política de remuneração da Companhia está alinhada às práticas de mercado e é monitorada por meio de pesquisas salariais.

Em 2008, foram distribuídos aos empregados R$ 13,4 milhões como participação nos lucros do exercício anterior. A distribuição é proporcional à remuneração e leva em conta o desempenho individual e o alcance das metas previamente estabelecidas.

11 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Como geradora de energia elétrica, insumo necessário ao desenvolvimento econômico e social, a Tractebel reconhece os impactos de suas atividades e ações no meio ambiente e nas comunidades. Por isso, pauta sua gestão nas premissas do desenvolvimento sustentável e balanceado entre as dimensões econômica, social e ambiental.

A gestão ambiental da Companhia tem como estratégia utilizar programas e ferramentas que permitam identificar e administrar os impactos gerados e, assim, procura minimizá-los por meio de melhorias operacionais e do controle dos riscos.

Para alcançar esses resultados na busca pelo desenvolvimento sustentável, a gestão socioambiental da Companhia é guiada por quatro diretrizes:

- operacional: maximizar a geração de energia observando o planejamento do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), preservando as condições ambientais e garantindo a segurança dos aproveitamentos;
- ambiental: gerar energia em observância às normas de segurança, ao uso racional dos recursos naturais e à preservação do patrimônio público;
- patrimonial: utilizar estritamente as áreas necessárias aos empreendimentos, realocar áreas remanescentes para uso social e ambiental, detectando e impedindo seu uso irregular; e
- relacionamento com a sociedade: participar da vida das comunidades localizadas nas áreas de influência dos empreendimentos, procurando identificar e satisfazer suas expectativas, disponibilizando mecanismos de comunicação abertos e permanentes.

As operações contam com o Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Meio Ambiente, que mantém mecanismos e procedimentos operacionais adequados à gestão de cada uma das usinas, levando em conta as especificidades (hidrelétricas ou termelétricas) e as características socioambientais de cada região.

Nas hidrelétricas, a Tractebel monitora e controla o uso de recursos naturais e desenvolve ações para mitigar ou compensar os impactos decorrentes do uso dos reservatórios de suas usinas hidrelétricas. Os principais monitoramentos e controles nas usinas termelétricas concentram-se na qualidade do ar, no volume e qualidade dos efluentes líquidos e resíduos sólidos.

Com isso, todas as usinas de geração de energia operadas pela Tractebel estão regularizadas nos órgãos ambientais competentes e, com exceção das recém-adquiridas, possuem as certificações internacionais ISO 9001:2000 e ISO 14001:2004, cumprindo o disposto em seus Códigos de Ética e de Meio Ambiente e atendendo às expectativas de seus *stakeholders*.

A Unidade de Co-geração Lages, por atender aos requisitos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) estabelecido pelo Protocolo de Kyoto, é certificada e registrada junto ao comitê executivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC).

Com isso, as emissões de gases que a operação da usina evita são reconhecidas globalmente como créditos de carbono e possibilita sua comercialização.

A usina obtém créditos de carbono ao gerar energia a partir de resíduos da indústria madeireira da região, evitando a emissão de gás metano que seria liberado com a decomposição da madeira e contribuiria com o aumento do efeito estufa. Já foram vendidas 750.000 toneladas de Reduções Certificadas de Emissões (RCEs), volume que representa 40% do total de RCEs a serem emitidas, e que deverá ser entregue ao Prototype Carbon Fund (PCF) em parcelas anuais até 2013. Em 2008 a Companhia vendeu créditos de carbono no valor de R$ 10,0 milhões, gerados pela Unidade de Co-geração Lages e já emitidos pelo Comitê Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo da ONU, para a empresa Bunge Emissions Fund Limited.

A Tractebel também atua em projetos sociais e culturais por meio de diversos programas nas áreas de educação, voluntariado, cidadania, desenvolvimento cultural, melhoria e educação ambiental, geração de emprego e renda e inserção no mercado de trabalho.

Esse comprometimento e atuação da Companhia em linha com o desenvolvimento sustentável resultaram, pelo quarto ano consecutivo, na sua permanência no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA, uma carteira de ações composta por ações de empresas comprometidas com práticas de sustentabilidade e que apresentam os melhores desempenhos com relação à eficiência econômica, responsabilidade socioambiental e governança corporativa.

O Comitê de Sustentabilidade da Tractebel Energia desenvolve o sistema pró-ativo de responsabilidade socioambiental e assegura a transparência das ações e o uso ético dos recursos aplicados.

12 AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme o disposto no Artigo 2º da Instrução CVM nº 381/03, a Tractebel Energia informa que os auditores independentes da Companhia e de suas controladas, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2008.

13 AGRADECIMENTOS

A Tractebel Energia agradece a todos seus empregados, clientes, fornecedores, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia nesses 10 anos de existência.

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora 2008	Controladora 2007	Consolidado 2008	Consolidado 2007
ATIVO CIRCULANTE					
Numerário disponível		8.761	6.694	25.389	25.170
Aplicações financeiras	4	309.859	565.061	394.616	768.921
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	371.041	323.171	387.579	349.906
Dividendos a receber de controladas		9.000	91.006	-	-
Alienação de bens e direitos	9	17.448	-	17.448	-
Tributos e contribuições sociais a compensar	6	17.069	8.285	27.035	11.169
Almoxarifado		57.749	49.289	58.788	50.068
Cauções e depósitos vinculados		-	18.375	1.414	19.785
Ativo fiscal diferido	7	13.642	12.091	14.488	12.160
Outros		34.463	26.906	31.480	27.172
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		**839.032**	**1.100.878**	**958.237**	**1.264.351**
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Tributos e contribuições sociais a compensar	6	22.613	21.208	106.682	24.183
Cauções e depósitos vinculados		-	-	25.162	32.330
Depósitos judiciais	19	159.906	126.357	161.005	150.679
Alienação de bens e direitos	9	68.469	81.315	68.469	81.315
Ativo fiscal diferido	7	201.673	201.371	208.431	204.015
Outros		7.913	7.024	18.040	7.024
		460.574	**437.275**	**587.789**	**499.546**
Permanente					
Investimentos	10	1.604.629	1.156.481	30.812	30.812
Imobilizado	11	3.414.337	2.725.218	6.638.263	4.724.611
Intangível	12	19.840	2.185	126.715	72.081
Diferido		-	-	-	6.689
		5.038.806	**3.883.884**	**6.795.790**	**4.834.193**
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		**5.499.380**	**4.321.159**	**7.383.579**	**5.333.739**
TOTAL		**6.338.412**	**5.422.037**	**8.341.816**	**6.598.090**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora 2008	Controladora 2007	Consolidado 2008	Consolidado 2007
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	14	149.029	229.708	212.367	273.911
Dividendos e juros sobre o capital próprio	24	154.497	532.997	154.497	532.997
Empréstimos e financiamentos	15	512.519	71.255	671.913	121.024
Debêntures	16	50.111	32.138	60.591	56.560
Tributos e contribuições sociais	17	370.548	271.724	404.108	341.396
Obrigações estimadas		36.559	32.713	37.759	33.073
Obrigações com o programa de pesquisa e desenvolvimento	18	55.037	38.820	60.270	46.574
Provisão para contingências	19	10.140	10.134	10.262	10.336
Benefícios pós-emprego	21	21.642	18.450	21.642	18.450
Partes relacionadas	30	-	-	221.306	-
Outros		44.621	37.793	57.719	45.475
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		**1.404.703**	**1.275.732**	**1.912.434**	**1.479.796**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Exigível a Longo Prazo					
Empréstimos e financiamentos	15	403.363	345.302	1.580.325	970.731
Debêntures	16	632.984	560.302	665.744	664.919
Provisões para contingências	19	71.512	63.229	75.750	68.040
Concessões a pagar	20	285.782	-	556.683	234.188
Benefícios pós-emprego	21	321.800	310.333	321.800	310.333
Passivo fiscal diferido	22	36.535	36.535	38.135	36.535
Outros		10.945	13.751	20.157	16.695
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**1.762.921**	**1.329.452**	**3.258.594**	**2.301.441**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	23	2.445.766	2.445.766	2.445.766	2.445.766
Reservas de capital	23	91.695	91.695	91.695	91.695
Reservas de lucros	23	633.327	279.392	633.327	279.392
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**3.170.788**	**2.816.853**	**3.170.788**	**2.816.853**
TOTAL		**6.338.412**	**5.422.037**	**8.341.816**	**6.598.090**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações dos Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2008	Controladora 2007	Consolidado 2008	Consolidado 2007
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Fornecimento de energia elétrica		383.042	343.794	1.059.455	929.246
Suprimento de energia elétrica		2.680.941	2.543.455	2.754.241	2.421.532
Outras receitas		23.931	19.719	20.421	13.938
		3.087.914	**2.906.968**	**3.834.117**	**3.364.716**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL					
PIS e COFINS		(194.057)	(149.365)	(261.355)	(199.336)
ICMS		(68.308)	(61.103)	(103.515)	(95.260)
ISS		(357)	(377)	(373)	(377)
Pesquisa e desenvolvimento		(25.350)	(22.563)	(27.830)	(26.316)
		(288.072)	**(233.408)**	**(393.073)**	**(321.289)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**2.799.842**	**2.673.560**	**3.441.044**	**3.043.427**
CUSTOS DE ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇOS					
Energia elétrica comprada para revenda		(166.619)	(394.651)	(486.567)	(267.652)
Transações no âmbito da CCEE		(40.988)	(177.412)	(44.909)	(181.709)
Custo de produção de energia elétrica	25	(558.923)	(526.372)	(650.948)	(616.376)
Custo dos serviços prestados	25	(11.077)	(10.830)	(11.077)	(10.830)
		(777.607)	**(1.109.265)**	**(1.193.501)**	**(1.076.567)**
LUCRO BRUTO		**2.022.235**	**1.564.295**	**2.247.543**	**1.966.860**
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	25	(216.627)	(179.038)	(250.083)	(216.757)
Despesas gerais e administrativas	25	(145.517)	(113.716)	(162.319)	(130.121)
Reversão (Constituição) de provisões operacionais, líquida	26	3.394	(258)	480	(2.229)
Recuperação de PIS e COFINS	27	76.431	-	76.431	-
Ganhos em ações judiciais		2.595	3.700	2.595	3.700
Outras despesas operacionais, líquidas		(937)	(1.507)	(877)	(1.462)
		(280.661)	**(290.819)**	**(333.773)**	**(346.869)**
Resultado do serviço		**1.741.574**	**1.273.476**	**1.913.770**	**1.619.991**
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	10	54.698	185.838	-	-
Amortização de ágio	10	(3.031)	(6.747)	-	-
		51.667	**179.091**	**-**	**-**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	28	110.095	82.025	123.136	100.602
Despesas financeiras	28	(348.034)	(144.527)	(447.386)	(235.255)
		(237.939)	**(62.502)**	**(324.250)**	**(134.653)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		**1.555.302**	**1.390.065**	**1.589.520**	**1.485.338**
Imposto de renda	8	(320.542)	(251.664)	(346.923)	(321.552)
Contribuição social	8	(119.607)	(92.774)	(127.444)	(118.159)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**1.115.153**	**1.045.627**	**1.115.153**	**1.045.627**
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO EM R$		**1,71**	**1,60**	**-**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações do Valor Adicionado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Em milhares de reais)

	Controladora 2008	Controladora 2007	Consolidado 2008	Consolidado 2007
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receitas de vendas e serviços	3.087.914	2.906.968	3.834.117	3.364.716
Recuperação de PIS e COFINS	76.431	-	76.431	-
Outros	1.658	2.193	1.718	2.238
	3.166.003	**2.909.161**	**3.912.266**	**3.366.954**
(-) Insumos				
Materiais	(21.042)	(21.271)	(22.733)	(23.300)
Serviços de terceiros	(98.153)	(75.045)	(111.217)	(87.539)
Combustível para produção de energia	(92.456)	(118.684)	(103.968)	(126.960)
Energia elétrica comprada para revenda	(166.619)	(394.651)	(486.567)	(267.652)
Transações no âmbito da CCEE	(40.988)	(177.412)	(44.909)	(181.709)
Encargos de uso da rede elétrica	(205.160)	(169.161)	(235.556)	(205.762)
Seguros	(7.906)	(6.798)	(9.159)	(7.924)
Outros	(24.235)	(21.460)	(33.372)	(23.714)
	(656.559)	**(984.482)**	**(1.047.481)**	**(924.560)**
VALOR ADICIONADO BRUTO	**2.509.444**	**1.924.679**	**2.864.785**	**2.442.394**
Depreciação e amortização	(208.375)	(176.521)	(266.383)	(235.866)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	**2.301.069**	**1.748.158**	**2.598.402**	**2.206.528**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras	110.095	82.025	123.136	100.602
Resultado de participações societárias	51.667	179.091	-	-
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**2.462.831**	**2.009.274**	**2.721.538**	**2.307.130**

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Controladora 2008	%	Controladora 2007	%	Consolidado 2008	%	Consolidado 2007	%
Remuneração:								
Do trabalho								
Remuneração e encargos	94.389	3,83	88.167	4,39	97.682	3,59	89.871	3,90
Benefícios	30.731	1,25	23.802	1,18	30.889	1,13	24.101	1,04
FGTS	6.041	0,25	5.906	0,29	6.380	0,23	5.906	0,26
Participação nos resultados	14.905	0,61	13.001	0,64	14.982	0,55	13.038	0,56
	146.066	**5,94**	**130.876**	**6,50**	**149.933**	**5,50**	**132.916**	**5,76**
Do governo								
Impostos federais	663.026	26,92	535.193	26,64	766.468	28,17	688.741	29,86
Impostos estaduais	68.462	2,78	61.300	3,05	103.674	3,81	95.460	4,14
Impostos municipais	820	0,03	930	0,05	863	0,03	948	0,04
Encargos setoriais	116.088	4,71	102.852	5,12	133.636	4,91	127.381	5,52
Encargos s/ concessão ANEEL	42.785	1,74	-	-	83.371	3,06	34.302	1,49
	891.181	**36,18**	**700.275**	**34,86**	**1.088.012**	**39,98**	**946.832**	**41,05**
Do capital de terceiros								
Encargos e variações monetárias/cambiais	292.106	11,86	119.134	5,93	343.427	12,62	167.084	7,24
Aluguéis	11.586	0,47	7.334	0,37	11.961	0,44	7.907	0,34
Outras despesas financeiras	6.739	0,27	6.028	0,30	13.052	0,48	6.764	0,29
	310.431	**12,60**	**132.496**	**6,60**	**368.440**	**13,54**	**181.755**	**7,87**
Do capital próprio								
Reserva legal	55.758	2,26	52.282	2,60	55.758	2,05	52.282	2,27
Juros sobre o capital próprio	176.000	7,15	176.000	8,76	176.000	6,47	176.000	7,63
Dividendos	580.299	23,56	817.345	40,68	580.299	21,32	817.345	35,42
Lucro retido	303.096	12,31	-	-	303.096	11,14	-	-
	1.115.153	**45,28**	**1.045.627**	**52,04**	**1.115.153**	**40,98**	**1.045.627**	**45,32**
	2.462.831	**100,00**	**2.009.274**	**100,00**	**2.721.538**	**100,00**	**2.307.130**	**100,00**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Controladora dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
SALDOS EM 31/12/2006	**2.445.766**	**91.695**	**227.110**	**-**	**2.764.571**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.045.627	**1.045.627**
Proposta da Administração de destinação do lucro:					
- reserva legal	-	-	52.282	(52.282)	**-**
- dividendos/juros sobre o capital próprio – R$ 1,5218031188 por ação	-	-	-	(993.345)	**(993.345)**
SALDOS EM 31/12/2007	**2.445.766**	**91.695**	**279.392**	**-**	**2.816.853**
Efeito dos ajustes da Lei 11.638	-	-	(4.919)	-	**(4.919)**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.115.153	**1.115.153**
Proposta da Administração de destinação do lucro:	-	-	-	-	**-**
- reserva legal	-	-	55.758	(55.758)	**-**
- dividendos/juros sobre o capital próprio – R$ 1,1586484519 por ação	-	-	-	(756.299)	**(756.299)**
- reserva de retenção de lucros	-	-	303.096	(303.096)	-
SALDOS EM 31/12/2008	**2.445.766**	**91.695**	**633.327**	**-**	**3.170.788**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Continua...

VEC – 6COL X 52CM – PÁG. 3
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: VEC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
petran 11 3885.9696
[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_VEC.indd 3 24/3/2009 13:43:03

...Continuação

Demonstrações dos Fluxos de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Em milhares de reais)

	Controladora 2008	Controladora 2007	Consolidado 2008	Consolidado 2007
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	1.115.153	1.045.627	1.115.153	1.045.627
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	208.375	176.521	266.383	235.866
Resultado de participação societária	(51.667)	(179.091)	-	-
Variação monetária e cambial, líquida	127.644	(33.137)	155.601	(16.320)
Recuperação de PIS e COFINS	(76.431)	-	(76.431)	-
Juros líquidos	56.015	38.270	71.755	54.981
Constituição (reversão) de provisão operacional, líquida	(28.634)	4.781	(25.720)	6.758
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(213)	(6.497)	(4.917)	(6.334)
Outros	1.425	236	1.450	(1.465)
	1.351.667	**1.046.710**	**1.503.274**	**1.319.113**
Redução (aumento) nos ativos				
Recursos vinculados a pagamentos de obrigações	-	21.643	-	21.643
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(25.161)	3.007	(30.581)	19.612
Tributos e contribuições sociais a compensar	25.363	5.795	26.511	5.861
Almoxarifado	(8.273)	(26.570)	(8.705)	(26.445)
Cauções e depósitos vinculados/judiciais	34.374	32.849	59.219	33.061
Alienações de bens e direitos	(1.077)	(551)	(1.379)	9.333
Despesas antecipadas	1.215	(2.230)	(41)	(2.243)
Créditos da conta consumo de combustível – CCC/CDE	(10.757)	1.543	(10.757)	1.543
Outros	(6.938)	(4.231)	(12.950)	(4.518)
	8.746	**31.255**	**21.317**	**57.847**
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	(86.490)	(6.216)	(63.125)	36.400
Empréstimos, financiamentos e debêntures	30.849	14.373	82.375	14.352
Tributos e contribuições sociais	140.450	243.718	99.452	303.993
Partes relacionadas	-	-	221.306	-
Obrigações estimadas	6.667	6.288	4.742	6.295
Provisão para contingências	(8.767)	(5.615)	(7.235)	(6.806)
Benefícios pós-emprego	(31.390)	(29.334)	(31.390)	(29.334)
Obrigações com o programa de pesquisa e desenvolvimento	9.992	7.456	11.302	11.399
Outros	1.496	5.318	16.947	5.548
	62.807	**235.988**	**334.374**	**341.847**
Recursos provenientes das atividades operacionais	**1.423.220**	**1.313.953**	**1.858.965**	**1.718.807**
Atividades de investimento				
Aumento em investimentos, líquido das disponibilidades	(885.312)	(353.771)	(1.052.757)	(329.001)
Aplicação no imobilizado	(69.923)	(67.586)	(401.700)	(376.117)
Aplicação no intangível e diferido	(607)	(1.428)	(65.331)	(1.428)
Dividendos recebidos de controladas	64.402	231.958	-	-
Recursos utilizados nas atividades de investimentos	**(891.440)**	**(190.827)**	**(1.519.788)**	**(706.546)**
Atividades de financiamento				
Financiamentos e debêntures	400.000	353.423	583.531	693.363
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(103.476)	(158.345)	(187.011)	(228.118)
Disponibilidades recebidas na incorporação de controlada	28.344	-	-	-
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	(1.109.783)	(940.255)	(1.109.783)	(940.255)
Recursos utilizados nas atividades de financiamentos	**(784.915)**	**(745.177)**	**(713.263)**	**(475.010)**
Total dos efeitos no caixa e equivalentes	**(253.135)**	**377.949**	**(374.086)**	**537.251**
Caixa e equivalentes				
Saldo inicial	571.755	193.806	794.091	256.840
Saldo final	318.620	571.755	420.005	794.091
	(253.135)	**377.949**	**(374.086)**	**537.251**
Pagamentos efetuados no exercício				
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	97.116	73.191	142.734	114.892
Imposto de renda e contribuição social	282.774	102.500	351.353	154.470
Transações que não envolveram o caixa				
Imposto de renda e contribuição social compensados	48	16.974	2.446	21.638
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio	176.000	545.279	176.000	545.279
Dividendos propostos a receber de controladas	4.071	91.006	-	-
Efeito dos ajustes da Lei 11.638	(4.919)	-	(4.919)	-

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, com sede em Florianópolis (SC), e tem como atividade a geração e comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).
Sua capacidade instalada, incluindo a participação nos consórcios Itá e Machadinho, é de 6.152 MW, dos quais aproximadamente 79% em usinas hidrelétricas, 19% em termelétricas e 2% em energias alternativas. A capacidade de fornecimento de energia elétrica da Companhia, incluindo o contrato de compra de longo prazo firmado com a controlada Itá Energética S.A. (ITASA), é de 6.189 MW.
Com a entrada em operação da UHE São Salvador, prevista para o primeiro semestre de 2009, a Capacidade Instalada da Companhia passará para 6.432 MW. Adicionalmente a Companhia possui, através de sua controlada Gama Participações Ltda. (Gama), dois novos projetos em construção, que irão agregar 38MW em seu parque gerador, ainda em 2009.
Em julho de 2008, foi consumada a fusão entre a controladora indireta da Tractebel Energia, Suez S.A. (Suez), companhia francesa de capital aberto e a Gaz de France (GDF), companhia constituída sob as leis da França, resultando numa única companhia, denominada GDF Suez. A Operação não modificou ou afetou adversamente, de nenhum modo, as operações da Tractebel Energia.
Visando adequar-se à nova identidade mundial do Grupo, resultado da união das empresas anteriormente comentada, ao fim de 2008, a controladora da Companhia, Suez Energy South America Participações Ltda. teve sua denominação social alterada para GDF Suez Energy Latin America Participações Ltda.
Conforme mencionado na Nota 34, em 06/03/2009, a Companhia emitiu R$ 300.000 em notas promissórias que serão destinados ao pagamento de dívidas e ao financiamento do capital de giro. Adicionalmente, o Conselho de Administração aprovou a emissão de debêntures no valor de R$ 600.000 que serão utilizados para o pagamento integral das notas promissórias anteriormente mencionadas e o pagamento de parte da dívida representada pelas notas promissórias emitidas em 20/05/2008 e com vencimento previsto para 15/05/2009.
Os principais eventos societários relativos a aquisições e incorporação de empresas em 2008 estão sumarizados a seguir:

Aquisição da Tupan Energia Elétrica S.A. e Hidropower Energia S.A.
A Companhia, em dezembro de 2008, através de sua controlada integral, Gama, concluiu o processo de aquisição da totalidade do capital social da Tupan Energia Elétrica S.A. (Tupan) e da Hidropower Energia S.A. (Hidropower), pelo valor de R$ 240.859. Vide informações adicionais sobre as empresas na Nota 10.

Aquisição da Eólica Beberibe S.A., Eólica Pedra do Sal S.A., Hidrelétrica Areia Branca S.A. e Econergy Brasil Serviços Corporativos Ltda.
Em dezembro de 2008 a Companhia também adquiriu a totalidade do capital social da Eólica Beberibe S.A. (Beberibe) pelo montante de R$ 100.800, da Eólica Pedra do Sal S.A. (Pedra do Sal) por R$ 52.200, da Hidrelétrica Areia Branca S.A. (Areia Branca) pelo valor de R$ 46.800 e da Econergy Brasil Serviços Corporativos Ltda. (Econergy Serviços) por R$ 200, totalizando R$ 200.000 (R$ 194.356 líquidos de impostos).
Estes investimentos foram comprados da SESA BidCo Ltd., sociedade constituída e existente sob as leis da Ilha de Man e cujo controle é exercido pelo grupo GDF Suez, do qual a Tractebel Energia faz parte.
Anteriormente, em outubro de 2008, a SESA BidCo Ltd. concluiu o processo de oferta pública na Bolsa de Valores de Londres para a aquisição de 100% das ações da Econergy International PLC (Econergy), a qual controlava indiretamente, entre outras empresas, as anteriormente mencionadas.
O preço de aquisição foi definido com base em avaliação econômico-financeira preparada por Banco de reconhecida reputação em avaliação para este propósito e o processo de aquisição respeitou as melhores práticas de governança corporativa relativa a transações entre partes relacionadas. Maiores informações sobre a transação e as empresas estão detalhadas na Nota 10.

Constituição da Ibitiúva Bioenergética S.A.
Em agosto de 2008, o Consórcio Andrade, formado pela controlada indireta da Companhia, Ibitiúva Bioenergética S.A. (Ibitiúva), e pela Andrade Açúcar e Álcool S.A., controlada da Açúcar Guarani S.A., vendeu 20 MW médios de energia elétrica no 1º Leilão de Energia de Reserva, promovido pela ANEEL, pelo preço de R$ 158,11/MWh. A Companhia possui participação indireta de 76,0% na Ibitiúva e 71,17% no Consórcio. O investimento previsto para a construção da Usina é de R$ 120.000. Informações adicionais sobre a empresa estão mencionadas na Nota 10.

Aquisição da Ponte de Pedra Energética S.A.
A Companhia, conforme mencionado na Nota 10, em abril de 2008, através de sua controlada integral Energia América do Sul Ltda. (EAS), adquiriu a totalidade das ações da Ponte de Pedra Energética S.A. (PPESA), pelo montante de R$ 644.919.

Incorporação da Controlada Companhia Energética Meridional
Conforme revelado na Nota 10, em março de 2008, foi efetivada a incorporação pela Tractebel Energia, de sua subsidiária integral Companhia Energética Meridional (CEM), mediante a versão de seu acervo líquido, avaliado a valor contábil por empresa especializada.
A incorporação objetivou a simplificação da estrutura societária do grupo, a qual não só reduziu a estrutura organizacional atual, diminuindo custos, aumentando o valor para os acionistas, racionalizando e otimizando os investimentos, bem como facilitou a unificação, padronização e aperfeiçoamento da administração geral dos negócios das sociedades envolvidas e permitiu a eliminação dos custos de negociação que a manutenção das duas companhias impõe.

As informações não financeiras como MW médio, potência instalada, número de funcionários não são revisadas pelos auditores independentes.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com as Normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e, quando aplicável, as regulamentações do órgão regulador ANEEL, e estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente.
Em 28/12/2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações nº 6.404, de 15/12/1976, notadamente em relação ao capítulo XV, que trata sobre matéria contábil, e aplica-se às demonstrações contábeis de encerramento do exercício social iniciado a partir de 01/01/2008. A referida lei visa, principalmente, a atualização da lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela CVM, em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. Algumas alterações devem ser aplicadas a partir deste exercício, enquanto outras dependem de normatização por parte de órgãos reguladores.
Em 03/12/2008, foi editada a Medida Provisória nº 449/08, a qual introduziu algumas alterações à legislação societária, Lei nº 6.404/76, e instituiu o Regime Tributário de Transição (RTT) de apuração do lucro real, pelo qual foi prevista a possibilidade da neutralidade tributária no biênio 2008/2009 sobre os ajustes contábeis decorrentes da adoção das alterações efetuadas pela Lei nº 11.638/07 para as empresas que não aderiram ao RTT.

Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08
A Companhia adotou os dispositivos constantes da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 para a preparação e apresentação de suas demonstrações contábeis, tendo como base as orientações da CVM e/ou das normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, estabelecendo a data de transição em 01/01/2008 (ou 31/12/2007), conforme opção constante da Deliberação CVM nº 565/08.
As modificações introduzidas pela referida legislação caracterizam-se como mudança de prática contábil, entretanto, conforme facultado pela referida deliberação da CVM, os ajustes com impacto no resultado foram efetuados contra lucros acumulados na data de transição, sem efeito retrospectivo sobre as demonstrações contábeis.

Opções relevantes efetuadas relacionadas à adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08

a) Opção que resultou em ajuste na conta de lucros acumulados na data de transição

Ativo diferido
A Lei nº 11.638/07 restringiu o lançamento de gastos no ativo diferido e a MP nº 449/08 extinguiu este grupo de contas. Desta forma, a Companhia optou por efetuar as baixas dos gastos diferidos no valor de R$ 6.689 (R$ 4.919 líquido dos efeitos fiscais), no consolidado, que não tiveram como ser reclassificados para outro grupo de ativos (ativos imobilizado e intangível).

b) Opções que resultaram em reclassificações no balanço patrimonial consolidado de 31/12/2007

	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Investimentos	113.407	(82.595)	30.812
Imobilizado	4.612.826	111.785	4.724.611
Intangível	75.492	(3.411)	72.081
Diferido	32.468	(25.779)	6.689

b.1) Transferência do investimento para o intangível
O ativo intangível foi introduzido pela Lei nº 11.638/07 e está relacionado a direitos que tenham por objeto bens incorpóreos. A Companhia, desde 2006, seguindo orientação da CVM, já vinha reconhecendo determinados direitos intangíveis neste grupo de contas.
O ágio pago nas aquisições da ITASA, CEM e Seival Participações S.A., no valor total de R$ 47.538, no consolidado, que na data da transição estavam apresentados no investimento foram transferidos para o intangível.

b.2) Transferência do intangível para o imobilizado
O direito de concessão da Usina Cana Brava, no montante de R$ 73.176, no consolidado, na data da transição estava apresentado no intangível. Entretanto, considerando que a referida concessão não pode ser vendida ou transferida para terceiros separadamente da respectiva Usina, como resultado da interpretação de regra específica, este ativo foi transferido para o imobilizado para apresentação conjunta com os ativos da Usina em referência.

b.3) Transferência do investimento para o imobilizado
O ágio pago na aquisição da Companhia Energética São Salvador (CESS), no valor de R$ 35.057, na data da transição, foi transferido do investimento para o ativo imobilizado.

b.4) Transferência do diferido para o imobilizado e o intangível
Conforme anteriormente mencionado, como a legislação em referência extinguiu o ativo diferido, os gastos diferidos que não puderam ser transferidos para outros ativos foram baixados. Os gastos transferidos para o imobilizado e o intangível na data da transição montaram R$ 3.552 e R$ 22.227, respectivamente.

c) Comentários relativos a outras opções previstas

c.1) Ajuste a valor presente
De acordo com as novas práticas contábeis, os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, devem ser ajustados a valor presente. A Companhia, na data da transição, já adotava esta prática contábil.

c.2) Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado
As novas práticas contábeis tornaram obrigatórias as demonstrações do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado e descontinuou a apresentação da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos. Na data da transição, a Companhia já apresentava os referidos demonstrativos que eram obrigatórios como informações suplementares às demonstrações contábeis.

c.3) Outras transações
A Companhia não realizou nenhuma operação com derivativos e pagamentos baseados em ações nem transações relevantes envolvendo arrendamento mercantil *(leasing)* que justificassem qualquer adoção de prática contábil de acordo com a nova legislação em referência.

Efeitos no lucro líquido do exercício findo em 31/12/2008 e no patrimônio líquido de 31/12/2008 decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08

	Lucro líquido	Patrimônio líquido
Saldo conforme demonstrações contábeis de 31/12/2008	**1.115.153**	**3.170.788**
Efeitos decorrentes da aplicação da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08:		
Baixa de ativo diferido	1.064	7.753
Amortização do ativo diferido	(410)	(410)
Imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes	(222)	(1.992)
Saldo desconsiderando os efeitos da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08	**1.115.585**	**3.176.139**

O patrimônio líquido e o lucro líquido da controladora não sofreram nenhum impacto decorrente da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.
A autorização para conclusão das Demonstrações Contábeis da Companhia ocorreu no dia 09/03/2009 em reunião da Diretoria Executiva da Companhia.

3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Aplicações financeiras: são classificadas em mantidas para negociação, mantidas até o vencimento e disponíveis para venda, vinculados à finalidade das referidas aplicações. As aplicações mantidas para negociação são avaliadas ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzido de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. As disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos na conta de ajuste de avaliação patrimonial, quando aplicável.
b) Imposto de renda e contribuição social diferidos (Ativo fiscal diferido): são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, vigentes na data do balanço, e são reconhecidos com base nas diferenças temporárias. A segregação entre circulante e não circulante obedece à expectativa de realização dos valores que lhe dão origem. A controlada PPESA possui isenção parcial do imposto de renda pelo prazo de 10 anos, a partir do exercício de 2006, por estar localizada em área incentivada da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).
c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir prováveis riscos na realização de créditos a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias e de outros créditos, com base em análise individual dos créditos existentes.
d) Almoxarifado: estão registrados ao custo médio ponderado de aquisição, que não excede o valor de mercado.
e) Ativos indexados: são atualizados até a data do balanço.
f) Investimentos: os investimentos em sociedades controladas e controlada em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e os demais investimentos são reconhecidos ao custo de aquisição, que não excede o valor de mercado.
g) Imobilizado: é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação, calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitadas ao prazo da concessão das Usinas, quando aplicável, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas Unidades de Cadastro (UC) que compõem os empreendimentos. As taxas médias anuais de depreciação apuradas pela Companhia e suas controladas estão demonstradas na Nota 11 - a.
Os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado. Até 31/12/1998, foram capitalizados juros sobre o capital próprio vinculado às obras em andamento, em consonância com a legislação específica do setor elétrico.
h) Empréstimos, financiamentos e debêntures: são atualizados pelas taxas de câmbio ou índices contratuais e pelos juros incorridos até a data do balanço, deduzidos dos custos incorridos na captação dos recursos (ver Nota 15 e Nota 16).
i) Demais obrigações: são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.
j) Provisão para contingências: são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, cíveis, trabalhistas, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Estas provisões estão sendo apresentadas líquidas dos depósitos judiciais a elas relacionadas. As referidas provisões são atualizadas pelos índices e taxas estabelecidas pelas autoridades fiscais e os honorários de advogados relacionados com tais provisões são registrados.
k) Benefícios pós-emprego: são registrados com base em avaliação atuarial, pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, complementados pelos valores projetados atuarialmente e atualizados mensalmente pelos índices contratuais, no que se refere às obrigações já contratadas (ver Nota 21).
l) Ajuste a valor presente: os ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado.
m) Resultado do exercício: as receitas e despesas são registradas com observância do regime de competência dos exercícios.
n) Reconhecimento dos efeitos inflacionários: estão refletidos somente os efeitos das variações monetárias sobre ativos e passivos indexados em função de disposições legais e contratuais. Em conformidade com as disposições da Lei nº 9.249, de 26/12/1995, a partir de janeiro de 1996 foi extinta a sistemática de correção monetária. Desta forma, os valores correspondentes ao ativo permanente e ao patrimônio líquido estão corrigidos somente até 31/12/1995.
o) Uso de estimativas: a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro das provisões para crédito de liquidação duvidosa, contingências e benefícios pós-emprego, bem como à apresentação do perfil de exigibilidade das mesmas e de realização do respectivo ativo fiscal diferido.
p) Demonstrações contábeis consolidadas: são eliminados os investimentos da investidora no capital das investidas, bem como os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as companhias consolidadas.
Os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas da ITASA são consolidados na proporção da participação da Companhia em seu capital social, por se tratar de controle compartilhado (ver Nota 10 - b).
Em face da participação da controladora nas demais sociedades controladas ser de 99,99%, não houve efeito da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações contábeis consolidadas.

4 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora 2008	Controladora 2007	Consolidado 2008	Consolidado 2007
Citibank - Fundo de Investimento Exclusivo				
Operações Compromissadas com Títulos Públicos Federais e Privados (1)				
Nota do Tesouro Nacional (NTN – B)	258.434	424.512	313.385	535.435
Debêntures	-	30.092	-	37.955
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	25.473	-	30.890	-
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	13.201	241	16.008	303
	297.108	454.845	360.283	573.693
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	20.473	-	25.823
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	-	40.410	-	50.969
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	12.751	49.333	15.463	62.224
	309.859	565.061	375.746	712.709
Instituições Financeiras (2)				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	8.373	31.657
Notas do Tesouro Nacional (NTN – D)	-	-	-	3.634
Debêntures	-	-	10.497	20.921
	-	-	18.870	56.212
	309.859	**565.061**	**394.616**	**768.921**
Banco Santos				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	2.603	1.777	2.603	2.603
(-) Provisão para perdas	(2.603)	(1.777)	(2.603)	(2.603)
	309.859	**565.061**	**394.616**	**768.921**

(1) São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas por uma taxa pré-fixada e estão lastreadas em títulos públicos federais e em títulos privados.
(2) Banco Safra, Banco Bradesco, Banco Itaú, Banco Santander, Banco HSBC, Banco do Brasil, Banco Votorantin, Banco ABN AMRO Real, Banco UNIBANCO e Caixa Econômica Federal (CEF).

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras através da concentração dos recursos em um Fundo de Investimento Exclusivo e Multimercado, o qual pode ter suas cotas resgatadas a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos. O referido instrumento financeiro está classificado como mantido para negociação, sendo avaliado pelo seu valor justo.
Os fundos exclusivos não possuem obrigações financeiras significativas, estando estas limitadas aos honorários de serviços de administração dos ativos, de execução das transações de investimentos e de auditoria, além de despesas gerais e administrativas.
A provisão para perdas em aplicações financeiras foi constituída para cobrir possíveis perdas decorrentes das aplicações em CDB que a Companhia possuía no Banco Santos, o qual teve a sua falência decretada em 2005.

5 CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Controladora 2008				Controladora 2007
	Vencidos				
Circulante	Vincendos	até 90 dias	mais de 90 dias	Total	Total
Concessionárias	179.973	-	-	179.973	192.569
Comercializadoras	83.231	47.137	14.922	145.290	82.232
Consumidores livres	35.255	1.593	-	36.848	28.383
Exportação	-	-	740	740	740
Transações no âmbito da CCEE/MAE					
- Correntes	2.191	1.081	537	3.809	6.312
- Parcelamentos	3.952	-	-	3.952	11.350
- Recomposição tarifária extraordinária (RTE)	429	-	-	429	1.585
- Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	110.498	-	12.076	122.574	121.820
	117.070	1.081	12.613	130.764	141.067
	415.529	**49.811**	**28.275**	**493.615**	**444.991**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(110.498)	-	(12.076)	(122.574)	(121.820)
	305.031	**49.811**	**16.199**	**371.041**	**323.171**

	Consolidado 2008				Consolidado 2007
	Vencidos				
Circulante	Vincendos	até 90 dias	mais de 90 dias	Total	Total
Concessionárias	212.305	-	-	212.305	195.483
Comercializadoras	62.226	72	-	62.298	42.999
Consumidores livres	98.809	2.316	-	101.125	88.352
Exportação	-	-	740	740	740
Transações no âmbito do CCEE/MAE					
- Correntes	3.039	1.094	729	4.862	7.529
- Parcelamentos	3.952	-	-	3.952	11.350
- Recomposição tarifária extraordinária (RTE)	429	-	-	429	1.585
- Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	110.498	-	13.944	124.442	124.442
	117.918	1.094	14.673	133.685	144.906
	491.258	**3.482**	**15.413**	**510.153**	**472.480**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(110.498)	-	(12.076)	(122.574)	(122.574)
	380.760	**3.482**	**3.337**	**387.579**	**349.906**

O prazo de recebimento dos valores relativos às faturas de comercialização de energia é de, no máximo, 45 dias.

Agentes com ações judiciais ou inadimplentes
A provisão para devedores duvidosos sobre os valores vincendos foi constituída em virtude de incertezas quanto à realização de créditos decorrentes de transações ocorridas no âmbito do MAE no período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cujos agentes devedores ingressaram com ações judiciais por discordarem da interpretação adotada por aquele órgão, relativamente às disposições do Acordo Geral do Setor Elétrico.
Os valores vencidos há mais de 90 dias referem-se, substancialmente, a transações no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), atualmente CCEE, relativos a débitos de agentes inadimplentes na 1ª liquidação do MAE, realizada em 30/12/2002. Tais valores estão sendo objeto de negociações bilaterais. Contudo, em razão das incertezas de recebimento do referido crédito, a Companhia mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa, independentemente das ações aplicáveis ao caso.

6 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A COMPENSAR

	Controladora 2008	Controladora 2007	Consolidado 2008	Consolidado 2007
Circulante				
ICMS	15.973	42.764	16.027	44.894
Imposto de renda	-	-	3.292	681
Contribuição social	-	-	1.226	-
COFINS	3.568	2.256	6.392	2.316
PIS	769	490	1.730	503
INSS	2.419	2.913	4.028	2.913
	22.729	**48.423**	**32.695**	**51.307**
(-) Provisão para perdas na recuperação de créditos de ICMS	(5.660)	(40.138)	(5.660)	(40.138)
	17.069	**8.285**	**27.035**	**11.169**
Não Circulante				
ICMS	6.392	3.934	9.944	6.897
COFINS	8.215	8.762	74.370	8.772
PIS	1.809	1.902	16.171	1.904
INSS	6.197	6.610	6.197	6.610
	22.613	**21.208**	**106.682**	**24.183**

A provisão para perdas na realização de crédito acumulado de ICMS foi constituída em virtude da dificuldade de compensação total do ICMS sobre a aquisição de combustíveis para produção de energia elétrica na UTE William Arjona, no Estado do Mato Grosso do Sul, tendo em vista que parcela substancial da venda de energia elétrica naquele Estado ocorria com diferimento de ICMS.
Em 2008, a Companhia recebeu Notificação da Secretaria de Estado de Fazenda do Mato Grosso do Sul, informando que a Companhia não teria direito de manter os créditos acumulados de ICMS, com o argumento de que as vendas de energia elétrica com diferimento ou não-incidência de ICMS eliminam o direito a manutenção dos créditos. Com base nesta decisão, a Companhia decidiu baixar o referido crédito, no valor de R$ 34.478, e reverter a respectiva provisão para recuperação do mesmo.
A CESS, controlada integral da Companhia, transferiu do imobilizado para esta conta, em 31/12/2008, os valores a recuperar de PIS e COFINS, em virtude da opção pela utilização do direito aos créditos sobre as aquisições de máquinas e equipamentos e de edificações, conforme previsto na legislação específica. Os referidos créditos relativos a edificações serão amortizados no período de 24 meses e os referentes a máquinas e equipamentos em 48 meses.

7 ATIVO FISCAL DIFERIDO

	Controladora 2008				Controladora 2007
Natureza dos créditos	Base de cálculo	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Remuneração das Imobilizações em Curso (RIC)	146.550	36.637	-	36.637	36.637
Benefícios pós-emprego	212.514	53.129	19.126	72.255	64.876
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	122.574	30.643	11.032	41.675	41.419
Provisão para contingências	110.789	27.697	9.971	37.668	36.212
Provisão para perdas com créditos de ICMS	5.660	1.415	509	1.924	13.647
Depreciação acelerada na UTE W. Arjona	21.849	5.462	1.967	7.429	8.565
Ajuste a valor presente de valores a receber	18.071	4.518	1.626	6.144	6.861
Ágio incorporado	19.193	4.798	1.728	6.526	-
Outros	14.874	3.719	1.338	5.057	5.245
		168.018	**47.297**	**215.315**	**213.462**
Classificação do ativo fiscal diferido:					
Circulante		11.001	2.641	13.642	12.091
Não circulante		157.017	44.656	201.673	201.371
		168.018	**47.297**	**215.315**	**213.462**

	Consolidado 2008				Consolidado 2007
Natureza dos créditos	Base de cálculo	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Remuneração das Imobilizações em Curso (RIC)	146.550	36.637	-	36.637	36.637
Benefícios pós-emprego	212.514	53.129	19.126	72.255	64.876
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	122.574	30.643	11.032	41.675	41.675
Provisão para contingências	130.436	29.027	11.739	40.766	37.488
Provisão para perdas com créditos de ICMS	5.660	1.415	509	1.924	13.647
Depreciação acelerada na UTE W. Arjona	21.849	5.462	1.967	7.429	8.565
Ajuste a valor presente de valores a receber	18.071	4.518	1.626	6.144	6.861
Ágio incorporado	19.193	4.798	1.728	6.526	-
Outros	36.419	6.286	3.277	9.563	6.426
		171.915	**51.004**	**222.919**	**216.175**
Classificação do ativo fiscal diferido:					
Circulante		11.601	2.887	14.488	12.160
Não circulante		160.314	48.117	208.431	204.015
		171.915	**51.004**	**222.919**	**216.175**

Continua...

VEC – 6COL X 52CM – PÁG. 4
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: VEC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
petran 11 3885.9696
[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_VEC.indd 4 24/3/2009 13:43:56

...Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Em milhares de reais)

A realização dos ativos fiscais diferidos, oriundos das diferenças temporárias, dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas.
O horizonte de realização do ativo fiscal diferido e sua recuperação através de geração de lucros tributáveis futuros foram estimados conforme abaixo:

Ativo fiscal diferido, registrado	Controladora	Consolidado
2009	13.642	14.488
2010	18.243	23.091
2011	24.405	24.759
2012	30.899	31.223
2013	58.420	58.674
2014 a 2015	30.256	30.754
2016 a 2018	39.450	39.930
	215.315	**222.919**
Ativo fiscal diferido, não registrado		
2019	3.492	3.492
2020	734	734
2021	734	734
2022	734	734
2023 a 2025	2.202	2.202
2026 a 2028	2.202	2.202
2029 em diante	1.686	1.686
	11.784	**11.784**
	227.099	**234.703**

O ativo fiscal diferido não registrado corresponde à RIC, cuja realização ocorre na proporção da depreciação dos respectivos ativos, cujo prazo, atualmente, ultrapassa 10 anos, resultando em ativo fiscal diferido não reconhecido, em observância à Instrução CVM nº 371, de 27/06/2002.

8 CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	Controladora			
	2008		2007	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	**1.555.302**	**1.555.302**	**1.390.065**	**1.390.065**
Diferenças permanentes				
Adições				
Amortização de ágio	3.031	-	6.747	-
Gratificação e 13º de dirigentes	2.389	-	3.178	-
Doações	3.715	3.715	2.242	2.242
Outras despesas indedutíveis	1.613	414	354	354
Exclusões				
Equivalência patrimonial	(54.698)	(54.698)	(185.838)	(185.838)
Juros sobre o capital próprio	(176.000)	(176.000)	(176.000)	(176.000)
Reversão de ágio amortizado na incorporação de controlada	(23.032)	-	-	-
RIC *(*)*	(14.655)	-	(14.636)	-
Base de cálculo dos tributos no resultado	**1.297.665**	**1.328.733**	**1.026.112**	**1.030.823**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(324.416)**	**(119.586)**	**(256.528)**	**(92.774)**
Complemento do IR diferido sobre a RIC *(*)*	-	-	2.471	-
Incentivos fiscais	3.872	-	2.369	-
Outros	2	(21)	24	-
Imposto de renda e contrib. social - resultado	**(320.542)**	**(119.607)**	**(251.664)**	**(92.774)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(320.699)	(119.663)	(257.095)	(93.840)
Diferido	157	56	5.431	1.066
	(320.542)	**(119.607)**	**(251.664)**	**(92.774)**

(*) RIC – Remuneração das Imobilizações em Curso.

	Consolidado			
	2008		2007	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	**1.589.520**	**1.589.520**	**1.485.338**	**1.485.338**
Diferenças permanentes				
Adições				
Gratificação e 13º de dirigentes	2.537	-	3.509	-
Doações	3.855	3.855	2.490	2.490
Outras despesas indedutíveis	24.631	15.144	7.019	272
Exclusões				
Juros sobre o capital próprio	(176.000)	(176.000)	(176.000)	(176.000)
Reversão de ágio amortizado na incorporação de controlada	(23.032)	-	-	-
RIC *(*)*	(14.655)	-	(14.636)	-
Ajuste em controlada tributada pelo lucro presumido	(4.835)	(3.263)	(5.508)	(3.995)
Base de cálculo dos tributos no resultado	**1.402.021**	**1.429.256**	**1.302.212**	**1.308.105**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(350.505)**	**(128.634)**	**(325.553)**	**(117.729)**
Ajuste do IR e CS do ano anterior	(1.695)	172	(1.195)	(430)
Complemento do IR diferido sobre a RIC *(*)*	-	-	2.471	-
Incentivos fiscais	4.481	-	2.617	-
Outros	796	1.018	108	-
Imposto de renda e contrib. social – resultado	**(346.923)**	**(127.444)**	**(321.552)**	**(118.159)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(348.875)	(130.409)	(326.894)	(119.151)
Diferido	1.952	2.965	5.342	992
	(346.923)	**(127.444)**	**(321.552)**	**(118.159)**

(*) RIC – Remuneração das Imobilizações em Curso.

A controlada PPESA possui redução de imposto de renda e adicionais, equivalente a 75% calculados sobre o lucro da exploração, pelo prazo de 10 anos, a partir do exercício de 2006, em função de estar localizada em área incentivada da SUDAM. Esta redução, no valor de R$ 3.894, está apresentada no grupo incentivos fiscais, no quadro acima.

9 ALIENAÇÕES DE BENS E DIREITOS

	Controladora e Consolidado	
	2008	2007
Valor original atualizado	103.988	101.496
(-) Ajuste a valor presente	(18.071)	(20.181)
	85.917	**81.315**
Classificação no Balanço		
Circulante	17.448	-
Não Circulante	68.469	81.315
	85.917	**81.315**

Os saldos apresentados acima correspondem aos valores a receber da Elétrica Jacuí S.A. (ELEJA) relativos à venda do empreendimento termelétrico Jacuí. A ELEJA é uma sociedade de propósito específico, controlada por sociedade detentora dos direitos de exploração de jazidas de carvão mineral na região do projeto Jacuí, a qual, nos termos do contrato, assumiu a responsabilidade pela conclusão do projeto.
Em garantia ao cumprimento das obrigações contratuais, incluindo o pagamento do preço de compra, a ELEJA concedeu a Tractebel Energia, em promessa de penhor e hipoteca, os direitos, bens, máquinas, imóveis e seus acessórios, que foram objeto do contrato de compra e venda entre as partes.
De acordo com as condições contratuais, os valores da venda estão sendo atualizados pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) e serão recebidos em 36 parcelas a partir da data de início da operação comercial da UTE Jacuí ou da data que se completarem quatro anos, contados a partir da venda. Considerando que os valores contratuais estão a preço futuro, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente, aplicando a taxa de desconto de 10% a.a.
O vencimento da 1ª parcela ocorreu em junho de 2008 e a Companhia vem recebendo mensalmente os valores contratados.
A Companhia iniciou um processo de negociação de venda do referido crédito a um potencial interessado em investir na ELEJA. Entretanto, em função do atual estágio das negociações e das incertezas quanto ao seu desfecho, nenhum ajuste a valor de realização do ativo foi reconhecido pela Companhia.

10 INVESTIMENTOS

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Participações societárias permanentes:				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial				
Equivalência Patrimonial	1.535.327	1.062.602	-	-
Ágio	38.490	63.067	-	-
Avaliadas pelo custo de aquisição	28.796	28.796	28.796	28.796
Bens e direitos para uso futuro	1.895	1.895	1.895	1.895
Outros investimentos	121	121	121	121
	1.604.629	**1.156.481**	**30.812**	**30.812**

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os ativos e passivos registrados no balanço de abertura da entidade adquirida são reconhecidos como investimento pela empresa compradora e o ágio apurado nas aquisições corresponde ao montante pago que excede o valor contábil do patrimônio líquido da entidade adquirida. Este procedimento foi adotado pela Companhia nos balanços individuais da Tractebel Energia e de suas controladas utilizadas como veículo para aquisição de empresas.
Para elaboração do balanço patrimonial consolidado, a Companhia considerou que os ágios pagos nas suas aquisições estão fundamentados no ativo imobilizado, juntamente com o valor de cada concessão como parte desses ativos, quando aplicável.

b) Participações societárias permanentes

b.1) Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

	2008					2007	
Empresas	Lote de mil ações ou quotas	Adiantam. p/ futuro aumento de capital	Partici-pação (%)	Lucro líquido (Prejuízo)	Patrimônio líquido	Lucro líquido (Prejuízo)	Patrimônio líquido
Itá Energética S.A. (ITASA)	253.607	-	48,75	35.160	598.059	29.617	583.424
Companhia Energética Meridional (CEM) *(1)*	-	-	-	11.122 *(*)*	-	99.436	443.744
Companhia Energética São Salvador (CESS) *(2)*	271.943	-	99,99	(185)	270.474	-	268.943
Lages Bioenergética Ltda. (Lages)	30.530	-	99,99	7.187	47.225	7.929	40.345
Tractebel Energia Comercializadora Ltda.	4.200	-	99,99	27.599	31.799	64.066	4.200
Delta Energética S.A. *(3)*	20.960	-	99,99	(68)	20.007	(31)	20.898
Energia América do Sul Ltda. *(4)*	645.270	-	99,99	(6.445)	638.826	-	1
Gama Participações Ltda. *(5)*	1	236.821	99,90	(1.652)	235.170	-	1
Lagoa Formosa Bioenergética Ltda.	270	-	99,99	-	270	-	50

(*) Lucro líquido em 29/02/2008.
(1) A controlada CEM foi incorporada na Tractebel Energia em 29/02/2008, conforme mencionado na Nota 1.
(2) Em fase pré-operacional.
(3) Sociedade de Propósito Específico utilizada como veículo para aquisição da Seival Participações S.A.
(4) Sociedade de Propósito Específico usada como veículo da aquisição da PPESA.
(5) Sociedade de Propósito Específico utilizada como veículo de aquisição da Tupan, Hidropower, Beberibe, Pedra do Sal, Areia Branca, Econergy Serviços e para a construção da Ibitiúva.

Movimentação dos investimentos

Equivalência Patrimonial

Empresas	Saldos em 31/12/2007	Incorporação de controlada	Aumento de capital	Resultado da equivalência patrimonial	Dividendos	Ajuste Lei 11.638	Saldos em 31/12/2008
ITASA	284.419	-	-	17.140	(7.500)	(2.505)	291.554
CEM	443.744	(454.866)	-	11.122	-	-	-
CESS	268.943	-	3.000	(185)	-	(1.284)	270.474
Lages	40.345	-	-	7.187	-	(307)	47.225
Tractebel Energia Comercializadora	4.200	-	-	27.599	-	-	31.799
Delta Energética	20.898	-	-	(68)	-	(823)	20.007
Energia América do Sul	1	-	645.270	(6.445)	-	-	638.826
Gama Participações	1	-	236.821	(1.652)	-	-	235.170
Lagoa Formosa	50	-	220	-	-	-	270
Outras	1	-	1	-	-	-	2
	1.062.602	**(454.866)**	**885.312**	**54.698**	**(7.500)**	**(4.919)**	**1.535.327**

Ágio – Controladora

Empresas	Saldos em 31/12/2007	Incorporação de controlada	Amortização	Saldos em 31/12/2008
ITASA	5.721	-	(2.288)	3.433
CEM	22.289	(21.546)	(743)	-
CESS	35.057	-	-	35.057
Controladora	**63.067**	**(21.546)**	**(3.031)**	**38.490**

Informações sobre as controladas

Itá Energética S.A. (ITASA) (controlada em conjunto)
As ações representativas do capital social da ITASA são detidas pela Tractebel Energia, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e Companhia de Cimento Itambé, na proporção de 48,75%, 48,75% e 2,50%, respectivamente.
A ITASA tem como objetivo a exploração da Usina Hidrelétrica Itá em parceria, através de consórcio, mediante concessão outorgada pela União Federal por intermédio da ANEEL, com prazo de vigência de 35 anos, a partir de 28/12/1995. O empreendimento está situado no Rio Uruguai, na divisa dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, e possui capacidade instalada de 1.450 MW e 720 MW médios de energia assegurada.
Nos termos do Contrato de Consórcio, a controlada ITASA tem direito à quantidade de energia equivalente a 60,5% de 668 MW médios.
O montante pago que excede o valor contábil patrimonial da empresa adquirida está sendo amortizado pelo prazo de 10 anos.
Os principais grupos do ativo, passivo e resultado da controlada em conjunto estão demonstrados a seguir, os quais foram consolidados, nas demonstrações contábeis que estão sendo apresentadas, na proporção dos investimentos da Companhia no capital social da controlada:

ATIVO	2008	2007
Ativo circulante	60.077	69.220
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo	5.657	4.177
Permanente	929.883	976.714
	935.540	980.891
TOTAL DO ATIVO	**995.617**	**1.050.111**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2008	2007
Passivo circulante	117.628	115.277
Passivo não circulante		
Exigível a longo prazo	279.930	351.410
Patrimônio líquido	598.059	583.424
TOTAL DO PASSIVO	**995.617**	**1.050.111**
RESULTADO		
Receitas operacionais brutas	233.150	220.442
Deduções da receita operacional	(23.659)	(22.314)
Receitas líquidas de vendas	**209.491**	**198.128**
CUSTOS DE PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	**(58.726)**	**(58.934)**
LUCRO BRUTO	**150.765**	**139.194**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas com vendas	(32.392)	(24.296)
Despesas gerais e administrativas	(20.447)	(20.236)
Outras	174	93
	(52.665)	**(44.439)**
Resultado do serviço	**98.100**	**94.755**
Despesas financeiras, líquidas	**(45.030)**	**(50.006)**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	**53.070**	**44.749**
Imposto de renda e contribuição social	(17.910)	(15.132)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**35.160**	**29.617**

Companhia Energética Meridional (CEM)
Em 28/03/2008, a Tractebel Energia incorporou a sua controlada integral CEM, mediante a versão do seu acervo líquido, na data-base de 29/02/2008, avaliado a valor contábil por empresa especializada, conforme demonstrado a seguir:

ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
ATIVO CIRCULANTE		**PASSIVO CIRCULANTE**	
Disponibilidades	28.344	Fornecedores	5.811
Concessionária - Controladora	31.962	Dividendos propostos	25.104
Transações no âmbito da CCEE	187	Financiamentos e debêntures	29.053
Cauções e depósitos vinculados	1.643	Tributos e contribuições sociais	4.445
Outros	1.072	Contas a pagar controladora	13.988
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	**63.208**	Outras obrigações	9.578
		TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	**87.979**
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**NÃO CIRCULANTE**	
Realizável a Longo Prazo		**Exigível a Longo Prazo**	
Depósitos judiciais	24.487	Financiamentos e debêntures	125.845
Ativo fiscal diferido	1.613	Concessões a pagar	244.614
Outros	798	Provisão para contingências	3.165
	26.898	**TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**373.624**
Permanente			
Imobilizado	753.618		
Intangível	72.745		
	826.363		
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	**853.261**	**ACERVO LÍQUIDO**	**454.866**
TOTAL DO ATIVO	**916.469**	**TOTAL DO PASSIVO**	**916.469**

A CEM detinha a concessão da Usina Hidrelétrica Cana Brava, localizada no Rio Tocantins, norte do Estado de Goiás, com capacidade instalada de 450 MW e 273,4 MW médios de energia assegurada. A concessão para construção e exploração do empreendimento tem prazo de vigência de 35 anos, a partir de 27/08/1998 e foi transferida para a Companhia após a conclusão da operação de incorporação.

Companhia Energética São Salvador (CESS)
A CESS é titular da concessão do aproveitamento hidrelétrico São Salvador, que possui 243,2 MW de capacidade instalada e 148,5 MW médios de energia assegurada. Em outubro de 2006, a CESS comercializou no 3º Leilão de Energia Nova, por um período de 30 anos, que se iniciará em janeiro de 2011, 148 MW médios com empresas distribuidoras de energia elétrica que participam do Ambiente de Contratação Regulada (ACR).
O montante pago que excede o valor contábil do patrimônio líquido da CESS, no valor de R$ 35.057, no balanço consolidado está apresentado no ativo imobilizado. Este valor poderá ser acrescido de R$ 18.000, caso ocorra a concatenação entre a data do início dos pagamentos relativos ao Uso do Bem Público (UBP) e o início do fornecimento de energia elétrica nos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica (CCEARs), previsto para 2011, ou no Ambiente de Comercialização Livre a preços e montantes compatíveis com aqueles contratados no âmbito da CCEARs e pelo prazo que seja complementar ao prazo de fornecimento previsto nos CCEARs.
Pela outorga da concessão onerosa da UHE São Salvador, a CESS pagará à União, por intermédio da ANEEL, o valor original de R$ 555.000, em parcelas mensais proporcionais ao valor anual reajustado. De acordo com o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, datado de 18/07/2007, o início do pagamento dar-se-á a partir da operação comercial da 1ª unidade geradora da UHE São Salvador, ou a partir do início da entrega da energia objeto de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), o que ocorrer primeiro, até o término da concessão, em abril de 2037.
Ainda conforme o referido aditivo, este valor foi atualizado anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) até a data do aditivo contratual, em 18/07/2007, e a partir desta data, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).
Os valores contratuais atualizados são os seguintes:

	2008	2007
Valor anual	33.168	33.009
Parcelas mensais (1/12)	2.764	2.751
Valor nominal total	995.029	935.264
Valor presente total	326.659	286.317

O valor presente total foi calculado com base na taxa de desconto de 10% a.a., tradicionalmente utilizada no setor elétrico brasileiro, considerando os pagamentos no período de 01/03/2009 a 23/04/2037. O reconhecimento da concessão a pagar, pelo seu valor presente, em contrapartida do ativo imobilizado, ocorrerá quando do início da operação comercial da Usina, prevista para o primeiro semestre de 2009.

Lages Bioenergética Ltda. (Lages)
A Lages detém a autorização da central geradora termelétrica Lages, localizada no Município de Lages (SC), com um turbogerador a vapor de 28 MW, utilizando resíduos de madeira como combustível. A autorização para implantação e exploração do empreendimento tem prazo de 30 anos, a contar de 30/10/2002.
A Usina de Cogeração, no ano de 2006, obteve o registro no Comitê Executivo de Mecanismo do Desenvolvimento Limpo (MDL) da Organização das Nações Unidas (ONU) por utilizar resíduos de madeira para negociar créditos de carbono.

Tractebel Energia Comercializadora Ltda.
A Sociedade tem por objeto social a comercialização de energia elétrica no mercado de livre negociação, incluindo a compra, a venda, a importação e a exportação de energia elétrica, bem como a intermediação de qualquer dessas operações, a prática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades.

Delta Energética S.A. (Delta)
Em 2008 a Sociedade não exerceu atividades operacionais. A Delta é a controladora da Seival Participações S.A. (Seival). A Seival é uma *holding* de propósito específico, detentora de 99,99% do capital social da Usina Termelétrica Seival Ltda., com sede na cidade de Porto Alegre (RS).
A aquisição da Seival tem como principal objetivo acrescentar ganhos ao desenvolvimento do projeto para exportação de energia ao Uruguai, uma vez que detém os direitos (incluindo autorização da ANEEL, licença prévia e opção de compra de imóvel) para implantar e explorar uma termelétrica a carvão em Candiota (RS), com potência instalada de até 540 MW.
O preço de aquisição foi de R$ 23.813 e a diferença entre o montante pago e o valor contábil patrimonial da Seival foi de R$ 19.528, o qual será amortizado a partir do início da operação comercial da empresa.

Energia América do Sul Ltda. (EAS)
No ano de 2008, a EAS, controlada integral da Companhia, adquiriu o controle acionário da Ponte de Pedra Energética S.A. (PPESA), pelo montante de R$ 644.919, após o cumprimento de determinadas condições constantes do contrato de compra e venda de ações celebrado em 13 de dezembro de 2007, dentre elas, a anuência prévia da ANEEL e a aprovação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
O valor pago pela Companhia que excede o valor contábil do patrimônio líquido da PPESA, no montante de R$ 359.948, tem como fundamento o imobilizado e está sendo alocado como parte desse ativo, no balanço consolidado, e está sendo amortizado no prazo remanescente da concessão, que se encerra em setembro de 2034. O saldo líquido de amortização, em 31/12/2008, é de R$ 351.110.
A PPESA detém a concessão da hidrelétrica Ponte de Pedra, uma usina hidrelétrica com capacidade instalada de 176,1 MW (energia assegurada de 131,6 MW médios) em operação comercial desde setembro de 2005, localizada no Rio Correntes no Estado de Mato Grosso e, também, possui isenção parcial do imposto de renda pelo prazo de 10 anos, a partir do exercício de 2006, por estar localizada em área incentivada da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Gama Participações Ltda. (Gama)
A Gama é uma controlada integral da Companhia que, durante o exercício de 2008, adquiriu e constituiu algumas empresas. A seguir informações sobre as controladas da Gama.

Tupan Energia Elétrica S.A. (Tupan) e Hidropower Energia S.A. (Hidropower)
A Gama, em dezembro de 2008, concluiu o processo de aquisição da totalidade do capital social da Tupan e da Hidropower pelo valor de R$ 240.859.
O valor pago pela Gama que excede o valor contábil patrimonial da Tupan e da Hidropower, nos valores de R$ 91.436 e R$ 83.544, respectivamente, tem como fundamento o imobilizado e está sendo alocado como parte desse ativo, no balanço consolidado, e está sendo amortizado no prazo remanescente da autorização, que se encerra em dezembro de 2032.
A Tupan detém autorização outorgada pela ANEEL para explorar a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Rondonópolis, com capacidade instalada de 26,6 MW, em operação comercial desde dezembro de 2007. A PCH está localizada em Rondonópolis (MT), no Rio Ponte de Pedra e, tem energia assegurada de 14 MW médios. A Tupan possui 118,36 GWh/ano de energia contratada com a Centrais Elétricas do Brasil S.A. (ELETROBRÁS), através do PROINFA, até 2027, ao preço de R$ 153,61/MWh.
A Hidropower detém autorização outorgada pela ANEEL para explorar a PCH Engenheiro José Gelazio da Rocha, com capacidade instalada de 23,7 MW, em operação comercial desde fevereiro de 2007. Localizada em Rondonópolis (MT), no Rio Ponte de Pedra, a PCH tem energia assegurada de 11,9 MW médios. A Hidropower possui 100,49 GWh/ano de energia contratada até 2027 com a ELETROBRAS, através do PROINFA, ao preço de R$ 153,61/MWh.

Eólica Beberibe S.A. (Beberibe), Eólica Pedra do Sal S.A. (Pedra do Sal), Hidrelétrica Areia Branca S.A. (Areia Branca) e Econergy Brasil Serviços Corporativos Ltda. (Econergy Serviços)
A Companhia, em dezembro de 2008, adquiriu a totalidade do capital social da Eólica Beberibe S.A. (Beberibe) pelo montante de R$ 100.800, da Eólica Pedra do Sal S.A. (Pedra do Sal) por R$ 52.200, da Hidrelétrica Areia Branca S.A. (Areia Branca) pelo valor de R$ 46.800 e da Econergy Brasil Serviços Corporativos Ltda. (Econergy Serviços) por R$ 200, totalizando R$ 200.000 (R$ 194.356 líquidos de impostos).
O valor pago pela Gama que excede o valor contábil do patrimônio líquido da Beberibe, da Pedra do Sal e da Areia Branca, nos valores de R$ 50.965, R$ 19.319 e R$ 8.054, respectivamente, tem como fundamento o imobilizado e está sendo alocado como parte desse ativo, no balanço consolidado. A amortização inicia-se a partir do início da operação comercial e ocorrerá durante o prazo da concessão, que se encerra no período de 2030 a 2033.
A Eólica Beberibe S.A. detém autorização outorgada pela ANEEL para explorar o Parque Eólico Beberibe, com capacidade instalada de 25,60 MW e energia assegurada de 8 MW médios. Localizada em Beberibe (CE), possui 85,07 GWh/ano de energia contratada por 20 anos com a ELETROBRAS, através do PROINFA, ao preço de R$ 247,81/MWh. A empresa entrou em operação comercial em setembro de 2008.
A Eólica Pedra do Sal S.A. detém autorização outorgada pela ANEEL para explorar o Parque Eólico Pedra do Sal, com capacidade instalada de 17,85 MW e energia assegurada de 8 MW médios. Localizada em Parnaíba (PI), possui 66,29 GWh/ano de energia contratada com a ELETROBRAS através do PROINFA, por 20 anos, ao preço de R$ 241,20/MWh. A operação comercial da sociedade foi iniciada em dezembro de 2008.
A Hidrelétrica Areia Branca S.A. detém autorização outorgada pela ANEEL para explorar a PCH Areia Branca, com capacidade instalada de 19,80 MW. Localizada em Caratinga (MG), possui 90,84 GWh/ano de energia contratada por 20 anos com a ELETROBRAS, através do PROINFA, ao preço de R$ 153,91/MWh. A PCH tem previsão de entrar em operação no 1º semestre de 2009.
A Econergy Serviços é uma sociedade prestadora de serviços administrativos e tecnológicos para a as empresas anteriormente mencionadas.

Ibitiúva Bioenergética S.A. (Ibitiúva)
A Ibitiúva foi constituída em 2008, para participar, através do Consórcio Andrade, do 1º Leilão de Energia de Reserva, promovido pela ANEEL.
O Consórcio Andrade é formado pela Ibitiúva e pela Andrade Açúcar e Álcool S.A., controlada da Açúcar Guarani S.A. e, vendeu 20 MW médios de energia elétrica no referido Leilão, pelo preço de R$ 158,11/MWh, a ser entregue por um período de 15 anos, a partir de 2010.
A energia elétrica vendida será gerada pela UTE Destilaria Andrade, em implantação no município de Pitangueiras (SP), que terá capacidade instalada de 33 MW e garantia física de 20 MW médios e, utilizará como combustível o bagaço resultante do processamento da cana-de-açúcar na unidade produtora de açúcar e etanol Andrade do Grupo Guarani. O investimento previsto para a construção da Usina é de R$ 120.000 com recursos próprios e do BNDES ou o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e o início da construção está previsto para março de 2009.

Lagoa Formosa Bioenergética Ltda.
A Sociedade é controlada integral da Tractebel Energia e foi constituída com o objetivo de construir a Usina Cogeração São João, um empreendimento à biomassa de cana-de-açúcar em consórcio com a empresa Dedini Açúcar e Álcool Ltda., pertencente ao Grupo Dedini Agro.
Em setembro de 2007, a Dedini foi adquirida pelo grupo espanhol Abengoa, que optou por desfazer tal parceria. A Tractebel Energia, entretanto, terá direito a uma compensação financeira a título de indenização pelo descumprimento dos termos contratados entre as partes. O projeto havia vendido 23 MW médios, a partir de 2010, no 1º Leilão de Fontes Alternativas promovido pela ANEEL, em junho do ano corrente, cujo compromisso de implantação e entrega permanece com a Dedini.
No ano de 2008 a Companhia recebeu parte do valor incontroverso da causa, relativo a multa contratual, e permanece em discussão quanto à parte que a Companhia entende como valor indenizável.

b.2) Avaliadas pelo custo de aquisição

Machadinho Energética S.A. (MAESA)
A Companhia adquiriu, em março de 2007, por R$ 28.793, a participação acionária de 2,82% na MAESA. A MAESA explora, através de consórcio, a UHE Machadinho. O Consórcio Machadinho é composto pela Tractebel Energia S.A., no qual participa com 19,28% e por outras empresas consorciadas, que juntas detêm 80,72%.

11 ATIVO IMOBILIZADO

a) Composição

	Controladora				
	2008				2007
	Taxas médias de depreciação	Custo corrigido	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizações em serviço					
Geração hidráulica					
UHE Salto Santiago	2,5	641.188	(520.565)	120.623	135.231
UHE Salto Osório	2,7	332.545	(239.351)	93.194	75.201
UHE Passo Fundo	2,4	120.159	(94.074)	26.085	28.186
UHE Itá (em consórcio)	3,6	1.233.683	(265.073)	968.610	1.012.729
UHE Machadinho (em consórcio)	3,2	180.618	(31.470)	149.148	154.336
UHE Cana Brava	3,0	964.194	(158.386)	805.808	-
		3.472.387	**(1.308.919)**	**2.163.468**	**1.405.683**
Geração térmica					
Complexo Jorge Lacerda	4,4	2.521.171	(1.447.070)	1.074.101	1.131.510
UTE Charqueadas	6,4	59.398	(51.398)	8.000	8.304
UTE Alegrete	3,6	8.289	(7.356)	933	979
UTE William Arjona	4,3	174.706	(79.446)	95.260	99.343
		2.763.564	**(1.585.270)**	**1.178.294**	**1.240.136**
Equipamentos gerais e outros	10,0	**52.436**	**(27.006)**	**25.430**	**24.852**
		6.288.387	**(2.921.195)**	**3.367.192**	**2.670.671**
Imobilizações em curso					
Geração hidráulica		**9.395**	**-**	**9.395**	**20.452**
Geração térmica		**43.681**	**-**	**43.681**	**41.375**
Equipamentos gerais e outros		**3.824**	**-**	**3.824**	**2.200**
		56.900	**-**	**56.900**	**64.027**
Total das imobilizações		**6.345.287**	**(2.921.195)**	**3.424.092**	**2.734.698**
Obrigações especiais		**(9.755)**	**-**	**(9.755)**	**(9.480)**
		6.335.532	**(2.921.195)**	**3.414.337**	**2.725.218**

Continua...

VEC – 6COL X 52CM – PÁG. 5
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: VEC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
peltran 11 3885.9696
[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_VEC.indd 5 24/3/2009 13:44:37

...Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Em milhares de reais)

	Consolidado 2008				2007
	Taxas médias de depreciação	Custo corrigido	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizações em serviço					
Geração hidráulica					
UHE Salto Santiago	2,5	641.188	(520.565)	120.623	135.231
UHE Salto Osório	2,7	332.545	(239.351)	93.194	75.201
UHE Passo Fundo	2,4	120.159	(94.074)	26.085	28.186
UHE Itá (em consórcio)	3,6	1.777.842	(372.510)	1.405.332	1.460.709
UHE Machadinho (em consórcio)	3,2	180.618	(31.470)	149.148	154.336
UHE Cana Brava	3,0	964.194	(158.386)	805.808	828.710
UHE Ponte de Pedra	3,7	1.180.542	(58.900)	1.121.642	-
PCH Rondonópolis	3,3	185.341	(3.723)	181.618	-
PCH Engenheiro José Gelazio da Rocha	3,3	156.511	(5.151)	151.360	-
		5.538.940	**(1.484.130)**	**4.054.810**	**2.682.373**
Geração térmica					
Complexo Jorge Lacerda	4,4	2.521.171	(1.447.070)	1.074.101	1.131.510
UTE Charqueadas	6,4	59.398	(51.398)	8.000	8.304
UTE Alegrete	3,6	8.289	(7.356)	933	979
UTE William Arjona	4,3	174.706	(79.446)	95.260	99.343
Unidade de Cogeração Lages	4,4	75.724	(14.887)	60.837	62.613
		2.839.288	**(1.600.157)**	**1.239.131**	**1.302.749**
Geração eólica					
EOL Beberibe	5,1	**184.617**	**(2.007)**	**182.610**	**-**
Equipamentos gerais e outros	10,0	**52.839**	**(27.174)**	**25.665**	**24.916**
		8.615.684	**(3.113.468)**	**5.502.216**	**4.010.038**
Imobilizações em curso					
UHE São Salvador		870.081	-	870.081	653.738
PCH Areia Branca		98.586	-	98.586	-
Outras UHE (obras de adição)		10.919	-	10.919	24.861
Geração hidráulica		**979.586**	**-**	**979.586**	**678.599**
Geração térmica		**54.695**	**-**	**54.695**	**43.379**
Geração eólica - Pedra do Sal		**107.792**	**-**	**107.792**	**-**
Equipamentos gerais e outros		**3.854**	**-**	**3.854**	**2.200**
		1.145.927	**-**	**1.145.927**	**724.178**
Total das imobilizações		**9.761.611**	**(3.113.468)**	**6.648.143**	**4.734.216**
Obrigações especiais		**(9.880)**	**-**	**(9.880)**	**(9.605)**
		9.751.731	**(3.113.468)**	**6.638.263**	**4.724.611**

b) Mutação do ativo imobilizado

	Controladora			Consolidado		
	Em serviço	Em curso	Total	Em serviço	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2006	**2.791.039**	**54.890**	**2.845.929**	**4.173.802**	**60.737**	**4.234.539**
Ingressos						
UHE São Salvador	-	-	-	-	650.634	650.634
Demais usinas	-	67.586	67.586	-	71.401	71.401
Transferências	58.196	(58.196)	-	59.000	(59.000)	-
Transferência do diferido	-	-	-	-	3.552	3.552
Depreciação	(176.066)	-	(176.066)	(220.266)	-	(220.266)
Baixas	(2.498)	(253)	(2.751)	(2.498)	(3.146)	(5.644)
Saldo em 31/12/2007	**2.670.671**	**64.027**	**2.734.698**	**4.010.038**	**724.178**	**4.734.216**
Ingressos						
UHE São Salvador	-	-	-	-	288.516	288.516
UHE Cana Brava	825.608	476	826.084	-	-	-
UHE Ponte de Pedra	-	-	-	1.129.404	7.374	1.136.778
PCH Eng. José Gelazio da Rocha	-	-	-	151.626	-	151.626
PCH Rondonópolis	-	-	-	181.923	-	181.923
PCH Areia Branca	-	-	-	-	98.586	98.586
UTE Destilaria Andrade	-	-	-	-	10.180	10.180
EOL Beberibe	-	-	-	197.490	-	197.490
EOL Pedra do Sal	-	-	-	-	107.815	107.815
Demais usinas	472	73.322	73.794	598	74.509	75.107
Transferência dos ativos diferido e intangível	-	-	-	3.196	255	3.451
Transferência de créditos de PIS e COFINS *(*)*	-	-	-	(13.459)	(72.427)	(85.886)
Transferências	80.925	(80.925)	-	93.059	(93.059)	-
Depreciação	(207.467)	-	(207.467)	(248.627)	-	(248.627)
Baixas	(3.017)	-	(3.017)	(3.032)	-	(3.032)
	3.367.192	**56.900**	**3.424.092**	**5.502.216**	**1.145.927**	**6.648.143**
Obrigações especiais	(9.755)	-	(9.755)	(9.880)	-	(9.880)
Saldo em 31/12/2008	**3.357.437**	**56.900**	**3.414.337**	**5.492.336**	**1.145.927**	**6.638.263**

(*) Transferência para o ativo circulante e realizável a longo prazo dos créditos de PIS e COFINS sobre as aquisições de máquinas e equipamentos e edificações da CESS.

c) Depreciação dos ativos que integram o Projeto Original das Usinas
A Lei nº 8.987/95, de 13/02/2005, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, prevê o seguinte em seu Art. 36, *"A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido".*
O Decreto nº 2003, de 10/09/1996, que regulamenta a produção de energia elétrica por produtor independente e por autoprodutor, estabelece o que segue em seu Art. 20, *"No final do prazo da concessão ou autorização, os bens e as instalações realizados para a geração independente e para a autoprodução de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados.*
Parágrafo 1º. Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original, e a depreciação apurada por auditoria do poder concedente.
Parágrafo 2º. No caso de usinas termelétricas, não será devida indenização dos investimentos realizados, assegurando-se, porém, ao produtor independente ou ao autoprodutor remover as instalações."
Considerando a interpretação da legislação anteriormente mencionada de que não haverá indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo da concessão, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original, a Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2007, passou a depreciar estes ativos de acordo com as taxas determinadas pela ANEEL, limitada ao prazo de concessão.

d) Apropriação dos encargos financeiros
Os encargos financeiros vinculados aos financiamentos da CESS, cujo valor no ano foi de R$ 44.890 (R$ 14.559 em 2007), estão sendo reconhecidos no imobilizado em curso.

e) Obrigações especiais
Referem-se a obrigações vinculadas ao serviço público de energia elétrica e representam os valores aplicados nos empreendimentos sob concessão, com recursos da União e de doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador. A quitação dessas obrigações dar-se-á no vencimento das respectivas concessões, estabelecido pelo Poder Concedente.

f) Concessões e autorizações do Órgão Regulador
A Companhia e suas controladas possuem as seguintes concessões e autorizações para exploração de energia elétrica:

	Detentora da concessão ou autorização	Capacidade instalada MW	Data do ato	Vencimento
I – Concessões				
UHE Salto Santiago	Controladora	1.420	28/09/1998	27/09/2028
UHE Salto Osório	Controladora	1.078	28/09/1998	27/09/2028
UHE Passo Fundo	Controladora	226	28/09/1998	27/09/2028
UHE Itá	Controladora/ITASA	1.450	28/12/1995	16/10/2030
UHE Machadinho	Controladora	1.140	15/07/1997	14/07/2032
UHE Cana Brava	Controladora	450	27/08/1998	26/08/2033
UHE Ponte de Pedra	PPESA	176	01/10/1999	30/09/2034
UHE São Salvador	CESS	243	23/04/2002	22/04/2037
II – Autorizações				
Complexo Jorge Lacerda	Controladora	857	28/09/1998	27/09/2028
UTE Charqueadas	Controladora	72	28/09/1998	27/09/2028
UTE Alegrete	Controladora	66	28/09/1998	27/09/2028
UTE William Arjona	Controladora	190	02/06/2000	28/04/2029
Unidade de Cogeração Lages	Lages Bioenergética	28	30/10/2002	29/10/2032
PCH Rondonópolis	Tupan	27	19/12/2002	18/12/2032
PCH Eng. José Gelazio da Rocha	Hidropower	24	19/12/2002	18/12/2032
PCH Areia Branca	Hidrelétrica Areia Branca	20	03/05/2000	02/05/2030
EOL Pedra do Sal	Eólica Pedra do Sal S.A.	18	02/10/2002	01/10/2032
EOL Beberibe	Eólica Beberibe S.A.	26	04/08/2003	03/08/2033

A concessão pertinente à UHE Itá está compartilhada com a controlada em conjunto ITASA (ver Nota 10 - b.1) e a concessão da UHE Machadinho está compartilhada com outros concessionários que compõem o Consórcio Machadinho (ver Nota 10 - b.2).

g) Indisponibilidade dos bens
De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

h) Bens da União utilizados pela Companhia
A Companhia exerce a posse e opera a Usina Termelétrica Alegrete, composta de duas unidades geradoras com capacidade total de 66 MW e uma vila residencial com 15 casas, localizada no Município de Alegrete (RS), de titularidade da União e cedida em regime especial de utilização.

12 ATIVO INTANGÍVEL

	Controladora 2008				2007
	Taxas médias de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso	20,0	11.110	(9.225)	1.885	2.185
Ágio incorporado da CEM	10,0	44.578	(26.623)	17.955	-
		55.688	**(35.848)**	**19.840**	**2.185**

	Consolidado 2008				2007
	Taxas médias de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso	20,0	15.741	(9.475)	6.266	2.316
Direito de compra de energia	10,0	64.561	-	64.561	-
Ágio incorporado da CEM	10,0	44.578	(26.623)	17.955	22.289
Ágio incorporado da ITASA	10,0	72.793	(54.388)	18.405	27.948
Direitos adquiridos (UTE Seival)	-	19.528	-	19.528	19.528
		217.201	**(90.486)**	**126.715**	**72.081**

O direito de compra de energia será amortizado durante a vigência do contrato de compra, de 2013 a 2023. A amortização dos direitos adquiridos da UTE Seival ocorrerá a partir do início da operação comercial da Usina, cuja data ainda não pode ser prevista devido ao estágio em que se encontra o projeto.

13 UNIDADES 4 E 5 DA UTE WILLIAM ARJONA

As unidades geradoras 4 e 5 da usina termelétrica William Arjona, com potência total de 70 MW, utilizam gás natural para geração de energia elétrica e foram implantadas com o objetivo específico de atender a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (CBEE), sob a regência do Contrato de Suprimento de Energia Elétrica firmado em 10/01/2002, com vigência até 31/12/2004.
A Administração da Companhia vinha considerando a possibilidade de desativar tais unidades geradoras no final do contrato com a CBEE. Em linha com esta possibilidade, a Companhia amortizou o valor econômico destes ativos no período de sua utilização, atingindo um valor residual compatível com o valor estimado de alienação.
Em 26/10/2004 a Administração da Companhia comunicou à assessoria do MME que, após o término do contrato com a CBEE, as referidas unidades geradoras seriam mantidas e estariam à disposição para operação centralizada, de acordo com as normas e procedimentos do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a partir de 01/01/2005, nas mesmas condições das unidades 1, 2 e 3.
Desta forma, o processo de depreciação das referidas unidades não foi interrompido. Concomitantemente com a depreciação, a Companhia vem revertendo a amortização acelerada reconhecida ao longo do contrato com a CBEE.
O valor residual das unidades geradoras 4 e 5 em 31/12/2008 e 2007 é de R$ 33.134.

14 FORNECEDORES

	Controladora 2008	Controladora 2007	Consolidado 2008	Consolidado 2007
Energia elétrica comprada	46.492	79.012	78.579	70.428
Transações no âmbito da CCEE	2.002	17.631	3.851	19.536
Encargos de uso da rede elétrica	64.196	49.747	67.852	54.167
Combustíveis fósseis/biomassa	-	40.195	145	39.148
Materiais e serviços	36.339	43.123	61.940	90.632
	149.029	**229.708**	**212.367**	**273.911**

15 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição

	Controladora 2008			2007		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira						
Secretaria do Tesouro Nacional (STN), líquido de garantias depositadas	24.173	175.841	200.014	20.545	160.504	181.049
BNP Paribas *(Floating Rate Note)*	-	129.526	129.526	-	104.343	104.343
Deutsche Bank	4.490	-	4.490	3.403	3.403	6.806
ABN AMRO Bank	-	-	-	2.498	-	2.498
Encargos	4.568	-	4.568	4.501	-	4.501
	33.231	**305.367**	**338.598**	**30.947**	**268.250**	**299.197**
Moeda nacional						
ELETROBRAS	27.445	41.114	68.559	34.005	66.464	100.469
BNDES	14.947	49.823	64.770	1.790	-	1.790
Banco do Brasil	3.529	7.059	10.588	3.529	10.588	14.117
Notas Promissórias	400.000	-	400.000	-	-	-
Encargos	33.367	-	33.367	984	-	984
	479.288	**97.996**	**577.284**	**40.308**	**77.052**	**117.360**
	512.519	**403.363**	**915.882**	**71.255**	**345.302**	**416.557**

	Consolidado 2008			2007		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira						
Secretaria do Tesouro Nacional (STN), líquido de garantias depositadas	24.173	175.841	200.014	20.545	160.504	181.049
BNP Paribas *(Floating Rate Note)*	-	129.526	129.526	-	104.343	104.343
Deutsche Bank	4.490	-	4.490	3.403	3.403	6.806
ABN AMRO Bank	-	-	-	2.498	-	2.498
Encargos	4.568	-	4.568	4.501	-	4.501
	33.231	**305.367**	**338.598**	**30.947**	**268.250**	**299.197**
Moeda nacional						
ELETROBRAS	27.445	41.114	68.559	34.005	66.464	100.469
BNDES	47.816	389.259	437.075	28.793	255.545	284.338
Agentes financiadores (BNDES)	52.650	725.722	778.372	14.990	338.409	353.399
Banco do Brasil	7.495	38.125	45.620	3.529	10.588	14.117
BRDE	6.826	18.203	25.029	6.810	24.969	31.779
Caixa Econômica Federal (CEF)	5.157	51.574	56.731	-	-	-
Notas Promissórias	400.000	-	400.000	-	-	-
ABN AMRO Real	55.026	-	55.026	-	-	-
Bradesco	829	-	829	-	-	-
Encargos	35.438	10.961	46.399	1.950	6.506	8.456
	638.682	**1.274.958**	**1.913.640**	**90.077**	**702.481**	**792.558**
	671.913	**1.580.325**	**2.252.238**	**121.024**	**970.731**	**1.091.755**

Em maio de 2008 a Companhia concluiu o processo de distribuição pública da 3ª emissão de Notas Promissórias Comerciais, tendo sido emitidas 40 (quarenta) notas ao valor total de R$ 400.000, com vencimento em maio de 2009. Os subscritores das Notas foram os Coordenadores e Instituições Financeiras ligadas à Emissora e aos Coordenadores.

b) Mutação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31/12/2006	**256.152**	**344.197**	**600.349**	**306.079**	**610.251**	**916.330**
Ingressos	-	-	-	-	392.651	392.651
Transferências	61.311	(61.311)	-	110.139	(110.139)	-
Postecipação do vencimento	(101.289)	101.289	-	(101.289)	101.289	-
Encargos gerados	54.075	-	54.075	82.687	15.552	98.239
Variações cambiais	(21.067)	(33.465)	(54.532)	(21.067)	(33.465)	(54.532)
Remuneração de garantias depositadas	-	(5.408)	(5.408)	-	(5.408)	(5.408)
Amortizações	(177.927)	-	(177.927)	(255.525)	-	(255.525)
Saldo em 31/12/2007	**71.255**	**345.302**	**416.557**	**121.024**	**970.731**	**1.091.755**
Ingressos	400.000	-	400.000	416.708	166.824	583.532
Incorporação da CEM	15.203	62.153	77.356	-	-	-
Aquisição da PPESA	-	-	-	42.023	252.135	294.158
Aquisições efetuadas pela Gama *(*)*	-	-	-	54.488	225.025	279.513
Transferências	64.727	(64.727)	-	142.906	(142.906)	-
Encargos gerados	72.475	110	72.585	114.956	47.991	162.947
Variações cambiais	10.879	69.364	80.243	11.275	69.364	80.639
Remuneração de garantias depositadas	-	(8.839)	(8.839)	-	(8.839)	(8.839)
Amortizações	(122.020)	-	(122.020)	(231.467)	-	(231.467)
Saldo em 31/12/2008	**512.519**	**403.363**	**915.882**	**671.913**	**1.580.325**	**2.252.238**

(*) Referem-se aos ingressos referentes aos empréstimos das empresas Tupan, Hidropower, Pedra do Sal, Eólica Beberibe e Areia Branca, adquiridas pela Gama Participações Ltda., controlada integral da Companhia.

c) Composição por tipo de moeda estrangeira e indexadores nacionais

	Controladora 2008			2007		
	Moeda mil	Reais	%	Moeda mil	Reais	%
Moeda estrangeira						
Dólar Americano (USD)	89.076	208.169	22,73	109.411	193.800	46,52
Euro (EUR)	40.279	130.429	14,24	40.404	105.397	25,31
		338.598	**36,97**		**299.197**	**71,83**
Moeda nacional						
CDI		433.011	47,28		-	-
TJLP		65.045	7,10		-	-
Não indexado		79.228	8,65		117.360	28,17
		577.284	**63,03**		**117.360**	**28,17**
		915.882	**100,00**		**416.557**	**100,00**

	Consolidado 2008			2007		
	Moeda mil	Reais	%	Moeda mil	Reais	%
Moeda estrangeira						
Dólar Americano (USD)	89.076	208.169	9,24	109.411	193.800	17,75
Euro (EUR)	40.279	130.429	5,79	40.404	105.397	9,66
		338.598	**15,03**		**299.197**	**27,41**
Moeda nacional						
CDI		488.866	21,71		-	-
TJLP		1.299.049	57,68		675.198	61,84
UMBNDES590 *(*)*		11.236	0,50		-	-
Não indexado		114.489	5,08		117.360	10,75
		1.913.640	**84,97**		**792.558**	**72,59**
		2.252.238	**100,00**		**1.091.755**	**100,00**

(*) Índice relativo à cesta de moedas calculado pelo BNDES.

d) Variação das moedas estrangeiras e indexadores

	(%) 2008	2007
Moeda – indexador		
Dólar Americano (USD)	31,94	(17,15)
Euro (EUR)	24,14	(7,50)
TJLP	6,25	6,37
CDI	12,35	11,82
UMBNDES590	33,86	-

e) Condições contratadas

	Controladora	Consolidado
Moeda estrangeira		
STN e Deutsche Bank	Libor + 0,55% a.a. a 1,075 % a.a.	Libor + 0,55% a.a. a 1,075 % a.a.
BNP Paribas *(Floating Rate Note)*	Euribor + 2,75% a.a.	Euribor + 2,75% a.a.
Moeda nacional		
ELETROBRAS	12% a.a.	12% a.a.
BNDES, Agentes financiadores do BNDES e BRDE	TJLP + 4% a.a.	TJLP + 2,5% a.a. a 5,0% a.a. e UMBNDES + 5% + Taxa Variável (ª)
Bancos comerciais:		
Taxa fixa	8,13% a.a.	8,13% a.a. a 9,5% a.a.
Vinculada ao CDI	-	100% a 102 % do CDI
Vinculada a TJLP	-	TJLP + 3,5% a.a.
Notas Promissórias 3ª emissão	103,5% do CDI	103,5% do CDI

(ª) Custo médio ponderado de todas as taxa e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira.

f) Vencimentos dos empréstimos e financiamentos apresentados no passivo não circulante

	Controladora			Consolidado		
	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total
2010	21.239	48.795	70.034	21.239	188.711	209.950
2011	21.239	29.272	50.511	21.239	169.188	190.427
2012	15.718	14.947	30.665	15.718	152.588	168.306
2013	10.197	4.982	15.179	10.197	131.285	141.482
2014	4.929	-	4.929	4.929	105.943	110.872
2015	129.526	-	129.526	129.526	77.645	207.171
2016 a 2023	-	-	-	-	449.598	449.598
2024	102.519	-	102.519	102.519	-	102.519
	305.367	**97.996**	**403.363**	**305.367**	**1.274.958**	**1.580.325**

g) Garantias

g.1) Tractebel Energia S.A.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira
Secretaria do Tesouro Nacional (STN): (a) Cessão e transferência à União dos recebíveis, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento; (b) depósito, em forma de caução, no valor R$ 94.398, em 31/12/2008, o qual está apresentado em conta retificadora do financiamento correspondente.
Não há garantias concedidas para os demais empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira da Companhia.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional
ELETROBRAS: (a) Procuração ao credor com poderes de, em caso de inadimplência, transferir para o seu próprio nome, os valores necessários para o pagamento de sua dívida, a partir da conta bancária arrecadadora de receitas da Companhia; (b) Notas Promissórias no montante referente ao do financiamento, estando os títulos vinculados aos termos contratuais.
Banco do Brasil: (a) Cessão e transferência de crédito no valor de R$ 8.726, representado por venda de energia elétrica ou outros recursos com a mesma finalidade; (b) caução de Nota Promissória no valor correspondente ao do financiamento.
BNDES: Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito e do Contrato de Subscrição e Integralização de Debêntures: Em conseqüência da incorporação da CEM pela Tractebel Energia, ocorrida em 28/03/2008, as garantias anteriormente existentes nos dois Contratos, foram substituídas por Carta de Fiança do UNIBANCO, no valor de R$ 131.966, com validade até 15/10/2013.

g.2) ITASA
BNDES e Agentes Financiadores do BNDES: (a) Penhor de Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da UHE Itá; (b) Penhor de Direitos Creditórios decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados com seus acionistas; (c) conta reserva num montante equivalente a três meses da dívida do BNDES (substituída por fiança bancária) e três meses das despesas contratuais de operação e manutenção da UHE Itá. Além dessas garantias, os sócios caucionaram a totalidade das ações da ITASA ao BNDES e Agentes Financiadores.

g.3) Lages Bioenergética Ltda.
BRDE: (a) Cessão dos direitos creditórios do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado com a CELESC, com a interveniência da Companhia; (b) cessão dos Direitos de Indenização decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Vapor e Compra e Venda de Biomassa celebrados com as empresas Sofia Industrial e Exportadora Ltda. e a Battistella Ind. e Com. Ltda.; (c) cessão dos Direitos Emergentes da Autorização concedida pela ANEEL para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica; (d) obrigação de manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a, em média, quatro meses do serviço da dívida.

g.4) Companhia Energética São Salvador (CESS)
BNDES e Agentes Financiadores do BNDES: (a) Penhor de Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da UHE São Salvador; (b) Conta Centralizadora de Direitos Creditórios para recebimento dos direitos de crédito da CESS; e (c) obrigação de manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a três meses do serviço da dívida acrescido do valor de três meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção do Projeto.

g.5) Ponte de Pedra Energética S.A. (PPESA)
BNDES e Agentes Financiadores do BNDES: (a) Penhor de Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da UHE Ponte de Pedra; (b) Conta Centralizadora de Direitos Creditórios para recebimento dos direitos de crédito da PPESA; e (c) obrigação de manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a três meses do serviço da dívida acrescido do valor de três meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção do Projeto.

g.6) Tupan Energia Elétrica S.A. (Tupan)
Caixa Econômica Federal (CEF): (a) Hipoteca de terreno e imóveis; (b) Alienação fiduciária de equipamentos; (c) totalidade das ações representativas do Capital Social; e (d) Recebíveis e Conta Reserva. A Companhia está em negociação para substituir as fianças pessoais emitidas pelos antigos sócios, por uma Carta Fiança Corporativa da Tractebel Energia S.A.

g.7) Hidropower Energia S.A. (Hidropower)
Banco do Brasil: (a) Totalidade das ações representativas do Capital Social; e (b) Recebíveis e Conta Reserva. A Companhia está negociando a substituição das fianças pessoais emitidas pelos antigos sócios, por uma Carta Fiança Corporativa da Tractebel Energia S.A.

g.8) Eólica Beberibe S.A. e Areia Branca S.A.
BNDES: (a) Alienação fiduciária de bens e equipamentos; (b) totalidade das ações representativas do Capital Social; e (c) Recebíveis e Conta Reserva.

g.9) Eólica Pedra do Sal S.A.
ABN Amro Real S.A. - Penhor das quotas de aplicações financeiras da GDF Suez Energy Latin America Participações Ltda. A garantia será substituída, a partir de fevereiro de 2009, por Carta Fiança Corporativa da Tractebel Energia S.A.

h) Compromissos contratuais (*covenants*)
Os principais *covenants* financeiros estabelecidos nos contratos de empréstimos e financiamentos estão sendo cumpridos pela Companhia.

16 DEBÊNTURES

a) Composição

	2008			2007		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Tractebel Energia S.A.						
1ª Emissão (1ª Série)	9.141	140.000	149.141	6.483	142.539	149.022
1ª Emissão (2ª Série)	-	60.000	60.000	-	60.000	60.000
2ª Emissão (Série Única)	-	381.080	381.080	404	357.763	358.167
Cana Brava (Série Única)	11.917	51.904	63.821	-	-	-
Encargos	29.053	-	29.053	25.251	-	25.251
Total Controladora	**50.111**	**632.984**	**683.095**	**32.138**	**560.302**	**592.440**
Cana Brava (Série Única)	**-**	**-**	**-**	**10.807**	**63.667**	**74.474**
ITASA (1ª e 2ª Séries)	**9.154**	**32.760**	**41.914**	**10.185**	**40.950**	**51.135**
Encargos	1.326	-	1.326	3.430	-	3.430
Total Consolidado	**60.591**	**665.744**	**726.335**	**56.560**	**664.919**	**721.479**

Continua...

VEC – 6COL X 52CM – PÁG. 6
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: VEC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_VEC.indd 6 24/3/2009 13:45:17

...Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Em milhares de reais)

b) Mutação das debêntures

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31/12/2006	**15.004**	**200.000**	**215.004**	**37.834**	**323.344**	**361.178**
Ingressos	-	353.423	353.423	-	353.423	353.423
Transferências	9.167	(9.167)	-	28.150	(28.150)	-
Encargos gerados	33.487	-	33.487	46.930	256	47.186
Variações monetárias	2.012	16.046	18.058	6.057	16.046	22.103
Amortizações	(27.532)	-	(27.532)	(62.411)	-	(62.411)
Saldo em 31/12/2007	**32.138**	**560.302**	**592.440**	**56.560**	**664.919**	**721.479**
Incorporação da CEM	13.850	63.692	77.542	-	-	-
Transferências	29.272	(29.272)	-	37.462	(37.462)	-
Encargos gerados	55.266	114	55.380	61.453	139	61.592
Variações monetárias	(1.843)	38.148	36.305	2.879	38.148	41.027
Amortizações	(78.572)	-	(78.572)	(97.763)	-	(97.763)
Saldo em 31/12/2008	**50.111**	**632.984**	**683.095**	**60.591**	**665.744**	**726.335**

c) Condições contratadas

A Companhia possui debêntures indexadas ao IGPM, IPCA e TJLP acrescidos de taxa fixa de juros e debêntures remuneradas por percentual do CDI.

d) Variação dos indexadores

	(%)	
Moeda – indexador	**2008**	**2007**
TJLP	6,25	6,37
IGP-M	9,81	7,75
CDI	12,35	11,82
IPCA (em 2007, de maio a dezembro)	5,89	2,33

e) Vencimentos das debêntures apresentadas no passivo não circulante

	Controladora	Consolidado
2010	73.108	81.298
2011	154.419	162.609
2012	142.875	151.065
2013	135.530	143.720
2014	127.052	127.052
	632.984	**665.744**

f) Compromissos contratuais (*covenants*)

Os *covenants* financeiros estabelecidos nos contratos de debêntures estão sendo cumpridos pela Companhia.

17 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Circulante				
Imposto de renda	259.647	187.970	262.753	225.766
Contribuição social	77.520	55.944	79.496	66.788
ICMS	15.567	11.376	33.456	30.002
PIS e COFINS	12.732	10.153	15.796	12.164
INSS	2.086	3.705	2.499	3.746
Outros	2.996	2.576	10.108	2.930
	370.548	**271.724**	**404.108**	**341.396**

A Companhia vem recolhendo o imposto de renda e a contribuição social mensalmente sobre a base de cálculo estimada, em consonância com a legislação em vigor.

18 OBRIGAÇÕES COM O PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

A Tractebel Energia, na condição de empresa geradora de energia elétrica, autorizada à produção independente, está obrigada a aplicar anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

Os referidos recursos têm a seguinte destinação: (i) 40% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); (ii) 40% para projetos de pesquisa e desenvolvimento, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL; e (iii) 20% para o MME, a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

19 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui notificações fiscais e cíveis que estão sendo impugnadas administrativamente, bem como processos judiciais que tramitam em diversas instâncias, que na avaliação dos consultores jurídicos se revestem de riscos prováveis. Todos esses processos estão provisionados por valores julgados suficientes para cobertura das contingências, conforme abaixo:

a) Composição

	Controladora					
	2008			2007		
	Provisão bruta	Depósito judicial	Provisão líquida	Provisão bruta	Depósito judicial	Provisão líquida
Tributárias						
Contribuição Social	15.152	(3.914)	11.238	13.508	(3.489)	10.019
INSS	29.358	(13.022)	16.336	26.421	(11.609)	14.812
	44.510	**(16.936)**	**27.574**	**39.929**	**(15.098)**	**24.831**
Cíveis						
Contratos com fornecedores	18.931	-	18.931	17.235	-	17.235
Doença ocupacional e acidente do trabalho	12.298	(1.272)	11.026	22.625	(491)	22.134
Ambientais	3.472	-	3.472	-	-	-
Ações diversas	10.179	(11)	10.168	6.698	(20)	6.678
	44.880	**(1.283)**	**43.597**	**46.558**	**(511)**	**46.047**
Trabalhistas	**21.399**	**(10.918)**	**10.481**	**20.018**	**(17.533)**	**2.485**
	110.789	**(29.137)**	**81.652**	**106.505**	**(33.142)**	**73.363**
Classificação no Balanço						
Circulante			10.140			10.134
Não circulante			71.512			63.229
			81.652			**73.363**

	Consolidado					
	2008			2007		
	Provisão bruta	Depósito judicial	Provisão líquida	Provisão bruta	Depósito judicial	Provisão líquida
Tributárias						
Contribuição Social	15.152	(3.914)	11.238	13.508	(3.489)	10.019
INSS	29.358	(13.022)	16.336	26.421	(11.609)	14.812
	44.510	**(16.936)**	**27.574**	**39.929**	**(15.098)**	**24.831**
Cíveis						
Contratos com fornecedores	18.931	-	18.931	17.235	-	17.235
Doença ocupacional e acidente do trabalho	12.298	(1.272)	11.026	22.625	(491)	22.134
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão	16.940	(16.771)	169	-	-	-
Ambientais	3.472	-	3.472	2.089	-	2.089
Ações diversas	15.389	(1.030)	14.359	10.745	(1.143)	9.602
	67.030	**(19.073)**	**47.957**	**52.694**	**(1.634)**	**51.060**
Trabalhistas	**21.399**	**(10.918)**	**10.481**	**20.018**	**(17.533)**	**2.485**
	132.939	**(46.927)**	**86.012**	**112.641**	**(34.265)**	**78.376**
Classificação no Balanço						
Circulante			10.262			10.336
Não circulante			75.750			68.040
			86.012			**78.376**

Contingências tributárias

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Do valor acima, R$ 15.054 referem-se a auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil (RFB), em decorrência da Companhia ter compensado Base de Cálculo Negativa de competências de 1989 e 1990 na apuração da CSLL, na Declaração de Rendimentos da Pessoa Jurídica dos exercícios de 1996 e 1997. De acordo com a ementa do referido auto, a compensação de base de cálculo negativa de CSLL só tem amparo legal a partir de 01/01/1992. A Companhia entende que as instruções normativas que proibiram a utilização de Bases Negativas de exercícios anteriores são ilegais, uma vez que não há restrição a tal compensação na Lei.

Não obstante, a autuação referente ao exercício de 1996 foi julgada desfavoravelmente à Companhia, pelo Conselho de Contribuintes, com a respectiva baixa pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em 26/01/2009. Conseqüentemente, a provisão no valor de R$ 8.243 (R$ 7.349 em 31/12/2007), bem como os depósitos vinculados ao processo, serão baixados no 1º trimestre de 2009.

Em relação à autuação do exercício de 1997, em 03/02/2009 a Câmara Superior de Recursos Fiscais declarou inexigível o crédito tributário, cancelando de forma definitiva o seu lançamento, em virtude da decadência do direito de constituição do crédito tributário pela RFB. A provisão no valor de R$ 6.811 (R$ 6.072 em 31/12/2007), será revertida no 1º trimestre de 2009 e o respectivo depósito será resgatado após liberação da Delegacia da Receita Federal do Brasil.

Os R$ 98 restantes se referem a multas moratórias não recolhidas em pagamento de CSLL, com amparo no artigo 138 do Código Tributário Nacional (CTN), referente à denúncia espontânea.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

As principais contingências relativas ao INSS são as seguintes:

A Companhia recebeu Notificação Fiscal de Lançamento de Débito (NFLD) pelo não recolhimento de contribuição adicional ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) nas competências de abril de 1999 a março de 2004, em razão de suposta ausência de comprovação de fator de risco relacionado com o ambiente de trabalho. A Companhia defende que não há respaldo na legislação citada na notificação para as mencionadas competências, e que somente pode ser cobrado o adicional de contribuição caso o empregado tenha direito à aposentadoria especial, o que não é o caso no período em referência. O Conselho de Recursos da Previdência Social, diante dos argumentos de defesa apresentados pela Companhia, decidiu converter o julgamento em diligência para a realização de perícia. O valor provisionado em 31/12/2008 é de R$ 18.111 (R$ 16.146 em 31/12/2007).

A Companhia também possui notificação do INSS em função de pressuposta falta de recolhimento dos encargos previdenciários sobre verbas remuneratórias creditadas a funcionários. O objeto da notificação foi contestado pela Companhia, alegando que as importâncias pagas em decorrência dos acordos coletivos de trabalho tinham natureza indenizatória. A Companhia obteve êxito no julgamento de primeira instância, onde foi declarada nula a NFLD e o INSS foi condenado a restituir os depósitos convertidos em renda. Esta ação judicial encontra-se em grau de recurso no Tribunal Regional Federal (TRF) devido à apelação cível interposta pelo INSS. A provisão em 31/12/2008 é de R$ 8.308 (R$ 7.406 em 31/12/2007).

Contingências cíveis

Contratos com fornecedores

A principal contingência refere-se, basicamente, à ação ordinária de indenização ajuizada pela Companhia de Interconexão Energética (CIEN), a qual requer o reconhecimento do direito ao recebimento de diferença relativa à aplicação de reajuste cambial previsto no contrato de venda de energia, bem como à rescisão do mesmo por suposto descumprimento de cláusula contratual pela Tractebel Energia. Após a apresentação das contestações pela Companhia, o processo se encontra suspenso, a pedido da CIEN, desde 23/04/2007. O valor provisionado em 31/12/2008 é de R$ 15.045 (R$ 13.490 em 31/12/2007).

Doença ocupacional e acidente do trabalho

Correspondem a ações ajuizadas por ex-empregados, cujo objeto versa, principalmente, sobre lesão por esforço repetitivo e eventual dano da capacidade auditiva.

Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão

Refere-se à ação ajuizada pela PPESA, controlada integral da Energia América do Sul Ltda., visando reduzir o valor a recolher da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) de forma a pagar o valor equivalente ao cobrado à UHE Itiquira. De junho de 2006 a janeiro de 2007, a PPESA passou a recolher a TUST de forma reduzida e a provisionar e depositar judicialmente a diferença entre o valor cobrado e o pago. A partir de fevereiro de 2007, a Empresa substituiu os depósitos judiciais por uma carta de fiança bancária.

Ambientais

A Companhia tem provisionado o valor de R$ 3.472 relativo a quatro processos ambientais onde os principais objetos versam sobre reflorestamento de áreas de preservação permanente (APP) e danos causados pela construção da UHE Cana Brava. Todas as ações estão na fase de contestação.

Ações diversas

Decorrem, principalmente, de ações de desapropriação e indenização impetradas por pessoas físicas e jurídicas atingidas pelas áreas alagadas dos reservatórios das usinas.

Contingências trabalhistas

Referem-se a ações trabalhistas em andamento movidas por ex-empregados, sindicato e por trabalhadores de empresas terceirizadas, cujos objetos correspondem, principalmente, aos pedidos de vínculo empregatício e de reintegração. As demais ações trabalhistas estão relacionadas à cobrança de adicional de periculosidade, horas extras, equiparação salarial, horas *in itinere* e FGTS.

b) Movimentação

	Controladora			
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Provisão bruta
Saldo em 31/12/2006	**35.697**	**39.037**	**23.990**	**98.724**
Adições	-	5.337	1.521	6.858
Atualizações	4.232	3.680	1.742	9.654
Pagamentos	-	(355)	(6.801)	(7.156)
Reversões	-	(1.141)	(434)	(1.575)
Saldo em 31/12/2007	**39.929**	**46.558**	**20.018**	**106.505**
Adições	-	2.576	7.110	9.686
Atualizações	4.850	6.785	3.016	14.651
Pagamentos	-	(1.123)	(7.645)	(8.768)
Reversões	(269)	(13.161)	(1.100)	(14.530)
Incorporação de controlada	-	3.245	-	3.245
Saldo em 31/12/2008	**44.510**	**44.880**	**21.399**	**110.789**

	Consolidado			
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Provisão bruta
Saldo em 31/12/2006	**35.697**	**42.491**	**23.990**	**102.178**
Adições	-	7.857	1.521	9.378
Atualizações	4.232	4.118	1.742	10.092
Pagamentos	-	(362)	(6.801)	(7.163)
Reversões	-	(1.410)	(434)	(1.844)
Saldo em 31/12/2007	**39.929**	**52.694**	**20.018**	**112.641**
Adições	-	7.232	7.110	14.342
Adição - Aquisição da PPESA	-	13.803	-	13.803
Atualizações	4.850	7.914	3.016	15.780
Pagamentos	-	(1.123)	(7.645)	(8.768)
Reversões	(269)	(13.490)	(1.100)	(14.859)
Saldo em 31/12/2008	**44.510**	**67.030**	**21.399**	**132.939**

c) Contingências de risco possível ou remoto

A Companhia é parte, também, em outros processos judiciais que na avaliação dos consultores jurídicos, baseada em experiências com processos de naturezas semelhantes, não apresentam risco provável e, portanto, não foram provisionadas, sendo apenas evidenciadas nas notas explicativas.

Os valores envolvidos estão abaixo discriminados:

	Controladora					
	2008					2007
	Risco possível	Risco remoto	Total bruto	Depósito judicial	Total líquido	Total líquido
Tributárias	359.909	28.165	388.074	(154.387)	233.687	141.009
Cíveis	26.459	10.600	37.059	(4.021)	33.038	9.289
Trabalhistas	11.962	11.774	23.736	(1.498)	22.238	17.982
	398.330	**50.539**	**448.869**	**(159.906)**	**288.963**	**168.280**

	Consolidado					
	2008					2007
	Risco possível	Risco remoto	Total bruto	Depósito judicial	Total líquido	Total líquido
Tributárias	360.004	28.165	388.169	(154.482)	233.687	156.690
Cíveis	41.431	11.356	52.787	(5.025)	47.762	40.977
Trabalhistas	11.962	11.774	23.736	(1.498)	22.238	17.982
	413.397	**51.295**	**464.692**	**(161.005)**	**303.687**	**215.649**

A Companhia possui depósitos judiciais que estão vinculados a provisões de risco possível e remoto que, na sua maioria, são exigidos para garantia da condenação em execução ou efetivação de depósito recursal. Estes valores são atualizados monetariamente e estão apresentados no ativo não circulante.

Contingências tributárias

Os principais objetos relativos às contingências tributárias de risco possível são os seguintes:

PIS e COFINS

A Companhia, em julho de 2005, impetrou Mandado de Segurança contra o Delegado da Receita Federal, por entender que a Instrução Normativa SRF nº 468/2004 invadiu a competência do Poder Legislativo, ao dar novo conceito ao termo "preço predeterminado", previsto no art. 10 da Lei nº 10.833/2003. A Companhia entende que a acepção do referido termo já está consagrada no Sistema Tributário Nacional e vem sendo usado desde o Decreto-Lei nº 1.598/1977, o que implica ser a referida Instrução Normativa ilegal.

Em consequência, a Companhia recolheu o PIS e a COFINS incidentes sobre as receitas decorrentes de contratos firmados anteriormente a 31/10/2003, com prazo superior a um ano e a preço predeterminado, com base no regime de tributação cumulativa previsto na legislação anterior, no período de novembro de 2004 a maio de 2005, no valor de R$ 41.692, atualizado até 31/12/2008. No período de junho de 2005 a outubro de 2006, depositou os valores que entendia indevidos em conta vinculada ao Juízo onde tramita a ação, no montante de R$ 130.759, atualizado até 31/12/2008.

Em virtude de previsão de decisão favorável do TRF da 4ª Região, a Companhia suspendeu os depósitos em novembro de 2006. Em 11/04/2007, o TRF concluiu o julgamento do referido mandado de segurança, dando-lhe, por unanimidade, integral provimento para reconhecer a ilegitimidade e inconstitucionalidade das Instruções Normativas nºs 468 e 658, tanto no que se refere à aplicação da cláusula de correção monetária, quanto no que diz respeito à aplicação da cláusula de equilíbrio econômico-financeiro dos contratos da Companhia.

Em 06/07/2007, a Companhia recebeu Auto de Infração Fiscal por não ter recolhido ou depositado, nem informado em Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), os valores do PIS e da COFINS relativos aos meses de novembro e dezembro de 2006. O não recolhimento ou depósito dos valores, muito embora questionados judicialmente, não teria amparo jurídico segundo o entendimento da Delegacia da Receita Federal. Em 07/08/2007, a Companhia impugnou o Auto de Infração alegando que são indevidos os valores sob os mesmos fundamentos jurídicos sustentados no Mandado de Segurança impetrado em julho de 2005.

Na opinião dos consultores jurídicos, o risco de perda da demanda judicial é inferior à chance de êxito, razão pela qual a Companhia não está provisionando o valor não recolhido a partir da competência junho de 2005. A contingência atualizada, em 31/12/2008, na controladora e no consolidado, é de R$ 294.315, R$ 163.556, líquida dos depósitos judiciais acima mencionados (R$ 93.146, em 31/12/2007).

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

As principais autuações avaliadas como possível decorre de Autos de Infração lavrados pela Delegacia da Receita Federal, em decorrência de a Companhia ter efetuado compensações de débitos de imposto de renda e contribuição social, em denúncia espontânea, através do Pedido de Ressarcimento ou Restituição via Declaração de Compensação (PER/DCOMP), sem a incidência de multas. Desta forma, a Receita Federal homologou parcialmente os pedidos de compensação e a Companhia apresentou manifestações de inconformidade, as quais se encontram pendentes de julgamento. A Companhia defende que não se pode cogitar que a administração tributária possa impetrar multa contra a Companhia que possuía créditos fiscais a compensar e que declarou os seus débitos através de denúncia espontânea. O montante atualizado da autuação, em 31/12/2008, na controladora e no consolidado, é de R$ 39.654 (R$ 32.917 em 31/12/2007).

INSS

As principais notificações classificadas como possíveis, são as que seguem:

- Auto de infração referente a notificações de cobrança de contribuição previdenciária sobre parcelas indenizatórias. A Companhia foi absolvida parcialmente na esfera administrativa e ingressou com medida judicial, tendo obtido êxito em primeiro grau. Atualmente, aguarda julgamento de apelação do INSS. O valor atualizado da autuação, em 31/12/2008, é de R$ 3.186 (R$ 2.841 em 31/12/2007).
- Notificações fiscais decorrentes da aplicação de suposta solidariedade e transferência de responsabilidade, da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (ELETROSUL) para a Tractebel Energia, em questionamentos relativos à incidência de encargos previdenciários sobre serviços de mão-de-obra prestados por empresas terceirizadas, até a data de cisão da ELETROSUL, e conseqüente constituição da Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. (GERASUL), atualmente Tractebel Energia. Em 2008, o Conselho de Contribuintes reconheceu a decadência das contribuições para determinados autos, tendo a Companhia efetuado a baixa dos respectivos processos. Outros autos com o mesmo objeto ainda estão pendentes de julgamento por parte deste Conselho. Em 31/12/2008, o valor atualizado da notificação é de R$ 1.627 (R$ 3.639 em 31/12/2007).

Contingências cíveis

As ações cíveis, de risco possível, correspondem, basicamente, a ações de desapropriações e indenizações impetradas por pessoas físicas e jurídicas que alegam terem sido afetadas pelas áreas alagadas dos reservatórios das usinas da Companhia.

A PPESA é parte em auto de infração, na esfera administrativa, lavrado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), no valor de R$ 10.800, referente a supostos danos ambientais causados pela Empresa. A PPESA apresentou defesa administrativa que se encontra em análise pelo referido Instituto.

Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas, de risco possível, referem-se, principalmente, a ações movidas por ex-empregados requerendo o vinculo empregatício, à reintegração e à complementação de aposentadoria.

20 CONCESSÕES A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
UHE Cana Brava	287.655	-	287.655	235.827
UHE Ponte de Pedra	-	-	271.371	-
	287.655	**-**	**559.026**	**235.827**
Classificação no Balanço				
Circulante *(*)*	1.873	-	2.343	1.639
Não circulante	285.782	-	556.683	234.188
	287.655	**-**	**559.026**	**235.827**

(*) Incluído no grupo "Outros".

A Companhia tem a obrigação de pagar à União pela outorga da concessão para exploração do potencial de energia hidráulica do aproveitamento hidrelétrico Cana Brava e Ponte de Pedra, os valores abaixo indicados, em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores de pagamento anual, com atualização baseada na variação anual do IGP-M. Os valores históricos e atualizados, em 31/12/2008, são os seguintes:

UHE Cana Brava

	Valor histórico		Valor atualizado	
Ano	**Anual**	**Total**	**Anual**	**Total**
De 01/01/2009 a 30/07/2023	680	9.917	1.873	27.322
De 01/08/2023 a 30/07/2033	61.280	612.800	168.833	1.688.332
		622.717		**1.715.654**

UHE Ponte de Pedra

	Valor histórico		Valor atualizado	
Ano	**Anual**	**Total**	**Anual**	**Total**
De 01/01/2009 a 30/09/2019	200	2.150	485	5.214
De 01/10/2019 a 31/09/2020	16.200	16.200	39.688	39.688
De 01/10/2020 a 30/09/2034	31.109	435.526	76.215	1.067.010
		453.876		**1.111.912**

Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, o valor da concessão foi registrado no ativo em contrapartida com os passivos circulante e exigível a longo prazo.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base na taxa de desconto de 10% a.a. para a UHE Cana Brava, prevista no Edital de Concorrência para a licitação da referida concessão, e de 8,28% a.a. para a UHE Ponte de Pedra, taxa de mercado na data da aquisição da empresa. Até a entrada em operação comercial das Usinas, a atualização do passivo em função da taxa de desconto e da variação do IGP-M foi capitalizada no ativo e, a partir daí, reconhecida diretamente no resultado.

a) Mutação

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31/12/2006	**-**	**-**	**-**	**1.559**	**201.546**	**203.105**
Transferências	-	-	-	1.660	(1.660)	-
Encargos gerados	-	-	-	-	20.187	20.187
Variações monetárias	-	-	-	-	14.115	14.115
Amortizações	-	-	-	(1.580)	-	(1.580)
Saldo em 31/12/2007	**-**	**-**	**-**	**1.639**	**234.188**	**235.827**
Aquisição PPESA	-	-	-	462	241.277	241.739
Incorporação da CEM	1.670	244.614	246.284	-	-	-
Transferências	1.617	(1.617)	-	2.153	(2.153)	-
Encargos gerados	-	20.305	20.305	-	37.854	37.854
Variações monetárias	-	22.480	22.480	-	45.517	45.517
Amortizações	(1.414)	-	(1.414)	(1.911)	-	(1.911)
Saldo em 31/12/2008	**1.873**	**285.782**	**287.655**	**2.343**	**556.683**	**559.026**

b) Vencimentos da concessão a pagar apresentada no passivo não circulante

	Controladora	Consolidado
2010	1.873	2.307
2011	1.873	2.273
2012	1.873	2.243
2013	1.873	2.214
2014	1.873	2.188
Após 2015	276.417	545.458
	285.782	**556.683**

21 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Os benefícios pós-emprego mantidos pela Companhia são os seguintes:

a) Plano de Benefícios de Previdência Complementar

A Companhia, através da PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar mantém Plano de Benefícios de Previdência Complementar para seus empregados. A PREVIG é uma entidade fechada de previdência complementar, pessoa jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, patrocinada pela Companhia, na condição de sua Instituidora, e por outras Companhias pertencentes ao Grupo GDF-Suez.

Os Planos de Benefícios administrados pela PREVIG são dos tipos Benefício Definido e Contribuição Definida. O Plano de Benefício Definido encontra-se fechado para novas inscrições de empregados.

a.1) Plano de Benefício Definido

O Plano de Benefício Definido tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e os auxílios.

O custeio do Plano de Benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde a duas vezes a contribuição de seus empregados.

- Complementação de aposentadoria por tempo de serviço, por invalidez e por idade;
- Complementação de aposentadoria especial e de ex-combatente;
- Complementação de pensão;
- Complementação de auxílio reclusão; e
- Auxílio funeral.

Anteriormente à constituição da PREVIG, o Plano de Benefício Definido era administrado pela Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), patrocinado pela Companhia e pela ELETROSUL, sem solidariedade entre as patrocinadoras. Em outubro de 2002, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) aprovou a rescisão do Convênio de Adesão com a ELOS e a total transferência de gerenciamento do plano de benefícios para a PREVIG. Apesar da citada rescisão, face liminares obtidas por entidades sindicais e pela Associação dos Aposentados da ELETROSUL, os participantes que entraram em gozo de benefícios até 23/12/1997, data da cisão da ELETROSUL, bem como pelos participantes que optaram pelo Benefício Proporcional Diferido até aquela data, permaneceram no Plano de Benefícios administrado pela ELOS, sob a responsabilidade da Companhia, que paga 57% do valor das despesas administrativas da ELOS (a parcela restante, de 43%, é custeada pelo Plano de Benefícios da ELETROSUL). As despesas são limitadas em 15% das respectivas receitas previdenciais da ELOS vinculadas a essa massa de participantes e o valor de responsabilidade da Companhia, no ano de 2008, foi de R$ 1.770 (R$ 1.558 em 2007).

A Companhia, no dia 15/05/2007, celebrou acordos com a ELOS, ELETROSUL, PREVIG e Associação de Aposentados da ELETROSUL visando o restabelecimento da adesão com a ELOS, permitindo aos participantes optarem em permanecer naquela Fundação ou transferir-se para a PREVIG. Em ambas as opções tendo a Companhia como patrocinadora do Plano. Em janeiro de 2008 ocorreu a efetivação da transferência de 29 participantes que optaram pela migração para a PREVIG.

A Companhia é responsável, também, por 100% do valor das despesas administrativas da PREVIG vinculadas a esse Plano de Benefícios, as quais são limitadas em 15% do total das respectivas receitas previdenciais. O valor dessas despesas no exercício de 2008 foi de R$ 1.273 (R$ 966 em 2007).

As premissas atuariais e hipóteses utilizadas na avaliação dos benefícios estão descritas a seguir:

Premissas	**2008 e 2007**
Taxa de desconto (a.a.)	10,25%
Taxa de retorno esperado dos ativos (a.a.)	10,50%
Crescimento salarial futuro do participante ativo e autopatrocinado (a.a.)	5,00%
Crescimento dos benefícios da previdência social e do Plano patrocinado pela Cia. (a.a.)	5,00%
Inflação	5,00%
Fator de capacidade (salários e benefícios)	100%

Hipótese	**2008 e 2007**
Tábua de Mortalidade (ativos)	AT 2000 (por sexo)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 *Disabled*
Tábua de Entrada em Invalidez	Watson Wyatt 1985 *Disability Class 1*
Tábua de Rotatividade	T-1 *Service Table*
Idade de Aposentadoria	Primeira data em que completam todas as carências
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	90
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos

Outras Hipóteses	**2008 e 2007**
Participantes com direito à conversão de aposentadoria especial em aposentadoria por tempo de serviço (SB-40), que optarão pela conversão	100%
Fator de conversão do SB-40	140%

Continua...

VEC – 6COL X 52CM – PÁG. 7
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: VEC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pelran 11 3885.9696
[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_VEC.indd 7 24/3/2009 13:45:57

...Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Em milhares de reais)

O demonstrativo do passivo atuarial decorrente de benefícios pós-emprego reconhecido no balanço patrimonial da Companhia é o seguinte:

	Controladora e Consolidado					
	2008			2007		
	Plano de aposentadoria	Gratificação confidencialidade	Total	Plano de aposentadoria	Gratificação confidencialidade	Total
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	1.307.226	-	1.307.226	1.249.541	-	1.249.541
Valor justo dos ativos	(808.818)	-	(808.818)	(796.910)	-	(796.910)
Valor presente das obrigações atuariais totalmente descobertas	-	1.737	1.737	-	1.632	1.632
Subtotal	498.408	1.737	500.145	452.631	1.632	454.263
Valor líquido das perdas atuariais não reconhecidas no balanço	(155.690)	(1.013)	(156.703)	(124.867)	(613)	(125.480)
Passivo reconhecido no balanço	**342.718**	**724**	**343.442**	**327.764**	**1.019**	**328.783**
Classificação no Balanço						
Circulante			21.642			18.450
Não circulante			321.800			310.333
			343.442			**328.783**

O valor das perdas atuariais excedente a 10% do valor presente das obrigações atuariais será amortizado anualmente, de forma linear, pelo período de aproximadamente 7,73 anos, que corresponde ao tempo médio de contribuição futura estimado para os empregados participantes do plano.
Parte do passivo atuarial reconhecido no balanço patrimonial está coberto por obrigações contratadas/reconhecidas através de instrumento de confissão de dívida e de termo de acordo firmados pela Companhia com as Fundações. A composição do passivo nas demonstrações contábeis é a seguinte:

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2008			31/12/2007
	Circulante	Não circulante	Total	Total
Obrigações contratadas/reconhecidas				
Contrato de confissão de dívidas passadas	17.756	112.861	130.617	137.898
Cobertura dos custos relativos à conversão de aposentadoria especial em aposentadoria por tempo de serviço (SB-40) e contribuições extraordinárias	1.912	2.226	4.138	4.764
Passivo atuarial não contratado	1.974	206.713	208.687	186.121
Passivo atuarial registrado	**21.642**	**321.800**	**343.442**	**328.783**

As dívidas contratadas são atualizadas pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e sobre as mesmas incidem juros de 6% a.a. A expectativa de realização dos valores contratados apresentados no passivo não circulante é a seguinte:

	ELOS	PREVIG	Total
2010	16.571	2.069	18.640
2011	15.121	2.045	17.166
2012	12.499	2.091	14.590
2013	13.268	2.217	15.485
2014	14.084	1.755	15.839
2015 em diante	16.131	15.010	31.141
	87.674	**25.187**	**112.861**

A movimentação dos benefícios pós-emprego está resumida a seguir:

	Plano de aposentadoria	Gratificação de confidencialidade	Total
Passivo em 31/12/2006	**313.173**	**921**	**314.094**
Despesas do exercício de 2007	45.445	262	45.707
Contribuições	(30.854)	-	(30.854)
Benefícios pagos	-	(164)	(164)
Passivo em 31/12/2007	**327.764**	**1.019**	**328.783**
Despesas do exercício de 2008	45.120	230	45.350
Contribuições	(30.166)	-	(30.166)
Benefícios pagos	-	(525)	(525)
Passivo em 31/12/2008	**342.718**	**724**	**343.442**

Os valores a serem reconhecidos no resultado, de janeiro a dezembro de 2009, relativamente ao plano de Benefícios Definidos e Gratificação de Confidencialidade, são os seguintes:

	Plano de aposentadoria	Gratificação de confidencialidade	Total
Custo do serviço corrente	594	55	649
Custo dos juros	129.318	146	129.464
Rendimento esperado dos ativos do plano	(81.667)	-	(81.667)
Amortização de perdas atuariais	23.923	75	23.998
Contribuição dos empregados	(185)	-	(185)
	71.983	**276**	**72.259**

a.2) Plano de contribuição definida
Além do plano de Benefício Definido, a PREVIG passou a administrar o plano tipo Contribuição Definida, encerrando o plano inicial para novas inscrições em 05/10/2004, data da aprovação do novo plano, comunicada pela SPC.
No plano de Contribuição Definida, do qual fazem parte 93% dos empregados da Companhia (872 participantes), o custeio do Plano de Benefícios é constituído por contribuições básicas dos participantes e da patrocinadora. A contribuição básica da Companhia corresponde ao mesmo valor da contribuição básica de seus empregados.

b) Gratificação por confidencialidade
Consiste no pagamento de uma remuneração ao empregado da carreira gerencial, por ocasião do término do seu vínculo empregatício.

22 PASSIVO FISCAL DIFERIDO

Na controladora refere-se ao IR e CSLL, calculados sobre a provisão de venda de energia elétrica no âmbito do MAE, no valor de R$ 107.456, correspondente ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002. Considerando que o valor da receita está sendo contestado judicialmente por agentes que discordam da interpretação adotada pelo MAE na aplicação de determinadas regras de contabilização, segundo o disposto em Despacho da ANEEL, eventual êxito dos agentes impetrantes caracterizará a inexistência da receita e do respectivo ativo, razão pela qual a mesma está sendo tratada como provisão e considerada diferença temporária para fins fiscais. O consolidado, em 31/12/2008, inclui um montante adicional de R$ 1.600.

23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social autorizado
A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R$ 5.000.000, independentemente de reforma estatutária. De acordo com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado, a Companhia não poderá emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias. A Companhia não possui ações em tesouraria.

b) Capital social subscrito e integralizado
A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída de acordo com as leis do Brasil e listada no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA S.A.).
O capital social da Companhia, em 31/12/2008, é de R$ 2.445.766, totalmente subscrito e integralizado, e está representado por 652.742.192 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O valor patrimonial da ação, em 31 de dezembro de 2008, é de R$ 4,86 (R$ 4,32 por ação em 31/12/2007).
O quadro societário da Companhia está assim constituído:

	% do capital	
Acionistas	**2008**	**2007**
GDF Suez Energy Latin America Participações Ltda.	68,71	68,71
Banco Clássico S.A.	10,00	10,00
BNDES Participações S.A. (BNDESPAR)	2,13	2,80
União Federal	1,90	1,90
Outros	17,26	16,59
	100,00	**100,00**

c) Composição das reservas

	2008	2007
Reserva de capital		
Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	**91.695**	**91.695**
Reservas de lucros		
Reserva legal	305.254	249.496
Reserva de retenção de lucros	328.073	29.896
	633.327	**279.392**

A Administração da Companhia, com base em orçamento de capital a ser submetido à Assembléia Geral Ordinária, está propondo a constituição de reserva de retenção de lucros no valor de R$ 303.096, sem prejuízo à distribuição de dividendos, para serem investidos no pagamento de projetos adquiridos de geração de energia.

24 DIVIDENDOS

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 13/08/2008, aprovou a distribuição de dividendos intercalares, com base nas demonstrações contábeis levantadas em 30/06/2008, no valor de R$ 580.299, correspondentes a R$ 0,8890167318 por ação, os quais foram pagos em 27/10/2008.
Em 07/11/2008 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre o capital próprio, no valor de R$ 176.000, correspondentes a R$ 0,2696317201 por ação, com base na posição acionária de 18/11/2008 e com data de pagamento a ser definida pela Diretoria da Companhia.
Os valores acima mencionados, líquidos do imposto de renda retido na fonte, estão sendo imputados aos dividendos referentes ao exercício de 2008.
Os juros sobre o capital próprio foram registrados em despesas financeiras e revertidos nessa mesma rubrica, não sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício, em virtude dos mesmos não produzirem efeitos no lucro operacional, mas tão-somente nas linhas do imposto de renda e da contribuição social.
A política de dividendos da Tractebel Energia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e, além disso, determina intenção de pagar em cada ano-calendário dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em valor não inferior a 55% do lucro líquido, ajustado em distribuições semestrais.

	2008	2007
a) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios		
Lucro líquido do exercício	1.115.153	1.045.627
Constituição da reserva legal (5%)	(55.758)	(52.282)
Base de cálculo	1.059.395	993.345
Dividendos mínimos obrigatórios (30%)	**317.819**	**298.004**
b) Dividendos/juros sobre o capital próprio propostos		
Juros sobre o capital próprio, líquidos de IRRF	151.402	151.301
Dividendos intercalares	580.299	360.066
Dividendos adicionais propostos	-	457.279
Subtotal	731.701	968.646
IRRF dos juros sobre o capital próprio	24.598	24.699
Total	**756.299**	**993.345**
Dividendos/juros sobre o capital próprio antes da retenção do imposto de renda, por ação ordinária **(em R$ 1,00):**	1,1586484519	1,5218031188

A destinação do lucro líquido do exercício foi refletida nas demonstrações contábeis no pressuposto de sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária.

25 DETALHAMENTO DOS GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora					
	2008					2007
	Custos		Despesas			
	Produção de energia	Serviços prestados	Com vendas	Gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	98.644	8.242	7.785	42.847	157.518	141.410
Administradores	-	-	-	10.513	10.513	10.878
Material	18.640	190	28	2.184	21.042	21.271
Serviço de terceiro	51.988	2.048	1.073	43.044	98.153	75.045
Combustível p/ produção de energia	92.456	-	-	-	92.456	118.684
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	80.442	-	-	-	80.442	71.127
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	205.160	-	205.160	169.161
Depreciação e amortização	203.067	-	2	5.306	208.375	176.521
Seguros	7.349	350	-	207	7.906	6.798
Contribuições setoriais	-	-	2.349	165	2.514	2.196
Taxa de fiscalização	-	-	-	7.783	7.783	6.782
Contribuições e doações	363	106	-	8.979	9.448	7.181
Outros	5.974	141	230	24.489	30.834	22.902
	558.923	**11.077**	**216.627**	**145.517**	**932.144**	**829.956**

	Consolidado					
	2008					2007
	Custos		Despesas			
	Produção de energia	Serviços prestados	Com vendas	Gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	101.784	8.242	7.785	43.520	161.331	142.319
Administradores	-	-	-	11.336	11.336	12.356
Material	20.283	190	28	2.232	22.733	23.300
Serviço de terceiro	62.317	2.048	1.287	45.565	111.217	87.539
Combustível p/ produção de energia	103.968	-	-	-	103.968	126.960
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	93.551	-	-	-	93.551	89.756
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	235.556	-	235.556	205.762
Depreciação e amortização	253.420	-	2	12.961	266.383	235.866
Seguros	8.602	350	-	207	9.159	7.924
Contribuições setoriais	-	-	3.265	174	3.439	3.008
Taxa de fiscalização	-	-	-	8.778	8.778	8.117
Contribuições e doações	603	106	-	12.656	13.365	7.785
Outros	6.420	141	2.160	24.890	33.611	23.392
	650.948	**11.077**	**250.083**	**162.319**	**1.074.427**	**974.084**

26 REVERSÃO (CONSTITUIÇÃO) DE PROVISÕES OPERACIONAIS, LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Benefícios pós-emprego	1.876	818	1.876	818
Contingências cíveis	3.717	(4.644)	(627)	(6.746)
Contingências tributárias	212	1.213	212	1.213
Contingências trabalhistas	(2.411)	1.653	(2.411)	1.653
Outras	-	702	1.430	833
	3.394	**(258)**	**480**	**(2.229)**

27 RECUPERAÇÃO DE PIS E COFINS

A Companhia reconheceu no primeiro trimestre de 2008, receita não recorrente de R$ 76.431, relativa principalmente à recuperação de PIS e COFINS pagos sobre os valores relativos à recuperação do consumo dos combustíveis fosseis adquiridos com recursos da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) que, de acordo com a orientação contida em Despacho da ANEEL, deixaram de ser reconhecidos como receita e passaram a ser contabilizados em conta retificadora de custo da produção de energia elétrica, a partir de novembro de 2005.

28 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	65.315	44.591	76.839	60.358
Juros sobre valores a receber	9.964	10.943	10.731	11.175
Variação monetária sobre depósitos judiciais	19.081	14.421	19.518	16.621
Variação monetária sobre contas a receber e outras	7.802	5.756	7.823	5.756
Outras	7.933	6.314	8.225	6.692
	110.095	**82.025**	**123.136**	**100.602**
Despesas financeiras				
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures	119.632	82.539	169.171	124.841
Encargos sobre concessão ANEEL	20.305	-	37.854	20.187
Encargos sobre passivo atuarial	43.341	44.206	43.341	44.206
Encargos sobre tributos e contribuições sociais	2.623	2.856	3.254	4.906
Variação monetária sobre financiamentos e debêntures	36.305	18.058	41.027	22.103
Variação monetária sobre concessão ANEEL	22.480	-	45.517	14.115
Variação monetária outras	9.605	3.665	10.905	3.966
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	80.243	(54.532)	80.243	(54.532)
Perdas com operações de *swaps* cambiais	-	21.551	-	21.551
CPMF	324	14.483	517	19.947
Outras	13.176	11.701	15.557	13.965
	348.034	**144.527**	**447.386**	**235.255**
Despesas financeiras, líquidas	**237.939**	**62.502**	**324.250**	**134.653**

29 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão de risco

a.1) Risco de mercado
A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia e suas controladas, têm como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esses riscos, porém os mesmos são monitorados pelo Comitê de Gestão Financeira, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle, limites de posição e limites de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.
Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são os seguintes:

Riscos relacionados às aplicações financeiras
A Companhia adota uma política conservadora de aplicação dos recursos, sendo que a maior parte destes são alocados em títulos públicos federais ou operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Parte minoritária dos recursos é alocada em títulos privados de bancos de primeira linha, com *rating* superior a AA+(bra) atribuído por agências de classificação de risco internacionais, indexados ao CDI e com liquidez diária.

Exposição ao risco cambial
A parcela dos empréstimos atrelados à moeda externa, no montante de R$ 338.598, em 31/12/2008, corresponde a 11,4% da dívida da Companhia, dos quais 7,0% ao dólar e 4,4% ao Euro, sendo que os vencimentos da dívida estão distribuídos no longo prazo, com concentrações em 2015 e 2024. Tendo em vista que o efeito decorrente do vencimento do endividamento é mínimo no curto e médio prazo e, devido à impossibilidade de fazer um *hedge* eficiente de balanço em função da inexistência de uma curva *forward* de longo prazo, a Companhia não detinha em 31/12/2008 nenhum instrumento de derivativos para proteção do seu passivo. Maiores detalhes sobre a composição da dívida em moeda externa podem ser observados na Nota 15.

Exposição ao risco de taxa de juros e índices flutuantes
A Companhia e suas controladas estão expostas à taxa de juros e índices flutuantes relacionados às variações da LIBOR, EURIBOR, TJLP, taxa DI, UMBNDES, IGP-M e IPCA. A composição da dívida por taxa de juros e índice é como segue:

Taxa de juros e índices flutuantes	Valor	%
TJLP	1.364.426	47,64
CDI	550.155	19,21
IPCA	398.021	13,90
IGP-M	201.648	7,04
LIBOR	208.169	7,27
EURIBOR	130.429	4,55
UMBNDES	11.236	0,39
	2.864.084	**100,00**

a.2) Risco de crédito
Nos contratos bilaterais de longo prazo firmados com distribuidoras, a Companhia busca minimizar o seu risco de crédito através da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.
Nas transações de venda para clientes industriais, os chamados Consumidores Livres, para minimizar o risco de crédito diante desses parceiros comerciais, a Companhia, através de sua área de crédito, procede a uma análise de crédito prévia e estabelece, em conjunto com o Comitê de Crédito, o limite de crédito e garantias a serem exigidas das contrapartes.
Nas operações no mercado financeiro, a Companhia também possui limites de crédito com as instituições financeiras, os quais são revisados periodicamente pelo seu Comitê de Gestão Financeira, com base em avaliação interna e em *ratings* divulgados pelas agências classificadoras de risco. Conforme mencionado na Nota 4, a Companhia mantém aplicações financeiras em Fundo de Investimentos Exclusivo. O montante das aplicações por instituição financeira está dentro dos limites definidos pela Companhia, através de sua política de créditos para instituições financeiras.

a.3) Riscos hidrológicos
De acordo com os dados do ONS, em 31/12/2008, a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) era gerado por Usinas Hidrelétricas (UHE). Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada UHE, incluindo as UHE da Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. Em 31/12/2008 a geração hidrelétrica representava aproximadamente 80% da Capacidade Instalada total das usinas da Companhia, o que equivale a 4.932 MW. A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da Energia Assegurada, poderá resultar na exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, cujos preços tendem a ser elevados, podendo afetar os resultados financeiros futuros da Companhia.

a.4) Riscos ambientais
As atividades do setor de energia podem causar impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. A legislação federal também prevê a desconsideração da personalidade jurídica da empresa poluidora, bem como responsabilidade pessoal dos administradores, para viabilizar o ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. Como conseqüência, os sócios e administradores da empresa poluidora poderão ser obrigados a arcar com o custo da reparação ambiental. Os Riscos Ambientais são mitigados pela Companhia através de sua política de meio ambiente focada no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

b) Valor de mercado
Nas operações envolvendo instrumentos financeiros, somente nos empréstimos, financiamentos e debêntures foram identificadas diferenças significativas entre os valores de mercado e os valores contábeis, principalmente em virtude destes instrumentos financeiros possuírem prazos de liquidação bastante alongados e custos diferenciados em relação às taxas praticadas atualmente para contratos similares. Na determinação dos valores de mercado, a Administração da Companhia utilizou fluxos de caixa futuros descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes, ou cotações do mercado internacional, quando disponíveis.

	Controladora			
	2008		2007	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	338.598	358.279	299.197	322.316
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	577.284	579.271	117.360	116.564
Debêntures	683.095	572.924	592.440	483.202
	1.598.977	**1.510.474**	**1.008.997**	**922.082**

	Consolidado			
	2008		2007	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	338.598	358.279	299.197	322.316
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	1.913.640	1.921.091	792.558	721.916
Debêntures	726.335	616.164	721.479	601.958
	2.978.573	**2.895.534**	**1.813.234**	**1.646.190**

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos. Em decorrência do histórico de volatilidade do Real diante das moedas estrangeiras, segue demonstrada uma análise de sensibilidade da dívida em moeda externa da Companhia, considerando um cenário básico projetado para 31/12/2009 e outros dois levando-se em conta uma desvalorização do Real de 25% e 50% em relação ao cenário-base. A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação destes cenários no resultado financeiro da Companhia no exercício de 2009 seriam os seguintes:

	Valor contábil	Cenário projetado	Cenário I *Variação* de 25%	Cenário II *Variação* de 50%
STN	203.639	(2.405)	47.968	98.290
BNP Paribas	130.429	(9.540)	20.617	50.826
Deutsche Bank	4.530	(52)	1.068	2.188
	338.598	**(11.997)**	**69.653**	**151.304**

30 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui contratos com suas controladas, conforme a seguir especificados:

ITASA
Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, com o objetivo de regular a compra, pela Companhia, de 167 MW médios e de 61 MW médios de energia de propriedade da ITASA na UHE Itá, sendo regido pela legislação aplicável e pelas regras de mercado, com vigência até 16/10/2030, reajustados anualmente pelo IGP-M e pela variação do Dólar acrescido da inflação norte-americana, respectivamente.
Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção da UHE Itá, celebrado pela Companhia, no âmbito do Consórcio Itá, com vigência até 16/10/2030, cujos valores são reajustáveis anualmente pelo índice IGP-M.

Lages Bioenergética Ltda.
Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, com o objetivo de regular a compra, pela controlada, de até 26 MW médios mensais de energia elétrica de propriedade da Companhia, com vigência até 31/03/2017.
Contrato com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação de serviços de administração operacional, em virtude da Lages não possuir quadro próprio de empregados. O valor contratual é reajustado anualmente pelo IGP-M.
Contrato de Operação e Manutenção da Unidade de Cogeração Lages, com término em 31/03/2012, através do qual a Companhia se obriga a operar e efetuar as manutenções do empreendimento. O valor contratual é reajustado anualmente com base na variação da remuneração definida em Acordo Coletivo de Trabalho dos empregados da Companhia.

Tractebel Energia Comercializadora Ltda.
Contrato com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação, pela Companhia, dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica e financeira da controlada. O valor contratual é reajustado anualmente pela variação do IGP-M.
Contratos de Compra e Venda de Energia com o objetivo de fornecer energia para que a TBLC cumpra com os seus contratos de venda de energia, com as seguintes características:
a) 150 MW médios mensais com vigência entre 01/03/2008 e 01/03/2015;
b) 190 MW médios mensais com vigência entre 01/01/2009 e 31/12/2016;
c) 540 MW médios mensais com vigência entre 01/01/2009 e 31/12/2009.

Companhia Energética São Salvador
Contrato com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação, pela Companhia, dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica e financeira da controlada. O valor contratual é reajustado anualmente pela variação do IGP-M.
Contrato de Operação e Manutenção da Usina Hidrelétrica São Salvador (UHSA), com término na data-fim do financiamento (15/10/2023), através do qual a Companhia se obriga a operar e efetuar as manutenções do empreendimento. O valor contratual é reajustado anualmente com base na variação do IGP-M.
Contrato de Mútuo assinado em 18/12/2008, com a finalidade de financiar o capital de giro para o cumprimento de obrigações com fornecedores para conclusão da UHE São Salvador, cujo saldo em 31/12/2008 é de R$ 8.700.

Suez-Tractebel S.A. (Controladora Indireta)
Em 17/04/2007, a Companhia celebrou contrato com a Suez-Tractebel S.A., sua controladora indireta, com sede em Bruxelas, Bélgica, cujo objeto é a prestação de serviços de consultoria em assuntos específicos por parte daquela empresa. A contratação foi aprovada por unanimidade pelos acionistas minoritários da Companhia, em Assembléia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 17/04/2007, tendo o acionista controlador renunciado ao seu direito de voto. O prazo do contrato é de 36 meses, condicionada a sua revalidação, pelos acionistas minoritários, a cada período de 12 meses, em Assembléia convocada para este fim, conforme ocorreu na AGE do dia 08/04/2008. O valor dos honorários durante a vigência do contrato está limitado ao montante anual não cumulativo de 1.500.000 EUROS, devendo os serviços executados e respectivos honorários ser submetidos ao conhecimento do Conselho Fiscal da Companhia, no qual tem assento um membro eleito pelos acionistas minoritários.

Continua...

VEC – 6COL X 52CM – PÁG. 8
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: VEC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_VEC.indd 8 24/3/2009 13:46:37

...Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Em milhares de reais)

Os valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado estão abaixo indicados:

	2008										2007
	GDF SELA *(a)*	ITASA	LAGES	TBLC *(b)*	CESS	SUEZ ENERGY BRASIL	SUEZ *(c)*	LEME *(d)*	SESA BidCO Ltd.	Total	Total
Ativo											
Contas a receber	52	2.244	640	99.528	43	6	4	-	-	**102.517**	**56.051**
Dividendos	-	4.071	4.929	-	-	-	-	-	-	**9.000**	**91.006**
Mútuo	-	-	-	-	9.966	-	-	-	-	**9.966**	**-**
Passivo											
Fornecedores	-	10.811	-	53	-	145	-	526	-	**11.535**	**49.712**
Dividendos/JCP *(*)*	102.793	-	-	-	-	-	-	-	-	**102.793**	**365.602**
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-	194.356	**194.356**	**-**
Outras	-	524	-	-	-	137	-	-	-	**661**	**-**

(*) Juros sobre o capital próprio.

	2008										2007
	CEM	ITASA	LAGES	TBLC *(b)*	DELTA	EAS	CESS	GAMA	SUEZ *(c)*	Total	Total
Resultado											
Receita de Suprimento de Energia	-	-	4.561	408.616	-	-	-	-	-	**413.177**	**329.394**
Receita de Serviços											
Administração	121	-	115	27	-	-	422	-	-	**685**	**1.203**
Operação e manutenção	304	11.013	1.565	-	-	-	-	-	-	**12.882**	**13.441**
Custo de Energia Elétrica											
Compra energia	46.652	119.727	-	-	-	-	-	-	-	**166.379**	**393.153**
Outros	-	-	-	10.654	-	-	-	-	-	**10.654**	**31**
Despesas Gerais e Administrativas	-	-	-	-	-	-	-	-	5.389	**5.389**	**2.540**
Receita financeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**	**-**
Resultado de Participações Societárias	11.122	17.140	7.187	27.599	(68)	(6.445)	(185)	(1.652)	-	**54.698**	**179.091**

(a) GDF Suez Energy Latin America Participações Ltda.
(b) Tractebel Energia Comercializadora
(c) Suez-Tractebel S.A.
(d) Leme Engenharia Ltda.

Remuneração das pessoas chaves da Administração
A remuneração, os encargos e os benefícios relacionados às pessoas chaves da Administração estão apresentadas a seguir. O único benefício de longo prazo é o de aposentadoria (pós-emprego).

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Honorários e benefícios de curto prazo	5.911	5.706	6.595	6.803
Encargos sociais	1.731	1.802	1.870	2.009
Bônus dos Administradores e encargos	2.284	2.767	2.284	2.910
Benefícios pós-emprego	587	603	587	634
	10.513	**10.878**	**11.336**	**12.356**

31 GARANTIAS A TERCEIROS

ITASA
A Companhia e demais acionistas da ITASA são intervenientes nos contratos firmados entre a investida, BNDES e outros agentes financiadores, vinculados à construção da UHE Itá. As intervenientes deram, em caução, a totalidade das ações de emissão da ITASA, de suas propriedades, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida em 31/12/2008 é de R$ 172.731 (R$ 209.041 em 31/12/2007).

Lages Bioenergética Ltda.
A Companhia é interveniente fiadora no Contrato de Abertura de Crédito Fixo celebrado entre a Lages e o BRDE, tendo cedido, em caução, as quotas de participação no capital social da controlada, de sua propriedade, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas no referido contrato. A dívida em 31/12/2008 totaliza R$ 25.117 (R$ 31.877 em 31/12/2007).

CESS
A Companhia é interveniente nos contratos firmados entre a investida e o BNDES e outros agentes financiadores, vinculados à construção da UHE São Salvador. A interveniente cedeu, em caução, a totalidade das ações de emissão da CESS, de sua propriedade, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida em 31/12/2008 é de R$ 612.678 (R$ 407.210 em 31/12/2007).

PPESA
A Energia América do Sul Ltda., controlada integral da Companhia e controladora da PPESA, é interveniente nos contratos firmados entre a investida e o BNDES e outros agentes financiadores, vinculados à construção da UHE Ponte de Pedra. A interveniente deu, em caução, a totalidade das ações de emissão da PPESA, de sua propriedade e os direitos emergentes da concessão e do contrato de compra e venda de energia elétrica com a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida em 31/12/2008 é de R$ 270.043.

Empresas recentemente adquiridas
A Companhia será interveniente dos contratos de financiamento das empresas recentemente adquiridas Tupan, Hidropower, Beberibe, Pedra do Sal e Areia Branca à medida em que as trocas das garantias forem sendo efetivadas.

32 SEGUROS

A Companhia possui apólice de seguros abrangente de riscos operacionais com valor declarado para danos materiais de US$ 5.247.606, equivalentes a R$ 12.263.655 em 31/12/2008, e de lucro cessante de curto prazo com valor declarado de US$ 331.994, equivalentes a R$ 775.870 em 31/12/2008 e de lucro cessante de longo prazo com valor declarado de US$ 196.846, equivalentes a R$ 460.029 em 31/12/2008. O limite máximo combinado para indenização de danos materiais e lucros cessantes é de US$ 250.000, equivalentes a R$ 584.250 em 31/12/2008, por evento.
Além dessas coberturas, a Companhia possui apólices de responsabilidade civil com cobertura de US$ 50.000, equivalentes a R$ 116.850 em 31/12/2008. Estas apólices incluem a UHE Itá, construída e explorada em consórcio com a controlada em conjunto ITASA.
Os seguros contratados relativos às controladas, em 31/12/2008, têm as seguintes principais características:
Lages: seguro de riscos operacionais com cobertura de US$ 44.481 equivalentes a R$ 103.952 em 31/12/2008, e de responsabilidade civil com cobertura de US$ 50.000, equivalentes a R$ 116.850 em 31/12/2008.
CESS: seguros de riscos de engenharia com cobertura de manutenção ampla de 12 meses, com limite máximo de indenização de R$ 701.880, e de responsabilidade civil com coberturas de R$ 22.200 para cada uma das duas apólices.
Ponte de Pedra: seguro de riscos operacionais com cobertura de US$ 193.600 equivalentes a R$ 452.443 em 31/12/2008, e de responsabilidade civil com coberturas de R$ 5.325, para cada uma das duas apólices.
Tupan e Hidropower: seguros de riscos operacionais com valor para danos materiais de R$ 65.000 e de lucro cessante de longo prazo com valor de R$ 8.000, para cada uma das empresas.
Beberibe, Pedra do Sal e Areia Branca: seguro de risco de engenharia com cobertura de até R$ 114.000, R$ 67.183, R$ 63.799, respectivamente, e de responsabilidade civil com valor de R$ 10.000, R$ 6.718 e R$ 2.000, respectivamente.
Além destes seguros estratégicos, a Companhia possui seguros para cobertura de riscos em transportes nacionais e internacionais, seguro de responsabilidade de conselheiros, diretores e administradores, extensivo às suas controladas, bem como, seguro de vida em grupo para os seus diretores e empregados.

33 CONTRATOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui compromissos de longo prazo, dentre os quais se destacam:

a) Contrato de Conexão
A Companhia mantém Contrato de Conexão com a ELETROSUL e com a Furnas Centrais Elétricas S.A. (FURNAS), com vigência até a data de extinção das concessões das unidades geradoras da Companhia, ou a extinção da transmissora, o que ocorrer primeiro.
Em relação às empresas adquiridas no ano de 2008, os Contratos de Uso de Conexão são os seguintes:
- PPESA: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE)
- Tupan e Hidropower: Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (CEMAT)
- Eólica Beberibe: Companhia Energética do Ceará (COELCE)
- Eólica Pedra do Sal: Companhia Energética do Piauí (CEPISA)

b) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição
Para o Uso do Sistema de Transmissão e da Rede Básica, a Companhia mantém contratos com o ONS, e para usinas que não estão conectadas diretamente à rede básica, são mantidos Contratos de Uso da Distribuição, conforme abaixo mencionado:
- UTE Willian Arjona: Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A. (ENERSUL)
- UTE Alegrete: AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia (AES Sul)
- UTE Jorge Lacerda A: Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC)
- PPESA: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE)
- Tupan e Hidropower: Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (CEMAT)
- Beberibe: Companhia Energética do Ceará (COELCE)
- Pedra do Sal: Companhia Energética do Piauí (CEPISA)

Os contratos, em sua grande maioria, têm vigência até a data da extinção das concessões ou autorizações das unidades geradoras da Companhia ou a extinção das empresas transmissoras e distribuidoras, o que ocorrer primeiro.

c) Contratos bilaterais de compra e venda de energia elétrica
De acordo com os dados acerca da energia assegurada e contratos de compra e venda em vigor, o balanço energético da Companhia mostra que a atual capacidade está com os seguintes níveis de contratação:

	MW médios *(*)*				
Ano	Recursos próprios	Compras p/ revenda	Disponibilidade total	Disponibilidade contratada	% Contratados
2009	3.311	387	3.698	3.653	98,8%
2010	3.393	622	4.015	3.917	97,6%
2011	3.580	289	3.869	3.448	89,1%
2012	3.617	177	3.794	3.446	90,8%
2013	3.617	278	3.895	3.273	84,0%
2014	3.617	249	3.866	2.791	72,2%

(*) As informações de MW médio não são revisadas pelos auditores independentes.

A receita operacional bruta da Companhia, em 31/12/2008, composta por natureza de clientes, é a seguinte:

	Valor	%
Distribuidoras	1.763.889	46,01
Consumidores livres	1.059.455	27,63
Comercializadoras	659.986	17,21
CCEE	295.972	7,72
Exportação	34.394	0,90
Outras	20.421	0,53
	3.834.117	**100,00**

Os clientes que, em 31/12/2008, participavam em percentual superior a 5% na receita operacional bruta da Companhia foram a CELESC, a Rio Grande Energia S.A., a CPFL Comercialização Brasil S.A. e a Companhia Paulista de Força e Luz.

d) Compra de energia elétrica da Argentina
A Companhia firmou contrato com a CIEN, por um prazo de 20 anos, a partir de 21/06/2000, para a compra de 300 MW de potência firme com energia associada, para ser disponibilizada na subestação de Itá, da ELETROSUL. No mês de março de 2005, a ANEEL realizou fiscalização para verificar as condições de garantia de entrega física da UTE Uruguaiana e das Interconexões de Garabi, onde foi constatada a indisponibilidade de efetiva geração e transporte de energia elétrica pelos agentes fiscalizados, nos montantes contratados. Em decorrência deste fato, o MME expediu Portaria, definindo novos valores de garantia física dos respectivos empreendimentos de geração e interconexões.
Em 01/04/2005, foi publicada Resolução Normativa ANEEL estabelecendo os critérios a serem utilizados pelo ONS e pela CCEE na determinação dos limites de disponibilidade de geração e de garantia física de energia para a UTE Uruguaiana e para as Interconexões de Garabi. Com base nos referidos atos normativos, o valor da garantia física originalmente atribuído à CIEN para o atendimento do contrato de 300 MW foi reduzido para, aproximadamente, 72 MW.
Em razão do modo como o contrato está registrado na CCEE, esta redução deixaria a Companhia sujeita às penalidades previstas na legislação setorial, por insuficiência de lastro físico, além da exposição ao mercado de curto prazo da CCEE, o que a levou a firmar contrato para compra da energia elétrica correspondente de outro agente. Por força do ocorrido, a Companhia entende que ficou caracterizado inadimplemento contratual por parte da CIEN, e que multas e ressarcimentos previstos no contrato tornaram-se devidos à Companhia. Assim, baseada em dispositivos contratuais que determinam que os valores constantes das faturas emitidas pela CIEN já devem ser líquidos de todos os montantes por elas devidos à Companhia, a título de multas e ressarcimentos, o que não vem sendo feito pela CIEN com relação a nenhuma das faturas por ela emitidas sob o contrato desde a redução de sua garantia física, a Companhia não vem efetuando o pagamento das referidas faturas, desde março de 2005, por serem tais faturas consideradas inábeis.
Em 20/06/2006, a ANEEL, através de Resolução Normativa, reduziu a zero os valores de garantia física de energia elétrica oriunda de importação da CIEN em decorrência da impossibilidade de fornecimento de energia elétrica por parte desta empresa. Esta redução será mantida até que a CIEN comprove a existência de disponibilidade de energia.
Até a data do fechamento do balanço em referência, a situação permanece inalterada.

e) Compra de gás natural
A Companhia celebrou contrato de aquisição de gás natural com a Companhia de Gás do Mato Grosso do Sul (MSGÁS), com vigência de cinco anos a partir de 2001, início da operação comercial a gás da Usina Termelétrica William Arjona (UTWA), localizada em Campo Grande (MS), renováveis por mais cinco anos.
Com o vencimento do prazo do contrato, em 22/05/2006, a Companhia manifestou interesse em renovar o acordo, porém a MSGÁS comunicou que a renovação dependeria de reajuste no preço do produto, conforme determinação da Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), vendedora do gás para a MSGÁS e anuente no contrato.
Ante a ameaça da PETROBRAS de cortar o suprimento de gás para a Usina, a Companhia ajuizou medida cautelar contra a MSGÁS e a PETROBRAS, com pedido de antecipação de tutela, que foi deferida para obrigar a manutenção do fornecimento do gás, nos termos do contrato.
A Companhia também ajuizou ação ordinária visando a renovação do contrato por mais um período, cujo processo está tramitando no Poder Judiciário da Comarca de Campo Grande (MS).
Em recente recurso ajuizado perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), a PETROBRAS obteve efeito suspensivo que lhe autorizou, a partir de novembro de 2007, a suspensão do fornecimento de gás para a Usina.
Em conseqüência, a Companhia tem comprado energia na CCEE para suprir o lastro de energia vendida de UTWA. Quando conveniente e necessário, a usina tem operado com óleo diesel como combustível, uma vez que a mesma possui essa flexibilidade.
Recentemente, a ação foi julgada procedente para o fim de determinar que os contratos de compra e venda de gás natural firmados entre a Companhia e MSGÁS e entre MSGÁS e PETROBRAS e seus respectivos aditivos sejam renovados pelo período de 05 anos, iniciando-se em 23/05/2006. O período em que houve a interrupção do fornecimento de gás em decorrência deste litígio deverá ser acrescido ao final do contrato, que terá o seu encerramento proporcionalmente prorrogado. O preço e a quantidade de gás deverão ser aqueles contratados e reajustados conforme os parâmetros estabelecidos no Programa Prioritário de Termelétricas (PPT). Dessa decisão a PETROBRAS interpôs embargos de declaração que foram considerados improcedentes, e entrou com Recurso de Apelação perante o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul.

f) Contratos de arrendamento
f.1) A Eólica Beberibe possui quatro contratos de arrendamento de terrenos utilizados para a instalação e edificação das torres dos aerogeradores, subestação e instalações de transmissão associadas. A vigência dos contratos varia de 17/05/2027 até 28/09/2032 e os valores são compostos por parcela fixa e variável, esta correspondente a um percentual sobre a receita bruta. As parcelas fixas são reajustadas pelo IGPM, pela variação do dólar norte-americano e pelo índice de inflação dos Estados Unidos da América (EUA), dependendo de cada contrato.
f.2) A Eólica Pedra do Sal possui dois contratos de arrendamentos dos terrenos onde estão localizados o seu parque gerador, com prazo de vencimento em 2029. O valor mensal pago corresponde a um percentual sobre a receita operacional bruta.

g) Contratos para construção da UTE Destilaria Andrade
A Controlada indireta Ibitiúva, assinou contrato com a Areva Koblitz para Serviços de engenharia, aquisição de equipamentos e construção da UTE Destilaria Andrade, no montante de R$ 87.830. Desse total, R$ 9.188 tinham sido pagos até 31/12/2008. A vigência do contrato é de até 01/06/2010.
A Ibitiúva também assinou contrato com a Leme Engenharia Ltda., empresa pertencente ao Grupo Suez, para controle de qualidade do projeto da UTE Ibitiúva Bioenergética, no valor de R$ 1.845, com vigência até 01/04/2010.

34 EVENTO SUBSEQÜENTE

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 16/02/2009, aprovou a 4ª emissão de Notas Promissórias da Companhia, no valor total de até R$ 300.000, através de Oferta Restrita nos termos da Instrução CVM nº 476/09. As principais características da emissão estão apresentadas no quadro a seguir:

Número de Séries:	Série Única.
Quantidade:	300 Notas Promissórias.
Valor Nominal Unitário:	R$ 1.000.
Data de Emissão:	Data de sua efetiva subscrição e integralização.
Forma:	Serão emitidas fisicamente e ficarão depositadas em instituição habilitada à prestação de serviços de custódia.
Prazo e Vencimento:	360 dias contados da data de emissão, e será considerado o 360º dia como a data de vencimento.
Local de Negociação e de Pagamento:	Mercado de balcão organizado, junto ao Sistema de Nota Promissória operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP).
Remuneração:	125% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis calculada e divulgada diariamente pela CETIP.
Resgate Antecipado:	Será realizado mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo resgate.
Garantia:	Não farão jus a nenhum tipo de garantia.
Destinação dos Recursos:	Serão destinados ao pagamento de dívidas da Companhia e ao financiamento do capital de giro.

Em 06/03/2009 a Companhia recebeu os recursos referentes à referida emissão, no valor de R$ 300.000, os quais serão destinados em parte para o pagamento da dívida representada pelas notas promissórias, emitidas em 20/05/2008 e com vencimento em 15/05/2009.

Na mesma reunião também foi aprovada a 3ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia, da espécie quirografária (sem garantia ou preferência), no valor de até R$ 600.000, observado que tal montante poderá ser objeto de aumento em virtude de demanda observada no processo de *bookbuilding*, os quais serão objeto de distribuição pública no âmbito do Programa de Distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 400/03, sendo que as principais características e condições são:

Número de Séries:	Série Única.
Quantidade:	60.000 Debêntures, sendo que a quantidade poderá ser eventualmente aumentada em até 35% em razão de demanda apurada em procedimento de *bookbuilding*.
Valor Nominal Unitário:	R$ 10.
Data de Emissão:	01/04/2009.
Forma:	As debêntures serão nominativas e escriturais.
Espécie e Conversibilidade:	Espécie quirografária, não conversíveis em ações de emissão da Companhia.
Prazo e Vencimento:	O prazo será de 2 anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de abril de 2011.
Local de Negociação e de Pagamento:	(a) distribuição no mercado primário, por meio do SDT (Módulo de Distribuição de Títulos), administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (ANDIMA), (b) negociação no mercado secundário, por meio do SND (Módulo Nacional de Debêntures), administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA. As Debêntures submeter-se-ão aos controles de compensação e liquidação da CETIP ou da CBLC, conforme o caso.
Remuneração:	Equivalente à acumulação de, no máximo, 125% da Taxa DI, calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento das Debêntures, observado que a taxa final aplicável será apurada por meio do *bookbuilding*. A Remuneração será devida semestralmente, nas seguintes datas: 01/10/2009, 01/04/2010, 01/10/2010 e 01/04/2011.
Destinação dos Recursos:	(a) ao pagamento integral da dívida representada pelas Notas Promissórias e (b) ao pagamento de parte da dívida representada pelas notas promissórias comerciais da 3ª emissão da Companhia, emitidas em 20 de maio de 2008 e com vencimento previsto para 15 de maio de 2009.

Conselho de Administração

Presidente: **Maurício Stolle Bähr**

Vice-Presidente: **Jan Franciscus María Flachet**

Conselheiros: **Manoel Arlindo Zaroni Torres**, **Victor-Frank de Paula Rosa Paranhos**, **Dirk Beeuwsaert**, **José Carlos Cauduro Minuzzo**, **Luiz Antônio Barbosa**, **José Pais Rangel**, **Luiz Leonardo Cantidiano Varnieri Ribeiro**

Diretoria Executiva

Diretor-Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, em exercício: **Manoel Arlindo Zaroni Torres**

Diretor de Comercialização e Negócios: **José Luiz Jansson Laydner**

Diretor de Implantação de Projetos: **Miroel Makiolke Wolowski**

Diretor de Produção de Energia: **José Carlos Cauduro Minuzzo**

Diretor de Planejamento e Controle: **Marco Antonio Amaral Sureck**

Diretor Administrativo: **Luciano Flávio Andriani**

Departamento de Contabilidade

Marcelo Cardoso Malta
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador – CRC RJ 072259/O-5 T-SC

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Empresa Tractebel Energia S.A., Newton de Lima Azevedo Junior, Paulo de Resende Salgado e Manoel Eduardo Lima Lopes, abaixo assinados, após examinarem o Relatório Anual da Administração, incluindo as Demonstrações Contábeis e o Relatório da Administração relativos ao exercício de 2008, e com base no parecer dos Auditores Independentes Deloitte Touche Tohmatsu emitido em 09/03/09, declaram que o Relatório Anual da Administração representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tractebel Energia S.A. em 31 de dezembro de 2008, estando em condições de ser apreciado pela Assembléia Geral de Acionistas da Companhia.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2009.

Newton de Lima Azevedo Junior
Conselheiro Presidente

Manoel Eduardo Lima Lopes
Conselheiro

Paulo de Resende Salgado
Conselheiro

Parecer dos Auditores Independentes

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da
Tractebel Energia S.A.
Florianópolis – SC

1. Examinamos o balanço patrimonial (controladora e consolidado) da Tractebel Energia S.A. ("Companhia" ou "Controladora") e controladas, em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido (controladora), dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondente ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tractebel Energia S.A. (individual e consolidado) em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora), os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Anteriormente, auditamos as demonstrações financeiras (controladora e consolidado) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos desse exercício, além das informações suplementares compreendendo as demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado, sobre as quais emitimos parecer sem ressalva, datado de 1º de fevereiro de 2008. Conforme mencionado na nota explicativa 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2009.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" SC
Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4 "S" SC

Deloitte.

VEC – 6COL X 52CM – PÁG. 9
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: VEC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_VEC.indd 9 24/3/2009 13:47:17

Tractebel Energia S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 02.474.103/0001-19

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2008

Senhores Acionistas,
A Administração da Tractebel Energia S.A. ("Tractebel Energia", "Tractebel" ou a "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008. As informações estão apresentadas em milhões de reais e em base consolidada, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Tractebel Energia comemorou 10 anos em 2008, exercício que também ficou marcado por sua consolidação como maior empresa privada de geração de energia elétrica do Brasil. Nessa primeira década de história, passamos por dois ciclos de crescimento, os quais proporcionaram um incremento de 10 usinas às oito iniciais. Atualmente, nosso parque gerador é composto por sete hidrelétricas, seis termelétricas e cinco usinas das chamadas fontes complementares de energia - duas pequenas centrais hidrelétricas, duas eólicas e uma movida a biomassa. Em decorrência dessa expansão, a capacidade instalada própria aumentou 66%, passando de 3.719 MW em 1998 para 6.189 MW neste ano.

No primeiro ciclo de crescimento, encerrado em 2003, o parque se expandiu com a termelétrica William Arjona (localizada no MS) e as hidrelétricas Itá (SC e RS), Machadinho (SC e RS) e Cana Brava (GO), além da Unidade de Co-geração Lages (SC), usina de biomassa cujo combustível é o resíduo da indústria madeireira. Juntos, esses empreendimentos somaram 2.199 MW à nossa capacidade instalada.

Os bons resultados obtidos com as novas usinas, o fluxo de caixa vigoroso e o apoio do nosso controlador, o Grupo GDF SUEZ, nos permitiram iniciar um novo ciclo de crescimento em 2007, com a aquisição da hidrelétrica Ponte de Pedra (MS e MT), e que se estendeu em 2008, com investimentos em fontes complementares de energia. Além de reforçar nosso conhecimento sobre esse segmento, alcançamos a meta de desenvolver 100 MW de energia delas provenientes: concluímos a aquisição das Pequenas Centrais Hidrelétricas Rondonópolis (MT), José Gelazio da Rocha (MT) e Areia Branca (MG) - as duas primeiras já em operação e a terceira com previsão de início de geração para 2009 - e de duas usinas eólicas, Beberibe (CE) e Pedra do Sal (PI), ambas já em atividade.

Estamos desenvolvendo outros três projetos. A inauguração do primeiro deles, a hidrelétrica São Salvador (TO), prevista para fevereiro de 2009, marcará a presença da Tractebel Energia em todas as regiões do país, enquanto que a hidrelétrica Estreito (MA) e a usina de biomassa Destilaria Andrade (SP) tem previsão de início de atividades para 2010. Somados à Areia Branca, eles incrementarão nossa capacidade de geração em 716 MW. Há ainda o projeto Seival, de até 540 MW e adquirido também no ciclo atual, que aguarda momento oportuno para seu início.

O resultado financeiro foi igualmente expressivo em 2008: alcançamos o maior lucro líquido de nossa história, R$ 1.115,2 milhões, 6,6% a mais do que em 2007, apesar da redução da capacidade comercial das termelétricas determinada em portaria. Operacionalmente, mesmo com as usinas termelétricas tendo operado com alta exigência de despacho, o índice de disponibilidade aumentou e atingiu 98,7%, desconsiderando-se as paradas programadas, outro resultado recorde nesses 10 anos de atividades.

Sentimo-nos preparados para enfrentar a crise financeira mundial e dispostos a continuar crescendo e criando valor nos próximos anos: a capacidade comercial, incluindo novas usinas e aquisições de terceiros, está quase totalmente contratada até 2010; o forte fluxo de caixa e os financiamentos do governo por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em especial aqueles que fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), nos permitem manter a expansão e os investimentos nos projetos em desenvolvimento. Além disso, nossa exposição a oscilações cambiais é baixa - menos de 12% da dívida bruta é composta por moedas estrangeiras -, e tende a diminuir ainda mais nos próximos anos.

O bom desempenho econômico da Companhia na última década está intimamente ligado ao nosso comprometimento com o desenvolvimento sustentável. Atuamos sempre respeitando o meio ambiente, que provê os recursos necessários para gerarmos energia elétrica. O foco de nossa atividade pauta-se, assim, no equilíbrio do tripé que nos sustenta: apresentar excelente desempenho econômico, ser socialmente justo e atuar com responsabilidade ambiental. Conduzindo nosso negócio de maneira sustentável, criamos valor para todas as partes interessadas, nossos *stakeholders*.

O reconhecimento desse compromisso foi evidenciado novamente em 2008 com nossa permanência, pelo quarto ano consecutivo, na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. Adicionalmente, todas as nossas usinas tiveram as certificações NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001 renovadas, com exceção, naturalmente, das recém-adquiridas. Além disso, dentre outros prêmios, por conduzir nossos negócios em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa e demonstrar compromisso com a prestação de contas e com a transparência na gestão, ficamos em primeiro lugar entre As Melhores Companhias para os Acionistas no III Ranking Capital Aberto, que aponta as empresas que mais se destacaram em rentabilidade do negócio, rentabilidade da ação, liquidez, governança corporativa e sustentabilidade.

Durante a última década buscamos árdua e permanentemente inovar, explorar novas oportunidades e expandir nosso parque gerador por todo o país. Neste ano de consolidação, comemoramos os resultados desse empenho e seguimos inspirados a trabalhar com energia para expandir ainda mais as atividades. Nossa vontade de continuar crescendo é forte, bem como o compromisso com a preservação ambiental e com o desenvolvimento social. Agradecemos aos nossos empregados, investidores, clientes, fornecedores e sociedade pela participação, dedicação e confiança na construção dessa história de sucesso.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor-Presidente

Maurício Stolle Bähr
Presidente do Conselho de Administração

1. PERFIL INSTITUCIONAL

Maior empresa privada de geração de energia elétrica do Brasil, a Tractebel tem sede em Florianópolis, Santa Catarina, e atua há 10 anos na implantação e operação de usinas geradoras e na comercialização de energia elétrica.

A Companhia tem ações negociadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e é controlada pela GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda., subsidiária do grupo franco-belga GDF SUEZ, um dos maiores do mundo nas áreas de energia, água e gestão de resíduos.

Em 10 anos o parque gerador da Tractebel cresceu 66% totalizando 6.189 MW de capacidade instalada própria, por meio de 18 usinas em operação. Sua geração é responsável pelo atendimento de cerca de 6% do consumo de eletricidade nacional. A capacidade leva em conta as usinas operadas integralmente pela Tractebel e a participação de 19,3% da Companhia na Usina Hidrelétrica Machadinho, que tem capacidade total de 1.140 MW, e de 70,0% na Usina Hidrelétrica Itá, com capacidade total de 1.450 MW. Considerando-se as parcelas detidas por outros investidores, a capacidade instalada total do parque operado pela Tractebel é de 7.248 MW. Além das usinas em funcionamento, quatro estão em fase de construção e irão agregar 716 MW à capacidade própria.

2. EXPANSÃO DO PARQUE GERADOR

Em 2008 a Companhia fortaleceu sua posição de liderança no mercado adquirindo seis novas usinas com capacidade instalada total de 290 MW: a Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra (aquisição iniciada em 2007 e concluída em 2008), as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) José Gelazio da Rocha, Rondonópolis e Areia Branca (esta em construção) e as Usinas Eólicas Beberibe e Pedra do Sal. Esses investimentos totalizaram R$ 1.085,8 milhões.

Com a construção de novas usinas - as hidrelétricas São Salvador e Estreito, a termelétrica Destilaria Andrade e a PCH Areia Branca - a Tractebel está expandindo seu parque gerador para todas as regiões do país, com operação nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Ceará, Piauí, Minas Gerais, Tocantins, e Maranhão.

As novas usinas São Salvador (243 MW), Estreito (435 MW e ainda a ser transferida pelo controlador para a Companhia), Destilaria Andrade (18 MW) e Areia Branca (20 MW) irão agregar ao parque gerador 716 MW. Essa soma contempla a participação da Tractebel de 40,1% no consórcio da hidrelétrica Estreito, com capacidade total de 1.087 MW e de 55,4% no consórcio da termelétrica Destilaria Andrade, com capacidade total de 33 MW. Considerando-se a capacidade total das usinas, serão agregados à operação da Tractebel 1.383 MW.

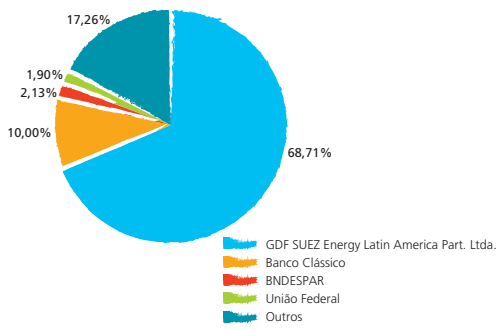
A Companhia mantém os estudos para o desenvolvimento da termelétrica Seival, no Rio Grande do Sul, com potência esperada de 340 MW, voltada para o mercado externo. A demanda de investimento das cinco usinas está estimada em R$ 5 bilhões, podendo ser maior, uma vez que a capacidade máxima permitida é de 540 MW.

2.1. Controle Acionário

Em 31 de dezembro de 2008 o capital social da Companhia totalizava R$ 2.445,8 milhões, composto por 652.742.192 ações ordinárias negociadas regularmente na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código TBLE3. A Companhia possui um programa de ADRs (*American Depositary Receipts*) Nível I, negociados no mercado de balcão norte-americano sob código TBLEY, tendo a relação de um ADR para cada ação ordinária.

A GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. detém o controle acionário com 68,71% do capital.

Controle Acionário



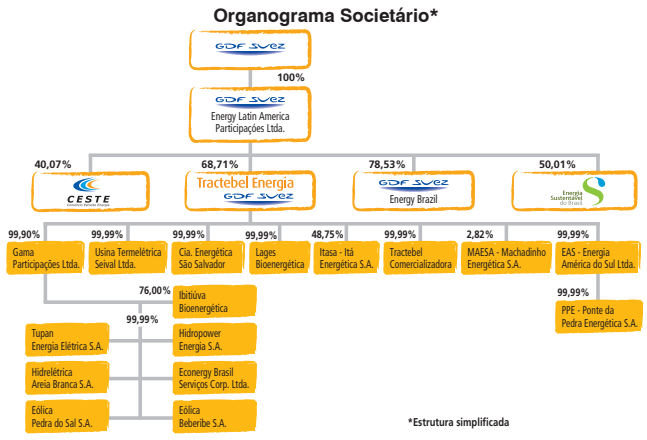
2.2. Estrutura Societária

A GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda., integrante do grupo GDF SUEZ, é a controladora da Tractebel Energia, que, por sua vez, detém o controle direto ou indireto das seguintes empresas: Companhia Energética São Salvador; Lages Bioenergética Ltda.; Seival Participações S.A.; Ponte de Pedra Energética S.A.; Gama Participações Ltda.; e Tractebel Energia Comercializadora Ltda., que intermedeia e opera compras, vendas, importações e exportações de energia elétrica no mercado de livre negociação.

A Companhia possui também participação de 2,82% na Machadinho Energética S.A. (Maesa), e de 19,28% no consórcio de exploração da Usina Hidrelétrica Machadinho.

Adicionalmente, a Tractebel possui o controle compartilhado da empresa que detém a concessão para exploração da Usina Hidrelétrica Itá, a Itá Energética S.A. (Itasa) - com participação de 48,5% - e do Consórcio Itá, responsável pela construção do empreendimento, com 39,5%. Essas participações totalizam a detenção de 70% da Usina Hidrelétrica Itá.

Organograma Societário*



Aquisições de Controladas

Em 29 de abril de 2008 a EAS - Energia América do Sul Ltda. ("EAS"), controlada integral da Companhia, concluiu a aquisição da Ponte de Pedra Energética S.A., que detém a concessão da Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra, pelo montante de R$ 645,0 milhões.

Por meio de sua controlada Gama Participações Ltda. ("Gama"), a Companhia adquiriu em 2008, por aproximadamente R$ 240,9 milhões, a totalidade do capital social da Tupan Energia Elétrica S.A. ("Tupan") e a totalidade do capital social da Hidropower Energia S.A. ("Hidropower"). A Tupan detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Pequena Central Hidrelétrica Rondonópolis, com capacidade instalada de 26,6 MW, em operação comercial desde dezembro de 2007. A Hidropower detém autorização outorgada pela Aneel para explorar a Pequena Central Hidrelétrica Engenheiro José Gelazio da Rocha, com capacidade instalada de 23,7 MW, em operação comercial desde fevereiro de 2007.

Em 22 de dezembro de 2008 a Gama anunciou ainda a aquisição da totalidade do capital social das seguintes empresas: Eólica Beberibe S.A., que detém autorização para explorar o Parque Eólico Beberibe, com capacidade instalada de 25,6 MW; Eólica Pedra do Sal S.A., que detém autorização para explorar o Parque Eólico Pedra do Sal, com capacidade instalada de 17,85 MW; Hidrelétrica Areia Branca S.A. que detém autorização para explorar a Pequena Central Hidrelétrica Areia Branca, com capacidade instalada de 19,8 MW; e Econergy Brasil Serviços Corporativos Ltda., sociedade prestadora de serviços para a implementação dos três ativos de geração anteriormente citados. O preço total das referidas aquisições atingiu R$ 200,0 milhões.

3. AMBIENTE ECONÔMICO

Em 2008 a economia brasileira apresentou um crescimento de 5,6%, apesar do agravamento da crise econômica internacional no último trimestre do ano.

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) sofreu ligeiro aumento, mas manteve-se dentro da meta estabelecida pelo governo, fechando o ano em 5,9%. A redução do ritmo das atividades econômicas e os reajustes nos preços dos alimentos foram os principais responsáveis pela elevação do índice de inflação.

A taxa de juros Selic também apresentou alta e encerrou o ano em 13,75%, aumento de 2,5 p.p. em relação ao ano anterior, interrompendo a trajetória descendente observada desde 2006.

Em relação ao câmbio, apesar dos esforços do Banco Central em diversos leilões de dólares de reserva para evitar uma forte alta, a moeda norte-americana encerrou o ano cotada a R$ 2,33, o que representou uma valorização de 31,3% perante o real.

A produção industrial registrou elevação de 3,1% no ano, reflexo do aumento na produção em 17 setores, com destaque para outros equipamentos de transporte (42,2%), o segmento farmacêutico (12,7%) e minerais não-metálicos (8,3%). As categorias de uso também apresentaram expansão em bens de capital (14,4%), bens de consumo duráveis (3,8%), semi e não-duráveis (1,4%) e bens intermediários (1,6%). A expansão, porém, é menor em 2,9 p.p. quando comparada à de 2007, em consequência da forte desaceleração da atividade industrial no último trimestre do ano.

O nível de emprego na indústria acompanhou a produção industrial e, ao longo de 2008, verificou crescimento de 2,1%. A folha de pagamento na indústria, por sua vez, registrou avanço de 6% em relação a 2007, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O fluxo cambial no país, que considera a soma dos resultados financeiro e comercial, fechou o ano com resultado negativo afetado pela crise, com a saída de US$ 983 milhões, pior resultado desde 2002.

Em meio à turbulência, contudo, o Brasil conquistou posição credora no exterior, pela primeira vez na história, ao fortalecer suas reservas internacionais e quitar sua dívida externa com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Como resultado do equilíbrio das contas públicas, o país passou a ser considerado *investment grade* pelas agências de classificação de risco, o que aumenta a confiança internacional e contribui para atrair novamente investimentos estrangeiros diretos.

4. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

O consumo faturado no Sistema Interligado Nacional (SIN) em 2008 totalizou 445,4 TWh, indicando aumento de 2,8% em relação ao do ano anterior, conforme dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Esse crescimento foi bastante inferior ao registrado no mesmo período de 2007, que foi de 5,7%.

No primeiro trimestre do ano a redução no ritmo de crescimento da demanda foi decorrente dos elevados preços no mercado de curto prazo e das temperaturas amenas.

No período compreendido entre os meses de maio e setembro a demanda apresentou uma sensível recuperação no crescimento, sendo que em junho, julho e agosto o crescimento em relação aos mesmos meses do ano anterior foi de 5,2%.

No último trimestre do ano verificou-se a desaceleração do crescimento da demanda, decorrência enfim da crise financeira mundial.

5. DESEMPENHO OPERACIONAL

5.1. Disponibilidade

O índice de disponibilidade das usinas operadas pela Tractebel em 2008 alcançou 98,7%, desconsiderando-se as paradas programadas. Esse valor corresponde a um aumento de 0,7 p.p. em relação ao ano anterior e estabelece o recorde histórico da Companhia. Ele é composto pela disponibilidade de 99,6% na geração hidrelétrica e 94,3% na termelétrica. Se consideradas as paradas programadas, a disponibilidade global foi de 96,4% nas hidrelétricas e 88,0% nas termelétricas. Os dados mencionados não contemplam as usinas que foram adquiridas em 2008.

5.2. Produção

Como preâmbulo desse item, cabe lembrar que a Tractebel adquiriu usinas novas e em operação ao longo de 2008.

No acumulado do ano, levando-se em conta somente as usinas pertencentes à Tractebel ao final de 2007, a produção alcançou 33.258 GWh (3.786 MW médios), uma redução de 1,8% em relação aos 33.858 GWh (3.865 MW médios) registrados em 2007. Ainda nos 12M08, agora adicionando-se as usinas incorporadas ao longo do ano, a produção atingiu 34.128 GWh (3.885 MW médios), um acréscimo de 0,8% em relação ao ano anterior, constituindo-se em outro recorde. Ainda levando-se em conta os 12M08, desta feita, porém, contabilizando-se a produção anual antes e depois das respectivas incorporações, as usinas operadas pela Tractebel produziram 34.709 GWh (3.951 MW médios), um acréscimo de 2,5% em relação a 2007.

O detalhamento dos valores acima descritos consta na tabela abaixo:

Produção (em MW médios)**

Usinas	12M07	12M08*	12M08*/ 12M07	12M08**	12M08**/ 12M07	12M08***	12M08***/ 12M07
Hidrelétricas	3.294	3.164	(3,7%)	3.260	(0,8%)	3.304	0,6%
Termelétricas	563	616	9,7%	616	9,7%	616	9,7%
Complementares	8	6	(19,2%)	9	15,6%	31	307,4%
Total	3.865	3.786	(1,8%)	3.885	0,8%	3.951	2,5%

(*) Considera a mesma base de ativos existente em 31/12/2007.
(**) Considera somente o período pós-aquisição pela Tractebel.
(***) Considera os períodos pré e pós-aquisição pela Tractebel.
(****) Em razão de 2008 ser bissexto e 2007 não, os dados de variação envolvendo 12M contemplam o cálculo em GWh, e não MW médios.

Cabe ressaltar que o aumento ou a redução da geração hidrelétrica da Companhia não resulta necessariamente em melhoria ou deterioração de seu desempenho econômico-financeiro no período em análise. A razão é a adoção do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que dilui os riscos de geração hidrelétrica entre os seus participantes.

O aumento da geração termelétrica reduz a exposição ao Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), sendo o inverso também verdadeiro, mantidas todas as outras variáveis.

A capacidade instalada própria da Companhia em 31 de dezembro de 2008 totalizava 6.189 MW, um crescimento de mais de 66% em relação aos 3.719 MW existentes em setembro de 1998, época da aquisição do controle no leilão de privatização.

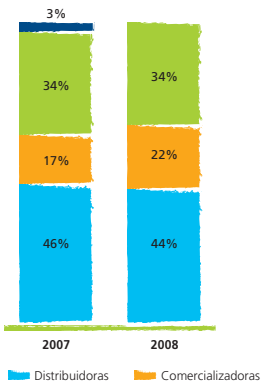
5.3. Clientes

A diversificada carteira de clientes da Tractebel abrange distribuidoras de energia, comercializadoras e clientes livres (majoritariamente grandes consumidores industriais), atendidos por meio de contratos flexíveis no tocante ao volume e à duração. Adicionalmente, no segmento de clientes livres, a Companhia adota a estratégia de diversificação de vendas entre indústrias de diferentes setores da economia.

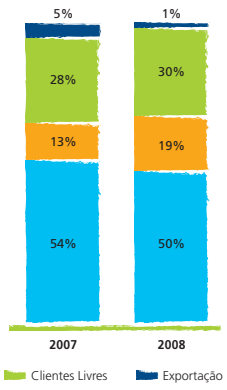
A Companhia mantém um relacionamento estreito com seus clientes, o que possibilita detectar suas necessidades e desenvolver produtos e serviços individualizados que contribuem para a sua fidelização.

Em 2008 a participação dos clientes livres nas vendas físicas da Companhia se manteve estável em relação a 2007, com 33,9%, enquanto que a sua participação na receita operacional bruta relativa às vendas contratadas aumentou 2,1 p.p., alcançando 30,1%.

Participação de Clientes nas Vendas Físicas



Participação de Clientes nas Vendas Contratadas que compõem a Receita Operacional Bruta



Continua...

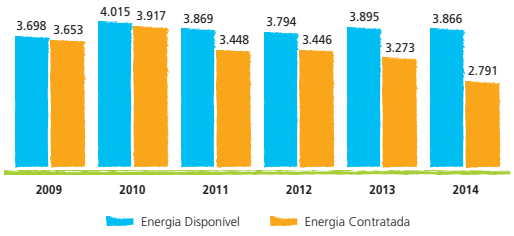
[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_DCSC_relatorio_color_A.indd 1 24/3/2009 13:36:14

5.4. Balanço de Energia

Com base em previsões do setor, que apontam para um potencial aumento de preço de energia, a Companhia optou por ter parte de sua disponibilidade descontratada a partir de 2011.

De acordo com os dados de capacidade comercial própria e contratos de compra e venda em vigor na data de 31 de dezembro de 2008, o balanço de energia da Tractebel mostra que a Companhia está com sua disponibilidade de energia, incluindo aquisições de terceiros, quase totalmente contratada até 2010.

Balanço de Energia (MW médios)



6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.1. Principais Indicadores

As informações apresentadas a seguir se encontram em milhões de reais e em base consolidada, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

	2006	2007	2008	Variação 2008/2007
Indicadores Econômicos (R$ milhões)				
Receita Operacional Bruta	3.005	3.365	3.834	13,9%
Receita Operacional Líquida	2.706	3.043	3.441	13,1%
EBITDA[1]	1.595	1.856	2.180	17,5%
Margem EBITDA (%)	58,90	61,00	63,40	2,4 p.p.
Resultado de Serviço – EBIT[2]	1.387	1.620	1.914	18,1%
Resultado Financeiro	(156)	(135)	(324)	140,0%
Lucro Líquido	979	1.046	1.115	6,6%
Indicadores Financeiros (R$ milhões)				
Ativo Total	5.539	6.598	8.342	26,4%
Patrimônio Líquido	2.765	2.817	3.171	12,6%
Investimentos	69	379	1.489	292,4%
Dívida Líquida Ajustada	1.025	1.019	2.559	151,1%
Ações				
Nº de Ações (mil)	652.742	652.742	652.742	0,0%
Lucro (Prejuízo) Líquido por Ação (R$)	1,5001	1,6019	1,7084	6,6%
Preço Médio da Ação – ON (R$)	16,53	20,32	20,99	3,3%
Distribuição de Dividendos (R$ milhões)	930	993	756	-23,9%
Mercado				
Vendas de Energia (GWh)	32.836	32.800	30.661	-6,5%
Vendas de Energia (MW médios)	3.748	3.744	3.491	-6,8%
Corpo Funcional				
Empregados (nº)	905	917	941	2,6%

(1) EBITDA representa: lucro operacional + resultado financeiro + depreciação e amortização.
(2) EBIT representa: lucro operacional + resultado financeiro.

Reconciliação do EBITDA:

(valores em R$ mil)	2006	2007	2008	Variação 2008/2007
Resultado Operacional	1.226.977	1.485.338	1.589.520	7,0%
(+/-) Resultado Financeiro	156.208	134.653	324.250	140,8%
(-) Resultado da Equivalência	(300)	-	-	-
(+) Depreciação e Amortização	215.111	235.866	266.383	12,9%
EBITDA	**1.597.996**	**1.855.857**	**2.180.153**	**17,5%**

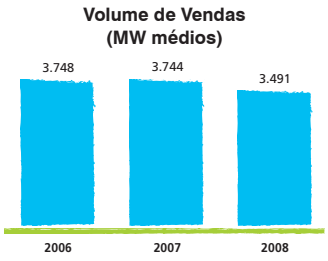
Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as Demonstrações Contábeis.

6.2. Receita Operacional Bruta

No exercício de 2008 a receita operacional bruta alcançou R$ 3.834,1 milhões, 14,0% superior àquela auferida em 2007, que foi de R$ 3.364,7 milhões. A evolução ocorreu em função, substancialmente, do que segue: (i) aumento do preço médio da energia vendida, desconsiderando-se as exportações, em 14,8%, crescendo de R$ 97,84/MWh em 2007 para R$ 112,31/MWh em 2008; (ii) redução de 6,5% na quantidade de energia vendida, passando de 32.800 GWh (3.744 MW médios) para 30.661 GWh (3.491 MW médios), devido à redução da garantia física de determinadas usinas termelétricas imposta pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e à perda da autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para comercialização do lastro referente ao contrato de importação de 300 MW de potência com energia associada da Companhia de Interconexão Energética (CIEN); (iii) crescimento de R$ 256,7 milhões na receita de transações com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), conforme descrito a seguir em item específico; (iv) redução da exportação de energia para a Argentina e o Uruguai em R$ 135,4 milhões, correspondentes a 947,6 GWh; e (v) ingresso de receitas pela venda da energia gerada na Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra (UHPP) no valor de R$ 97,8 milhões, a qual está refletida na composição do preço médio e na variação do volume vendido em 2008 acima mencionadas.

Cabe considerar que, com exceção da UHPP, as receitas decorrentes das usinas adquiridas no ano em análise, ou seja, as Usinas Eólicas Beberibe e Pedra do Sal, e as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) José Gelazio da Rocha e Rondonópolis, não resultaram em efeitos relevantes na receita operacional bruta.

Volume de Vendas (MW médios)



6.2.1. Suprimento de Energia Elétrica

No acumulado de 2008 a receita de suprimento de energia, aquela originária da venda a agentes que não consumidores livres, atingiu R$ 2.754,2 milhões, maior em 13,7% à apresentada no mesmo período do ano anterior, que foi de R$ 2.421,5 milhões, efeito, principalmente, (i) do incremento de 32,4% no preço e de 13,3% na quantidade de vendas a comercializadoras; (ii) da maior receita com transações na CCEE, conforme exposto a seguir em item específico; e (iii) da redução da exportação de energia para Argentina e Uruguai, conforme anteriormente mencionado. Do total da receita de suprimento, R$ 296,0 milhões tiveram origem nas operações na CCEE (R$ 39,2 milhões em 2007) e R$ 2.458,3 milhões resultaram de vendas contratadas de energia (R$ 2.382,3 milhões em 2007).

6.2.2. Fornecimento de Energia Elétrica

A receita anual do fornecimento de energia (venda a consumidores livres) foi de R$ 1.059,5 milhões, aumento de 14,0% quando comparado aos R$ 929,2 milhões faturados em 2007, consequência da redução em 6,9% nas vendas e do crescimento do preço em 21,9%.

6.3. Deduções da Receita Operacional

Em 2008 as referidas deduções alcançaram R$ 393,1 milhões, valor 22,3% superior ao de 2007, que foi de R$ 321,3 milhões. Esse acréscimo se deve, substancialmente, à combinação dos seguintes fatores: (i) crescimento de 13,9% na receita operacional bruta; (ii) aumento do PIS e Cofins, em função do vencimento de contratos de venda que estavam sob o regime de tributação cumulativo, à alíquota de 3,65%, e a sucessiva contratação desta energia sob o regime não cumulativo, à alíquota de 9,25%; e (iii) redução da exportação de energia, sobre a qual não incide ICMS, PIS e Cofins.

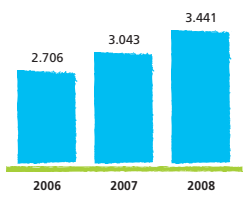
6.4. Receita Líquida de Vendas e Serviços

A receita líquida totalizou R$ 3.441,0 milhões em 2008, 13,1% acima do registrado em 2007, que foi de R$ 3.043,4 milhões.

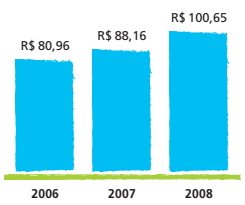
Os aumentos apresentados nesses períodos estão diretamente relacionados ao crescimento da receita operacional bruta e das deduções da receita operacional, conforme anteriormente mencionados.

O preço médio líquido de venda (que expurga ICMS, PIS, Cofins e P&D), desconsiderando-se as exportações, passou de R$ 88,16/MWh, em 2007, para R$ 100,65/MWh, em 2008, representando crescimento de 14,2%, reflexo, substancialmente, do que foi acima comentado, além do incremento dos preços praticados para consumidores livres.

Receita Operacional Líquida (R$ milhões)



Preço Líquido Médio de Venda (por MWh)



6.5. Custos de Energia Elétrica e Serviços

Os custos alcançaram R$ 1.193,5 milhões em 2008, valor 10,9% superior em relação ao valor registrado em 2007, que foi de R$ 1.076,6 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, do comportamento dos principais componentes destacados a seguir:

- **Energia elétrica comprada para revenda:** aumento de R$ 218,9 milhões em 2008, em consequência da ampliação de 25,7% da quantidade de energia comprada para revenda e do aumento de 47,1% do preço médio em decorrência de maiores preços praticados nos novos contratos. Este percentual está em linha com o incremento do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) médio de 2008, aproximadamente 40% maior que o de 2007.
- **Transações no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE:** redução de R$ 136,8 milhões em 2008, conforme comentado a seguir em item específico.
- **Combustíveis para produção de energia elétrica:** redução de R$ 23,0 milhões em 2008, refletindo, principalmente, a combinação dos seguintes fatores: (i) ingresso de R$ 92,4 milhões decorrente do consumo de óleo diesel na Usina Termelétrica William Arjona e Usina Termelétrica Alegrete, em virtude (i.i) do despacho das usinas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) com o objetivo de manter a segurança energética do sistema elétrico do país e devido às baixas afluências verificadas em determinados períodos do ano (esses custos foram compensados pelo aumento da receita na CCEE, conforme a seguir descrito em item específico), e (i.ii) da exportação de energia para a Argentina e Uruguai por meio da usina Alegrete; (ii) queda de R$ 104,1 milhões no consumo do carvão, combustível utilizado na geração de energia para exportação, que foi considerável no ano de 2007 e praticamente inexistente em 2008; e (iii) redução de R$ 14,4 milhões no consumo de gás natural em virtude da suspensão do fornecimento desse combustível à usina William Arjona a partir de 1º de novembro de 2007.
- **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos:** crescimento de R$ 3,8 milhões em 2008, refletindo o reajuste tarifário anual e o ingresso do encargo relativo à geração da UHPP.
- **Depreciação e amortização:** aumento de R$ 27,6 milhões em 2008, em razão, substancialmente, do ingresso da depreciação dos ativos da Ponte de Pedra Energética S.A. (PPESA).

6.6. Detalhamento das Operações na CCEE

Os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta de um agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) são sintetizados em uma fatura única, a receber ou a pagar, exigindo, portanto, o seu registro na rubrica de receita ou na rubrica de despesa. Cabe ressaltar que, em razão de ajustes na estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia, vem se verificando nos últimos anos uma mudança no perfil das faturas mencionadas.

A Tractebel Energia S.A., o agente principal dentre os que fazem parte do consolidado (outros exemplos são a Tractebel Energia Comercializadora e a Lages Bioenergética), em 2007 realizou dois registros na receita e dez registros na despesa, ao passo que em 2008 foram nove registros na receita e três registros na despesa. Tal alternância dificulta a comparação direta dos elementos que compõem cada fatura nos dois anos, sendo essa a razão para a criação do presente tópico. Assim, ele nos permite realizar uma análise das oscilações dos principais elementos, a despeito de terem sido alocados ora na receita ora na despesa, conforme a natureza credora ou devedora da fatura à qual estão vinculados.

Genericamente esses elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo, (i) da aplicação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); (ii) do chamado "risco de submercado"; (iii) do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco (CAR); (iv) da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e (v), naturalmente, da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que, por sua vez, será liquidada ao PLD.

No acumulado de 2008 a receita líquida auferida foi de R$ 251,1 milhões contra uma despesa, no ano anterior, de R$ 142,5 milhões, ou seja, um impacto positivo no resultado de R$ 393,6 milhões entre os anos analisados.

Os efeitos positivos no resultado da Companhia entre os períodos comparados foram resultantes da combinação dos seguintes principais fatores:

a) aprimoramento, em 2008, da estratégia de gerenciamento de portfólio, da qual faz parte a alocação mensal da energia assegurada anual das usinas. Tal estratégia, amparada pela maior volatilidade do PLD, permitiu à Companhia auferir resultados expressivos, principalmente em janeiro e fevereiro de 2008;

b) despacho fora da ordem de mérito das usinas termelétricas William Arjona e Alegrete, substancialmente nos meses de fevereiro e março de 2008, para segurança energética do sistema elétrico brasileiro, por diretriz estabelecida pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). Parte do aumento dessa receita, entretanto, foi compensada com o aumento no custo com o consumo de combustível utilizado na geração dessa energia; e

c) redução da exposição na CCEE em 2008 (ano que, como já mencionado, apresentou PLD médio consideravelmente superior ao de 2007) em relação à do ano anterior, devido principalmente:

(i) adequação da política comercial visando compensar as perdas do lastro da Companhia de Interconexão Energética (CIEN) e da redução das garantias físicas de usinas termelétricas impostas pelo Ministério de Minas e Energia (MME), conforme anteriormente comentados no item referente à receita operacional bruta;

(ii) ao fato de a geração termelétrica a carvão no ano de 2008 ter sido totalmente direcionada ao SIN, enquanto que no ano anterior parte dessa energia foi destinada à exportação;

(iii) à intensificação de compra de energia no 2º semestre de 2008, como parte da estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia; e

(iv) à redução no consumo de clientes industriais verificada principalmente no mês de dezembro de 2008.

6.7. Despesas com Vendas

As despesas com vendas compõem-se, substancialmente, dos encargos de uso e conexão na rede elétrica, e somaram R$ 250,1 milhões em 2008, 15,4% superior a 2007, quando foram de R$ 216,8 milhões. Os aumentos verificados devem-se, basicamente, ao reajuste tarifário anual e, em menor monta, ao ingresso de R$ 10,6 milhões relativos aos encargos incorridos pela Ponte de Pedra Energética S.A. (PPESA).

6.8. Despesas Gerais e Administrativas

No ano de 2008 as despesas gerais e administrativas passaram de R$ 130,1 milhões para R$ 162,3 milhões, evolução de 24,8%, em decorrência, principalmente, do que segue: (i) aumento de R$ 11,6 milhões em serviços de terceiros relativos principalmente a consultorias de gestão, emissão de notas promissórias, novos negócios, recursos humanos, tributárias e legais; (ii) crescimento nas despesas com pessoal de R$ 4,0 milhões devido ao reajuste salarial anual e benefícios adicionais concedidos aos empregados decorrentes do Acordo Coletivo de Trabalho da categoria; (iii) incremento de R$ 3,0 milhões na depreciação e amortização; e (iv) evolução de R$ 12,5 milhões decorrentes de acordos judiciais e contribuições pagos.

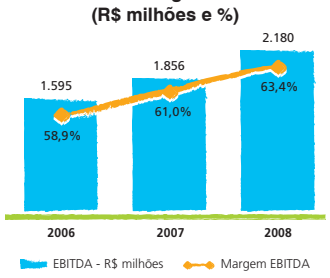
6.9. Outras Receitas Operacionais - Recuperação de PIS e Cofins

No exercício de 2008, mais precisamente no primeiro trimestre, a Companhia reconheceu receita não recorrente de R$ 76,4 milhões, relativa à recuperação de PIS e Cofins recolhidos indevidamente em períodos anteriores. Este montante refere-se, substancialmente, aos referidos impostos pagos sobre os valores relativos à recuperação do consumo dos combustíveis fósseis adquiridos com recursos da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que, de acordo com a orientação contida em despacho da Aneel, a partir de novembro de 2005 deixaram de ser reconhecidos como receita operacional e passaram a ser contabilizados em conta retificadora de custo da produção de energia elétrica.

6.10. EBITDA e Margem EBITDA

Refletindo os efeitos anteriormente comentados, o EBITDA em 2008 alcançou R$ 2.180,2 milhões, um aumento de 17,5% em relação aos R$ 1.855,9 milhões registrados em 2007. Enquanto a margem EBITDA em 2007 foi de 61,0%, no ano em análise foi de 63,4%.

EBITDA e Margem EBITDA (R$ milhões e %)



6.11. Resultado Financeiro

6.11.1. Receitas financeiras

As receitas financeiras em 2008 cresceram R$ 22,5 milhões, em função, substancialmente, do que segue: (i) aumento de R$ 16,5 milhões na renda de aplicações financeiras, já incluindo o valor de R$ 4,5 milhões referentes à receita gerada pelas aplicações financeiras da PPESA; (ii) crescimento da variação monetária sobre depósitos vinculados a litígios, no valor de R$ 2,9 milhões, em razão da variação dos índices de atualização e do maior volume de depósitos realizados; e (iii) incremento de R$ 2,1 milhões na variação monetária sobre contas a receber de longo prazo.

6.11.2. Despesas financeiras

As despesas financeiras tiveram crescimento de R$ 212,1 milhões em relação ao ano de 2007 em razão, principalmente, da combinação dos efeitos a seguir descritos: (i) aumento de R$ 113,2 milhões na despesa não realizada de variação cambial de empréstimos e financiamentos, líquida de R$ 21,5 milhões de receita de operação de *hedge* cambial, ainda existente em 2007, devido à substancial valorização do dólar e do euro frente ao real; (ii) acréscimo de R$ 62,6 milhões nos encargos de empréstimos, financiamentos, debêntures e da concessão Aneel, decorrente, substancialmente, dos encargos de R$ 33,1 milhões sobre empréstimo na modalidade notas promissórias, contratado em abril de 2008, e de R$ 37,3 milhões sobre os empréstimos e financiamentos da PPESA; (iii) aumento de R$ 49,7 milhões na variação monetária de dívidas, devido, principalmente, à expressiva apreciação do IPCA e do IGPM em 2008 (5,9% e 9,8%, respectivamente) e ao ingresso de R$ 15,9 milhões da variação monetária sobre a concessão Aneel da PPESA; e (iv) redução de R$ 19,4 milhões nas despesas com CPMF.

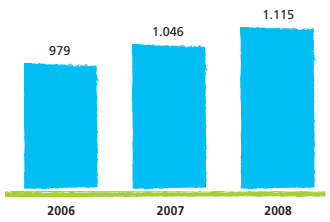
6.12. Imposto de Renda e Contribuição Social

No exercício de 2008 houve um acréscimo de R$ 34,7 milhões em comparação com o ano anterior, devido, principalmente, ao crescimento do resultado antes dos tributos.

6.13. Lucro Líquido

No exercício de 2008 o lucro líquido atingiu R$ 1.115,2 milhões, 6,6% superior ao do ano anterior, que foi de R$ 1.045,6 milhões, representando R$ 1,7084 por ação. Para efeito de comparação, excluindo-se os efeitos, líquidos de impostos, decorrentes do incremento da variação cambial não realizada de R$ 74,7 milhões e da redução do resultado da exportação de R$ 35,9 milhões, entre os anos comparados, bem como a receita decorrente da recuperação de PIS e Cofins de R$ 50,4 milhões, no ano de 2008, o lucro do ano em análise teria crescido em 13,2%.

Lucro Líquido (R$ milhões)



6.14. Endividamento

Em 31 de dezembro de 2008 a dívida líquida (dívida total menos caixa e equivalentes) da Companhia era de R$ 2.558,6 milhões, 151,1% superior aos R$ 1.019,1 milhões registrados em 31 de dezembro de 2007.

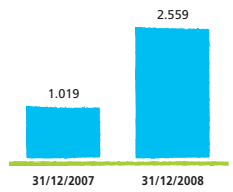
A dívida bruta total consolidada, representada principalmente por empréstimos, debêntures, notas promissórias e financiamentos, totalizava R$ 2.978,6 milhões em 31 de dezembro de 2008, um incremento de 64,3% comparativamente à posição de 31 de dezembro de 2007. Do total da dívida no final do período, 11,4% eram em moeda estrangeira (16,5% no final de 2007), parcela que não estava sujeita a instrumentos de *hedge*.

O acréscimo do endividamento da Tractebel está relacionado, principalmente, aos seguintes fatores: (i) emissão de R$ 400,0 milhões em notas promissórias, realizada em abril de 2008, com o objetivo de auxiliar a viabilização do plano de investimentos da Companhia; (ii) ingresso de R$ 294,2 milhões relativos aos empréstimos da PPESA; (iii) ingresso de R$ 92,6 milhões relativos aos empréstimos das PCHs Rondonópolis e José Gelazio da Rocha, cujas aquisições foram concluídas em 5 de dezembro de 2008; (iv) saque junto ao BNDES e seus agentes financeiros no valor total acumulado de R$ 160,4 milhões em 2008, a fim de fazer frente aos investimentos na Usina Hidrelétrica São Salvador; e (v) ingresso de R$ 186,9 milhões relativos aos empréstimos contratados pelas eólicas Beberibe e Pedra do Sal e PCH Areia Branca, cujas aquisições foram comunicadas ao mercado em 22 de dezembro de 2008.

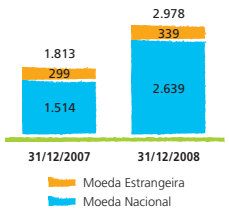
Tractebel Energia S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 02.474.103/0001-19

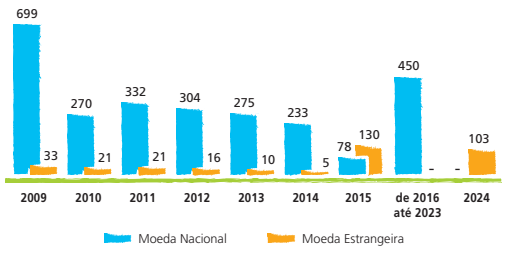
Evolução da Dívida Líquida (R$ milhões)



Composição da Dívida Bruta (R$ milhões)



Cronograma de Vencimento da Dívida (R$ milhões)



7. INVESTIMENTOS

7.1. Manutenção, Revitalização e Ampliação do Parque Gerador

Em 2008 R$ 288,5 milhões foram direcionados à construção da Usina Hidrelétrica São Salvador – dos quais R$ 68,5 milhões correspondentes a crédito de PIS/Cofins acumulados até 31 de dezembro de 2008 –, R$ 10,2 milhões à construção da Usina Termelétrica Destilaria Andrade, R$ 33,3 milhões à construção da Usina Eólica Pedra do Sal e da PCH Areia Branca e R$ 71,1 milhões aos projetos de manutenção e revitalização das usinas, totalizando R$ 403,1 milhões.

Adicionalmente, foram investidos no ano R$ 885,8 milhões em aquisições, sendo R$ 644,9 milhões para a Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra e R$ 240,9 milhões para as PCHs José Gelazio da Rocha e Rondonópolis.

Além disso, a Companhia anunciou em 22 de dezembro de 2008 a aquisição de três ativos de geração oriundos de fontes complementares – as Usinas Eólicas Beberibe e Pedra do Sal e da PCH Areia Branca – por R$ 200,0 milhões, cujo pagamento está previsto para janeiro de 2009.

Dessa forma, considerando-se os valores destinados à construção e aquisição de usinas, a Companhia em 2008 investiu R$ 1.488,9 milhões, valor 292,4% superior aos R$ 379,4 milhões registrados em 2007.

7.2. Pesquisa e Desenvolvimento

Como forma de buscar soluções sustentáveis para suas operações e interagir com as instituições e fundações de ensino e pesquisa locais, a Tractebel desenvolve seu programa anual de pesquisa e desenvolvimento, conforme determinação da Aneel, no qual em 2008 foram investidos R$ 20,0 milhões em diversos projetos, nas seguintes áreas de criação e investimento:

- eficiência energética;
- fonte renovável ou alternativa de geração de energia elétrica;
- meio ambiente;
- qualidade e confiabilidade;
- planejamento e operação de sistemas elétricos;
- supervisão, controle e proteção de sistemas elétricos;
- medição e faturamento; e
- novos materiais e componentes.

8. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Tractebel conduz seus negócios em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa, compromissada com a prestação de contas e com a transparência na gestão. Como reconhecimento dessa postura, em 2008 a Companhia ficou em 1º lugar entre As Melhores Companhias para os Acionistas no III Ranking Capital Aberto, realizado pela revista Capital Aberto, que aponta as empresas que mais se destacaram em rentabilidade do negócio, rentabilidade da ação, liquidez, governança corporativa e sustentabilidade.

As ações da Tractebel Energia são negociadas no Novo Mercado, segmento da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros composto por companhias empenhadas em adotar práticas de governança corporativa adicionais às exigidas pela legislação brasileira.

Sua estrutura de controle interno foi adequada aos regulamentos da Sarbanes-Oxley (SOX), lei norte-americana voltada às companhias de capital aberto que visa à criação de mecanismos confiáveis de auditoria e segurança das informações para garantir a veracidade do conteúdo dos relatórios financeiros.

O Conselho de Administração é composto por nove membros efetivos, sendo dois membros independentes e um representante dos empregados. A Diretoria Executiva possui sete membros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandatos de três anos, sendo permitida a reeleição. Três membros compõem o Conselho Fiscal, podendo ter no mínimo três e no máximo cinco membros, sendo um deles indicado pelos acionistas minoritários.

A Tractebel Energia é estruturada em oito comitês que contribuem em áreas específicas do negócio e cujas ações estão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração, sendo eles os Comitês de Energia, de Gerenciamento de Risco, Financeiro, de Planejamento Tributário, de Ética, de Inovação, de Sustentabilidade e Estratégico.

8.1. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária da Companhia tem direito de voto em assembléia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos; de participar da distribuição de lucros ou outras distribuições a acionistas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações. De acordo com o regulamento do Novo Mercado, as ações ordinárias podem ser incluídas em oferta pública de ações, em decorrência da alienação do controle da Companhia, recebendo, no mínimo, 100% do preço pago por ação ordinária do bloco de controle.

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social, em virtude de estar listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

8.2. Política de Divulgação de Informações

A Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Ações da Tractebel Energia atende às regras de transparência e às exigências dos órgãos reguladores do mercado financeiro, como o Banco Central, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a BM&FBOVESPA. A Companhia divulga fatos relevantes conforme a Instrução nº 358/02 da CVM, que exige a disponibilização de dados sobre seus negócios de forma a dar aos investidores tempo hábil para a tomada de decisão. As divulgações de resultados trimestrais, os fatos relevantes, os *earnings releases*, os relatórios anuais, os documentos arquivados na CVM, as políticas e práticas da Companhia e outras informações institucionais estão disponíveis no *site* de Relações com Investidores (www.tractebelenergia.com.br).

8.3. Código de Ética e Regimento Interno do Conselho de Administração

O Código de Ética da Tractebel está em sua segunda versão e reafirma os valores corporativos e as normas de conduta exigidas de seus colaboradores e parceiros pela Companhia, esclarece questões de comportamento ético e define princípios a serem observados no relacionamento com os públicos que interagem com a Tractebel. O documento está alinhado aos valores e princípios da GDF SUEZ e está disponível no site da Companhia (www.tractebelenergia.com.br).

Além disso, com base em documento similar utilizado por seu controlador, a Tractebel Energia elaborou e implantou o Regimento Interno do Conselho de Administração.

9. MERCADO DE CAPITAIS

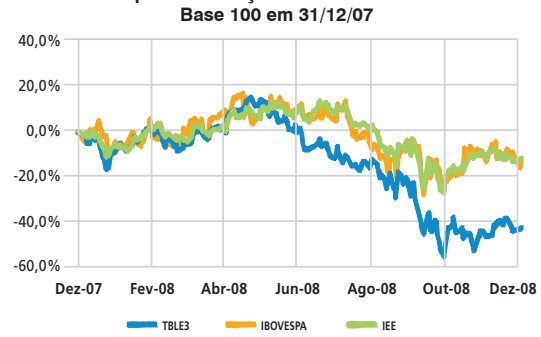
A Tractebel Energia possui ações ordinárias negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA sob o código TBLE3. Suas ações integram o Índice de Governança Corporativa Diferenciada (IGC), o Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG) e, pelo quarto ano consecutivo, foram selecionadas para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). A Companhia negocia ainda ADRs (*American Depositary Receipts*) Nível 1 no mercado de balcão norte-americano sob o código TBLEY, sendo a relação de um ADR para cada ação ordinária.

O ano de 2008 foi conturbado para a economia mundial. O agravamento da crise internacional atingiu o setor bancário e os mercados monetário e de capitais, que registraram quedas significativas. O crescimento observado nas grandes economias sofreu forte desaceleração, alguns países entraram em recessão e, no Brasil, o dólar apresentou forte alta no decorrer do ano. Nesse cenário, o Ibovespa encerrou 2008 com declínio de 41,2% acompanhado da perda de 11,6% do Índice do Setor Elétrico (IEE). As ações da Tractebel, seguindo o comportamento observado no mercado, também encerraram o ano em queda: 12,9%.

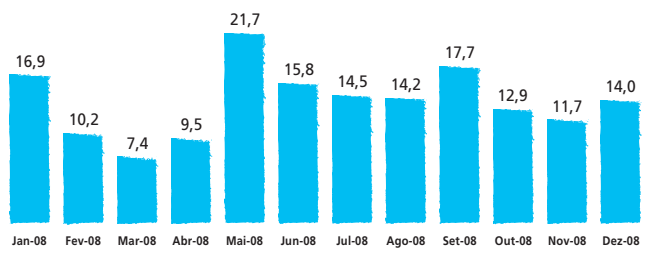
Os papéis da Companhia registraram presença em 100% dos pregões da BM&FBOVESPA em 2008, e o volume médio diário de negociação no ano em análise foi de R$ 14,2 milhões, 25,8% acima dos R$ 11,3 milhões registrados em 2007.

Em 31 de dezembro de 2008 os papéis estavam cotados a R$ 18,55/ação, representando um valor de mercado da Companhia equivalente a R$ 12,1 bilhões.

Desempenho das Ações da Tractebel em 2008 Base 100 em 31/12/07



Volume Médio Diário das Negociações com TBLE3 (R$ milhões)



9.1. Relações com Investidores

O departamento de Relações com Investidores é responsável pela divulgação de informações sobre o desempenho da Companhia por meio de eventos, como o da Associação dos Analistas e Profissionais do Mercado de Capitais (Apimec), bem como por teleconferências e visitas às centrais geradoras, através do programa Por Dentro da Tractebel. Adicionalmente, participa constantemente de conferências e seminários dos principais bancos de investimento e corretoras, promovendo assim o acesso necessário do público investidor às informações da Companhia. Os canais de contato com os investidores e analistas de mercado são o *site* de relações com investidores, o telefone do departamento (48 3221-7221) e as reuniões diretas.

10. RECURSOS HUMANOS

As políticas de recursos humanos da Tractebel guiam a atuação da Companhia na busca de um ambiente de trabalho ético, justo e responsável que garanta condições de desempenho, desenvolvimento e reconhecimento aos empregados. Para manter essa estrutura e sustentar sua estratégia de negócio, a Companhia investe continuamente no desenvolvimento de programas de comunicação que fortalecem atitudes e comportamentos alinhados à cultura organizacional.

De dois em dois anos é realizada uma pesquisa de clima organizacional a fim de estreitar a relação de confiança entre a Companhia e seus empregados e aprimorar a estrutura e os programas de recursos humanos. Na última pesquisa, realizada em 2007, 88% dos empregados consideraram a Tractebel uma das melhores empresas para se trabalhar, uma melhoria de oito p.p. em relação à anterior. A partir da última pesquisa foram desenvolvidas diversas ações para aprimorar os pontos insatisfatórios apontados em 2007 e melhorar o resultado obtido. No ano de 2008 a Companhia ficou entre as 50 melhores empresas em gestão de pessoas no ranking Valor Carreira do Jornal Valor Econômico.

Os serviços oferecidos pela Companhia demandam mão-de-obra especializada e exigem um quadro de profissionais altamente qualificados, sendo que 36% dos funcionários tem formação universitária e 38% o segundo grau técnico.

Nessa linha, o Programa de Sucessão, desenvolvido pela Tractebel, objetiva a manutenção de um corpo funcional sempre atualizado e qualificado, e abrange a contratação de novos empregados e a condução de um programa de desligamento voluntário vinculado à preparação de sucessores, com datas de saída programadas pela Companhia.

No final de 2008 a Tractebel contava com 941 empregados: 819 homens e 122 mulheres. Durante o ano foram admitidos 61 e desligados 37.

A Tractebel Energia possui Acordos Coletivos de Trabalho assinados com sindicatos que representam seus empregados, em conformidade com as diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e inclui temas como reajuste salarial, planos de previdência, benefícios, segurança e saúde, equipamentos de proteção, treinamento e educação.

10.1. Saúde e Segurança

A Tractebel adota práticas e programas voltados à saúde e segurança no trabalho tanto para os empregados próprios quanto para os de empresas de serviços terceirizados.

Em 2008 houve um acidente de trabalho fatal com empregado de empresa terceirizada ocorrido nas instalações da Tractebel Energia. A taxa de freqüência foi de 3,2 e a taxa de gravidade de 0,08 para um total de 4.992.528 horas trabalhadas no ano por empregados próprios e de empresas de serviços terceirizados. A Companhia busca constantemente aprimorar sua política de saúde e segurança, além de buscar conscientizar os empregados para a melhoria desses índices.

Anualmente um check-up médico é realizado por todos os empregados, que, além disso, possuem um plano individual de saúde que estabelece metas associadas, por exemplo, a peso e nível de colesterol, com base nos resultados dos exames.

10.2. Benefícios

São oferecidos a todos os empregados e seus dependentes um auxílio à recuperação da saúde, que cobre as áreas médica, odontológica, farmacêutica e psicológica.

A Tractebel oferece também seguro de vida em grupo, cobertura para incapacidade e invalidez, licença-maternidade e paternidade, auxílio-creche e alimentação, previdência privada e auxílio no atendimento a portadores de necessidades especiais.

O plano de previdência privada da Companhia é administrado pela PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar, e tem a participação de 94,3% dos empregados, em sua grande maioria em plano de contribuição definida. Em 2008 a Companhia repassou R$ 57,6 milhões para este plano.

A Companhia também patrocina, na Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), cerca de 2.200 dos ex-empregados aposentados que são de sua responsabilidade e que optaram por não fazer parte do plano da Tractebel Energia na PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar.

10.3. Treinamento e Desenvolvimento

A Companhia possui programa de treinamento e desenvolvimento, além de oferecer auxílio à formação educacional em diferentes níveis acadêmicos. Em 2008 a média de treinamento por empregado foi de 72,4 horas/homem.

O Programa de *Trainees* da Tractebel, desde 2000, identifica, desenvolve, investe e qualifica novos talentos formando vários colaboradores que hoje atuam na Companhia em diversas áreas.

10.4. Remuneração e Participação nos Resultados

A política de remuneração da Companhia está alinhada às práticas de mercado e é monitorada por meio de pesquisas salariais.

Em 2008, foram distribuídos aos empregados R$ 13,4 milhões como participação nos lucros do exercício anterior. A distribuição é proporcional à remuneração e leva em conta o desempenho individual e o alcance das metas previamente estabelecidas.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Como geradora de energia elétrica, insumo necessário ao desenvolvimento econômico e social, a Tractebel reconhece os impactos de suas atividades e ações no meio ambiente e nas comunidades. Por isso, pauta sua gestão nas premissas do desenvolvimento sustentável e balanceado entre as dimensões econômica, social e ambiental.

A gestão ambiental da Companhia tem como estratégia utilizar programas e ferramentas que permitam identificar e administrar os impactos gerados e, assim, procura minimizá-los por meio de melhorias operacionais e do controle dos riscos.

Para alcançar esses resultados na busca pelo desenvolvimento sustentável, a gestão socioambiental da Companhia é guiada por quatro diretrizes:

- operacional: maximizar a geração de energia observando o planejamento do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), preservando as condições ambientais e garantindo a segurança dos aproveitamentos;
- ambiental: gerar energia em observância às normas de segurança, ao uso racional dos recursos naturais e à preservação do patrimônio público;
- patrimonial: utilizar estritamente as áreas necessárias aos empreendimentos, realocar áreas remanescentes para uso social e ambiental, detectando e impedindo seu uso irregular; e
- relacionamento com a sociedade: participar da vida das comunidades localizadas nas áreas de influência dos empreendimentos, procurando identificar e satisfazer suas expectativas, disponibilizando mecanismos de comunicação abertos e permanentes.

As operações contam com o Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Meio Ambiente, que mantém mecanismos e procedimentos operacionais adequados à gestão de cada uma das usinas, levando em conta as especificidades (hidrelétricas ou termelétricas) e as características socioambientais de cada região.

Nas hidrelétricas, a Tractebel monitora e controla o uso de recursos naturais e desenvolve ações para mitigar ou compensar os impactos decorrentes do uso dos reservatórios de suas usinas hidrelétricas. Os principais monitoramentos e controles nas usinas termelétricas concentram-se na qualidade do ar, no volume e qualidade dos efluentes líquidos e resíduos sólidos.

Com isso, todas as usinas de geração de energia operadas pela Tractebel estão regularizadas nos órgãos ambientais competentes e, com exceção das recém-adquiridas, possuem as certificações internacionais ISO 9001:2000 e ISO 14001:2004, cumprindo o disposto em seus Códigos de Ética e de Meio Ambiente e atendendo às expectativas de seus *stakeholders*.

A Unidade de Co-geração Lages, por atender aos requisitos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) estabelecido pelo Protocolo de Kyoto, é certificada e registrada junto ao comitê executivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC).

Com isso, as emissões de gases que a operação da usina evita são reconhecidas globalmente como créditos de carbono e possibilita sua comercialização.

A usina obtém créditos de carbono ao gerar energia a partir de resíduos da indústria madeireira da região, evitando a emissão de gás metano que seria liberado com a decomposição da madeira e contribuiria com o aumento do efeito estufa. Já foram vendidas 750.000 toneladas de Reduções Certificadas de Emissões (RCEs), volume que representa 40% do total de RCEs a serem emitidas, e que deverá ser entregue ao Prototype Carbon Fund (PCF) em parcelas anuais até 2013. Em 2008 a Companhia vendeu créditos de carbono no valor de R$ 10,0 milhões, gerados pela Unidade de Co-geração Lages e já emitidos pelo Comitê Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo da ONU, para a empresa Bunge Emissions Fund Limited.

A Tractebel também atua em projetos sociais e culturais por meio de diversos programas nas áreas de educação, voluntariado, cidadania, desenvolvimento cultural, melhoria e educação ambiental, geração de emprego e renda e inserção no mercado de trabalho.

Esse comprometimento e atuação da Companhia em linha com o desenvolvimento sustentável resultaram, pelo quarto ano consecutivo, na sua permanência no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA, uma carteira de ações composta por ações de empresas comprometidas com práticas de sustentabilidade e que apresentam os melhores desempenhos com relação à eficiência econômica, responsabilidade socioambiental e governança corporativa.

O Comitê de Sustentabilidade da Tractebel Energia desenvolve o sistema pró-ativo de responsabilidade socioambiental e assegura a transparência das ações e o uso ético dos recursos aplicados.

12. AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme o disposto no Artigo 2º da Instrução CVM nº 381/03, a Tractebel Energia informa que os auditores independentes da Companhia e de suas controladas, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2008.

13. AGRADECIMENTOS

A Tractebel Energia agradece a todos seus empregados, clientes, fornecedores, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia nesses 10 anos de existência.

A Administração

Continua...

[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_DCSC_relatorio_color_A.indd 3 24/3/2009 13:37:17

...Continuação

Tractebel Energia
GDF SUEZ

Tractebel Energia S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 02.474.103/0001-19

TBLE3 NOVO MERCADO BOVESPA BRASIL · ISE Índice de Sustentabilidade Empresarial · igc · itag Índice de Ações com Tag Along Diferenciado · abrasca companhia associada

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora 2008	Controladora 2007	Consolidado 2008	Consolidado 2007
ATIVO CIRCULANTE					
Numerário disponível		8.761	6.694	25.389	25.170
Aplicações financeiras	4	309.859	565.061	394.616	768.921
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	371.041	323.171	387.579	349.906
Dividendos a receber de controladas		9.000	91.006	-	-
Alienação de bens e direitos	9	17.448	-	17.448	-
Tributos e contribuições sociais a compensar	6	17.069	8.285	27.035	11.169
Almoxarifado		57.749	49.289	58.788	50.068
Cauções e depósitos vinculados		-	18.375	1.414	19.785
Ativo fiscal diferido	7	13.642	12.091	14.488	12.160
Outros		34.463	26.906	31.480	27.172
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		**839.032**	**1.100.878**	**958.237**	**1.264.351**
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Tributos e contribuições sociais a compensar	6	22.613	21.208	106.682	24.183
Cauções e depósitos vinculados		-	-	25.162	32.330
Depósitos judiciais	19	159.906	126.357	161.005	150.679
Alienação de bens e direitos	9	68.469	81.315	68.469	81.315
Ativo fiscal diferido	7	201.673	201.371	208.431	204.015
Outros		7.913	7.024	18.040	7.024
		460.574	**437.275**	**587.789**	**499.546**
Permanente					
Investimentos	10	1.604.629	1.156.481	30.812	30.812
Imobilizado	11	3.414.337	2.725.218	6.638.263	4.724.611
Intangível	12	19.840	2.185	126.715	72.081
Diferido		-	-	-	6.689
		5.038.806	**3.883.884**	**6.795.790**	**4.834.193**
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		**5.499.380**	**4.321.159**	**7.383.579**	**5.333.739**
TOTAL		**6.338.412**	**5.422.037**	**8.341.816**	**6.598.090**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora 2008	Controladora 2007	Consolidado 2008	Consolidado 2007
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	14	149.029	229.708	212.367	273.911
Dividendos e juros sobre o capital próprio	24	154.497	532.997	154.497	532.997
Empréstimos e financiamentos	15	512.519	71.255	671.913	121.024
Debêntures	16	50.111	32.138	60.591	56.560
Tributos e contribuições sociais	17	370.548	271.724	404.108	341.396
Obrigações estimadas		36.559	32.713	37.759	33.073
Obrigações com o programa de pesquisa e desenvolvimento	18	55.037	38.820	60.270	46.574
Provisão para contingências	19	10.140	10.134	10.262	10.336
Benefícios pós-emprego	21	21.642	18.450	21.642	18.450
Partes relacionadas	30	-	-	221.306	-
Outros		44.621	37.793	57.719	45.475
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		**1.404.703**	**1.275.732**	**1.912.434**	**1.479.796**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Exigível a Longo Prazo					
Empréstimos e financiamentos	15	403.363	345.302	1.580.325	970.731
Debêntures	16	632.984	560.302	665.744	664.919
Provisões para contingências	19	71.512	63.229	75.750	68.040
Concessões a pagar	20	285.782	-	556.683	234.188
Benefícios pós-emprego	21	321.800	310.333	321.800	310.333
Passivo fiscal diferido	22	36.535	36.535	38.135	36.535
Outros		10.945	13.751	20.157	16.695
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**1.762.921**	**1.329.452**	**3.258.594**	**2.301.441**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	23	2.445.766	2.445.766	2.445.766	2.445.766
Reservas de capital	23	91.695	91.695	91.695	91.695
Reservas de lucros	23	633.327	279.392	633.327	279.392
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**3.170.788**	**2.816.853**	**3.170.788**	**2.816.853**
TOTAL		**6.338.412**	**5.422.037**	**8.341.816**	**6.598.090**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2008	Controladora 2007	Consolidado 2008	Consolidado 2007
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Fornecimento de energia elétrica		383.042	343.794	1.059.455	929.246
Suprimento de energia elétrica		2.680.941	2.543.455	2.754.241	2.421.532
Outras receitas		23.931	19.719	20.421	13.938
		3.087.914	**2.906.968**	**3.834.117**	**3.364.716**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL					
PIS e COFINS		(194.057)	(149.365)	(261.355)	(199.336)
ICMS		(68.308)	(61.103)	(103.515)	(95.260)
ISS		(357)	(377)	(373)	(377)
Pesquisa e desenvolvimento		(25.350)	(22.563)	(27.830)	(26.316)
		(288.072)	**(233.408)**	**(393.073)**	**(321.289)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**2.799.842**	**2.673.560**	**3.441.044**	**3.043.427**
CUSTOS DE ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇOS					
Energia elétrica comprada para revenda		(166.619)	(394.651)	(486.567)	(267.652)
Transações no âmbito da CCEE		(40.988)	(177.412)	(44.909)	(181.709)
Custo de produção de energia elétrica	25	(558.923)	(526.372)	(650.948)	(616.376)
Custo dos serviços prestados	25	(11.077)	(10.830)	(11.077)	(10.830)
		(777.607)	**(1.109.265)**	**(1.193.501)**	**(1.076.567)**
LUCRO BRUTO		**2.022.235**	**1.564.295**	**2.247.543**	**1.966.860**
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	25	(216.627)	(179.038)	(250.083)	(216.757)
Despesas gerais e administrativas	25	(145.517)	(113.716)	(162.319)	(130.121)
Reversão (Constituição) de provisões operacionais, líquida	26	3.394	(258)	480	(2.229)
Recuperação de PIS e COFINS	27	76.431	-	76.431	-
Ganhos em ações judiciais		2.595	3.700	2.595	3.700
Outras despesas operacionais, líquidas		(937)	(1.507)	(877)	(1.462)
		(280.661)	**(290.819)**	**(333.773)**	**(346.869)**
Resultado do serviço		**1.741.574**	**1.273.476**	**1.913.770**	**1.619.991**
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	10	54.698	185.838	-	-
Amortização de ágio	10	(3.031)	(6.747)	-	-
		51.667	**179.091**	**-**	**-**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	28	110.095	82.025	123.136	100.602
Despesas financeiras	28	(348.034)	(144.527)	(447.386)	(235.255)
		(237.939)	**(62.502)**	**(324.250)**	**(134.653)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		**1.555.302**	**1.390.065**	**1.589.520**	**1.485.338**
Imposto de renda	8	(320.542)	(251.664)	(346.923)	(321.552)
Contribuição social	8	(119.607)	(92.774)	(127.444)	(118.159)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**1.115.153**	**1.045.627**	**1.115.153**	**1.045.627**
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO EM R$		**1,71**	**1,60**	**-**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007´ *(Em milhares de reais)*

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
SALDOS EM 31/12/2006	**2.445.766**	**91.695**	**227.110**	**-**	**2.764.571**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.045.627	**1.045.627**
Proposta da Administração de destinação do lucro:					
- reserva legal	-	-	52.282	(52.282)	**-**
- dividendos/juros sobre o capital próprio – R$ 1,5218031188 por ação	-	-	-	(993.345)	**(993.345)**
SALDOS EM 31/12/2007	**2.445.766**	**91.695**	**279.392**	**-**	**2.816.853**
Efeito dos ajustes da Lei 11.638	-	-	(4.919)	-	**(4.919)**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.115.153	**1.115.153**
Proposta da Administração de destinação do lucro:	-	-	-	-	**-**
- reserva legal	-	-	55.758	(55.758)	**-**
- dividendos/juros sobre o capital próprio – R$ 1,1586484519 por ação	-	-	-	(756.299)	**(756.299)**
- reserva de retenção de lucros	-	-	303.096	(303.096)	-
SALDOS EM 31/12/2008	**2.445.766**	**91.695**	**633.327**	**-**	**3.170.788**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(Em milhares de reais)

	Controladora 2008	Controladora 2007	Consolidado 2008	Consolidado 2007
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receitas de vendas e serviços	3.087.914	2.906.968	3.834.117	3.364.716
Recuperação de PIS e COFINS	76.431	-	76.431	-
Outros	1.658	2.193	1.718	2.238
	3.166.003	**2.909.161**	**3.912.266**	**3.366.954**
(-) Insumos				
Materiais	(21.042)	(21.271)	(22.733)	(23.300)
Serviços de terceiros	(98.153)	(75.045)	(111.217)	(87.539)
Combustível para produção de energia	(92.456)	(118.684)	(103.968)	(126.960)
Energia elétrica comprada para revenda	(166.619)	(394.651)	(486.567)	(267.652)
Transações no âmbito da CCEE	(40.988)	(177.412)	(44.909)	(181.709)
Encargos de uso da rede elétrica	(205.160)	(169.161)	(235.556)	(205.762)
Seguros	(7.906)	(6.798)	(9.159)	(7.924)
Outros	(24.235)	(21.460)	(33.372)	(23.714)
	(656.559)	**(984.482)**	**(1.047.481)**	**(924.560)**
VALOR ADICIONADO BRUTO	**2.509.444**	**1.924.679**	**2.864.785**	**2.442.394**
Depreciação e amortização	(208.375)	(176.521)	(266.383)	(235.866)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	**2.301.069**	**1.748.158**	**2.598.402**	**2.206.528**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras	110.095	82.025	123.136	100.602
Resultado de participações societárias	51.667	179.091	-	-
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**2.462.831**	**2.009.274**	**2.721.538**	**2.307.130**

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Controladora 2008	%	Controladora 2007	%	Consolidado 2008	%	Consolidado 2007	%
Remuneração:								
Do trabalho								
Remuneração e encargos	94.389	3,83	88.167	4,39	97.682	3,59	89.871	3,90
Benefícios	30.731	1,25	23.802	1,18	30.889	1,13	24.101	1,04
FGTS	6.041	0,25	5.906	0,29	6.380	0,23	5.906	0,26
Participação nos resultados	14.905	0,61	13.001	0,64	14.982	0,55	13.038	0,56
	146.066	**5,94**	**130.876**	**6,50**	**149.933**	**5,50**	**132.916**	**5,76**
Do governo								
Impostos federais	663.026	26,92	535.193	26,64	766.468	28,17	688.741	29,86
Impostos estaduais	68.462	2,78	61.300	3,05	103.674	3,81	95.460	4,14
Impostos municipais	820	0,03	930	0,05	863	0,03	948	0,04
Encargos setoriais	116.088	4,71	102.852	5,12	133.636	4,91	127.381	5,52
Encargos s/ concessão ANEEL	42.785	1,74	-	-	83.371	3,06	34.302	1,49
	891.181	**36,18**	**700.275**	**34,86**	**1.088.012**	**39,98**	**946.832**	**41,05**
Do capital de terceiros								
Encargos e variações monetárias/cambiais	292.106	11,86	119.134	5,93	343.427	12,62	167.084	7,24
Aluguéis	11.586	0,47	7.334	0,37	11.961	0,44	7.907	0,34
Outras despesas financeiras	6.739	0,27	6.028	0,30	13.052	0,48	6.764	0,29
	310.431	**12,60**	**132.496**	**6,60**	**368.440**	**13,54**	**181.755**	**7,87**
Do capital próprio								
Reserva legal	55.758	2,26	52.282	2,60	55.758	2,05	52.282	2,27
Juros sobre o capital próprio	176.000	7,15	176.000	8,76	176.000	6,47	176.000	7,63
Dividendos	580.299	23,56	817.345	40,68	580.299	21,32	817.345	35,42
Lucro retido	303.096	12,31	-	-	303.096	11,14	-	-
	1.115.153	**45,28**	**1.045.627**	**52,04**	**1.115.153**	**40,98**	**1.045.627**	**45,32**
	2.462.831	**100,00**	**2.009.274**	**100,00**	**2.721.538**	**100,00**	**2.307.130**	**100,00**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

www.tractebelenergia.com.br

Continua...

Tractebel Energia S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 02.474.103/0001-19

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	1.115.153	1.045.627	1.115.153	1.045.627
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	208.375	176.521	266.383	235.866
Resultado de participação societária	(51.667)	(179.091)	-	-
Variação monetária e cambial, líquida	127.644	(33.137)	155.601	(16.320)
Recuperação de PIS e COFINS	(76.431)	-	(76.431)	-
Juros líquidos	56.015	38.270	71.755	54.981
Constituição (reversão) de provisão operacional, líquida	(28.634)	4.781	(25.720)	6.758
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(213)	(6.497)	(4.917)	(6.334)
Outros	1.425	236	1.450	(1.465)
	1.351.667	**1.046.710**	**1.503.274**	**1.319.113**
Redução (aumento) nos ativos				
Recursos vinculados a pagamentos de obrigações	-	21.643	-	21.643
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(25.161)	3.007	(30.581)	19.612
Tributos e contribuições sociais a compensar	25.363	5.795	26.511	5.861
Almoxarifado	(8.273)	(26.570)	(8.705)	(26.445)
Cauções e depósitos vinculados/judiciais	34.374	32.849	59.219	33.061
Alienações de bens e direitos	(1.077)	(551)	(1.379)	9.333
Despesas antecipadas	1.215	(2.230)	(41)	(2.243)
Créditos da conta consumo de combustível – CCC/CDE	(10.757)	1.543	(10.757)	1.543
Outros	(6.938)	(4.231)	(12.950)	(4.518)
	8.746	**31.255**	**21.317**	**57.847**
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	(86.490)	(6.216)	(63.125)	36.400
Empréstimos, financiamentos e debêntures	30.849	14.373	82.375	14.352
Tributos e contribuições sociais	140.450	243.718	99.452	303.993
Partes relacionadas	-	-	221.306	-
Obrigações estimadas	6.667	6.288	4.742	6.295
Provisão para contingências	(8.767)	(5.615)	(7.235)	(6.806)
Benefícios pós-emprego	(31.390)	(29.334)	(31.390)	(29.334)
Obrigações com o programa de pesquisa e desenvolvimento	9.992	7.456	11.302	11.399
Outros	1.496	5.318	16.947	5.548
	62.807	**235.988**	**334.374**	**341.847**
Recursos provenientes das atividades operacionais	**1.423.220**	**1.313.953**	**1.858.965**	**1.718.807**
Atividades de investimento				
Aumento em investimentos, líquido das disponibilidades	(885.312)	(353.771)	(1.052.757)	(329.001)
Aplicação no imobilizado	(69.923)	(67.586)	(401.700)	(376.117)
Aplicação no intangível e diferido	(607)	(1.428)	(65.331)	(1.428)
Dividendos recebidos de controladas	64.402	231.958	-	-
Recursos utilizados nas atividades de investimentos	**(891.440)**	**(190.827)**	**(1.519.788)**	**(706.546)**
Atividades de financiamento				
Financiamentos e debêntures	400.000	353.423	583.531	693.363
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(103.476)	(158.345)	(187.011)	(228.118)
Disponibilidades recebidas na incorporação de controlada	28.344	-	-	-
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	(1.109.783)	(940.255)	(1.109.783)	(940.255)
Recursos utilizados nas atividades de financiamentos	**(784.915)**	**(745.177)**	**(713.263)**	**(475.010)**
Total dos efeitos no caixa e equivalentes	**(253.135)**	**377.949**	**(374.086)**	**537.251**
Caixa e equivalentes				
Saldo inicial	571.755	193.806	794.091	256.840
Saldo final	318.620	571.755	420.005	794.091
	(253.135)	**377.949**	**(374.086)**	**537.251**
Pagamentos efetuados no exercício				
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	97.116	73.191	142.734	114.892
Imposto de renda e contribuição social	282.774	102.500	351.353	154.470
Transações que não envolveram o caixa				
Imposto de renda e contribuição social compensados	48	16.974	2.446	21.638
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio	176.000	545.279	176.000	545.279
Dividendos propostos a receber de controladas	4.071	91.006	-	-
Efeito dos ajustes da Lei 11.638	(4.919)	-	(4.919)	-

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(Em milhares de reais)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, com sede em Florianópolis (SC), e tem como atividade a geração e comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Sua capacidade instalada, incluindo a participação nos consórcios Itá e Machadinho, é de 6.152 MW, dos quais aproximadamente 79% em usinas hidrelétricas, 19% em termelétricas e 2% em energias alternativas. A capacidade de fornecimento de energia elétrica da Companhia, incluindo o contrato de compra de longo prazo firmado com a controlada Itá Energética S.A. (ITASA), é de 6.189 MW.

Com a entrada em operação da UHE São Salvador, prevista para o primeiro semestre de 2009, a Capacidade Instalada da Companhia passará para 6.432 MW. Adicionalmente a Companhia possui, através de sua controlada Gama Participações Ltda. (Gama), dois novos projetos em construção, que irão agregar 38MW em seu parque gerador, ainda em 2009.

Em julho de 2008, foi consumada a fusão entre a controladora indireta da Tractebel Energia, Suez S.A. (Suez), companhia francesa de capital aberto e a Gaz de France (GDF), companhia constituída sob as leis da França, resultando numa única companhia, denominada GDF Suez. A Operação não modificou ou afetou adversamente, de nenhum modo, as operações da Tractebel Energia.

Visando adequar-se à nova identidade mundial do Grupo, resultado da união das empresas anteriormente comentada, ao fim de 2008, a controladora da Companhia, Suez Energy South America Participações Ltda. teve sua denominação social alterada para GDF Suez Energy Latin America Participações Ltda.

Conforme mencionado na Nota 34, em 06/03/2009, a Companhia emitiu R$ 300.000 em notas promissórias que serão destinados ao pagamento de dívidas e ao financiamento do capital de giro. Adicionalmente, o Conselho de Administração aprovou a emissão de debêntures no valor de R$ 600.000 que serão utilizados para o pagamento integral das notas promissórias anteriormente mencionadas e o pagamento de parte da dívida representada pelas notas promissórias emitidas em 20/05/2008 e com vencimento previsto para 15/05/2009.

Os principais eventos societários relativos a aquisições e incorporação de empresas em 2008 estão sumarizados a seguir:

Aquisição da Tupan Energia Elétrica S.A. e Hidropower Energia S.A.

A Companhia, em dezembro de 2008, através de sua controlada integral, Gama, concluiu o processo de aquisição da totalidade do capital social da Tupan Energia Elétrica S.A. (Tupan) e da Hidropower Energia S.A. (Hidropower), pelo valor de R$ 240.859. Vide informações adicionais sobre as empresas na Nota 10.

Aquisição da Eólica Beberibe S.A., Eólica Pedra do Sal S.A., Hidrelétrica Areia Branca S.A. e Econergy Brasil Serviços Corporativos Ltda.

Em dezembro de 2008 a Companhia também adquiriu a totalidade do capital social da Eólica Beberibe S.A. (Beberibe) pelo montante de R$ 100.800, da Eólica Pedra do Sal S.A. (Pedra do Sal) por R$ 52.200, da Hidrelétrica Areia Branca S.A. (Areia Branca) pelo valor de R$ 46.800 e da Econergy Brasil Serviços Corporativos Ltda. (Econergy Serviços) por R$ 200, totalizando R$ 200.000 (R$ 194.356 líquidos de impostos). Estes investimentos foram comprados da SESA BidCo Ltd., sociedade constituída e existente sob as leis da Ilha de Man e cujo controle é exercido pelo grupo GDF Suez, do qual a Tractebel Energia faz parte.

Anteriormente, em outubro de 2008, a SESA BidCo Ltd. concluiu o processo de oferta pública na Bolsa de Valores de Londres para a aquisição de 100% das ações da Econergy International PLC (Econergy), a qual controlava indiretamente, entre outras empresas, as anteriormente mencionadas.

O preço de aquisição foi definido com base em avaliação econômico-financeira preparada por Banco de reconhecida reputação em avaliação para este propósito e o processo de aquisição respeitou as melhores práticas de governança corporativa relativa a transações entre partes relacionadas. Maiores informações sobre a transação e as empresas estão detalhadas na Nota 10.

Constituição da Ibitiúva Bioenergética S.A.

Em agosto de 2008, o Consórcio Andrade, formado pela controlada indireta da Companhia, Ibitiúva Bioenergética S.A. (Ibitiúva), e pela Andrade Açúcar e Álcool S.A., controlada da Açúcar Guarani S.A., vendeu 20 MW médios de energia elétrica no 1º Leilão de Energia de Reserva, promovido pela ANEEL, pelo preço de R$ 158,11/MWh. A Companhia possui participação indireta de 76,0% na Ibitiúva e 71,17% no Consórcio. O investimento previsto para a construção da Usina é de R$ 120.000. Informações adicionais sobre a empresa estão mencionadas na Nota 10.

Aquisição da Ponte de Pedra Energética S.A.

A Companhia, conforme mencionado na Nota 10, em abril de 2008, através de sua controlada integral Energia América do Sul Ltda. (EAS), adquiriu a totalidade das ações da Ponte de Pedra Energética S.A. (PPESA), pelo montante de R$ 644.919.

Incorporação da Controlada Companhia Energética Meridional

Conforme revelado na Nota 10, em março de 2008, foi efetivada a incorporação pela Tractebel Energia, de sua subsidiária integral Companhia Energética Meridional (CEM), mediante a versão de seu acervo líquido, avaliado a valor contábil por empresa especializada.

A incorporação objetivou a simplificação da estrutura societária do grupo, a qual não só reduziu a estrutura organizacional atual, diminuindo custos, aumentando o valor para os acionistas, racionalizando e otimizando os investimentos, bem como facilitou a unificação, padronização e aperfeiçoamento da administração geral dos negócios das sociedades envolvidas e permitiu a eliminação dos custos de negociação que a manutenção das duas companhias impõe.

As informações não financeiras como MW médio, potência instalada, número de funcionários não são revisadas pelos auditores independentes.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com as Normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e, quando aplicável, as regulamentações do órgão regulador ANEEL, e estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente.

Em 28/12/2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações nº 6.404, de 15/12/1976, notadamente em relação ao capítulo XV, que trata sobre matéria contábil, e aplica-se às demonstrações contábeis de encerramento do exercício social iniciado a partir de 01/01/2008. A referida lei visa, principalmente, a atualização da lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela CVM, em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. Algumas alterações devem ser aplicadas a partir deste exercício, enquanto outras dependem de normatização por parte de órgãos reguladores.

Em 03/12/2008, foi editada a Medida Provisória nº 449/08, a qual introduziu algumas alterações à legislação societária, Lei nº 6.404/76, e instituiu o Regime Tributário de Transição (RTT) de apuração do lucro real, pelo qual foi prevista a possibilidade da neutralidade tributária no biênio 2008/2009 sobre os ajustes contábeis decorrentes da adoção das alterações efetuadas pela Lei nº 11.638/07 para as empresas que não aderiram ao RTT.

Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08

A Companhia adotou os dispositivos constantes da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 para a preparação e apresentação de suas demonstrações contábeis, tendo como base as orientações da CVM e/ou das normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, estabelecendo a data de transição em 01/01/2008 (ou 31/12/2007), conforme opção constante da Deliberação CVM nº 565/08. As modificações introduzidas pela referida legislação caracterizam-se como mudança de prática contábil, entretanto, conforme facultado pela referida deliberação da CVM, os ajustes com impacto no resultado foram efetuados contra lucros acumulados na data de transição, sem efeito retrospectivo sobre as demonstrações contábeis.

Opções relevantes efetuadas relacionadas à adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08

a) Opção que resultou em ajuste na conta de lucros acumulados na data de transição

Ativo diferido

A Lei nº 11.638/07 restringiu o lançamento de gastos no ativo diferido e a MP nº 449/08 extinguiu este grupo de contas. Desta forma, a Companhia optou por efetuar as baixas dos gastos diferidos no valor de R$ 6.689 (R$ 4.919 líquido dos efeitos fiscais), no consolidado, que não tiveram como ser reclassificados para outro grupo de ativos (ativos imobilizado e intangível).

b) Opções que resultaram em reclassificações no balanço patrimonial consolidado de 31/12/2007

	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Investimentos	113.407	(82.595)	30.812
Imobilizado	4.612.826	111.785	4.724.611
Intangível	75.492	(3.411)	72.081
Diferido	32.468	(25.779)	6.689

b.1) Transferência do investimento para o intangível

O ativo intangível foi introduzido pela Lei nº 11.638/07 e está relacionado a direitos que tenham por objeto bens incorpóreos. A Companhia, desde 2006, seguindo orientação da CVM, já vinha reconhecendo determinados direitos intangíveis neste grupo de contas.

O ágio pago nas aquisições da ITASA, CEM e Seival Participações S.A., no valor total de R$ 47.538, no consolidado, que na data da transição estavam apresentados no investimento foram transferidos para o intangível.

b.2) Transferência do intangível para o imobilizado

O direito de concessão da Usina Cana Brava, no montante de R$ 73.176, no consolidado, na data da transição estava apresentado no intangível. Entretanto, considerando que a referida concessão não pode ser vendida ou transferida para terceiros separadamente da respectiva Usina, como resultado da interpretação de regra específica, este ativo foi transferido para o imobilizado para apresentação conjunta com os ativos da Usina em referência.

b.3) Transferência do investimento para o imobilizado

O ágio pago na aquisição da Companhia Energética São Salvador (CESS), no valor de R$ 35.057, na data da transição, foi transferido do investimento para o ativo imobilizado.

b.4) Transferência do diferido para o imobilizado e o intangível

Conforme anteriormente mencionado, como a legislação em referência extinguiu o ativo diferido, os gastos diferidos que não puderam ser transferidos para outros ativos foram baixados. Os gastos transferidos para o imobilizado e o intangível na data da transição montaram R$ 3.552 e R$ 22.227, respectivamente.

c) Comentários relativos a outras opções previstas

c.1) Ajuste a valor presente

De acordo com as novas práticas contábeis, os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, devem ser ajustados a valor presente. A Companhia, na data da transição, já adotava esta prática contábil.

c.2) Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado

As novas práticas contábeis tornaram obrigatórias as demonstrações do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado e descontinuou a apresentação da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos. Na data da transição, a Companhia já apresentava os referidos demonstrativos que eram obrigatórios como informações suplementares às demonstrações contábeis.

c.3) Outras transações

A Companhia não realizou nenhuma operação com derivativos e pagamentos baseados em ações nem transações relevantes envolvendo arrendamento mercantil *(leasing)* que justificassem qualquer adoção de prática contábil de acordo com a nova legislação em referência.

Efeitos no lucro líquido do exercício findo em 31/12/2008 e no patrimônio líquido de 31/12/2008 decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08

	Lucro líquido	Patrimônio líquido
Saldo conforme demonstrações contábeis de 31/12/2008	**1.115.153**	**3.170.788**
Efeitos decorrentes da aplicação da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08:		
Baixa de ativo diferido	1.064	7.753
Amortização do ativo diferido	(410)	(410)
Imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes	(222)	(1.992)
Saldo desconsiderando os efeitos da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08	1.115.585	3.176.139

O patrimônio líquido e o lucro líquido da controladora não sofreram nenhum impacto decorrente da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

A autorização para conclusão das Demonstrações Contábeis da Companhia ocorreu no dia 09/03/2009 em reunião da Diretoria Executiva da Companhia.

3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Aplicações financeiras: são classificadas em mantidas para negociação, mantidas até o vencimento e disponíveis para venda, vinculados à finalidade das referidas aplicações. As aplicações mantidas para negociação são avaliadas ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzido de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. As disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos na conta de ajuste de avaliação patrimonial, quando aplicável.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos (Ativo fiscal diferido): são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, vigentes na data do balanço, e são reconhecidos com base nas diferenças temporárias. A segregação entre circulante e não circulante obedece à expectativa de realização dos valores que lhe dão origem. A controlada PPESA possui isenção parcial do imposto de renda pelo prazo de 10 anos, a partir do exercício de 2006, por estar localizada em área incentivada da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir prováveis riscos na realização de créditos a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias e de outros créditos, com base em análise individual dos créditos existentes.

d) Almoxarifado: estão registrados ao custo médio ponderado de aquisição, que não excede o valor de mercado.

e) Ativos indexados: são atualizados até a data do balanço.

f) Investimentos: os investimentos em sociedades controladas e controlada em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e os demais investimentos são reconhecidos ao custo de aquisição, que não excede o valor de mercado.

g) Imobilizado: é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação, calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitadas ao prazo da concessão das Usinas, quando aplicável, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas Unidades de Cadastro (UC) que compõem os empreendimentos. As taxas médias anuais de depreciação apuradas pela Companhia e suas controladas estão demonstradas na Nota 11 - a.

Os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado. Até 31/12/1998, foram capitalizados juros sobre o capital próprio vinculado às obras em andamento, em consonância com a legislação específica do setor elétrico.

h) Empréstimos, financiamentos e debêntures: são atualizados pelas taxas de câmbio ou índices contratuais e pelos juros incorridos até a data do balanço, deduzidos dos custos incorridos na captação dos recursos (ver Nota 15 e Nota 16).

i) Demais obrigações: são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

j) Provisão para contingências: são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, cíveis, trabalhistas, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Estas provisões estão sendo apresentadas líquidas dos depósitos judiciais a elas relacionadas. As referidas provisões são atualizadas pelos índices e taxas estabelecidas pelas autoridades fiscais e os honorários de advogados relacionados com tais provisões são registrados.

k) Benefícios pós-emprego: são registrados com base em avaliação atuarial, pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, complementados pelos valores projetados atuarialmente e atualizados mensalmente pelos índices contratuais, no que se refere às obrigações já contratadas (ver Nota 21).

l) Ajuste a valor presente: os ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado.

m) Resultado do exercício: as receitas e despesas são registradas com observância do regime de competência dos exercícios.

n) Reconhecimento dos efeitos inflacionários: estão refletidos somente os efeitos das variações monetárias sobre ativos e passivos indexados em função de disposições legais e contratuais. Em conformidade com as disposições da Lei nº 9.249, de 26/12/1995, a partir de janeiro de 1996 foi extinta a sistemática de correção monetária. Desta forma, os valores correspondentes ao ativo permanente e ao patrimônio líquido estão corrigidos somente até 31/12/1995.

o) Uso de estimativas: a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro das provisões para crédito de liquidação duvidosa, contingências e benefícios pós-emprego, bem como à apresentação do perfil de exigibilidade das mesmas e de realização do respectivo ativo fiscal diferido.

p) Demonstrações contábeis consolidadas: são eliminados os investimentos da investidora no capital das investidas, bem como os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as companhias consolidadas.

Os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas da ITASA são consolidados na proporção da participação da Companhia em seu capital social, por se tratar de controle compartilhado (ver Nota 10 - b).

Em face da participação da controladora nas demais sociedades controladas ser de 99,99%, não houve efeito da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações contábeis consolidadas.

DCSC – 5COL X 35CM – Pág. 5

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DCSC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

pefran 11 3885.9696

[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_DCSC.indd 5 24/3/2009 13:38:51

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(Em milhares de reais)

4 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Citibank - Fundo de Investimento Exclusivo				
Operações Compromissadas com Títulos Públicos Federais e Privados *(1)*				
Nota do Tesouro Nacional (NTN – B)	258.434	424.512	313.385	535.435
Debêntures	-	30.092	-	37.955
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	25.473	-	30.890	-
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	13.201	241	16.008	303
	297.108	454.845	360.283	573.693
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	20.473	-	25.823
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	-	40.410	-	50.969
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	12.751	49.333	15.463	62.224
	309.859	565.061	375.746	712.709
Instituições Financeiras *(2)*				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	8.373	31.657
Notas do Tesouro Nacional (NTN – D)	-	-	-	3.634
Debêntures	-	-	10.497	20.921
	-	-	18.870	56.212
	309.859	**565.061**	**394.616**	**768.921**
Banco Santos				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	2.603	1.777	2.603	2.603
(-) Provisão para perdas	(2.603)	(1.777)	(2.603)	(2.603)
	309.859	**565.061**	**394.616**	**768.921**

(1) São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas por uma taxa pré-fixada e estão lastreadas em títulos públicos federais e em títulos privados.

(2) Banco Safra, Banco Bradesco, Banco Itaú, Banco Santander, Banco HSBC, Banco do Brasil, Banco Votorantin, Banco ABN AMRO Real, Banco UNIBANCO e Caixa Econômica Federal (CEF).

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras através da concentração dos recursos em um Fundo de Investimento Exclusivo e Multimercado, o qual pode ter suas cotas resgatadas a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos. O referido instrumento financeiro está classificado como mantido para negociação, sendo avaliado pelo seu valor justo.

Os fundos exclusivos não possuem obrigações financeiras significativas, estando estas limitadas aos honorários de serviços de administração dos ativos, de execução das transações de investimentos e de auditoria, além de despesas gerais e administrativas.

A provisão para perdas em aplicações financeiras foi constituída para cobrir possíveis perdas decorrentes das aplicações em CDB que a Companhia possuía no Banco Santos, o qual teve a sua falência decretada em 2005.

5 – CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Controladora				
	2008				2007
		Vencidos			
Circulante	Vincendos	até 90 dias	mais de 90 dias	Total	Total
Concessionárias	179.973	-	-	179.973	192.569
Comercializadoras	83.231	47.137	14.922	145.290	82.232
Consumidores livres	35.255	1.593	-	36.848	28.383
Exportação	-	-	740	740	740
Transações no âmbito da CCEE/MAE					
- Correntes	2.191	1.081	537	3.809	6.312
- Parcelamentos	3.952	-	-	3.952	11.350
- Recomposição tarifária extraordinária (RTE)	429	-	-	429	1.585
- Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	110.498	-	12.076	122.574	121.820
	117.070	1.081	12.613	130.764	141.067
	415.529	**49.811**	**28.275**	**493.615**	**444.991**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(110.498)	-	(12.076)	(122.574)	(121.820)
	305.031	**49.811**	**16.199**	**371.041**	**323.171**

	Consolidado				
	2008				2007
		Vencidos			
Circulante	Vincendos	até 90 dias	mais de 90 dias	Total	Total
Concessionárias	212.305	-	-	212.305	195.483
Comercializadoras	62.226	72	-	62.298	42.999
Consumidores livres	98.809	2.316	-	101.125	88.352
Exportação	-	-	740	740	740
Transações no âmbito do CCEE/MAE					
- Correntes	3.039	1.094	729	4.862	7.529
- Parcelamentos	3.952	-	-	3.952	11.350
- Recomposição tarifária extraordinária (RTE)	429	-	-	429	1.585
- Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	110.498	-	13.944	124.442	124.442
	117.918	1.094	14.673	133.685	144.906
	491.258	**3.482**	**15.413**	**510.153**	**472.480**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(110.498)	-	(12.076)	(122.574)	(122.574)
	380.760	**3.482**	**3.337**	**387.579**	**349.906**

O prazo de recebimento dos valores relativos às faturas de comercialização de energia é de, no máximo, 45 dias.

Agentes com ações judiciais ou inadimplentes

A provisão para devedores duvidosos sobre os valores vincendos foi constituída em virtude de incertezas quanto à realização de créditos decorrentes de transações ocorridas no âmbito do MAE no período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cujos agentes devedores ingressaram com ações judiciais por discordarem da interpretação adotada por aquele órgão, relativamente às disposições do Acordo Geral do Setor Elétrico.

Os valores vencidos há mais de 90 dias referem-se, substancialmente, a transações no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), atualmente CCEE, relativos a débitos de agentes inadimplentes na 1ª liquidação do MAE, realizada em 30/12/2002. Tais valores estão sendo objeto de negociações bilaterais. Contudo, em razão das incertezas de recebimento do referido crédito, a Companhia mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa, independentemente das ações aplicáveis ao caso.

6 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
Circulante	2008	2007	2008	2007
ICMS	15.973	42.764	16.027	44.894
Imposto de renda	-	-	3.292	681
Contribuição social	-	-	1.226	-
COFINS	3.568	2.256	6.392	2.316
PIS	769	490	1.730	503
INSS	2.419	2.913	4.028	2.913
	22.729	**48.423**	**32.695**	**51.307**
(-) Provisão para perdas na recuperação de créditos de ICMS	(5.660)	(40.138)	(5.660)	(40.138)
	17.069	**8.285**	**27.035**	**11.169**
Não Circulante				
ICMS	6.392	3.934	9.944	6.897
COFINS	8.215	8.762	74.370	8.772
PIS	1.809	1.902	16.171	1.904
INSS	6.197	6.610	6.197	6.610
	22.613	**21.208**	**106.682**	**24.183**

A provisão para perdas na realização de crédito acumulado de ICMS foi constituída em virtude da dificuldade de compensação total do ICMS sobre a aquisição de combustíveis para produção de energia elétrica na UTE William Arjona, no Estado do Mato Grosso do Sul, tendo em vista que parcela substancial da venda de energia elétrica naquele Estado ocorria com diferimento de ICMS.

Em 2008, a Companhia recebeu Notificação da Secretaria de Estado de Fazenda do Mato Grosso do Sul, informando que a Companhia não teria direito de manter os créditos acumulados de ICMS, com o argumento de que as vendas de energia elétrica com diferimento ou não-incidência de ICMS eliminam o direito a manutenção dos créditos. Com base nesta decisão, a Companhia decidiu baixar o referido crédito, no valor de R$ 34.478, e reverter a respectiva provisão para recuperação do mesmo.

A CESS, controlada integral da Companhia, transferiu do imobilizado para esta conta, em 31/12/2008, os valores a recuperar de PIS e COFINS, em virtude da opção pela utilização do direito aos créditos sobre as aquisições de máquinas e equipamentos e de edificações, conforme previsto na legislação específica. Os referidos créditos relativos a edificações serão amortizados no período de 24 meses e os referentes a máquinas e equipamentos em 48 meses.

7 – ATIVO FISCAL DIFERIDO

	Controladora				
	2008				2007
Natureza dos créditos	Base de cálculo	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Remuneração das Imobilizações em Curso (RIC)	146.550	36.637	-	36.637	36.637
Benefícios pós-emprego	212.514	53.129	19.126	72.255	64.876
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	122.574	30.643	11.032	41.675	41.419
Provisão para contingências	110.789	27.697	9.971	37.668	36.212
Provisão para perdas com créditos de ICMS	5.660	1.415	509	1.924	13.647
Depreciação acelerada na UTE W. Arjona	21.849	5.462	1.967	7.429	8.565
Ajuste a valor presente de valores a receber	18.071	4.518	1.626	6.144	6.861
Ágio incorporado	19.193	4.798	1.728	6.526	-
Outros	14.874	3.719	1.338	5.057	5.245
		168.018	**47.297**	**215.315**	**213.462**
Classificação do ativo fiscal diferido:					
Circulante		11.001	2.641	13.642	12.091
Não circulante		157.017	44.656	201.673	201.371
		168.018	**47.297**	**215.315**	**213.462**

	Consolidado				
	2008				2007
Natureza dos créditos	Base de cálculo	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Remuneração das Imobilizações em Curso (RIC)	146.550	36.637	-	36.637	36.637
Benefícios pós-emprego	212.514	53.129	19.126	72.255	64.876
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	122.574	30.643	11.032	41.675	41.675
Provisão para contingências	130.436	29.027	11.739	40.766	37.488
Provisão para perdas com créditos de ICMS	5.660	1.415	509	1.924	13.647
Depreciação acelerada na UTE W. Arjona	21.849	5.462	1.967	7.429	8.565
Ajuste a valor presente de valores a receber	18.071	4.518	1.626	6.144	6.861
Ágio incorporado	19.193	4.798	1.728	6.526	-
Outros	36.419	6.286	3.277	9.563	6.426
		171.915	**51.004**	**222.919**	**216.175**
Classificação do ativo fiscal diferido:					
Circulante		11.601	2.887	14.488	12.160
Não circulante		160.314	48.117	208.431	204.015
		171.915	**51.004**	**222.919**	**216.175**

A realização dos ativos fiscais diferidos, oriundos das diferenças temporárias, dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas.

O horizonte de realização do ativo fiscal diferido e sua recuperação através de geração de lucros tributáveis futuros foram estimados conforme abaixo:

Ativo fiscal diferido, registrado	Controladora	Consolidado
2009	13.642	14.488
2010	18.243	23.091
2011	24.405	24.759
2012	30.899	31.223
2013	58.420	58.674
2014 a 2015	30.256	30.754
2016 a 2018	39.450	39.930
	215.315	**222.919**
Ativo fiscal diferido, não registrado		
2019	3.492	3.492
2020	734	734
2021	734	734
2022	734	734
2023 a 2025	2.202	2.202
2026 a 2028	2.202	2.202
2029 em diante	1.686	1.686
	11.784	**11.784**
	227.099	**234.703**

O ativo fiscal diferido não registrado corresponde à RIC, cuja realização ocorre na proporção da depreciação dos respectivos ativos, cujo prazo, atualmente, ultrapassa 10 anos, resultando em ativo fiscal diferido não reconhecido, em observância à Instrução CVM nº 371, de 27/06/2002.

8 – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	Controladora			
	2008		2007	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	**1.555.302**	**1.555.302**	**1.390.065**	**1.390.065**
Diferenças permanentes				
Adições				
Amortização de ágio	3.031	-	6.747	-
Gratificação e 13º de dirigentes	2.389	-	3.178	-
Doações	3.715	3.715	2.242	2.242
Outras despesas indedutíveis	1.613	414	354	354
Exclusões				
Equivalência patrimonial	(54.698)	(54.698)	(185.838)	(185.838)
Juros sobre o capital próprio	(176.000)	(176.000)	(176.000)	(176.000)
Reversão de ágio amortizado na incorporação de controlada	(23.032)	-	-	-
RIC *(*)*	(14.655)	-	(14.636)	-
Base de cálculo dos tributos no resultado	**1.297.665**	**1.328.733**	**1.026.112**	**1.030.823**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(324.416)**	**(119.586)**	**(256.528)**	**(92.774)**
Complemento do IR diferido sobre a RIC *(*)*	-	-	2.471	-
Incentivos fiscais	3.872	-	2.369	-
Outros	2	(21)	24	-
Imposto de renda e contrib. social - resultado	**(320.542)**	**(119.607)**	**(251.664)**	**(92.774)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(320.699)	(119.663)	(257.095)	(93.840)
Diferido	157	56	5.431	1.066
	(320.542)	**(119.607)**	**(251.664)**	**(92.774)**

(*) RIC – Remuneração das Imobilizações em Curso.

	Consolidado			
	2008		2007	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	**1.589.520**	**1.589.520**	**1.485.338**	**1.485.338**
Diferenças permanentes				
Adições				
Gratificação e 13º de dirigentes	2.537	-	3.509	-
Doações	3.855	3.855	2.490	2.490
Outras despesas indedutíveis	24.631	15.144	7.019	272
Exclusões				
Juros sobre o capital próprio	(176.000)	(176.000)	(176.000)	(176.000)
Reversão de ágio amortizado na incorporação de controlada	(23.032)	-	-	-
RIC *(*)*	(14.655)	-	(14.636)	-
Ajuste em controlada tributada pelo lucro presumido	(4.835)	(3.263)	(5.508)	(3.995)
Base de cálculo dos tributos no resultado	**1.402.021**	**1.429.256**	**1.302.212**	**1.308.105**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(350.505)**	**(128.634)**	**(325.553)**	**(117.729)**
Ajuste do IR e CS do ano anterior	(1.695)	172	(1.195)	(430)
Complemento do IR diferido sobre a RIC *(*)*	-	-	2.471	-
Incentivos fiscais	4.481	-	2.617	-
Outros	796	1.018	108	-
Imposto de renda e contrib. social – resultado	**(346.923)**	**(127.444)**	**(321.552)**	**(118.159)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(348.875)	(130.409)	(326.894)	(119.151)
Diferido	1.952	2.965	5.342	992
	(346.923)	**(127.444)**	**(321.552)**	**(118.159)**

(*) RIC – Remuneração das Imobilizações em Curso.

A controlada PPESA possui redução de imposto de renda e adicionais, equivalente a 75% calculados sobre o lucro da exploração, pelo prazo de 10 anos, a partir do exercício de 2006, em função de estar localizada em área incentivada da SUDAM. Esta redução, no valor de R$ 3.894, está apresentada no grupo incentivos fiscais, no quadro acima.

DCSC – 5COL X 35CM – Pág. 6

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DCSC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

pefran 11 3885.9696

[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_DCSC.indd 6 24/3/2009 13:38:55

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(Em milhares de reais)

9 – ALIENAÇÕES DE BENS E DIREITOS

	Controladora e Consolidado	
	2008	2007
Valor original atualizado	103.988	101.496
(-) Ajuste a valor presente	(18.071)	(20.181)
	85.917	**81.315**
Classificação no Balanço		
Circulante	17.448	-
Não Circulante	68.469	81.315
	85.917	**81.315**

Os saldos apresentados acima correspondem aos valores a receber da Elétrica Jacuí S.A. (ELEJA) relativos à venda do empreendimento termelétrico Jacuí. A ELEJA é uma sociedade de propósito específico, controlada por sociedade detentora dos direitos de exploração de jazidas de carvão mineral na região do projeto Jacuí, a qual, nos termos do contrato, assumiu a responsabilidade pela conclusão do projeto.

Em garantia ao cumprimento das obrigações contratuais, incluindo o pagamento do preço de compra, a ELEJA concedeu a Tractebel Energia, em promessa de penhor e hipoteca, os direitos, bens, máquinas, imóveis e seus acessórios, que foram objeto do contrato de compra e venda entre as partes.

De acordo com as condições contratuais, os valores da venda estão sendo atualizados pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) e serão recebidos em 36 parcelas a partir da data de início da operação comercial da UTE Jacuí ou da data que se completarem quatro anos, contados a partir da venda. Considerando que os valores contratuais estão a preço futuro, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente, aplicando a taxa de desconto de 10% a.a.

O vencimento da 1ª parcela ocorreu em junho de 2008 e a Companhia vem recebendo mensalmente os valores contratados.

A Companhia iniciou um processo de negociação de venda do referido crédito a um potencial interessado em investir na ELEJA. Entretanto, em função do atual estágio das negociações e das incertezas quanto ao seu desfecho, nenhum ajuste a valor de realização do ativo foi reconhecido pela Companhia.

10 – INVESTIMENTOS

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Participações societárias permanentes:				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial				
Equivalência Patrimonial	1.535.327	1.062.602	-	-
Ágio	38.490	63.067	-	-
Avaliadas pelo custo de aquisição	28.796	28.796	28.796	28.796
Bens e direitos para uso futuro	1.895	1.895	1.895	1.895
Outros investimentos	121	121	121	121
	1.604.629	**1.156.481**	**30.812**	**30.812**

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os ativos e passivos registrados no balanço de abertura da entidade adquirida são reconhecidos como investimento pela empresa compradora e o ágio apurado nas aquisições corresponde ao montante pago que excede o valor contábil do patrimônio líquido da entidade adquirida. Este procedimento foi adotado pela Companhia nos balanços individuais da Tractebel Energia e de suas controladas utilizadas como veículo para aquisição de empresas.

Para elaboração do balanço patrimonial consolidado, a Companhia considerou que os ágios pagos nas suas aquisições estão fundamentados no ativo imobilizado, juntamente com o valor de cada concessão como parte desses ativos, quando aplicável.

b) Participações societárias permanentes

b.1) Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

		2008				2007	
Empresas	**Lote de mil ações ou quotas**	**Adiantam. p/ futuro aumento de capital**	**Partici-pação (%)**	**Lucro líquido (Prejuízo)**	**Patrimônio líquido**	**Lucro líquido (Prejuízo)**	**Patrimônio líquido**
Itá Energética S.A. (ITASA)	253.607	-	48,75	35.160	598.059	29.617	583.424
Companhia Energética Meridional (CEM) *(1)*	-	-	11.122	*(*)*	-	99.436	443.744
Companhia Energética São Salvador (CESS) *(2)*	271.943	-	99,99	(185)	270.474	-	268.943
Lages Bioenergética Ltda. (Lages)	30.530	-	99,99	7.187	47.225	7.929	40.345
Tractebel Energia Comercializadora Ltda.	4.200	-	99,99	27.599	31.799	64.066	4.200
Delta Energética S.A. *(3)*	20.960	-	99,99	(68)	20.007	(31)	20.898
Energia América do Sul Ltda. *(4)*	645.270	-	99,99	(6.445)	638.826	-	1
Gama Participações Ltda. *(5)*	1	236.821	99,90	(1.652)	235.170	-	1
Lagoa Formosa Bioenergética Ltda.	270	-	99,99	-	270	-	50

(*) Lucro líquido em 29/02/2008.
(1) A controlada CEM foi incorporada na Tractebel Energia em 29/02/2008, conforme mencionado na Nota 1.
(2) Em fase pré-operacional.
(3) Sociedade de Propósito Específico utilizada como veículo para aquisição da Seival Participações S.A.
(4) Sociedade de Propósito Específico usada como veículo da aquisição da PPESA.
(5) Sociedade de Propósito Específico utilizada como veículo de aquisição da Tupan, Hidropower, Beberibe, Pedra do Sal, Areia Branca, Econergy Serviços e para a construção da Ibitiúva.

Movimentação dos investimentos

Equivalência Patrimonial

Empresas	**Saldos em 31/12/2007**	**Incorporação de controlada**	**Aumento de capital**	**Resultado da equivalência patrimonial**	**Dividendos**	**Ajuste Lei 11.638**	**Saldos em 31/12/2008**
ITASA	284.419	-	-	17.140	(7.500)	(2.505)	291.554
CEM	443.744	(454.866)	-	11.122	-	-	-
CESS	268.943	-	3.000	(185)	-	(1.284)	270.474
Lages	40.345	-	-	7.187	-	(307)	47.225
Tractebel Energia Comercializadora	4.200	-	-	27.599	-	-	31.799
Delta Energética	20.898	-	-	(68)	-	(823)	20.007
Energia América do Sul	1	-	645.270	(6.445)	-	-	638.826
Gama Participações	1	-	236.821	(1.652)	-	-	235.170
Lagoa Formosa	50	-	220	-	-	-	270
Outras	1	-	1	-	-	-	2
	1.062.602	**(454.866)**	**885.312**	**54.698**	**(7.500)**	**(4.919)**	**1.535.327**

Ágio – Controladora

Empresas	**Saldos em 31/12/2007**	**Incorporação de controlada**	**Amortização**	**Saldos em 31/12/2008**
ITASA	5.721	-	(2.288)	3.433
CEM	22.289	(21.546)	(743)	-
CESS	35.057	-	-	35.057
Controladora	**63.067**	**(21.546)**	**(3.031)**	**38.490**

Informações sobre as controladas

Itá Energética S.A. (ITASA) (controlada em conjunto)
As ações representativas do capital social da ITASA são detidas pela Tractebel Energia, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e Companhia de Cimento Itambé, na proporção de 48,75%, 48,75% e 2,50%, respectivamente.

A ITASA tem como objetivo a exploração da Usina Hidrelétrica Itá em parceria, através de consórcio, mediante concessão outorgada pela União Federal por intermédio da ANEEL, com prazo de vigência de 35 anos, a partir de 28/12/1995. O empreendimento está situado no Rio Uruguai, na divisa dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, e possui capacidade instalada de 1.450 MW e 720 MW médios de energia assegurada. Nos termos do Contrato de Consórcio, a controlada ITASA tem direito à quantidade de energia equivalente a 60,5% de 668 MW médios.

O montante pago que excede o valor contábil patrimonial da empresa adquirida está sendo amortizado pelo prazo de 10 anos.

Os principais grupos do ativo, passivo e resultado da controlada em conjunto estão demonstrados a seguir, os quais foram consolidados, nas demonstrações contábeis que estão sendo apresentadas, na proporção dos investimentos da Companhia no capital social da controlada:

ATIVO	**2008**	**2007**
Ativo circulante	60.077	69.220
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo	5.657	4.177
Permanente	929.883	976.714
	935.540	980.891
TOTAL DO ATIVO	**995.617**	**1.050.111**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Passivo circulante	117.628	115.277
Passivo não circulante		
Exigível a longo prazo	279.930	351.410
Patrimônio líquido	598.059	583.424
TOTAL DO PASSIVO	**995.617**	**1.050.111**

RESULTADO	**2008**	**2007**
Receitas operacionais brutas	233.150	220.442
Deduções da receita operacional	(23.659)	(22.314)
Receitas líquidas de vendas	**209.491**	**198.128**
CUSTOS DE PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	**(58.726)**	**(58.934)**
LUCRO BRUTO	**150.765**	**139.194**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas com vendas	(32.392)	(24.296)
Despesas gerais e administrativas	(20.447)	(20.236)
Outras	174	93
	(52.665)	**(44.439)**
Resultado do serviço	**98.100**	**94.755**
Despesas financeiras, líquidas	**(45.030)**	**(50.006)**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	**53.070**	**44.749**
Imposto de renda e contribuição social	(17.910)	(15.132)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**35.160**	**29.617**

Companhia Energética Meridional (CEM)
Em 28/03/2008, a Tractebel Energia incorporou a sua controlada integral CEM, mediante a versão do seu acervo líquido, na data-base de 29/02/2008, avaliado a valor contábil por empresa especializada, conforme demonstrado a seguir:

ATIVO		**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	
ATIVO CIRCULANTE		**PASSIVO CIRCULANTE**	
Disponibilidades	28.344	Fornecedores	5.811
Concessionária - Controladora	31.962	Dividendos propostos	25.104
Transações no âmbito da CCEE	187	Financiamentos e debêntures	29.053
Cauções e depósitos vinculados	1.643	Tributos e contribuições sociais	4.445
Outros	1.072	Contas a pagar controladora	13.988
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	**63.208**	Outras obrigações	9.578
		TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	**87.979**
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**NÃO CIRCULANTE**	
Realizável a Longo Prazo		**Exigível a Longo Prazo**	
Depósitos judiciais	24.487	Financiamentos e debêntures	125.845
Ativo fiscal diferido	1.613	Concessões a pagar	244.614
Outros	798	Provisão para contingências	3.165
	26.898	**TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**373.624**
Permanente			
Imobilizado	753.618		
Intangível	72.745		
	826.363		
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	**853.261**	**ACERVO LÍQUIDO**	**454.866**
TOTAL DO ATIVO	**916.469**	**TOTAL DO PASSIVO**	**916.469**

A CEM detinha a concessão da Usina Hidrelétrica Cana Brava, localizada no Rio Tocantins, norte do Estado de Goiás, com capacidade instalada de 450 MW e 273,4 MW médios de energia assegurada. A concessão para construção e exploração do empreendimento tem prazo de vigência de 35 anos, a partir de 27/08/1998 e foi transferida para a Companhia após a conclusão da operação de incorporação.

Companhia Energética São Salvador (CESS)
A CESS é titular da concessão do aproveitamento hidrelétrico São Salvador, que possui 243,2 MW de capacidade instalada e 148,5 MW médios de energia assegurada. Em outubro de 2006, a CESS comercializou no 3º Leilão de Energia Nova, por um período de 30 anos, que se iniciará em janeiro de 2011, 148 MW médios com empresas distribuidoras de energia elétrica que participam do Ambiente de Contratação Regulada (ACR).
O montante pago que excede o valor contábil do patrimônio líquido da CESS, no valor de R$ 35.057, no balanço consolidado está apresentado no ativo imobilizado. Este valor poderá ser acrescido de R$ 18.000, caso ocorra a concatenação entre a data do início dos pagamentos relativos ao Uso do Bem Público (UBP) e o início do fornecimento de energia elétrica nos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica (CCEARs), previsto para 2011, ou no Ambiente de Comercialização Livre a preços e montantes compatíveis com aqueles contratados no âmbito da CCEARs e pelo prazo que seja complementar ao prazo de fornecimento previsto nos CCEARs.
Pela outorga da concessão onerosa da UHE São Salvador, a CESS pagará à União, por intermédio da ANEEL, o valor original de R$ 555.000, em parcelas mensais proporcionais ao valor anual reajustado. De acordo com o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, datado de 18/07/2007, o início do pagamento dar-se-á a partir da operação comercial da 1ª unidade geradora da UHE São Salvador, ou a partir do início da entrega da energia objeto de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), o que ocorrer primeiro, até o término da concessão, em abril de 2037.
Ainda conforme o referido aditivo, este valor foi atualizado anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) até a data do aditivo contratual, em 18/07/2007, e a partir desta data, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).
Os valores contratuais atualizados são os seguintes:

	2008	2007
Valor anual	33.168	33.009
Parcelas mensais (1/12)	2.764	2.751
Valor nominal total	995.029	935.264
Valor presente total	326.659	286.317

O valor presente total foi calculado com base na taxa de desconto de 10% a.a., tradicionalmente utilizada no setor elétrico brasileiro, considerando os pagamentos no período de 01/03/2009 a 23/04/2037. O reconhecimento da concessão a pagar, pelo seu valor presente, em contrapartida do ativo imobilizado, ocorrerá quando do início da operação comercial da Usina, prevista para o primeiro semestre de 2009.

Lages Bioenergética Ltda. (Lages)
A Lages detém a autorização da central geradora termelétrica Lages, localizada no Município de Lages (SC), com um turbogerador a vapor de 28 MW, utilizando resíduos de madeira como combustível. A autorização para implantação e exploração do empreendimento tem prazo de 30 anos, a contar de 30/10/2002.
A Usina de Cogeração, no ano de 2006, obteve o registro no Comitê Executivo de Mecanismo do Desenvolvimento Limpo (MDL) da Organização das Nações Unidas (ONU) por utilizar resíduos de madeira para negociar créditos de carbono.

Tractebel Energia Comercializadora Ltda.
A Sociedade tem por objeto social a comercialização de energia elétrica no mercado de livre negociação, incluindo a compra, a venda, a importação e a exportação de energia elétrica, bem como a intermediação de qualquer dessas operações, a prática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades.

Delta Energética S.A. (Delta)
Em 2008 a Sociedade não exerceu atividades operacionais. A Delta é a controladora da Seival Participações S.A. (Seival). A Seival é uma *holding* de propósito específico, detentora de 99,99% do capital social da Usina Termelétrica Seival Ltda., com sede na cidade de Porto Alegre (RS).
A aquisição da Seival tem como principal objetivo acrescentar ganhos ao desenvolvimento do projeto para exportação de energia ao Uruguai, uma vez que detém os direitos (incluindo autorização da ANEEL, licença prévia e opção de compra de imóvel) para implantar e explorar uma termelétrica a carvão em Candiota (RS), com potência instalada de até 540 MW.
O preço de aquisição foi de R$ 23.813 e a diferença entre o montante pago e o valor contábil patrimonial da Seival foi de R$ 19.528, o qual será amortizado a partir do início da operação comercial da empresa.

Energia América do Sul Ltda. (EAS)
No ano de 2008, a EAS, controlada integral da Companhia, adquiriu o controle acionário da Ponte de Pedra Energética S.A. (PPESA), pelo montante de R$ 644.919, após o cumprimento de determinadas condições constantes do contrato de compra e venda de ações celebrado em 13 de dezembro de 2007, dentre elas, a anuência prévia da ANEEL e a aprovação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
O valor pago pela Companhia que excede o valor contábil do patrimônio líquido da PPESA, no montante de R$ 359.948, tem como fundamento o imobilizado e está sendo alocado como parte desse ativo, no balanço consolidado, e está sendo amortizado no prazo remanescente da concessão, que se encerra em setembro de 2034. O saldo líquido de amortização, em 31/12/2008, é de R$ 351.110.
A PPESA detém a concessão da hidrelétrica Ponte de Pedra, uma usina hidrelétrica com capacidade instalada de 176,1 MW (energia assegurada de 131,6 MW médios) em operação comercial desde setembro de 2005, localizada no Rio Correntes no Estado de Mato Grosso e, também, possui isenção parcial do imposto de renda pelo prazo de 10 anos, a partir do exercício de 2006, por estar localizada em área incentivada da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Gama Participações Ltda. (Gama)
A Gama é uma controlada integral da Companhia que, durante o exercício de 2008, adquiriu e constituiu algumas empresas. A seguir informações sobre as controladas da Gama.

Tupan Energia Elétrica S.A. (Tupan) e Hidropower Energia S.A. (Hidropower)
A Gama, em dezembro de 2008, concluiu o processo de aquisição da totalidade do capital social da Tupan e da Hidropower pelo valor de R$ 240.859.
O valor pago pela Gama que excede o valor contábil patrimonial da Tupan e da Hidropower, nos valores de R$ 91.436 e R$ 83.544, respectivamente, tem como fundamento o imobilizado e está sendo alocado como parte desse ativo, no balanço consolidado, e está sendo amortizado no prazo remanescente da autorização, que se encerra em dezembro de 2032.
A Tupan detém autorização outorgada pela ANEEL para explorar a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Rondonópolis, com capacidade instalada de 26,6 MW, em operação comercial desde dezembro de 2007. A PCH está localizada em Rondonópolis (MT), no Rio Ponte de Pedra e, tem energia assegurada de 14 MW médios. A Tupan possui 118,36 GWh/ano de energia contratada com a Centrais Elétricas do Brasil S.A. (ELETROBRAS), através do PROINFA, até 2027, ao preço de R$ 153,61/MWh.
A Hidropower detém autorização outorgada pela ANEEL para explorar a PCH Engenheiro José Gelazio da Rocha, com capacidade instalada de 23,7 MW, em operação comercial desde fevereiro de 2007. Localizada em Rondonópolis (MT), no Rio Ponte de Pedra, a PCH tem energia assegurada de 11,9 MW médios. A Hidropower possui 100,49 GWh/ano de energia contratada até 2027 com a ELETROBRAS, através do PROINFA, ao preço de R$ 153,61/MWh.

Eólica Beberibe S.A. (Beberibe), Eólica Pedra do Sal S.A. (Pedra do Sal), Hidrelétrica Areia Branca S.A. (Areia Branca) e Econergy Brasil Serviços Corporativos Ltda. (Econergy Serviços)
A Companhia, em dezembro de 2008, adquiriu a totalidade do capital social da Eólica Beberibe S.A. (Beberibe) pelo montante de R$ 100.800, da Eólica Pedra do Sal S.A. (Pedra do Sal) por R$ 52.200, da Hidrelétrica Areia Branca S.A. (Areia Branca) pelo valor de R$ 46.800 e da Econergy Brasil Serviços Corporativos Ltda. (Econergy Serviços) por R$ 200, totalizando R$ 200.000 (R$ 194.356 líquidos de impostos).

DCSC – 5COL X 35CM – Pág. 7

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DCSC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

petran 11 3885.9696

[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_DCSC.indd 7 24/3/2009 13:39:00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(Em milhares de reais)

O valor pago pela Gama que excede o valor contábil do patrimônio líquido da Beberibe, da Pedra do Sal e da Areia Branca, nos valores de R$ 50.965, R$ 19.319 e R$ 8.054, respectivamente, tem como fundamento o imobilizado e está sendo alocado como parte desse ativo, no balanço consolidado. A amortização inicia-se a partir do início da operação comercial e ocorrerá durante o prazo da concessão, que se encerra no período de 2030 a 2033.

A Eólica Beberibe S.A. detém autorização outorgada pela ANEEL para explorar o Parque Eólico Beberibe, com capacidade instalada de 25,60 MW e energia assegurada de 8 MW médios. Localizada em Beberibe (CE), possui 85,07 GWh/ano de energia contratada por 20 anos com a ELETROBRAS, através do PROINFA, ao preço de R$ 247,81/MWh. A empresa entrou em operação comercial em setembro de 2008.

A Eólica Pedra do Sal S.A. detém autorização outorgada pela ANEEL para explorar o Parque Eólico Pedra do Sal, com capacidade instalada de 17,85 MW e energia assegurada de 8 MW médios. Localizada em Parnaíba (PI), possui 66,29 GWh/ano de energia contratada com a ELETROBRAS através do PROINFA, por 20 anos, ao preço de R$ 241,20/MWh. A operação comercial da sociedade foi iniciada em dezembro de 2008.

A Hidrelétrica Areia Branca S.A. detém autorização outorgada pela ANEEL para explorar a PCH Areia Branca, com capacidade instalada de 19,80 MW. Localizada em Caratinga (MG), possui 90,84 GWh/ano de energia contratada por 20 anos com a ELETROBRAS, através do PROINFA, ao preço de R$ 153,91/MWh. A PCH tem previsão de entrar em operação no 1º semestre de 2009.

A Econergy Serviços é uma sociedade prestadora de serviços administrativos e tecnológicos para a as empresas anteriormente mencionadas.

Ibitiúva Bioenergética S.A. (Ibitiúva)

A Ibitiúva foi constituída em 2008, para participar, através do Consórcio Andrade, do 1º Leilão de Energia de Reserva, promovido pela ANEEL. O Consórcio Andrade é formado pela Ibitiúva e pela Andrade Açúcar e Álcool S.A., controlada da Açúcar Guarani S.A. e, vendeu 20 MW médios de energia elétrica no referido Leilão, pelo preço de R$ 158,11/MWh, a ser entregue por um período de 15 anos, a partir de 2010.

A energia elétrica vendida será gerada pela UTE Destilaria Andrade, em implantação no município de Pitangueiras (SP), que terá capacidade instalada de 33 MW e garantia física de 20 MW médios e, utilizará como combustível o bagaço resultante do processamento da cana-de-açúcar na unidade produtora de açúcar e etanol Andrade do Grupo Guarani. O investimento previsto para a construção da Usina é de R$ 120.000 com recursos próprios e do BNDES ou o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e o início da construção está previsto para março de 2009.

Lagoa Formosa Bioenergética Ltda.

A Sociedade é controlada integral da Tractebel Energia e foi constituída com o objetivo de construir a Usina Cogeração São João, um empreendimento à biomassa de cana-de-açúcar em consórcio com a empresa Dedini Açúcar e Álcool Ltda., pertencente ao Grupo Dedini Agro.

Em setembro de 2007, a Dedini foi adquirida pelo grupo espanhol Abengoa, que optou por desfazer tal parceria. A Tractebel Energia, entretanto, terá direito a uma compensação financeira a título de indenização pelo descumprimento dos termos contratados entre as partes. O projeto havia vendido 23 MW médios, a partir de 2010, no 1º Leilão de Fontes Alternativas promovido pela ANEEL, em junho do ano corrente, cujo compromisso de implantação e entrega permanece com a Dedini.

No ano de 2008 a Companhia recebeu parte do valor incontroverso da causa, relativo a multa contratual, e permanece em discussão quanto à parte que a Companhia entende como valor indenizável.

b.2) Avaliadas pelo custo de aquisição

Machadinho Energética S.A. (MAESA)

A Companhia adquiriu, em março de 2007, por R$ 28.793, a participação acionária de 2,82% na MAESA. A MAESA explora, através de consórcio, a UHE Machadinho. O Consórcio Machadinho é composto pela Tractebel Energia S.A., no qual participa com 19,28% e por outras empresas consorciadas, que juntas detêm 80,72%.

11 – ATIVO IMOBILIZADO

a) Composição

	Controladora				
	2008				2007
	Taxas médias de depreciação	Custo corrigido	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizações em serviço					
Geração hidráulica					
UHE Salto Santiago	2,5	641.188	(520.565)	120.623	135.231
UHE Salto Osório	2,7	332.545	(239.351)	93.194	75.201
UHE Passo Fundo	2,4	120.159	(94.074)	26.085	28.186
UHE Itá (em consórcio)	3,6	1.233.683	(265.073)	968.610	1.012.729
UHE Machadinho (em consórcio)	3,2	180.618	(31.470)	149.148	154.336
UHE Cana Brava	3,0	964.194	(158.386)	805.808	-
		3.472.387	**(1.308.919)**	**2.163.468**	**1.405.683**
Geração térmica					
Complexo Jorge Lacerda	4,4	2.521.171	(1.447.070)	1.074.101	1.131.510
UTE Charqueadas	6,4	59.398	(51.398)	8.000	8.304
UTE Alegrete	3,6	8.289	(7.356)	933	979
UTE William Arjona	4,3	174.706	(79.446)	95.260	99.343
		2.763.564	**(1.585.270)**	**1.178.294**	**1.240.136**
Equipamentos gerais e outros	10,0	**52.436**	**(27.006)**	**25.430**	**24.852**
		6.288.387	**(2.921.195)**	**3.367.192**	**2.670.671**
Imobilizações em curso					
Geração hidráulica		**9.395**	**-**	**9.395**	**20.452**
Geração térmica		**43.681**	**-**	**43.681**	**41.375**
Equipamentos gerais e outros		**3.824**	**-**	**3.824**	**2.200**
		56.900	**-**	**56.900**	**64.027**
Total das imobilizações		**6.345.287**	**(2.921.195)**	**3.424.092**	**2.734.698**
Obrigações especiais		**(9.755)**	**-**	**(9.755)**	**(9.480)**
		6.335.532	**(2.921.195)**	**3.414.337**	**2.725.218**

	Consolidado				
	2008				2007
	Taxas médias de depreciação	Custo corrigido	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizações em serviço					
Geração hidráulica					
UHE Salto Santiago	2,5	641.188	(520.565)	120.623	135.231
UHE Salto Osório	2,7	332.545	(239.351)	93.194	75.201
UHE Passo Fundo	2,4	120.159	(94.074)	26.085	28.186
UHE Itá (em consórcio)	3,6	1.777.842	(372.510)	1.405.332	1.460.709
UHE Machadinho (em consórcio)	3,2	180.618	(31.470)	149.148	154.336
UHE Cana Brava	3,0	964.194	(158.386)	805.808	828.710
UHE Ponte de Pedra	3,7	1.180.542	(58.900)	1.121.642	-
PCH Rondonópolis	3,3	185.341	(3.723)	181.618	-
PCH Engenheiro José Gelazio da Rocha	3,3	156.511	(5.151)	151.360	-
		5.538.940	**(1.484.130)**	**4.054.810**	**2.682.373**
Geração térmica					
Complexo Jorge Lacerda	4,4	2.521.171	(1.447.070)	1.074.101	1.131.510
UTE Charqueadas	6,4	59.398	(51.398)	8.000	8.304
UTE Alegrete	3,6	8.289	(7.356)	933	979
UTE William Arjona	4,3	174.706	(79.446)	95.260	99.343
Unidade de Cogeração Lages	4,4	75.724	(14.887)	60.837	62.613
		2.839.288	**(1.600.157)**	**1.239.131**	**1.302.749**
Geração eólica					
EOL Beberibe	5,1	**184.617**	**(2.007)**	**182.610**	**-**
Equipamentos gerais e outros	10,0	**52.839**	**(27.174)**	**25.665**	**24.916**
		8.615.684	**(3.113.468)**	**5.502.216**	**4.010.038**
Imobilizações em curso					
UHE São Salvador		870.081	-	870.081	653.738
PCH Areia Branca		98.586	-	98.586	-
Outras UHE (obras de adição)		10.919	-	10.919	24.861
Geração hidráulica		**979.586**	**-**	**979.586**	**678.599**
Geração térmica		**54.695**	**-**	**54.695**	**43.379**
Geração eólica - Pedra do Sal		**107.792**	**-**	**107.792**	**-**
Equipamentos gerais e outros		**3.854**	**-**	**3.854**	**2.200**
		1.145.927	**-**	**1.145.927**	**724.178**
Total das imobilizações		**9.761.611**	**(3.113.468)**	**6.648.143**	**4.734.216**
Obrigações especiais		**(9.880)**	**-**	**(9.880)**	**(9.605)**
		9.751.731	**(3.113.468)**	**6.638.263**	**4.724.611**

b) Mutação do ativo imobilizado

	Controladora			Consolidado		
	Em serviço	Em curso	Total	Em serviço	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2006	**2.791.039**	**54.890**	**2.845.929**	**4.173.802**	**60.737**	**4.234.539**
Ingressos						
UHE São Salvador	-	-	-	-	650.634	650.634
Demais usinas	-	67.586	67.586	-	71.401	71.401
Transferências	58.196	(58.196)	-	59.000	(59.000)	-
Transferência do diferido	-	-	-	-	3.552	3.552
Depreciação	(176.066)	-	(176.066)	(220.266)	-	(220.266)
Baixas	(2.498)	(253)	(2.751)	(2.498)	(3.146)	(5.644)
Saldo em 31/12/2007	**2.670.671**	**64.027**	**2.734.698**	**4.010.038**	**724.178**	**4.734.216**
Ingressos						
UHE São Salvador	-	-	-	-	288.516	288.516
UHE Cana Brava	825.608	476	826.084	-	-	-
UHE Ponte de Pedra	-	-	-	1.129.404	7.374	1.136.778
PCH Eng. José Gelazio da Rocha	-	-	-	151.626	-	151.626
PCH Rondonópolis	-	-	-	181.923	-	181.923
PCH Areia Branca	-	-	-	-	98.586	98.586
UTE Destilaria Andrade	-	-	-	-	10.180	10.180
EOL Beberibe	-	-	-	197.490	-	197.490
EOL Pedra do Sal	-	-	-	-	107.815	107.815
Demais usinas	472	73.322	73.794	598	74.509	75.107
Transferência dos ativos diferido e intangível	-	-	-	3.196	255	3.451
Transferência de créditos de PIS e COFINS *(*)*	-	-	-	(13.459)	(72.427)	(85.886)
Transferências	80.925	(80.925)	-	93.059	(93.059)	-
Depreciação	(207.467)	-	(207.467)	(248.627)	-	(248.627)
Baixas	(3.017)	-	(3.017)	(3.032)	-	(3.032)
	3.367.192	**56.900**	**3.424.092**	**5.502.216**	**1.145.927**	**6.648.143**
Obrigações especiais	(9.755)	-	(9.755)	(9.880)	-	(9.880)
Saldo em 31/12/2008	**3.357.437**	**56.900**	**3.414.337**	**5.492.336**	**1.145.927**	**6.638.263**

(*) Transferência para o ativo circulante e realizável a longo prazo dos créditos de PIS e COFINS sobre as aquisições de máquinas e equipamentos e edificações da CESS.

c) Depreciação dos ativos que integram o Projeto Original das Usinas

A Lei nº 8.987/95, de 13/02/2005, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, prevê o seguinte em seu Art. 36, *"A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido".*

O Decreto nº 2003, de 10/09/1996, que regulamenta a produção de energia elétrica por produtor independente e por autoprodutor, estabelece o que segue em seu Art. 20, *"No final do prazo da concessão ou autorização, os bens e as instalações realizados para a geração independente e para a autoprodução de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados.*

Parágrafo 1º. Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original, e a depreciação apurada por auditoria do poder concedente.

Parágrafo 2º. No caso de usinas termelétricas, não será devida indenização dos investimentos realizados, assegurando-se, porém, ao produtor independente ou ao autoprodutor remover as instalações."

Considerando a interpretação da legislação anteriormente mencionada de que não haverá indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo da concessão, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original, a Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2007, passou a depreciar estes ativos de acordo com as taxas determinadas pela ANEEL, limitada ao prazo de concessão.

d) Apropriação dos encargos financeiros

Os encargos financeiros vinculados aos financiamentos da CESS, cujo valor no ano foi de R$ 44.890 (R$ 14.559 em 2007), estão sendo reconhecidos no imobilizado em curso.

e) Obrigações especiais

Referem-se a obrigações vinculadas ao serviço público de energia elétrica e representam os valores aplicados nos empreendimentos sob concessão, com recursos da União e de doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador. A quitação dessas obrigações dar-se-á no vencimento das respectivas concessões, estabelecido pelo Poder Concedente.

f) Concessões e autorizações do Órgão Regulador

A Companhia e suas controladas possuem as seguintes concessões e autorizações para exploração de energia elétrica:

	Detentora da concessão ou autorização	Capacidade instalada MW	Data do ato	Vencimento
I – Concessões				
UHE Salto Santiago	Controladora	1.420	28/09/1998	27/09/2028
UHE Salto Osório	Controladora	1.078	28/09/1998	27/09/2028
UHE Passo Fundo	Controladora	226	28/09/1998	27/09/2028
UHE Itá	Controladora/ITASA	1.450	28/12/1995	16/10/2030
UHE Machadinho	Controladora	1.140	15/07/1997	14/07/2032
UHE Cana Brava	Controladora	450	27/08/1998	26/08/2033
UHE Ponte de Pedra	PPESA	176	01/10/1999	30/09/2034
UHE São Salvador	CESS	243	23/04/2002	22/04/2037
II – Autorizações				
Complexo Jorge Lacerda	Controladora	857	28/09/1998	27/09/2028
UTE Charqueadas	Controladora	72	28/09/1998	27/09/2028
UTE Alegrete	Controladora	66	28/09/1998	27/09/2028
UTE William Arjona	Controladora	190	02/06/2000	28/04/2029
Unidade de Cogeração Lages	Lages Bioenergética	28	30/10/2002	29/10/2032
PCH Rondonópolis	Tupan	27	19/12/2002	18/12/2032
PCH Eng. José Gelazio da Rocha	Hidropower	24	19/12/2002	18/12/2032
PCH Areia Branca	Hidrelétrica Areia Branca	20	03/05/2000	02/05/2030
EOL Pedra do Sal	Eólica Pedra do Sal S.A.	18	02/10/2002	01/10/2032
EOL Beberibe	Eólica Beberibe S.A.	26	04/08/2003	03/08/2033

A concessão pertinente à UHE Itá está compartilhada com a controlada em conjunto ITASA (ver Nota 10 - b.1) e a concessão da UHE Machadinho está compartilhada com outros concessionários que compõem o Consórcio Machadinho (ver Nota 10 - b.2).

g) Indisponibilidade dos bens

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

h) Bens da União utilizados pela Companhia

A Companhia exerce a posse e opera a Usina Termelétrica Alegrete, composta de duas unidades geradoras com capacidade total de 66 MW e uma vila residencial com 15 casas, localizada no Município de Alegrete (RS), de titularidade da União e cedida em regime especial de utilização.

12 – ATIVO INTANGÍVEL

	Controladora				
	2008				2007
	Taxas médias de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso	20,0	11.110	(9.225)	1.885	2.185
Ágio incorporado da CEM	10,0	44.578	(26.623)	17.955	-
		55.688	**(35.848)**	**19.840**	**2.185**

	Consolidado				
	2008				2007
	Taxas médias de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso	20,0	15.741	(9.475)	6.266	2.316
Direito de compra de energia	10,0	64.561	-	64.561	-
Ágio incorporado da CEM	10,0	44.578	(26.623)	17.955	22.289
Ágio incorporado da ITASA	10,0	72.793	(54.388)	18.405	27.948
Direitos adquiridos (UTE Seival)	-	19.528	-	19.528	19.528
		217.201	**(90.486)**	**126.715**	**72.081**

O direito de compra de energia será amortizado durante a vigência do contrato de compra, de 2013 a 2023. A amortização dos direitos adquiridos da UTE Seival ocorrerá a partir do início da operação comercial da Usina, cuja data ainda não pode ser prevista devido ao estágio em que se encontra o projeto.

13 – UNIDADES 4 E 5 DA UTE WILLIAM ARJONA

As unidades geradoras 4 e 5 da usina termelétrica William Arjona, com potência total de 70 MW, utilizam gás natural para geração de energia elétrica e foram implantadas com o objetivo específico de atender a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (CBEE), sob a regência do Contrato de Suprimento de Energia Elétrica firmado em 10/01/2002, com vigência até 31/12/2004.

A Administração da Companhia vinha considerando a possibilidade de desativar tais unidades geradoras no final do contrato com a CBEE. Em linha com esta possibilidade, a Companhia amortizou o valor econômico destes ativos no período de sua utilização, atingindo um valor residual compatível com o valor estimado de alienação.

DCSC – 5COL X 35CM – Pág. 8

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DCSC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

petran 11 3885.9696

[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_DCSC.indd 8 24/3/2009 13:39:04

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(Em milhares de reais)

Em 26/10/2004 a Administração da Companhia comunicou à assessoria do MME que, após o término do contrato com a CBEE, as referidas unidades geradoras seriam mantidas e estariam à disposição para operação centralizada, de acordo com as normas e procedimentos do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a partir de 01/01/2005, nas mesmas condições das unidades 1, 2 e 3.
Desta forma, o processo de depreciação das referidas unidades não foi interrompido. Concomitantemente com a depreciação, a Companhia vem revertendo a amortização acelerada reconhecida ao longo do contrato com a CBEE.
O valor residual das unidades geradoras 4 e 5 em 31/12/2008 e 2007 é de R$ 33.134.

14 – FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Energia elétrica comprada	46.492	79.012	78.579	70.428
Transações no âmbito da CCEE	2.002	17.631	3.851	19.536
Encargos de uso da rede elétrica	64.196	49.747	67.852	54.167
Combustíveis fósseis/biomassa	-	40.195	145	39.148
Materiais e serviços	36.339	43.123	61.940	90.632
	149.029	**229.708**	**212.367**	**273.911**

15 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição

	Controladora					
	2008			2007		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira						
Secretaria do Tesouro Nacional (STN), líquido de garantias depositadas	24.173	175.841	200.014	20.545	160.504	181.049
BNP Paribas (*Floating Rate Note)*	-	129.526	129.526	-	104.343	104.343
Deutsche Bank	4.490	-	4.490	3.403	3.403	6.806
ABN AMRO Bank	-	-	-	2.498	-	2.498
Encargos	4.568	-	4.568	4.501	-	4.501
	33.231	**305.367**	**338.598**	**30.947**	**268.250**	**299.197**
Moeda nacional						
ELETROBRAS	27.445	41.114	68.559	34.005	66.464	100.469
BNDES	14.947	49.823	64.770	1.790	-	1.790
Banco do Brasil	3.529	7.059	10.588	3.529	10.588	14.117
Notas Promissórias	400.000	-	400.000	-	-	-
Encargos	33.367	-	33.367	984	-	984
	479.288	**97.996**	**577.284**	**40.308**	**77.052**	**117.360**
	512.519	**403.363**	**915.882**	**71.255**	**345.302**	**416.557**

	Consolidado					
	2008			2007		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira						
Secretaria do Tesouro Nacional (STN), líquido de garantias depositadas	24.173	175.841	200.014	20.545	160.504	181.049
BNP Paribas *(Floating Rate Note)*	-	129.526	129.526	-	104.343	104.343
Deutsche Bank	4.490	-	4.490	3.403	3.403	6.806
ABN AMRO Bank	-	-	-	2.498	-	2.498
Encargos	4.568	-	4.568	4.501	-	4.501
	33.231	**305.367**	**338.598**	**30.947**	**268.250**	**299.197**
Moeda nacional						
ELETROBRAS	27.445	41.114	68.559	34.005	66.464	100.469
BNDES	47.816	389.259	437.075	28.793	255.545	284.338
Agentes financiadores (BNDES)	52.650	725.722	778.372	14.990	338.409	353.399
Banco do Brasil	7.495	38.125	45.620	3.529	10.588	14.117
BRDE	6.826	18.203	25.029	6.810	24.969	31.779
Caixa Econômica Federal (CEF)	5.157	51.574	56.731	-	-	-
Notas Promissórias	400.000	-	400.000	-	-	-
ABN AMRO Real	55.026	-	55.026	-	-	-
Bradesco	829	-	829	-	-	-
Encargos	35.438	10.961	46.399	1.950	6.506	8.456
	638.682	**1.274.958**	**1.913.640**	**90.077**	**702.481**	**792.558**
	671.913	**1.580.325**	**2.252.238**	**121.024**	**970.731**	**1.091.755**

Em maio de 2008 a Companhia concluiu o processo de distribuição pública da 3ª emissão de Notas Promissórias Comerciais, tendo sido emitidas 40 (quarenta) notas ao valor total de R$ 400.000, com vencimento em maio de 2009. Os subscritores das Notas foram os Coordenadores e Instituições Financeiras ligadas à Emissora e aos Coordenadores.

b) Mutação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31/12/2006	**256.152**	**344.197**	**600.349**	**306.079**	**610.251**	**916.330**
Ingressos	-	-	-	-	392.651	392.651
Transferências	61.311	(61.311)	-	110.139	(110.139)	-
Postecipação do vencimento	(101.289)	101.289	-	(101.289)	101.289	-
Encargos gerados	54.075	-	54.075	82.687	15.552	98.239
Variações cambiais	(21.067)	(33.465)	(54.532)	(21.067)	(33.465)	(54.532)
Remuneração de garantias depositadas	-	(5.408)	(5.408)	-	(5.408)	(5.408)
Amortizações	(177.927)	-	(177.927)	(255.525)	-	(255.525)
Saldo em 31/12/2007	**71.255**	**345.302**	**416.557**	**121.024**	**970.731**	**1.091.755**
Ingressos	400.000	-	400.000	416.708	166.824	583.532
Incorporação da CEM	15.203	62.153	77.356	-	-	-
Aquisição da PPESA	-	-	-	42.023	252.135	294.158
Aquisições efetuadas pela Gama *(*)*	-	-	-	54.488	225.025	279.513
Transferências	64.727	(64.727)	-	142.906	(142.906)	-
Encargos gerados	72.475	110	72.585	114.956	47.991	162.947
Variações cambiais	10.879	69.364	80.243	11.275	69.364	80.639
Remuneração de garantias depositadas	-	(8.839)	(8.839)	-	(8.839)	(8.839)
Amortizações	(122.020)	-	(122.020)	(231.467)	-	(231.467)
Saldo em 31/12/2008	**512.519**	**403.363**	**915.882**	**671.913**	**1.580.325**	**2.252.238**

(*) Referem-se aos ingressos referentes aos empréstimos das empresas Tupan, Hidropower, Pedra do Sal, Eólica Beberibe e Areia Branca, adquiridas pela Gama Participações Ltda., controlada integral da Companhia.

c) Composição por tipo de moeda estrangeira e indexadores nacionais

	Controladora					
	2008			2007		
	Moeda mil	Reais	%	Moeda mil	Reais	%
Moeda estrangeira						
Dólar Americano (USD)	89.076	208.169	22,73	109.411	193.800	46,52
Euro (EUR)	40.279	130.429	14,24	40.404	105.397	25,31
		338.598	**36,97**		**299.197**	**71,83**
Moeda nacional						
CDI		433.011	47,28		-	-
TJLP		65.045	7,10		-	-
Não indexado		79.228	8,65		117.360	28,17
		577.284	**63,03**		**117.360**	**28,17**
		915.882	**100,00**		**416.557**	**100,00**

	Consolidado					
	2008			2007		
	Moeda mil	Reais	%	Moeda mil	Reais	%
Moeda estrangeira						
Dólar Americano (USD)	89.076	208.169	9,24	109.411	193.800	17,75
Euro (EUR)	40.279	130.429	5,79	40.404	105.397	9,66
		338.598	**15,03**		**299.197**	**27,41**
Moeda nacional						
CDI		488.866	21,71		-	-
TJLP		1.299.049	57,68		675.198	61,84
UMBNDES590 *(*)*		11.236	0,50		-	-
Não indexado		114.489	5,08		117.360	10,75
		1.913.640	**84,97**		**792.558**	**72,59**
		2.252.238	**100,00**		**1.091.755**	**100,00**

(*) Índice relativo à cesta de moedas calculado pelo BNDES.

d) Variação das moedas estrangeiras e indexadores

	(%)	
Moeda – indexador	2008	2007
Dólar Americano (USD)	31,94	(17,15)
Euro (EUR)	24,14	(7,50)
TJLP	6,25	6,37
CDI	12,35	11,82
UMBNDES590	33,86	-

e) Condições contratadas

	Controladora	Consolidado
Moeda estrangeira		
STN e Deutsche Bank	Libor + 0,55% a.a. a 1,075 % a.a.	Libor + 0,55% a.a. a 1,075 % a.a.
BNP Paribas *(Floating Rate Note)*	Euribor + 2,75% a.a.	Euribor + 2,75% a.a.
Moeda nacional		
ELETROBRAS	12% a.a.	12% a.a.
BNDES, Agentes financiadores do BNDES e BRDE	TJLP + 4% a.a.	TJLP + 2,5% a.a. a 5,0% a.a. e UMBNDES + 5% + Taxa Variável *(a)*
Bancos comerciais:		
Taxa fixa	8,13% a.a.	8,13% a.a. a 9,5% a.a.
Vinculada ao CDI	-	100% a 102 % do CDI
Vinculada a TJLP	-	TJLP + 3,5% a.a.
Notas Promissórias 3ª emissão	103,5% do CDI	103,5% do CDI

(a) Custo médio ponderado de todas as taxa e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira.

f) Vencimentos dos empréstimos e financiamentos apresentados no passivo não circulante

	Controladora			Consolidado		
	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total
2010	21.239	48.795	70.034	21.239	188.711	209.950
2011	21.239	29.272	50.511	21.239	169.188	190.427
2012	15.718	14.947	30.665	15.718	152.588	168.306
2013	10.197	4.982	15.179	10.197	131.285	141.482
2014	4.929	-	4.929	4.929	105.943	110.872
2015	129.526	-	129.526	129.526	77.645	207.171
2016 a 2023	-	-	-	-	449.598	449.598
2024	102.519	-	102.519	102.519	-	102.519
	305.367	**97.996**	**403.363**	**305.367**	**1.274.958**	**1.580.325**

g) Garantias

g.1) Tractebel Energia S.A.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira
Secretaria do Tesouro Nacional (STN): (a) Cessão e transferência à União dos recebíveis, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento; (b) depósito, em forma de caução, no valor R$ 94.398, em 31/12/2008, o qual está apresentado em conta retificadora do financiamento correspondente.
Não há garantias concedidas para os demais empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira da Companhia.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional
ELETROBRAS: (a) Procuração ao credor com poderes de, em caso de inadimplência, transferir para o seu próprio nome, os valores necessários para o pagamento de sua dívida, a partir da conta bancária arrecadadora de receitas da Companhia; (b) Notas Promissórias no montante referente ao do financiamento, estando os títulos vinculados aos termos contratuais.
Banco do Brasil: (a) Cessão e transferência de crédito no valor de R$ 8.726, representado por venda de energia elétrica ou outros recursos com a mesma finalidade; (b) caução de Nota Promissória no valor correspondente ao do financiamento.
BNDES: Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito e do Contrato de Subscrição e Integralização de Debêntures: Em conseqüência da incorporação da CEM pela Tractebel Energia, ocorrida em 28/03/2008, as garantias anteriormente existentes nos dois Contratos, foram substituídas por Carta de Fiança do UNIBANCO, no valor de R$ 131.966, com validade até 15/10/2013.

g.2) ITASA
BNDES e Agentes Financiadores do BNDES: (a) Penhor de Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da UHE Itá; (b) Penhor de Direitos Creditórios decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados com seus acionistas; (c) conta reserva num montante equivalente a três meses da dívida do BNDES (substituída por fiança bancária) e três meses das despesas contratuais de operação e manutenção da UHE Itá. Além dessas garantias, os sócios caucionaram a totalidade das ações da ITASA ao BNDES e Agentes Financiadores.

g.3) Lages Bioenergética Ltda.
BRDE: (a) Cessão dos direitos creditórios do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado com a CELESC, com a interveniência da Companhia; (b) cessão dos Direitos de Indenização decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Vapor e Compra e Venda de Biomassa celebrados com as empresas Sofia Industrial e Exportadora Ltda. e a Battistella Ind. e Com. Ltda.; (c) cessão dos Direitos Emergentes da Autorização concedida pela ANEEL para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica; (d) obrigação de manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a, em média, quatro meses do serviço da dívida.

g.4) Companhia Energética São Salvador (CESS)
BNDES e Agentes Financiadores do BNDES: (a) Penhor de Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da UHE São Salvador; (b) Conta Centralizadora de Direitos Creditórios para recebimento dos direitos de crédito da CESS; e (c) obrigação de manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a três meses do serviço da dívida acrescido do valor de três meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção do Projeto.

g.5) Ponte de Pedra Energética S.A. (PPESA)
BNDES e Agentes Financiadores do BNDES: (a) Penhor de Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da UHE Ponte de Pedra; (b) Conta Centralizadora de Direitos Creditórios para recebimento dos direitos de crédito da PPESA; e (c) obrigação de manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a três meses do serviço da dívida acrescido do valor de três meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção do Projeto.

g.6) Tupan Energia Elétrica S.A. (Tupan)
Caixa Econômica Federal (CEF): (a) Hipoteca de terreno e imóveis; (b) Alienação fiduciária de equipamentos; (c) totalidade das ações representativas do Capital Social; e (d) Recebíveis e Conta Reserva. A Companhia está em negociação para substituir as fianças pessoais emitidas pelos antigos sócios, por uma Carta Fiança Corporativa da Tractebel Energia S.A.

g.7) Hidropower Energia S.A. (Hidropower)
Banco do Brasil: (a) Totalidade das ações representativas do Capital Social; e (b) Recebíveis e Conta Reserva. A Companhia está negociando a substituição das fianças pessoais emitidas pelos antigos sócios, por uma Carta Fiança Corporativa da Tractebel Energia S.A.

g.8) Eólica Beberibe S.A. e Areia Branca S.A.
BNDES: (a) Alienação fiduciária de bens e equipamentos; (b) totalidade das ações representativas do Capital Social; e (c) Recebíveis e Conta Reserva.

g.9) Eólica Pedra do Sal S.A.
ABN Amro Real S.A. - Penhor das quotas de aplicações financeiras da GDF Suez Energy Latin America Participações Ltda. A garantia será substituída, a partir de fevereiro de 2009, por Carta Fiança Corporativa da Tractebel Energia S.A.

h) Compromissos contratuais (*covenants*)
Os principais *covenants* financeiros estabelecidos nos contratos de empréstimos e financiamentos estão sendo cumpridos pela Companhia.

16 – DEBÊNTURES

a) Composição

	2008			2007		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Tractebel Energia S.A.						
1ª Emissão (1ª Série)	9.141	140.000	149.141	6.483	142.539	149.022
1ª Emissão (2ª Série)	-	60.000	60.000	-	60.000	60.000
2ª Emissão (Série Única)	-	381.080	381.080	404	357.763	358.167
Cana Brava (Série Única)	11.917	51.904	63.821	-	-	-
Encargos	29.053	-	29.053	25.251	-	25.251
Total Controladora	**50.111**	**632.984**	**683.095**	**32.138**	**560.302**	**592.440**
Cana Brava (Série Única)	**-**	**-**	**-**	**10.807**	**63.667**	**74.474**
ITASA (1ª e 2ª Séries)	**9.154**	**32.760**	**41.914**	**10.185**	**40.950**	**51.135**
Encargos	1.326	-	1.326	3.430	-	3.430
Total Consolidado	**60.591**	**665.744**	**726.335**	**56.560**	**664.919**	**721.479**

b) Mutação das debêntures

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31/12/2006	**15.004**	**200.000**	**215.004**	**37.834**	**323.344**	**361.178**
Ingressos	-	353.423	353.423	-	353.423	353.423
Transferências	9.167	(9.167)	-	28.150	(28.150)	-
Encargos gerados	33.487	-	33.487	46.930	256	47.186
Variações monetárias	2.012	16.046	18.058	6.057	16.046	22.103
Amortizações	(27.532)	-	(27.532)	(62.411)	-	(62.411)
Saldo em 31/12/2007	**32.138**	**560.302**	**592.440**	**56.560**	**664.919**	**721.479**
Incorporação da CEM	13.850	63.692	77.542	-	-	-
Transferências	29.272	(29.272)	-	37.462	(37.462)	-
Encargos gerados	55.266	114	55.380	61.453	139	61.592
Variações monetárias	(1.843)	38.148	36.305	2.879	38.148	41.027
Amortizações	(78.572)	-	(78.572)	(97.763)	-	(97.763)
Saldo em 31/12/2008	**50.111**	**632.984**	**683.095**	**60.591**	**665.744**	**726.335**

DCSC – 5COL X 35CM – Pág. 9

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DCSC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

petran 11 3885.9696

[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_DCSC.indd 9 24/3/2009 13:39:08

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(Em milhares de reais)

c) Condições contratadas

A Companhia possui debêntures indexadas ao IGPM, IPCA e TJLP acrescidos de taxa fixa de juros e debêntures remuneradas por percentual do CDI.

d) Variação dos indexadores

	(%)	
Moeda – indexador	**2008**	**2007**
TJLP	6,25	6,37
IGP-M	9,81	7,75
CDI	12,35	11,82
IPCA (em 2007, de maio a dezembro)	5,89	2,33

e) Vencimentos das debêntures apresentadas no passivo não circulante

	Controladora	Consolidado
2010	73.108	81.298
2011	154.419	162.609
2012	142.875	151.065
2013	135.530	143.720
2014	127.052	127.052
	632.984	**665.744**

f) Compromissos contratuais (*covenants*)

Os *covenants* financeiros estabelecidos nos contratos de debêntures estão sendo cumpridos pela Companhia.

17 – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2008	**2007**	**2008**	**2007**
Circulante				
Imposto de renda	259.647	187.970	262.753	225.766
Contribuição social	77.520	55.944	79.496	66.788
ICMS	15.567	11.376	33.456	30.002
PIS e COFINS	12.732	10.153	15.796	12.164
INSS	2.086	3.705	2.499	3.746
Outros	2.996	2.576	10.108	2.930
	370.548	**271.724**	**404.108**	**341.396**

A Companhia vem recolhendo o imposto de renda e a contribuição social mensalmente sobre a base de cálculo estimada, em consonância com a legislação em vigor.

18 – OBRIGAÇÕES COM O PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

A Tractebel Energia, na condição de empresa geradora de energia elétrica, autorizada à produção independente, está obrigada a aplicar anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

Os referidos recursos têm a seguinte destinação: (i) 40% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); (ii) 40% para projetos de pesquisa e desenvolvimento, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL; e (iii) 20% para o MME, a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

19 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui notificações fiscais e cíveis que estão sendo impugnadas administrativamente, bem como processos judiciais que tramitam em diversas instâncias, que na avaliação dos consultores jurídicos se revestem de riscos prováveis. Todos esses processos estão provisionados por valores julgados suficientes para cobertura das contingências, conforme abaixo:

a) Composição

	Controladora					
	2008			2007		
	Provisão bruta	**Depósito judicial**	**Provisão líquida**	**Provisão bruta**	**Depósito judicial**	**Provisão líquida**
Tributárias						
Contribuição Social	15.152	(3.914)	11.238	13.508	(3.489)	10.019
INSS	29.358	(13.022)	16.336	26.421	(11.609)	14.812
	44.510	**(16.936)**	**27.574**	**39.929**	**(15.098)**	**24.831**
Cíveis						
Contratos com fornecedores	18.931	-	18.931	17.235	-	17.235
Doença ocupacional e acidente do trabalho	12.298	(1.272)	11.026	22.625	(491)	22.134
Ambientais	3.472	-	3.472	-	-	-
Ações diversas	10.179	(11)	10.168	6.698	(20)	6.678
	44.880	**(1.283)**	**43.597**	**46.558**	**(511)**	**46.047**
Trabalhistas	**21.399**	**(10.918)**	**10.481**	**20.018**	**(17.533)**	**2.485**
	110.789	**(29.137)**	**81.652**	**106.505**	**(33.142)**	**73.363**
Classificação no Balanço						
Circulante			10.140			10.134
Não circulante			71.512			63.229
			81.652			**73.363**

	Consolidado					
	2008			2007		
	Provisão bruta	**Depósito judicial**	**Provisão líquida**	**Provisão bruta**	**Depósito judicial**	**Provisão líquida**
Tributárias						
Contribuição Social	15.152	(3.914)	11.238	13.508	(3.489)	10.019
INSS	29.358	(13.022)	16.336	26.421	(11.609)	14.812
	44.510	**(16.936)**	**27.574**	**39.929**	**(15.098)**	**24.831**
Cíveis						
Contratos com fornecedores	18.931	-	18.931	17.235	-	17.235
Doença ocupacional e acidente do trabalho	12.298	(1.272)	11.026	22.625	(491)	22.134
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão	16.940	(16.771)	169	-	-	-
Ambientais	3.472	-	3.472	2.089	-	2.089
Ações diversas	15.389	(1.030)	14.359	10.745	(1.143)	9.602
	67.030	**(19.073)**	**47.957**	**52.694**	**(1.634)**	**51.060**
Trabalhistas	**21.399**	**(10.918)**	**10.481**	**20.018**	**(17.533)**	**2.485**
	132.939	**(46.927)**	**86.012**	**112.641**	**(34.265)**	**78.376**
Classificação no Balanço						
Circulante			10.262			10.336
Não circulante			75.750			68.040
			86.012			**78.376**

Contingências tributárias

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Do valor acima, R$ 15.054 referem-se a auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil (RFB), em decorrência da Companhia ter compensado Base de Cálculo Negativa de competências de 1989 e 1990 na apuração da CSLL, na Declaração de Rendimentos da Pessoa Jurídica dos exercícios de 1996 e 1997. De acordo com a ementa do referido auto, a compensação de base de cálculo negativa de CSLL só tem amparo legal a partir de 01/01/1992. A Companhia entende que as instruções normativas que proibiram a utilização de Bases Negativas de exercícios anteriores são ilegais, uma vez que não há restrição a tal compensação na Lei.

Não obstante, a autuação referente ao exercício de 1996 foi julgada desfavoravelmente à Companhia, pelo Conselho de Contribuintes, com a respectiva baixa pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em 26/01/2009. Conseqüentemente, a provisão no valor de R$ 8.243 (R$ 7.349 em 31/12/2007), bem como os depósitos vinculados ao processo, serão baixados no 1º trimestre de 2009.

Em relação à autuação do exercício de 1997, em 03/02/2009 a Câmara Superior de Recursos Fiscais declarou inexigível o crédito tributário, cancelando de forma definitiva o seu lançamento, em virtude da decadência do direito de constituição do crédito tributário pela RFB. A provisão no valor de R$ 6.811 (R$ 6.072 em 31/12/2007), será revertida no 1º trimestre de 2009 e o respectivo depósito será resgatado após liberação da Delegacia da Receita Federal do Brasil.

Os R$ 98 restantes se referem a multas moratórias não recolhidas em pagamento de CSLL, com amparo no artigo 138 do Código Tributário Nacional (CTN), referente à denúncia espontânea.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

As principais contingências relativas ao INSS são as seguintes:

A Companhia recebeu Notificação Fiscal de Lançamento de Débito (NFLD) pelo não recolhimento de contribuição adicional ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) nas competências de abril de 1999 a março de 2004, em razão de suposta ausência de comprovação de fator de risco relacionado com o ambiente de trabalho. A Companhia defende que não há respaldo na legislação citada na notificação para as mencionadas competências, e que somente pode ser cobrado o adicional de contribuição caso o empregado tenha direito à aposentadoria especial, o que não é o caso no período em referência. O Conselho de Recursos da Previdência Social, diante dos argumentos de defesa apresentados pela Companhia, decidiu converter o julgamento em diligência para a realização de perícia. O valor provisionado em 31/12/2008 é de R$ 18.111 (R$ 16.146 em 31/12/2007).

A Companhia também possui notificação do INSS em função de pressuposta falta de recolhimento dos encargos previdenciários sobre verbas remuneratórias creditadas a funcionários. O objeto da notificação foi contestado pela Companhia, alegando que as importâncias pagas em decorrência dos acordos coletivos de trabalho tinham natureza indenizatória. A Companhia obteve êxito no julgamento de primeira instância, onde foi declarada nula a NFLD e o INSS foi condenado a restituir os depósitos convertidos em renda. Esta ação judicial encontra-se em grau de recurso no Tribunal Regional Federal (TRF) devido à apelação cível interposta pelo INSS. A provisão em 31/12/2008 é de R$ 8.308 (R$ 7.406 em 31/12/2007).

Contingências cíveis

Contratos com fornecedores

A principal contingência refere-se, basicamente, à ação ordinária de indenização ajuizada pela Companhia de Interconexão Energética (CIEN), a qual requer o reconhecimento do direito ao recebimento de diferença relativa à aplicação de reajuste cambial previsto no contrato de venda de energia, bem como à rescisão do mesmo por suposto descumprimento de cláusula contratual pela Tractebel Energia. Após a apresentação das contestações pela Companhia, o processo se encontra suspenso, a pedido da CIEN, desde 23/04/2007. O valor provisionado em 31/12/2008 é de R$ 15.045 (R$ 13.490 em 31/12/2007).

Doença ocupacional e acidente do trabalho

Correspondem a ações ajuizadas por ex-empregados, cujo objeto versa, principalmente, sobre lesão por esforço repetitivo e eventual dano da capacidade auditiva.

Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão

Refere-se à ação ajuizada pela PPESA, controlada integral da Energia América do Sul Ltda., visando reduzir o valor a recolher da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) de forma a pagar o valor equivalente ao cobrado à UHE Itiquira. De junho de 2006 a janeiro de 2007, a PPESA passou a recolher a TUST de forma reduzida e a provisionar e depositar judicialmente a diferença entre o valor cobrado e o pago. A partir de fevereiro de 2007, a Empresa substituiu os depósitos judiciais por uma carta de fiança bancária.

Ambientais

A Companhia tem provisionado o valor de R$ 3.472 relativo a quatro processos ambientais onde os principais objetos versam sobre reflorestamento de áreas de preservação permanente (APP) e danos causados pela construção da UHE Cana Brava. Todas as ações estão na fase de contestação.

Ações diversas

Decorrem, principalmente, de ações de desapropriação e indenização impetradas por pessoas físicas e jurídicas atingidas pelas áreas alagadas dos reservatórios das usinas.

Contingências trabalhistas

Referem-se a ações trabalhistas em andamento movidas por ex-empregados, sindicato e por trabalhadores de empresas terceirizadas, cujos objetos correspondem, principalmente, aos pedidos de vínculo empregatício e de reintegração. As demais ações trabalhistas estão relacionadas à cobrança de adicional de periculosidade, horas extras, equiparação salarial, horas *in itinere* e FGTS.

b) Movimentação

	Controladora			
	Tributárias	**Cíveis**	**Trabalhistas**	**Provisão bruta**
Saldo em 31/12/2006	**35.697**	**39.037**	**23.990**	**98.724**
Adições	-	5.337	1.521	6.858
Atualizações	4.232	3.680	1.742	9.654
Pagamentos	-	(355)	(6.801)	(7.156)
Reversões	-	(1.141)	(434)	(1.575)
Saldo em 31/12/2007	**39.929**	**46.558**	**20.018**	**106.505**
Adições	-	2.576	7.110	9.686
Atualizações	4.850	6.785	3.016	14.651
Pagamentos	-	(1.123)	(7.645)	(8.768)
Reversões	(269)	(13.161)	(1.100)	(14.530)
Incorporação de controlada	-	3.245	-	3.245
Saldo em 31/12/2008	**44.510**	**44.880**	**21.399**	**110.789**

	Consolidado			
	Tributárias	**Cíveis**	**Trabalhistas**	**Provisão bruta**
Saldo em 31/12/2006	**35.697**	**42.491**	**23.990**	**102.178**
Adições	-	7.857	1.521	9.378
Atualizações	4.232	4.118	1.742	10.092
Pagamentos	-	(362)	(6.801)	(7.163)
Reversões	-	(1.410)	(434)	(1.844)
Saldo em 31/12/2007	**39.929**	**52.694**	**20.018**	**112.641**
Adições	-	7.232	7.110	14.342
Adição - Aquisição da PPESA	-	13.803	-	13.803
Atualizações	4.850	7.914	3.016	15.780
Pagamentos	-	(1.123)	(7.645)	(8.768)
Reversões	(269)	(13.490)	(1.100)	(14.859)
Saldo em 31/12/2008	**44.510**	**67.030**	**21.399**	**132.939**

c) Contingências de risco possível ou remoto

A Companhia é parte, também, em outros processos judiciais que na avaliação dos consultores jurídicos, baseada em experiências com processos de naturezas semelhantes, não apresentam risco provável e, portanto, não foram provisionadas, sendo apenas evidenciadas nas notas explicativas.

Os valores envolvidos estão abaixo discriminados:

	Controladora					
	2008					2007
	Risco possível	**Risco remoto**	**Total bruto**	**Depósito judicial**	**Total líquido**	**Total líquido**
Tributárias	359.909	28.165	388.074	(154.387)	233.687	141.009
Cíveis	26.459	10.600	37.059	(4.021)	33.038	9.289
Trabalhistas	11.962	11.774	23.736	(1.498)	22.238	17.982
	398.330	**50.539**	**448.869**	**(159.906)**	**288.963**	**168.280**

	Consolidado					
	2008					2007
	Risco possível	**Risco remoto**	**Total bruto**	**Depósito judicial**	**Total líquido**	**Total líquido**
Tributárias	360.004	28.165	388.169	(154.482)	233.687	156.690
Cíveis	41.431	11.356	52.787	(5.025)	47.762	40.977
Trabalhistas	11.962	11.774	23.736	(1.498)	22.238	17.982
	413.397	**51.295**	**464.692**	**(161.005)**	**303.687**	**215.649**

A Companhia possui depósitos judiciais que estão vinculados a provisões de risco possível e remoto que, na sua maioria, são exigidos para garantia da condenação em execução ou efetivação de depósito recursal. Estes valores são atualizados monetariamente e estão apresentados no ativo não circulante.

Contingências tributárias

Os principais objetos relativos às contingências tributárias de risco possível são os seguintes:

PIS e COFINS

A Companhia, em julho de 2005, impetrou Mandado de Segurança contra o Delegado da Receita Federal, por entender que a Instrução Normativa SRF nº 468/2004 invadiu a competência do Poder Legislativo, ao dar novo conceito ao termo "preço predeterminado", previsto no art. 10 da Lei nº 10.833/2003. A Companhia entende que a acepção do referido termo já está consagrada no Sistema Tributário Nacional e vem sendo usado desde o Decreto-Lei nº 1.598/1977, o que implica ser a referida Instrução Normativa ilegal.

Em consequência, a Companhia recolheu o PIS e a COFINS incidentes sobre as receitas decorrentes de contratos firmados anteriormente a 31/10/2003, com prazo superior a um ano e a preço predeterminado, com base no regime de tributação cumulativa previsto na legislação anterior, no período de novembro de 2004 a maio de 2005, no valor de R$ 41.692, atualizado até 31/12/2008. No período de junho de 2005 a outubro de 2006, depositou os valores que entendia indevidos em conta vinculada ao Juízo onde tramita a ação, no montante de R$ 130.759, atualizado até 31/12/2008.

Em virtude de previsão de decisão favorável do TRF da 4ª Região, a Companhia suspendeu os depósitos em novembro de 2006. Em 11/04/2007, o TRF concluiu o julgamento do referido mandado de segurança, dando-lhe, por unanimidade, integral provimento para reconhecer a ilegitimidade e inconstitucionalidade das Instruções Normativas nºs 468 e 658, tanto no que se refere à aplicação da cláusula de correção monetária, quanto no que diz respeito à aplicação da cláusula de equilíbrio econômico-financeiro dos contratos da Companhia.

Em 06/07/2007, a Companhia recebeu Auto de Infração Fiscal por não ter recolhido ou depositado, nem informado em Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), os valores do PIS e da COFINS relativos aos meses de novembro e dezembro de 2006. O não recolhimento ou depósito dos valores, muito embora questionados judicialmente, não teria amparo jurídico segundo o entendimento da Delegacia da Receita Federal. Em 07/08/2007, a Companhia impugnou o Auto de Infração alegando que são indevidos os valores sob os mesmos fundamentos jurídicos sustentados no Mandado de Segurança impetrado em julho de 2005.

Na opinião dos consultores jurídicos, o risco de perda da demanda judicial é inferior à chance de êxito, razão pela qual a Companhia não está provisionando o valor não recolhido a partir da competência junho de 2005. A contingência atualizada, em 31/12/2008, na controladora e no consolidado, é de R$ 294.315, R$ 163.556, líquida dos depósitos judiciais acima mencionados (R$ 93.146, em 31/12/2007).

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

As principais autuações avaliadas como possível decorre de Autos de Infração lavrados pela Delegacia da Receita Federal, em decorrência de a Companhia ter efetuado compensações de débitos de imposto de renda e contribuição social, em denúncia espontânea, através do Pedido de Ressarcimento ou Restituição via Declaração de Compensação (PER/DCOMP), sem a incidência de multas. Desta forma, a Receita Federal homologou parcialmente os pedidos de compensação e a Companhia apresentou manifestações de inconformidade, as quais se encontram pendentes de julgamento. A Companhia defende que não se pode cogitar que a administração tributária possa impetrar multa contra a Companhia que possuía créditos fiscais a compensar e que declarou os seus débitos através de denúncia espontânea. O montante atualizado da autuação, em 31/12/2008, na controladora e no consolidado, é de R$ 39.654 (R$ 32.917 em 31/12/2007).

INSS

As principais notificações classificadas como possíveis, são as que seguem:

- Auto de infração referente a notificações de cobrança de contribuição previdenciária sobre parcelas indenizatórias. A Companhia foi absolvida parcialmente na esfera administrativa e ingressou com medida judicial, tendo obtido êxito em primeiro grau. Atualmente, aguarda julgamento de apelação do INSS. O valor atualizado da autuação, em 31/12/2008, é de R$ 3.186 (R$ 2.841 em 31/12/2007).
- Notificações fiscais decorrentes da aplicação de suposta solidariedade e transferência de responsabilidade, da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (ELETROSUL) para a Tractebel Energia, em questionamentos relativos à incidência de encargos previdenciários sobre serviços de mão-de-obra prestados por empresas terceirizadas, até a data de cisão da ELETROSUL, e conseqüente constituição da Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. (GERASUL), atualmente Tractebel Energia. Em 2008, o Conselho de Contribuintes reconheceu a decadência das contribuições para determinados autos, tendo a Companhia efetuado a baixa dos respectivos processos. Outros autos com o mesmo objeto ainda estão pendentes de julgamento por parte deste Conselho. Em 31/12/2008, o valor atualizado da notificação é de R$ 1.627 (R$ 3.639 em 31/12/2007).

Contingências cíveis

As ações cíveis, de risco possível, correspondem, basicamente, a ações de desapropriações e indenizações impetradas por pessoas físicas e jurídicas que alegam terem sido afetadas pelas áreas alagadas dos reservatórios das usinas da Companhia.

DCSC – 5COL X 35CM – Pág. 10

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DCSC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

pefran 11 3885.9696

[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_DCSC.indd 10 24/3/2009 13:39:12

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(Em milhares de reais)

A PPESA é parte em auto de infração, na esfera administrativa, lavrado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), no valor de R$ 10.800, referente a supostos danos ambientais causados pela Empresa. A PPESA apresentou defesa administrativa que se encontra em análise pelo referido Instituto.

Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas, de risco possível, referem-se, principalmente, a ações movidas por ex-empregados requerendo o vinculo empregatício, à reintegração e à complementação de aposentadoria.

20 – CONCESSÕES A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
UHE Cana Brava	287.655	-	287.655	235.827
UHE Ponte de Pedra	-	-	271.371	-
	287.655	**-**	**559.026**	**235.827**
Classificação no Balanço				
Circulante *(*)*	1.873	-	2.343	1.639
Não circulante	285.782	-	556.683	234.188
	287.655	**-**	**559.026**	**235.827**

(*) Incluído no grupo "Outros".

A Companhia tem a obrigação de pagar à União pela outorga da concessão para exploração do potencial de energia hidráulica do aproveitamento hidrelétrico Cana Brava e Ponte de Pedra, os valores abaixo indicados, em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores de pagamento anual, com atualização baseada na variação anual do IGP-M. Os valores históricos e atualizados, em 31/12/2008, são os seguintes:

UHE Cana Brava

	Valor histórico		Valor atualizado	
Ano	Anual	Total	Anual	Total
De 01/01/2009 a 30/07/2023	680	9.917	1.873	27.322
De 01/08/2023 a 30/07/2033	61.280	612.800	168.833	1.688.332
		622.717		**1.715.654**

UHE Ponte de Pedra

	Valor histórico		Valor atualizado	
Ano	Anual	Total	Anual	Total
De 01/01/2009 a 30/09/2019	200	2.150	485	5.214
De 01/10/2019 a 31/09/2020	16.200	16.200	39.688	39.688
De 01/10/2020 a 30/09/2034	31.109	435.526	76.215	1.067.010
		453.876		**1.111.912**

Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, o valor da concessão foi registrado no ativo em contrapartida com os passivos circulante e exigível a longo prazo.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base na taxa de desconto de 10% a.a. para a UHE Cana Brava, prevista no Edital de Concorrência para a licitação da referida concessão, e de 8,28% a.a. para a UHE Ponte de Pedra, taxa de mercado na data da aquisição da empresa. Até a entrada em operação comercial das Usinas, a atualização do passivo em função da taxa de desconto e da variação do IGP-M foi capitalizada no ativo e, a partir daí, reconhecida diretamente no resultado.

a) Mutação

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31/12/2006	**-**	**-**	**-**	**1.559**	**201.546**	**203.105**
Transferências	-	-	-	1.660	(1.660)	-
Encargos gerados	-	-	-	-	20.187	20.187
Variações monetárias	-	-	-	-	14.115	14.115
Amortizações	-	-	-	(1.580)	-	(1.580)
Saldo em 31/12/2007	**-**	**-**	**-**	**1.639**	**234.188**	**235.827**
Aquisição PPESA	-	-	-	462	241.277	241.739
Incorporação da CEM	1.670	244.614	246.284	-	-	-
Transferências	1.617	(1.617)	-	2.153	(2.153)	-
Encargos gerados	-	20.305	20.305	-	37.854	37.854
Variações monetárias	-	22.480	22.480	-	45.517	45.517
Amortizações	(1.414)	-	(1.414)	(1.911)	-	(1.911)
Saldo em 31/12/2008	**1.873**	**285.782**	**287.655**	**2.343**	**556.683**	**559.026**

b) Vencimentos da concessão a pagar apresentada no passivo não circulante

	Controladora	Consolidado
2010	1.873	2.307
2011	1.873	2.273
2012	1.873	2.243
2013	1.873	2.214
2014	1.873	2.188
Após 2015	276.417	545.458
	285.782	**556.683**

21 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Os benefícios pós-emprego mantidos pela Companhia são os seguintes:

a) Plano de Benefícios de Previdência Complementar

A Companhia, através da PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar mantém Plano de Benefícios de Previdência Complementar para seus empregados. A PREVIG é uma entidade fechada de previdência complementar, pessoa jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, patrocinada pela Companhia, na condição de sua Instituidora, e por outras Companhias pertencentes ao Grupo GDF-Suez.

Os Planos de Benefícios administrados pela PREVIG são dos tipos Benefício Definido e Contribuição Definida. O Plano de Benefício Definido encontra-se fechado para novas inscrições de empregados.

a.1) Plano de Benefício Definido

O Plano de Benefício Definido tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e os auxílios.

O custeio do Plano de Benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde a duas vezes a contribuição de seus empregados.

- Complementação de aposentadoria por tempo de serviço, por invalidez e por idade;
- Complementação de aposentadoria especial e de ex-combatente;
- Complementação de pensão;
- Complementação de auxílio reclusão; e
- Auxílio funeral.

Anteriormente à constituição da PREVIG, o Plano de Benefício Definido era administrado pela Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), patrocinado pela Companhia e pela ELETROSUL, sem solidariedade entre as patrocinadoras. Em outubro de 2002, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) aprovou a rescisão do Convênio de Adesão com a ELOS e a total transferência de gerenciamento do plano de benefícios para a PREVIG. Apesar da citada rescisão, face liminares obtidas por entidades sindicais e pela Associação dos Aposentados da ELETROSUL, os participantes que entraram em gozo de benefícios até 23/12/1997, data da cisão da ELETROSUL, bem como pelos participantes que optaram pelo Benefício Proporcional Diferido até aquela data, permaneceram no Plano de Benefícios administrado pela ELOS, sob a responsabilidade da Companhia, que paga 57% do valor das despesas administrativas da ELOS (a parcela restante, de 43%, é custeada pelo Plano de Benefícios da ELETROSUL). As despesas são limitadas em 15% das respectivas receitas previdenciais da ELOS vinculadas a essa massa de participantes e o valor de responsabilidade da Companhia, no ano de 2008, foi de R$ 1.770 (R$ 1.558 em 2007).

A Companhia, no dia 15/05/2007, celebrou acordos com a ELOS, ELETROSUL, PREVIG e Associação de Aposentados da ELETROSUL visando o restabelecimento da adesão com a ELOS, permitindo aos participantes optarem em permanecer naquela Fundação ou transferir-se para a PREVIG. Em ambas as opções tendo a Companhia como patrocinadora do Plano. Em janeiro de 2008 ocorreu a efetivação da transferência de 29 participantes que optaram pela migração para a PREVIG.

A Companhia é responsável, também, por 100% do valor das despesas administrativas da PREVIG vinculadas a esse Plano de Benefícios, as quais são limitadas em 15% do total das respectivas receitas previdenciais. O valor dessas despesas no exercício de 2008 foi de R$ 1.273 (R$ 966 em 2007).

As premissas atuariais e hipóteses utilizadas na avaliação dos benefícios estão descritas a seguir:

Premissas	2008 e 2007
Taxa de desconto (a.a.)	10,25%
Taxa de retorno esperado dos ativos (a.a.)	10,50%
Crescimento salarial futuro do participante ativo e autopatrocinado (a.a.)	5,00%
Crescimento dos benefícios da previdência social e do Plano patrocinado pela Cia. (a.a.)	5,00%
Inflação	5,00%
Fator de capacidade (salários e benefícios)	100%

Hipótese	2008 e 2007
Tábua de Mortalidade (ativos)	AT 2000 (por sexo)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 *Disabled*
Tábua de Entrada em Invalidez	Watson Wyatt 1985 *Disability Class 1*
Tábua de Rotatividade	T-1 *Service Table*
Idade de Aposentadoria	Primeira data em que completam todas as carências
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	90
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos

Outras Hipóteses	2008 e 2007
Participantes com direito à conversão de aposentadoria especial em aposentadoria por tempo de serviço (SB-40), que optarão pela conversão	100%
Fator de conversão do SB-40	140%

O demonstrativo do passivo atuarial decorrente de benefícios pós-emprego reconhecido no balanço patrimonial da Companhia é o seguinte:

	Controladora e Consolidado					
	2008			2007		
	Plano de aposentadoria	Gratificação confiden-cialidade	Total	Plano de aposentadoria	Gratificação confiden-cialidade	Total
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	1.307.226	-	1.307.226	1.249.541	-	1.249.541
Valor justo dos ativos	(808.818)	-	(808.818)	(796.910)	-	(796.910)
Valor presente das obrigações atuariais totalmente descobertas	-	1.737	1.737	-	1.632	1.632
Subtotal	498.408	1.737	500.145	452.631	1.632	454.263
Valor líquido das perdas atuariais não reconhecidas no balanço	(155.690)	(1.013)	(156.703)	(124.867)	(613)	(125.480)
Passivo reconhecido no balanço	**342.718**	**724**	**343.442**	**327.764**	**1.019**	**328.783**
Classificação no Balanço						
Circulante			21.642			18.450
Não circulante			321.800			310.333
			343.442			**328.783**

O valor das perdas atuariais excedente a 10% do valor presente das obrigações atuariais será amortizado anualmente, de forma linear, pelo período de aproximadamente 7,73 anos, que corresponde ao tempo médio de contribuição futura estimado para os empregados participantes do plano.

Parte do passivo atuarial reconhecido no balanço patrimonial está coberto por obrigações contratadas/reconhecidas através de instrumento de confissão de dívida e de termo de acordo firmados pela Companhia com as Fundações. A composição do passivo nas demonstrações contábeis é a seguinte:

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2008			31/12/2007
	Circulante	Não circulante	Total	Total
Obrigações contratadas/reconhecidas				
Contrato de confissão de dívidas passadas	17.756	112.861	130.617	137.898
Cobertura dos custos relativos à conversão de aposentadoria especial em aposentadoria por tempo de serviço (SB-40) e contribuições extraordinárias	1.912	2.226	4.138	4.764
Passivo atuarial não contratado	1.974	206.713	208.687	186.121
Passivo atuarial registrado	**21.642**	**321.800**	**343.442**	**328.783**

As dívidas contratadas são atualizadas pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e sobre as mesmas incidem juros de 6% a.a. A expectativa de realização dos valores contratados apresentados no passivo não circulante é a seguinte:

	ELOS	PREVIG	Total
2010	16.571	2.069	18.640
2011	15.121	2.045	17.166
2012	12.499	2.091	14.590
2013	13.268	2.217	15.485
2014	14.084	1.755	15.839
2015 em diante	16.131	15.010	31.141
	87.674	**25.187**	**112.861**

A movimentação dos benefícios pós-emprego está resumida a seguir:

	Plano de aposentadoria	Gratificação de confidencialidade	Total
Passivo em 31/12/2006	**313.173**	**921**	**314.094**
Despesas do exercício de 2007	45.445	262	45.707
Contribuições	(30.854)	-	(30.854)
Benefícios pagos	-	(164)	(164)
Passivo em 31/12/2007	**327.764**	**1.019**	**328.783**
Despesas do exercício de 2008	45.120	230	45.350
Contribuições	(30.166)	-	(30.166)
Benefícios pagos	-	(525)	(525)
Passivo em 31/12/2008	**342.718**	**724**	**343.442**

Os valores a serem reconhecidos no resultado, de janeiro a dezembro de 2009, relativamente ao plano de Benefícios Definidos e Gratificação de Confidencialidade, são os seguintes:

	Plano de aposentadoria	Gratificação de confidencialidade	Total
Custo do serviço corrente	594	55	649
Custo dos juros	129.318	146	129.464
Rendimento esperado dos ativos do plano	(81.667)	-	(81.667)
Amortização de perdas atuariais	23.923	75	23.998
Contribuição dos empregados	(185)	-	(185)
	71.983	**276**	**72.259**

a.2) Plano de contribuição definida

Além do plano de Benefício Definido, a PREVIG passou a administrar o plano tipo Contribuição Definida, encerrando o plano inicial para novas inscrições em 05/10/2004, data da aprovação do novo plano, comunicada pela SPC.

No plano de Contribuição Definida, do qual fazem parte 93% dos empregados da Companhia (872 participantes), o custeio do Plano de Benefícios é constituído por contribuições básicas dos participantes e da patrocinadora. A contribuição básica da Companhia corresponde ao mesmo valor da contribuição básica de seus empregados.

b) Gratificação por confidencialidade

Consiste no pagamento de uma remuneração ao empregado da carreira gerencial, por ocasião do término do seu vínculo empregatício.

22 – PASSIVO FISCAL DIFERIDO

Na controladora refere-se ao IR e CSLL, calculados sobre a provisão de venda de energia elétrica no âmbito do MAE, no valor de R$ 107.456, correspondente ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002. Considerando que o valor da receita está sendo contestado judicialmente por agentes que discordam da interpretação adotada pelo MAE na aplicação de determinadas regras de contabilização, segundo o disposto em Despacho da ANEEL, eventual êxito dos agentes impetrantes caracterizará a inexistência da receita e do respectivo ativo, razão pela qual a mesma está sendo tratada como provisão e considerada diferença temporária para fins fiscais. O consolidado, em 31/12/2008, inclui um montante adicional de R$ 1.600.

23 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R$ 5.000.000, independentemente de reforma estatutária. De acordo com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado, a Companhia não poderá emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias. A Companhia não possui ações em tesouraria.

b) Capital social subscrito e integralizado

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída de acordo com as leis do Brasil e listada no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA S.A.).

O capital social da Companhia, em 31/12/2008, é de R$ 2.445.766, totalmente subscrito e integralizado, e está representado por 652.742.192 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O valor patrimonial da ação, em 31 de dezembro de 2008, é de R$ 4,86 (R$ 4,32 por ação em 31/12/2007).

O quadro societário da Companhia está assim constituído:

	% do capital	
Acionistas	2008	2007
GDF Suez Energy Latin America Participações Ltda.	68,71	68,71
Banco Clássico S.A.	10,00	10,00
BNDES Participações S.A. (BNDESPAR)	2,13	2,80
União Federal	1,90	1,90
Outros	17,26	16,59
	100,00	**100,00**

c) Composição das reservas

	2008	2007
Reserva de capital		
Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	**91.695**	**91.695**
Reservas de lucros		
Reserva legal	305.254	249.496
Reserva de retenção de lucros	328.073	29.896
	633.327	**279.392**

A Administração da Companhia, com base em orçamento de capital a ser submetido à Assembléia Geral Ordinária, está propondo a constituição de reserva de retenção de lucros no valor de R$ 303.096, sem prejuízo à distribuição de dividendos, para serem investidos no pagamento de projetos adquiridos de geração de energia.

24 – DIVIDENDOS

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 13/08/2008, aprovou a distribuição de dividendos intercalares, com base nas demonstrações contábeis levantadas em 30/06/2008, no valor de R$ 580.299, correspondentes a R$ 0,8890167318 por ação, os quais foram pagos em 27/10/2008.

Em 07/11/2008 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre o capital próprio, no valor de R$ 176.000, correspondentes a R$ 0,2696317201 por ação, com base na posição acionária de 18/11/2008 e com data de pagamento a ser definida pela Diretoria da Companhia.

DCSC – 5COL X 35CM – Pág. 11

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DCSC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

pefran 11 3885.9696

[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_DCSC.indd 11 24/3/2009 13:39:16

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(Em milhares de reais)

Os valores acima mencionados, líquidos do imposto de renda retido na fonte, estão sendo imputados aos dividendos referentes ao exercício de 2008.
Os juros sobre o capital próprio foram registrados em despesas financeiras e revertidos nessa mesma rubrica, não sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício, em virtude dos mesmos não produzirem efeitos no lucro operacional, mas tão-somente nas linhas do imposto de renda e da contribuição social.
A política de dividendos da Tractebel Energia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e, além disso, determina intenção de pagar em cada ano-calendário dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em valor não inferior a 55% do lucro líquido, ajustado em distribuições semestrais.

	2008	2007
a) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios		
Lucro líquido do exercício	1.115.153	1.045.627
Constituição da reserva legal (5%)	(55.758)	(52.282)
Base de cálculo	1.059.395	993.345
Dividendos mínimos obrigatórios (30%)	**317.819**	**298.004**
b) Dividendos/juros sobre o capital próprio propostos		
Juros sobre o capital próprio, líquidos de IRRF	151.402	151.301
Dividendos intercalares	580.299	360.066
Dividendos adicionais propostos	-	457.279
Subtotal	731.701	968.646
IRRF dos juros sobre o capital próprio	24.598	24.699
Total	**756.299**	**993.345**
Dividendos/juros sobre o capital próprio antes da retenção do imposto de renda, por ação ordinária **(em R$ 1,00):**	1,1586484519	1,5218031188

A destinação do lucro líquido do exercício foi refletida nas demonstrações contábeis no pressuposto de sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária.

25 – DETALHAMENTO DOS GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora					
	2008					2007
	Custos		Despesas			
	Produção de energia	Serviços prestados	Com vendas	Gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	98.644	8.242	7.785	42.847	157.518	141.410
Administradores	-	-	-	10.513	10.513	10.878
Material	18.640	190	28	2.184	21.042	21.271
Serviço de terceiro	51.988	2.048	1.073	43.044	98.153	75.045
Combustível p/ produção de energia	92.456	-	-	-	92.456	118.684
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	80.442	-	-	-	80.442	71.127
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	205.160	-	205.160	169.161
Depreciação e amortização	203.067	-	2	5.306	208.375	176.521
Seguros	7.349	350	-	207	7.906	6.798
Contribuições setoriais	-	-	2.349	165	2.514	2.196
Taxa de fiscalização	-	-	-	7.783	7.783	6.782
Contribuições e doações	363	106	-	8.979	9.448	7.181
Outros	5.974	141	230	24.489	30.834	22.902
	558.923	**11.077**	**216.627**	**145.517**	**932.144**	**829.956**

	Consolidado					
	2008					2007
	Custos		Despesas			
	Produção de energia	Serviços prestados	Com vendas	Gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	101.784	8.242	7.785	43.520	161.331	142.319
Administradores	-	-	-	11.336	11.336	12.356
Material	20.283	190	28	2.232	22.733	23.300
Serviço de terceiro	62.317	2.048	1.287	45.565	111.217	87.539
Combustível p/ produção de energia	103.968	-	-	-	103.968	126.960
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	93.551	-	-	-	93.551	89.756
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	235.556	-	235.556	205.762
Depreciação e amortização	253.420	-	2	12.961	266.383	235.866
Seguros	8.602	350	-	207	9.159	7.924
Contribuições setoriais	-	-	3.265	174	3.439	3.008
Taxa de fiscalização	-	-	-	8.778	8.778	8.117
Contribuições e doações	603	106	-	12.656	13.365	7.785
Outros	6.420	141	2.160	24.890	33.611	23.392
	650.948	**11.077**	**250.083**	**162.319**	**1.074.427**	**974.084**

26 – REVERSÃO (CONSTITUIÇÃO) DE PROVISÕES OPERACIONAIS, LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Benefícios pós-emprego	1.876	818	1.876	818
Contingências cíveis	3.717	(4.644)	(627)	(6.746)
Contingências tributárias	212	1.213	212	1.213
Contingências trabalhistas	(2.411)	1.653	(2.411)	1.653
Outras	-	702	1.430	833
	3.394	**(258)**	**480**	**(2.229)**

27 – RECUPERAÇÃO DE PIS E COFINS

A Companhia reconheceu no primeiro trimestre de 2008, receita não recorrente de R$ 76.431, relativa principalmente à recuperação de PIS e COFINS pagos sobre os valores relativos à recuperação do consumo dos combustíveis fosseis adquiridos com recursos da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) que, de acordo com a orientação contida em Despacho da ANEEL, deixaram de ser reconhecidos como receita e passaram a ser contabilizados em conta retificadora de custo da produção de energia elétrica, a partir de novembro de 2005.

28 – RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	65.315	44.591	76.839	60.358
Juros sobre valores a receber	9.964	10.943	10.731	11.175
Variação monetária sobre depósitos judiciais	19.081	14.421	19.518	16.621
Variação monetária sobre contas a receber e outras	7.802	5.756	7.823	5.756
Outras	7.933	6.314	8.225	6.692
	110.095	**82.025**	**123.136**	**100.602**
Despesas financeiras				
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures	119.632	82.539	169.171	124.841
Encargos sobre concessão ANEEL	20.305	-	37.854	20.187
Encargos sobre passivo atuarial	43.341	44.206	43.341	44.206
Encargos sobre tributos e contribuições sociais	2.623	2.856	3.254	4.906
Variação monetária sobre financiamentos e debêntures	36.305	18.058	41.027	22.103
Variação monetária sobre concessão ANEEL	22.480	-	45.517	14.115
Variação monetária outras	9.605	3.665	10.905	3.966
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	80.243	(54.532)	80.243	(54.532)
Perdas com operações de *swaps* cambiais	-	21.551	-	21.551
CPMF	324	14.483	517	19.947
Outras	13.176	11.701	15.557	13.965
	348.034	**144.527**	**447.386**	**235.255**
Despesas financeiras, líquidas	**237.939**	**62.502**	**324.250**	**134.653**

29 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão de risco

a.1) Risco de mercado
A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia e suas controladas, têm como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esses riscos, porém os mesmos são monitorados pelo Comitê de Gestão Financeira, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle, limites de posição e limites de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.
Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são os seguintes:

Riscos relacionados às aplicações financeiras
A Companhia adota uma política conservadora de aplicação dos recursos, sendo que a maior parte destes são alocados em títulos públicos federais ou operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Parte minoritária dos recursos é alocada em títulos privados de bancos de primeira linha, com *rating* superior a AA+(bra) atribuído por agências de classificação de risco internacionais, indexados ao CDI e com liquidez diária.

Exposição ao risco cambial
A parcela dos empréstimos atrelados à moeda externa, no montante de R$ 338.598, em 31/12/2008, corresponde a 11,4% da dívida da Companhia, dos quais 7,0% ao dólar e 4,4% ao Euro, sendo que os vencimentos da dívida estão distribuídos no longo prazo, com concentrações em 2015 e 2024. Tendo em vista que o efeito decorrente do vencimento do endividamento é mínimo no curto e médio prazo e, devido à impossibilidade de fazer um *hedge* eficiente de balanço em função da inexistência de uma curva *forward* de longo prazo, a Companhia não detinha em 31/12/2008 nenhum instrumento de derivativos para proteção do seu passivo. Maiores detalhes sobre a composição da dívida em moeda externa podem ser observados na Nota 15.

Exposição ao risco de taxa de juros e índices flutuantes
A Companhia e suas controladas estão expostas à taxa de juros e índices flutuantes relacionados às variações da LIBOR, EURIBOR, TJLP, taxa DI, UMBNDES, IGP-M e IPCA. A composição da dívida por taxa de juros e índice é como segue:

Taxa de juros e índices flutuantes	Valor	%
TJLP	1.364.426	47,64
CDI	550.155	19,21
IPCA	398.021	13,90
IGP-M	201.648	7,04
LIBOR	208.169	7,27
EURIBOR	130.429	4,55
UMBNDES	11.236	0,39
	2.864.084	**100,00**

a.2) Risco de crédito
Nos contratos bilaterais de longo prazo firmados com distribuidoras, a Companhia busca minimizar o seu risco de crédito através da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.
Nas transações de venda para clientes industriais, os chamados Consumidores Livres, para minimizar o risco de crédito diante desses parceiros comerciais, a Companhia, através de sua área de crédito, procede a uma análise de crédito prévia e estabelece, em conjunto com o Comitê de Crédito, o limite de crédito e garantias a serem exigidas das contrapartes.
Nas operações no mercado financeiro, a Companhia também possui limites de crédito com as instituições financeiras, os quais são revisados periodicamente pelo seu Comitê de Gestão Financeira, com base em avaliação interna e em *ratings* divulgados pelas agências classificadoras de risco.
Conforme mencionado na Nota 4, a Companhia mantém aplicações financeiras em Fundo de Investimentos Exclusivo. O montante das aplicações por instituição financeira está dentro dos limites definidos pela Companhia, através de sua política de créditos para instituições financeiras.

a.3) Riscos hidrológicos
De acordo com os dados do ONS, em 31/12/2008, a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) era gerado por Usinas Hidrelétricas (UHE). Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada UHE, incluindo as UHE da Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. Em 31/12/2008 a geração hidrelétrica representava aproximadamente 80% da Capacidade Instalada total das usinas da Companhia, o que equivale a 4.932 MW. A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da Energia Assegurada, poderá resultar na exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, cujos preços tendem a ser elevados, podendo afetar os resultados financeiros futuros da Companhia.

a.4) Riscos ambientais
As atividades do setor de energia podem causar impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. A legislação federal também prevê a desconsideração da personalidade jurídica da empresa poluidora, bem como responsabilidade pessoal dos administradores, para viabilizar o ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. Como conseqüência, os sócios e administradores da empresa poluidora poderão ser obrigados a arcar com o custo da reparação ambiental. Os Riscos Ambientais são mitigados pela Companhia através de sua política de meio ambiente focada no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

b) Valor de mercado
Nas operações envolvendo instrumentos financeiros, somente nos empréstimos, financiamentos e debêntures foram identificadas diferenças significativas entre os valores de mercado e os valores contábeis, principalmente em virtude destes instrumentos financeiros possuírem prazos de liquidação bastante alongados e custos diferenciados em relação às taxas praticadas atualmente para contratos similares. Na determinação dos valores de mercado, a Administração da Companhia utilizou fluxos de caixa futuros descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes, ou cotações do mercado internacional, quando disponíveis.

	Controladora			
	2008		2007	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	338.598	358.279	299.197	322.316
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	577.284	579.271	117.360	116.564
Debêntures	683.095	572.924	592.440	483.202
	1.598.977	**1.510.474**	**1.008.997**	**922.082**

	Consolidado			
	2008		2007	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	338.598	358.279	299.197	322.316
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	1.913.640	1.921.091	792.558	721.916
Debêntures	726.335	616.164	721.479	601.958
	2.978.573	**2.895.534**	**1.813.234**	**1.646.190**

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos. Em decorrência do histórico de volatilidade do Real diante das moedas estrangeiras, segue demonstrada uma análise de sensibilidade da dívida em moeda externa da Companhia, considerando um cenário básico projetado para 31/12/2009 e outros dois levando-se em conta uma desvalorização do Real de 25% e 50% em relação ao cenário-base. A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação destes cenários no resultado financeiro da Companhia no exercício de 2009 seriam os seguintes:

	Valor contábil	Cenário projetado	Cenário I *Variação* de 25%	Cenário II *Variação* de 50%
STN	203.639	(2.405)	47.968	98.290
BNP Paribas	130.429	(9.540)	20.617	50.826
Deutsche Bank	4.530	(52)	1.068	2.188
	338.598	**(11.997)**	**69.653**	**151.304**

30 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui contratos com suas controladas, conforme a seguir especificados:

ITASA
Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, com o objetivo de regular a compra, pela Companhia, de 167 MW médios e de 61 MW médios de energia de propriedade da ITASA na UHE Itá, sendo regido pela legislação aplicável e pelas regras de mercado, com vigência até 16/10/2030, reajustados anualmente pelo IGP-M e pela variação do Dólar acrescido da inflação norte-americana, respectivamente.
Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção da UHE Itá, celebrado pela Companhia, no âmbito do Consórcio Itá, com vigência até 16/10/2030, cujos valores são reajustáveis anualmente pelo índice IGP-M.

Lages Bioenergética Ltda.
Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, com o objetivo de regular a compra, pela controlada, de até 26 MW médios mensais de energia elétrica de propriedade da Companhia, com vigência até 31/03/2017.
Contrato com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação de serviços de administração operacional, em virtude da Lages não possuir quadro próprio de empregados. O valor contratual é reajustado anualmente pelo IGP-M.
Contrato de Operação e Manutenção da Unidade de Cogeração Lages, com término em 31/03/2012, através do qual a Companhia se obriga a operar e efetuar as manutenções do empreendimento. O valor contratual é reajustado anualmente com base na variação da remuneração definida em Acordo Coletivo de Trabalho dos empregados da Companhia.

Tractebel Energia Comercializadora Ltda.
Contrato com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação, pela Companhia, dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica e financeira da controlada. O valor contratual é reajustado anualmente pela variação do IGP-M.
Contratos de Compra e Venda de Energia com o objetivo de fornecer energia para que a TBLC cumpra com os seus contratos de venda de energia, com as seguintes características:
a) 150 MW médios mensais com vigência entre 01/03/2008 e 01/03/2015;
b) 190 MW médios mensais com vigência entre 01/01/2009 e 31/12/2016;
c) 540 MW médios mensais com vigência entre 01/01/2009 e 31/12/2009.

Companhia Energética São Salvador
Contrato com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação, pela Companhia, dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica e financeira da controlada. O valor contratual é reajustado anualmente pela variação do IGP-M.
Contrato de Operação e Manutenção da Usina Hidrelétrica São Salvador (UHSA), com término na data-fim do financiamento (15/10/2023), através do qual a Companhia se obriga a operar e efetuar as manutenções do empreendimento. O valor contratual é reajustado anualmente com base na variação do IGP-M.
Contrato de Mútuo assinado em 18/12/2008, com a finalidade de financiar o capital de giro para o cumprimento de obrigações com fornecedores para conclusão da UHE São Salvador, cujo saldo em 31/12/2008 é de R$ 8.700.

Suez-Tractebel S.A. (Controladora Indireta)
Em 17/04/2007, a Companhia celebrou contrato com a Suez-Tractebel S.A., sua controladora indireta, com sede em Bruxelas, Bélgica, cujo objeto é a prestação de serviços de consultoria em assuntos específicos por parte daquela empresa. A contratação foi aprovada por unanimidade pelos acionistas minoritários da Companhia, em Assembléia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 17/04/2007, tendo o acionista controlador renunciado ao seu direito de voto. O prazo do contrato é de 36 meses, condicionada a sua revalidação, pelos acionistas minoritários, a cada período de 12 meses, em Assembléia convocada para este fim, conforme ocorreu na AGE do dia 08/04/2008. O valor dos honorários durante a vigência do contrato está limitado ao montante anual não cumulativo de 1.500.000 EUROS, devendo os serviços executados e respectivos honorários ser submetidos ao conhecimento do Conselho Fiscal da Companhia, no qual tem assento um membro eleito pelos acionistas minoritários.

DCSC – 5COL X 35CM – Pág. 12

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DCSC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

pefran 11 3885.9696

[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_DCSC.indd 12 24/3/2009 13:39:20

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(Em milhares de reais)

Os valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado estão abaixo indicados:

	2008										2007
	GDF SELA *(a)*	ITASA	LAGES	TBLC *(b)*	CESS	SUEZ ENERGY BRASIL	SUEZ *(c)*	LEME *(d)*	SESA BidCO Ltd.	Total	Total
Ativo											
Contas a receber	52	2.244	640	99.528	43	6	4	-	-	**102.517**	**56.051**
Dividendos	-	4.071	4.929	-	-	-	-	-	-	**9.000**	**91.006**
Mútuo	-	-	-	-	9.966	-	-	-	-	**9.966**	**-**
Passivo											
Fornecedores	-	10.811	-	53	-	145	-	526	-	**11.535**	**49.712**
Dividendos/JCP *(*)*	102.793	-	-	-	-	-	-	-	-	**102.793**	**365.602**
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-	194.356	**194.356**	**-**
Outras	-	524	-	-	-	137	-	-	-	**661**	**-**

(*) Juros sobre o capital próprio.

	2008										2007
	CEM	ITASA	LAGES	TBLC *(b)*	DELTA	EAS	CESS	GAMA	SUEZ *(c)*	Total	Total
Resultado											
Receita de Suprimento de Energia	-	-	4.561	408.616	-	-	-	-	-	**413.177**	**329.394**
Receita de Serviços											
Administração	121	-	115	27	-	-	422	-	-	**685**	**1.203**
Operação e manutenção	304	11.013	1.565	-	-	-	-	-	-	**12.882**	**13.441**
Custo de Energia Elétrica											
Compra energia	46.652	119.727	-	-	-	-	-	-	-	**166.379**	**393.153**
Outros	-	-	-	10.654	-	-	-	-	-	**10.654**	**31**
Despesas Gerais e Administrativas	-	-	-	-	-	-	-	-	5.389	**5.389**	**2.540**
Receita financeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**
Resultado de Participações Societárias	11.122	17.140	7.187	27.599	(68)	(6.445)	(185)	(1.652)	-	**54.698**	**179.091**

(a) GDF Suez Energy Latin America Participações Ltda.
(b) Tractebel Energia Comercializadora
(c) Suez-Tractebel S.A.
(d) Leme Engenharia Ltda.

Remuneração das pessoas chaves da Administração

A remuneração, os encargos e os benefícios relacionados às pessoas chaves da Administração estão apresentadas a seguir. O único benefício de longo prazo é o de aposentadoria (pós-emprego).

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Honorários e benefícios de curto prazo	5.911	5.706	6.595	6.803
Encargos sociais	1.731	1.802	1.870	2.009
Bônus dos Administradores e encargos	2.284	2.767	2.284	2.910
Benefícios pós-emprego	587	603	587	634
	10.513	**10.878**	**11.336**	**12.356**

31 – GARANTIAS A TERCEIROS

ITASA

A Companhia e demais acionistas da ITASA são intervenientes nos contratos firmados entre a investida, BNDES e outros agentes financiadores, vinculados à construção da UHE Itá. As intervenientes deram, em caução, a totalidade das ações de emissão da ITASA, de suas propriedades, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida em 31/12/2008 é de R$ 172.731 (R$ 209.041 em 31/12/2007).

Lages Bioenergética Ltda.

A Companhia é interveniente fiadora no Contrato de Abertura de Crédito Fixo celebrado entre a Lages e o BRDE, tendo cedido, em caução, as quotas de participação no capital social da controlada, de sua propriedade, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas no referido contrato. A dívida em 31/12/2008 totaliza R$ 25.117 (R$ 31.877 em 31/12/2007).

CESS

A Companhia é interveniente nos contratos firmados entre a investida e o BNDES e outros agentes financiadores, vinculados à construção da UHE São Salvador. A interveniente cedeu, em caução, a totalidade das ações de emissão da CESS, de sua propriedade, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida em 31/12/2008 é de R$ 612.678 (R$ 407.210 em 31/12/2007).

PPESA

A Energia América do Sul Ltda., controlada integral da Companhia e controladora da PPESA, é interveniente nos contratos firmados entre a investida e o BNDES e outros agentes financiadores, vinculados à construção da UHE Ponte de Pedra. A interveniente deu, em caução, a totalidade das ações de emissão da PPESA, de sua propriedade e os direitos emergentes da concessão e do contrato de compra e venda de energia elétrica com a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida em 31/12/2008 é de R$ 270.043.

Empresas recentemente adquiridas

A Companhia será interveniente dos contratos de financiamento das empresas recentemente adquiridas Tupan, Hidropower, Beberibe, Pedra do Sal e Areia Branca à medida em que as trocas das garantias forem sendo efetivadas.

32 – SEGUROS

A Companhia possui apólice de seguros abrangente de riscos operacionais com valor declarado para danos materiais de US$ 5.247.606, equivalentes a R$ 12.263.655 em 31/12/2008, e de lucro cessante de curto prazo com valor declarado de US$ 331.994, equivalentes a R$ 775.870 em 31/12/2008 e de lucro cessante de longo prazo com valor declarado de US$ 196.846, equivalentes a R$ 460.029 em 31/12/2008. O limite máximo combinado para indenização de danos materiais e lucros cessantes é de US$ 250.000, equivalentes a R$ 584.250 em 31/12/2008, por evento.

Além dessas coberturas, a Companhia possui apólices de responsabilidade civil com cobertura de US$ 50.000, equivalentes a R$ 116.850 em 31/12/2008. Estas apólices incluem a UHE Itá, construída e explorada em consórcio com a controlada em conjunto ITASA.

Os seguros contratados relativos às controladas, em 31/12/2008, têm as seguintes principais características:

Lages: seguro de riscos operacionais com cobertura de US$ 44.481 equivalentes a R$ 103.952 em 31/12/2008, e de responsabilidade civil com cobertura de US$ 50.000, equivalentes a R$ 116.850 em 31/12/2008.

CESS: seguros de riscos de engenharia com cobertura de manutenção ampla de 12 meses, com limite máximo de indenização de R$ 701.880, e de responsabilidade civil com coberturas de R$ 22.200 para cada uma das duas apólices.

Ponte de Pedra: seguro de riscos operacionais com cobertura de US$ 193.600 equivalentes a R$ 452.443 em 31/12/2008, e de responsabilidade civil com coberturas de R$ 5.325, para cada uma das duas apólices.

Tupan e Hidropower: seguros de riscos operacionais com valor para danos materiais de R$ 65.000 e de lucro cessante de longo prazo com valor de R$ 8.000, para cada uma das empresas.

Beberibe, Pedra do Sal e Areia Branca: seguro de risco de engenharia com cobertura de até R$ 114.000, R$ 67.183, R$ 63.799, respectivamente, e de responsabilidade civil com valor de R$ 10.000, R$ 6.718 e R$ 2.000, respectivamente.

Além destes seguros estratégicos, a Companhia possui seguros para cobertura de riscos em transportes nacionais e internacionais, seguro de responsabilidade de conselheiros, diretores e administradores, extensivo às suas controladas, bem como, seguro de vida em grupo para os seus diretores e empregados.

33 – CONTRATOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui compromissos de longo prazo, dentre os quais se destacam:

a) Contrato de Conexão

A Companhia mantém Contrato de Conexão com a ELETROSUL e com a Furnas Centrais Elétricas S.A. (FURNAS), com vigência até a data de extinção das concessões das unidades geradoras da Companhia, ou a extinção da transmissora, o que ocorrer primeiro.

Em relação às empresas adquiridas no ano de 2008, os Contratos de Uso de Conexão são os seguintes:

- PPESA: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE)
- Tupan e Hidropower: Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (CEMAT)
- Eólica Beberibe: Companhia Energética do Ceará (COELCE)
- Eólica Pedra do Sal: Companhia Energética do Piauí (CEPISA)

b) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição

Para o Uso do Sistema de Transmissão e da Rede Básica, a Companhia mantém contratos com o ONS, e para usinas que não estão conectadas diretamente à rede básica, são mantidos Contratos de Uso da Distribuição, conforme abaixo mencionado:

- UTE Willian Arjona: Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A. (ENERSUL)
- UTE Alegrete: AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia (AES Sul)
- UTE Jorge Lacerda A: Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC)
- PPESA: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE)
- Tupan e Hidropower: Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (CEMAT)
- Beberibe: Companhia Energética do Ceará (COELCE)
- Pedra do Sal: Companhia Energética do Piauí (CEPISA)

Os contratos, em sua grande maioria, têm vigência até a data da extinção das concessões ou autorizações das unidades geradoras da Companhia ou a extinção das empresas transmissoras e distribuidoras, o que ocorrer primeiro.

c) Contratos bilaterais de compra e venda de energia elétrica

De acordo com os dados acerca da energia assegurada e contratos de compra e venda em vigor, o balanço energético da Companhia mostra que a atual capacidade está com os seguintes níveis de contratação:

	MW médios *(*)*				
Ano	Recursos próprios	Compras p/ revenda	Disponibidade total	Disponibilidade contratada	% Contratados
2009	3.311	387	3.698	3.653	98,8%
2010	3.393	622	4.015	3.917	97,6%
2011	3.580	289	3.869	3.448	89,1%
2012	3.617	177	3.794	3.446	90,8%
2013	3.617	278	3.895	3.273	84,0%
2014	3.617	249	3.866	2.791	72,2%

(*) As informações de MW médio não são revisadas pelos auditores independentes.

A receita operacional bruta da Companhia, em 31/12/2008, composta por natureza de clientes, é a seguinte:

	Valor	%
Distribuidoras	1.763.889	46,01
Consumidores livres	1.059.455	27,63
Comercializadoras	659.986	17,21
CCEE	295.972	7,72
Exportação	34.394	0,90
Outras	20.421	0,53
	3.834.117	**100,00**

Os clientes que, em 31/12/2008, participavam em percentual superior a 5% na receita operacional bruta da Companhia foram a CELESC, a Rio Grande Energia S.A., a CPFL Comercialização Brasil S.A. e a Companhia Paulista de Força e Luz.

d) Compra de energia elétrica da Argentina

A Companhia firmou contrato com a CIEN, por um prazo de 20 anos, a partir de 21/06/2000, para a compra de 300 MW de potência firme com energia associada, para ser disponibilizada na subestação de Itá, da ELETROSUL. No mês de março de 2005, a ANEEL realizou fiscalização para verificar as condições de garantia de entrega física da UTE Uruguaiana e das Interconexões de Garabi, onde foi constatada a indisponibilidade de efetiva geração e transporte de energia elétrica pelos agentes fiscalizados, nos montantes contratados. Em decorrência deste fato, o MME expediu Portaria, definindo novos valores de garantia física dos respectivos empreendimentos de geração e interconexões.

Em 01/04/2005, foi publicada Resolução Normativa ANEEL estabelecendo os critérios a serem utilizados pelo ONS e pela CCEE na determinação dos limites de disponibilidade de geração e de garantia física de energia para a UTE Uruguaiana e para as Interconexões de Garabi. Com base nos referidos atos normativos, o valor da garantia física originalmente atribuído à CIEN para o atendimento do contrato de 300 MW foi reduzido para, aproximadamente, 72 MW.

Em razão do modo como o contrato está registrado na CCEE, esta redução deixaria a Companhia sujeita às penalidades previstas na legislação setorial, por insuficiência de lastro físico, além da exposição ao mercado de curto prazo da CCEE, o que a levou a firmar contrato para compra da energia elétrica correspondente de outro agente. Por força do ocorrido, a Companhia entende que ficou caracterizado inadimplemento contratual por parte da CIEN, e que multas e ressarcimentos previstos no contrato tornaram-se devidos à Companhia. Assim, baseada em dispositivos contratuais que determinam que os valores constantes das faturas emitidas pela CIEN já devem ser líquidos de todos os montantes por elas devidos à Companhia, a título de multas e ressarcimentos, o que não vem sendo feito pela CIEN com relação a nenhuma das faturas por ela emitidas sob o contrato desde a redução de sua garantia física, a Companhia não vem efetuando o pagamento das referidas faturas, desde março de 2005, por serem tais faturas consideradas inábeis.

Em 20/06/2006, a ANEEL, através de Resolução Normativa, reduziu a zero os valores de garantia física de energia elétrica oriunda de importação da CIEN em decorrência da impossibilidade de fornecimento de energia elétrica por parte desta empresa. Esta redução será mantida até que a CIEN comprove a existência de disponibilidade de energia.

Até a data do fechamento do balanço em referência, a situação permanece inalterada.

e) Compra de gás natural

A Companhia celebrou contrato de aquisição de gás natural com a Companhia de Gás do Mato Grosso do Sul (MSGÁS), com vigência de cinco anos a partir de 2001, início da operação comercial a gás da Usina Termelétrica William Arjona (UTWA), localizada em Campo Grande (MS), renováveis por mais cinco anos.

Com o vencimento do prazo do contrato, em 22/05/2006, a Companhia manifestou interesse em renovar o acordo, porém a MSGÁS comunicou que a renovação dependeria de reajuste no preço do produto, conforme determinação da Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), vendedora do gás para a MSGÁS e anuente no contrato.

Ante a ameaça da PETROBRAS de cortar o suprimento de gás para a Usina, a Companhia ajuizou medida cautelar contra a MSGÁS e a PETROBRAS, com pedido de antecipação de tutela, que foi deferida para obrigar a manutenção do fornecimento do gás, nos termos do contrato.

A Companhia também ajuizou ação ordinária visando a renovação do contrato por mais um período, cujo processo está tramitando no Poder Judiciário da Comarca de Campo Grande (MS).

Em recente recurso ajuizado perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), a PETROBRAS obteve efeito suspensivo que lhe autorizou, a partir de novembro de 2007, a suspensão do fornecimento de gás para a Usina.

Em conseqüência, a Companhia tem comprado energia na CCEE para suprir o lastro de energia vendida de UTWA. Quando conveniente e necessário, a usina tem operado com óleo diesel como combustível, uma vez que a mesma possui essa flexibilidade.

Recentemente, a ação foi julgada procedente para o fim de determinar que os contratos de compra e venda de gás natural firmados entre a Companhia e MSGÁS e entre MSGÁS e PETROBRAS e seus respectivos aditivos sejam renovados pelo período de 05 anos, iniciando-se em 23/05/2006. O período em que houve a interrupção do fornecimento de gás em decorrência deste litígio deverá ser acrescido ao final do contrato, que terá o seu encerramento proporcionalmente prorrogado. O preço e a quantidade de gás deverão ser aqueles contratados e reajustados conforme os parâmetros estabelecidos no Programa Prioritário de Termelétricas (PPT). Dessa decisão a PETROBRAS interpôs embargos de declaração que foram considerados improcedentes, e entrou com Recurso de Apelação perante o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul.

f) Contratos de arrendamento

f.1) A Eólica Beberibe possui quatro contratos de arrendamento de terrenos utilizados para a instalação e edificação das torres dos aerogeradores, subestação e instalações de transmissão associadas. A vigência dos contratos varia de 17/05/2027 até 28/09/2032 e os valores são compostos por parcela fixa e variável, esta correspondente a um percentual sobre a receita bruta. As parcelas fixas são reajustadas pelo IGPM, pela variação do dólar norte-americano e pelo índice de inflação dos Estados Unidos da América (EUA), dependendo de cada contrato.

f.2) A Eólica Pedra do Sal possui dois contratos de arrendamentos dos terrenos onde estão localizados o seu parque gerador, com prazo de vencimento em 2029. O valor mensal pago corresponde a um percentual sobre a receita operacional bruta.

g) Contratos para construção da UTE Destilaria Andrade

A Controlada indireta Ibitiúva, assinou contrato com a Areva Koblitz para Serviços de engenharia, aquisição de equipamentos e construção da UTE Destilaria Andrade, no montante de R$ 87.830. Desse total, R$ 9.188 tinham sido pagos até 31/12/2008. A vigência do contrato é de até 01/06/2010.

A Ibitiúva também assinou contrato com a Leme Engenharia Ltda., empresa pertencente ao Grupo Suez, para controle de qualidade do projeto da UTE Ibitiúva Bioenergética, no valor de R$ 1.845, com vigência até 01/04/2010.

DCSC – 5COL X 35CM – Pág. 13

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DCSC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

pefran 11 3885.9696

[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_DCSC.indd 13 24/3/2009 13:39:24

Tractebel Energia S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 02.474.103/0001-19

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(Em milhares de reais)

34 – EVENTO SUBSEQÜENTE

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 16/02/2009, aprovou a 4ª emissão de Notas Promissórias da Companhia, no valor total de até R$ 300.000, através de Oferta Restrita nos termos da Instrução CVM nº 476/09. As principais características da emissão estão apresentadas no quadro a seguir:

Número de Séries:	Série Única.
Quantidade:	300 Notas Promissórias.
Valor Nominal Unitário:	R$ 1.000.
Data de Emissão:	Data de sua efetiva subscrição e integralização.
Forma:	Serão emitidas fisicamente e ficarão depositadas em instituição habilitada à prestação de serviços de custódia.
Prazo e Vencimento:	360 dias contados da data de emissão, e será considerado o 360º dia como a data de vencimento.
Local de Negociação e de Pagamento:	Mercado de balcão organizado, junto ao Sistema de Nota Promissória operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP).
Remuneração:	125% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis calculada e divulgada diariamente pela CETIP.
Resgate Antecipado:	Será realizado mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo resgate.
Garantia:	Não farão jus a nenhum tipo de garantia.
Destinação dos Recursos:	Serão destinados ao pagamento de dívidas da Companhia e ao financiamento do capital de giro.

Em 06/03/2009 a Companhia recebeu os recursos referentes à referida emissão, no valor de R$ 300.000, os quais serão destinados em parte para o pagamento da dívida representada pelas notas promissórias, emitidas em 20/05/2008 e com vencimento em 15/05/2009.

Na mesma reunião também foi aprovada a 3ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia, da espécie quirografária (sem garantia ou preferência), no valor de até R$ 600.000, observado que tal montante poderá ser objeto de aumento em virtude de demanda observada no processo de *bookbuilding*, os quais serão objeto de distribuição pública no âmbito do Programa de Distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 400/03, sendo que as principais características e condições são:

Número de Séries:	Série Única.
Quantidade:	60.000 Debêntures, sendo que a quantidade poderá ser eventualmente aumentada em até 35% em razão de demanda apurada em procedimento de *bookbuilding*.
Valor Nominal Unitário:	R$ 10.
Data de Emissão:	01/04/2009.
Forma:	As debêntures serão nominativas e escriturais.
Espécie e Conversibilidade:	Espécie quirografária, não conversíveis em ações de emissão da Companhia.
Prazo e Vencimento:	O prazo será de 2 anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de abril de 2011.
Local de Negociação e de Pagamento:	(a) distribuição no mercado primário, por meio do SDT (Módulo de Distribuição de Títulos), administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (ANDIMA), (b) negociação no mercado secundário, por meio do SND (Módulo Nacional de Debêntures), administrado pela CETIP, com base nas políticas diretrizes fixadas pela ANDIMA. As Debêntures submeter-se-ão aos controles de compensação e liquidação da CETIP ou da CBLC, conforme o caso.
Remuneração:	Equivalente à acumulação de, no máximo, 125% da Taxa DI, calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento das Debêntures, observado que a taxa final aplicável será apurada por meio do *bookbuilding*. A Remuneração será devida semestralmente, nas seguintes datas: 01/10/2009, 01/04/2010, 01/10/2010 e 01/04/2011.
Destinação dos Recursos:	(a) ao pagamento integral da dívida representada pelas Notas Promissórias e (b) ao pagamento de parte da dívida representada pelas notas promissórias comerciais da 3ª emissão da Companhia, emitidas em 20 de maio de 2008 e com vencimento previsto para 15 de maio de 2009.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: **Maurício Stolle Bähr**

Vice-Presidente: **Jan Franciscus María Flachet**

Conselheiros: **Manoel Arlindo Zaroni Torres**, **Victor-Frank de Paula Rosa Paranhos**, **Dirk Beeuwsaert**, **José Carlos Cauduro Minuzzo**, **Luiz Antônio Barbosa**, **José Pais Rangel**, **Luiz Leonardo Cantidiano Varnieri Ribeiro**

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, em exercício: **Manoel Arlindo Zaroni Torres**

Diretor de Comercialização e Negócios: **José Luiz Jansson Laydner**

Diretor de Implantação de Projetos: **Miroel Makiolke Wolowski**

Diretor de Produção de Energia: **José Carlos Cauduro Minuzzo**

Diretor de Planejamento e Controle: **Marco Antonio Amaral Sureck**

Diretor Administrativo: **Luciano Flávio Andriani**

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcelo Cardoso Malta

Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador – CRC RJ 072259/O-5 T-SC

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Empresa Tractebel Energia S.A., Newton de Lima Azevedo Junior, Paulo de Resende Salgado e Manoel Eduardo Lima Lopes, abaixo assinados, após examinarem o Relatório Anual da Administração, incluindo as Demonstrações Contábeis e o Relatório da Administração relativos ao exercício de 2008, e com base no parecer dos Auditores Independentes Deloitte Touche Tohmatsu emitido em 09/03/09, declaram que o Relatório Anual da Administração representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tractebel Energia S.A. em 31 de dezembro de 2008, estando em condições de ser apreciado pela Assembléia Geral de Acionistas da Companhia.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2009.

Newton de Lima Azevedo Junior
Conselheiro Presidente

Manoel Eduardo Lima Lopes
Conselheiro

Paulo de Resende Salgado
Conselheiro

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da
Tractebel Energia S.A.
Florianópolis – SC

1. Examinamos o balanço patrimonial (controladora e consolidado) da Tractebel Energia S.A. ("Companhia" ou "Controladora") e controladas, em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido (controladora), dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondente ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tractebel Energia S.A. (individual e consolidado) em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora), os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Anteriormente, auditamos as demonstrações financeiras (controladora e consolidado) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos desse exercício, além das informações suplementares compreendendo as demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado, sobre as quais emitimos parecer sem ressalva, datado de 1º de fevereiro de 2008. Conforme mencionado na nota explicativa 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2009.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" SC
Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4 "S" SC

Deloitte.

www.tractebelenergia.com.br

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DCSC 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

petran 11 3885.9696

[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_DCSC.indd 14 24/3/2009 13:39:28

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2008

Senhores Acionistas,

A Administração da Tractebel Energia S.A. ("Tractebel Energia", "Tractebel" ou a "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008. As informações estão apresentadas em milhões de reais e em base consolidada, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Tractebel Energia comemorou 10 anos em 2008, exercício que também ficou marcado por sua consolidação como maior empresa privada de geração de energia elétrica do Brasil. Nessa primeira década de história, passamos por dois ciclos de crescimento, os quais proporcionaram um incremento de 10 usinas às oito iniciais. Atualmente, nosso parque gerador é composto por sete hidrelétricas, seis termelétricas e cinco usinas das chamadas fontes complementares de energia - duas pequenas centrais hidrelétricas, duas eólicas e uma movida a biomassa. Em decorrência dessa expansão, a capacidade instalada própria aumentou 66%, passando de 3.719 MW em 1998 para 6.189 MW neste ano.

No primeiro ciclo de crescimento, encerrado em 2003, o parque se expandiu com a termelétrica William Arjona (localizada no MS) e as hidrelétricas Itá (SC e RS), Machadinho (SC e RS) e Cana Brava (GO), além da Unidade de Co-geração Lages (SC), usina de biomassa cujo combustível é o resíduo da indústria madeireira. Juntos, esses empreendimentos somaram 2.199 MW à nossa capacidade instalada.

Os bons resultados obtidos com as novas usinas, o fluxo de caixa vigoroso e o apoio do nosso controlador, o Grupo GDF SUEZ, nos permitiram iniciar um novo ciclo de crescimento em 2007, com a aquisição da hidrelétrica Ponte de Pedra (MS e MT), e que se estendeu em 2008, com investimentos em fontes complementares de energia. Além de reforçar nosso conhecimento sobre esse segmento, alcançamos a meta de desenvolver 100 MW de energia delas provenientes: concluímos a aquisição das Pequenas Centrais Hidrelétricas Rondonópolis (MT), José Gelazio da Rocha (MT) e Areia Branca (MG) - as duas primeiras já em operação e a terceira com previsão de início de geração para 2009 - e de duas usinas eólicas, Beberibe (CE) e Pedra do Sal (PI), ambas já em atividade.

Estamos desenvolvendo outros três projetos. A inauguração do primeiro deles, a hidrelétrica São Salvador (TO), prevista para fevereiro de 2009, marcará a presença da Tractebel Energia em todas as regiões do país, enquanto que a hidrelétrica Estreito (MA) e a usina de biomassa Destilaria Andrade (SP) tem previsão de início de atividades para 2010. Somados à Areia Branca, eles incrementarão nossa capacidade de geração em 716 MW. Há ainda o projeto Seival, de até 540 MW e adquirido também no ciclo atual, que aguarda momento oportuno para seu início.

O resultado financeiro foi igualmente expressivo em 2008: alcançamos o maior lucro líquido de nossa história, R$ 1.115,2 milhões, 6,6% a mais do que em 2007, apesar da redução da capacidade comercial das termelétricas determinada em portaria. Operacionalmente, mesmo com as usinas termelétricas tendo operado com alta exigência de despacho, o índice de disponibilidade aumentou e atingiu 98,7%, desconsiderando-se as paradas programadas, outro resultado recorde nesses 10 anos de atividades.

Sentimo-nos preparados para enfrentar a crise financeira mundial e dispostos a continuar crescendo e criando valor nos próximos anos: a capacidade comercial, incluindo novas usinas e aquisições de terceiros, está quase totalmente contratada até 2010; o forte fluxo de caixa e os financiamentos do governo por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em especial aqueles que fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), nos permitem manter a expansão e os investimentos nos projetos em desenvolvimento. Além disso, nossa exposição a oscilações cambiais é baixa - menos de 12% da dívida bruta é composta por moedas estrangeiras -, e tende a diminuir ainda mais nos próximos anos.

O bom desempenho econômico da Companhia na última década está intimamente ligado ao nosso comprometimento com o desenvolvimento sustentável. Atuamos sempre respeitando o meio ambiente, que provê os recursos necessários para gerarmos energia elétrica. O foco de nossa atividade pauta-se, assim, no equilíbrio do tripé que nos sustenta: apresentar excelente desempenho econômico, ser socialmente justo e atuar com responsabilidade ambiental. Conduzindo nosso negócio de maneira sustentável, criamos valor para todas as partes interessadas, nossos *stakeholders*.

O reconhecimento desse compromisso foi evidenciado novamente em 2008 com nossa permanência, pelo quarto ano consecutivo, na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. Adicionalmente, todas as nossas usinas tiveram as certificações NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001 renovadas, com exceção, naturalmente, das recém-adquiridas. Além disso, dentre outros prêmios, por conduzir nossos negócios em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa e demonstrar compromisso com a prestação de contas e com a transparência na gestão, ficamos em primeiro lugar entre As Melhores Companhias para os Acionistas no III Ranking Capital Aberto, que aponta as empresas que mais se destacaram em rentabilidade do negócio, rentabilidade da ação, liquidez, governança corporativa e sustentabilidade.

Durante a última década buscamos árdua e permanentemente inovar, explorar novas oportunidades e expandir nosso parque gerador por todo o país. Neste ano de consolidação, comemoramos os resultados desse empenho e seguimos inspirados a trabalhar com energia para expandir ainda mais as atividades. Nossa vontade de continuar crescendo é forte, bem como o compromisso com a preservação ambiental e com o desenvolvimento social. Agradecemos aos nossos empregados, investidores, clientes, fornecedores e sociedade pela participação, dedicação e confiança na construção dessa história de sucesso.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor-Presidente

Maurício Stolle Bähr
Presidente do Conselho de Administração

1. PERFIL INSTITUCIONAL

Maior empresa privada de geração de energia elétrica do Brasil, a Tractebel tem sede em Florianópolis, Santa Catarina, e atua há 10 anos na implantação e operação de usinas geradoras e na comercialização de energia elétrica.

A Companhia tem ações negociadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e é controlada pela GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda., subsidiária do grupo franco-belga GDF SUEZ, um dos maiores do mundo nas áreas de energia, água e gestão de resíduos.

Em 10 anos o parque gerador da Tractebel cresceu 66% totalizando 6.189 MW de capacidade instalada própria, por meio de 18 usinas em operação. Sua geração é responsável pelo atendimento de cerca de 6% do consumo de eletricidade nacional. A capacidade leva em conta as usinas operadas integralmente pela Tractebel e a participação de 19,3% da Companhia na Usina Hidrelétrica Machadinho, que tem capacidade total de 1.140 MW, e de 70,0% na Usina Hidrelétrica Itá, com capacidade total de 1.450 MW. Considerando-se as parcelas detidas por outros investidores, a capacidade instalada total do parque operado pela Tractebel é de 7.248 MW. Além das usinas em funcionamento, quatro estão em fase de construção e irão agregar 716 MW à capacidade própria.

2. EXPANSÃO DO PARQUE GERADOR

Em 2008 a Companhia fortaleceu sua posição de liderança no mercado adquirindo seis novas usinas com capacidade instalada total de 290 MW: a Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra (aquisição iniciada em 2007 e concluída em 2008), as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) José Gelazio da Rocha, Rondonópolis e Areia Branca (esta em construção) e as Usinas Eólicas Beberibe e Pedra do Sal. Esses investimentos totalizaram R$ 1.085,8 milhões.

Com a construção de novas usinas - as hidrelétricas São Salvador e Estreito, a termelétrica Destilaria Andrade e a PCH Areia Branca - a Tractebel está expandindo seu parque gerador para todas as regiões do país, com operação nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Ceará, Piauí, Minas Gerais, Tocantins, e Maranhão.

As novas usinas São Salvador (243 MW), Estreito (435 MW e ainda a ser transferida pelo controlador para a Companhia), Destilaria Andrade (18 MW) e Areia Branca (20 MW) irão agregar ao parque gerador 716 MW. Essa soma contempla a participação da Tractebel de 40,1% no consórcio da hidrelétrica Estreito, com capacidade total de 1.087 MW e de 55,4% no consórcio da termelétrica Destilaria Andrade, com capacidade total de 33 MW. Considerando-se a capacidade total das usinas, serão agregados à operação da Tractebel 1.383 MW.

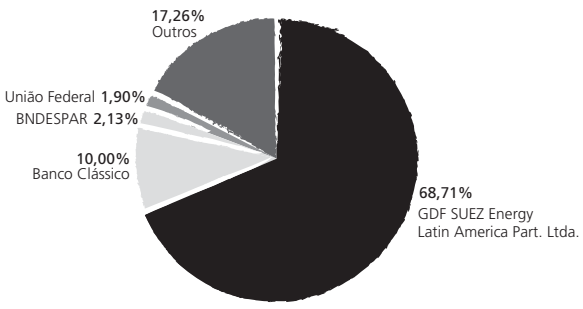
A Companhia mantém os estudos para o desenvolvimento da termelétrica Seival, no Rio Grande do Sul, com potência esperada de 340 MW, voltada para o mercado externo. A demanda de investimento das cinco usinas está estimada em R$ 5 bilhões, podendo ser maior, uma vez que a capacidade máxima permitida é de 540 MW.

2.1. Controle Acionário

Em 31 de dezembro de 2008 o capital social da Companhia totalizava R$ 2.445,8 milhões, composto por 652.742.192 ações ordinárias negociadas regularmente na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código TBLE3. A Companhia possui um programa de ADRs (*American Depositary Receipts*) Nível I, negociados no mercado de balcão norte-americano sob código TBLEY, tendo a relação de um ADR para cada ação ordinária.

A GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. detém o controle acionário com 68,71% do capital.

Controle Acionário



2.2. Estrutura Societária

A GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda., integrante do grupo GDF SUEZ, é a controladora da Tractebel Energia, que, por sua vez, detém o controle direto ou indireto das seguintes empresas: Companhia Energética São Salvador; Lages Bioenergética Ltda.; Seival Participações S.A.; Ponte de Pedra Energética S.A.; Gama Participações Ltda.; e Tractebel Energia Comercializadora Ltda., que intermedeia e opera compras, vendas, importações e exportações de energia elétrica no mercado de livre negociação.

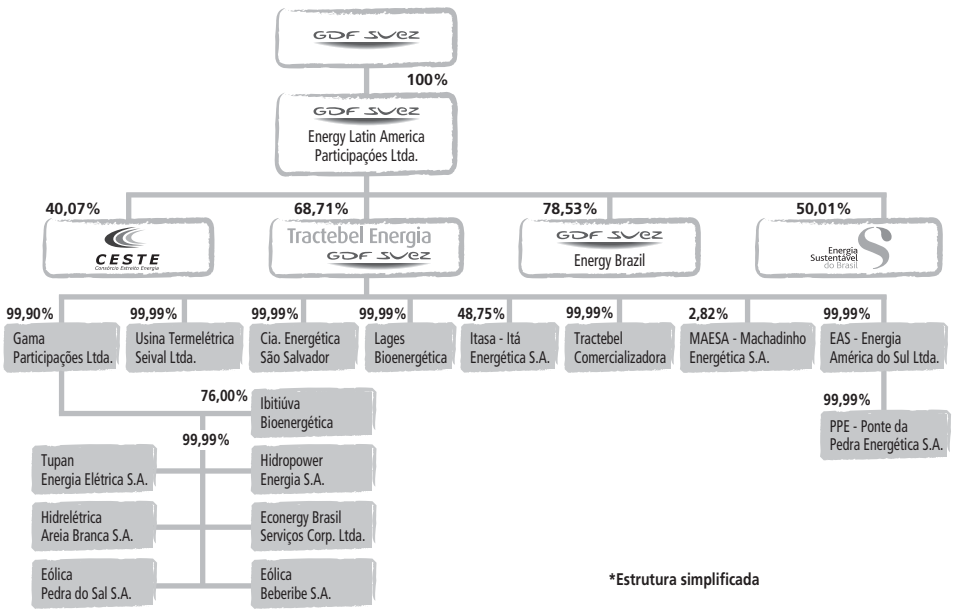
Companhia possui também participação de 2,82% na Machadinho Energética S.A. (Maesa), e de 19,28% no consórcio de exploração da Usina Hidrelétrica Machadinho.

Adicionalmente, a Tractebel possui o controle compartilhado da empresa que detém a concessão para exploração da Usina Hidrelétrica Itá, a Itá Energética S.A. (Itasa) - com participação de 48,5% - e do Consórcio Itá, responsável pela construção do empreendimento, com 39,5%. Essas participações totalizam a detenção de 70% da Usina Hidrelétrica Itá.

Continua...

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 1
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
petran 11 3885.9696
[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_DOESC_relatorio_A.indd 1 24/3/2009 13:31:07

Organograma Societário*



*Estrutura simplificada

Aquisições de Controladas

Em 29 de abril de 2008 a EAS - Energia América do Sul Ltda. ("EAS"), controlada integral da Companhia, concluiu a aquisição da Ponte de Pedra Energética S.A., que detém a concessão da Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra, pelo montante de R$ 645,0 milhões.

Por meio de sua controlada Gama Participações Ltda. ("Gama"), a Companhia adquiriu em 2008, por aproximadamente R$ 240,9 milhões, a totalidade do capital social da Tupan Energia Elétrica S.A. ("Tupan") e a totalidade do capital social da Hidropower Energia S.A. ("Hidropower"). A Tupan detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Pequena Central Hidrelétrica Rondonópolis, com capacidade instalada de 26,6 MW, em operação comercial desde dezembro de 2007. A Hidropower detém autorização outorgada pela Aneel para explorar a Pequena Central Hidrelétrica Engenheiro José Gelazio da Rocha, com capacidade instalada de 23,7 MW, em operação comercial desde fevereiro de 2007.

Em 22 de dezembro de 2008 a Gama anunciou ainda a aquisição da totalidade do capital social das seguintes empresas: Eólica Beberibe S.A., que detém autorização para explorar o Parque Eólico Beberibe, com capacidade instalada de 25,6 MW; Eólica Pedra do Sal S.A., que detém autorização para explorar o Parque Eólico Pedra do Sal, com capacidade instalada de 17,85 MW; Hidrelétrica Areia Branca S.A. que detém autorização para explorar a Pequena Central Hidrelétrica Areia Branca, com capacidade instalada de 19,8 MW; e Econergy Brasil Serviços Corporativos Ltda., sociedade prestadora de serviços para a implementação dos três ativos de geração anteriormente citados. O preço total das referidas aquisições atingiu R$ 200,0 milhões.

3. AMBIENTE ECONÔMICO

Em 2008 a economia brasileira apresentou um crescimento de 5,6%, apesar do agravamento da crise econômica internacional no último trimestre do ano.

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) sofreu ligeiro aumento, mas manteve-se dentro da meta estabelecida pelo governo, fechando o ano em 5,9%. A redução do ritmo das atividades econômicas e os reajustes nos preços dos alimentos foram os principais responsáveis pela elevação do índice de inflação.

A taxa de juros Selic também apresentou alta e encerrou o ano em 13,75%, aumento de 2,5 p.p. em relação ao ano anterior, interrompendo a trajetória descendente observada desde 2006.

Em relação ao câmbio, apesar dos esforços do Banco Central em diversos leilões de dólares de reserva para evitar uma forte alta, a moeda norte-americana encerrou o ano cotada a R$ 2,33, o que representou uma valorização de 31,3% perante o real.

A produção industrial registrou elevação de 3,1% no ano, reflexo do aumento na produção em 17 setores, com destaque para outros equipamentos de transporte (42,2%), o segmento farmacêutico (12,7%) e minerais não-metálicos (8,3%). As categorias de uso também apresentaram expansão em bens de capital (14,4%), bens de consumo duráveis (3,8%), semi e não-duráveis (1,4%) e bens intermediários (1,6%). A expansão, porém, é menor em 2,9 p.p. quando comparada à de 2007, em consequência da forte desaceleração da atividade industrial no último trimestre do ano.

O nível de emprego na indústria acompanhou a produção industrial e, ao longo de 2008, verificou crescimento de 2,1%. A folha de pagamento na indústria, por sua vez, registrou avanço de 6% em relação a 2007, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O fluxo cambial no país, que considera a soma dos resultados financeiro e comercial, fechou o ano com resultado negativo afetado pela crise, com a saída de US$ 983 milhões, pior resultado desde 2002.

Em meio à turbulência, contudo, o Brasil conquistou posição credora no exterior, pela primeira vez na história, ao fortalecer suas reservas internacionais e quitar sua dívida externa com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Como resultado do equilíbrio das contas públicas, o país passou a ser considerado *investment grade* pelas agências de classificação de risco, o que aumenta a confiança internacional e contribui para atrair novamente investimentos estrangeiros diretos.

4. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

O consumo faturado no Sistema Interligado Nacional (SIN) em 2008 totalizou 445,4 TWh, indicando aumento de 2,8% em relação ao do ano anterior, conforme dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Esse crescimento foi bastante inferior ao registrado no mesmo período de 2007, que foi de 5,7%.

No primeiro trimestre do ano a redução no ritmo de crescimento da demanda foi decorrente dos elevados preços no mercado de curto prazo e das temperaturas amenas.

No período compreendido entre os meses de maio e setembro a demanda apresentou uma sensível recuperação no crescimento, sendo que em junho, julho e agosto o crescimento em relação aos mesmos meses do ano anterior foi de 5,2%.

No último trimestre do ano verificou-se a desaceleração do crescimento da demanda, decorrência enfim da crise financeira mundial.

5. DESEMPENHO OPERACIONAL

5.1. Disponibilidade

O índice de disponibilidade das usinas operadas pela Tractebel em 2008 alcançou 98,7%, desconsiderando-se as paradas programadas. Esse valor corresponde a um aumento de 0,7 p.p. em relação ao ano anterior e estabelece o recorde histórico da Companhia. Ele é composto pela disponibilidade de 99,6% na geração hidrelétrica e 94,3% na termelétrica. Se consideradas as paradas programadas, a disponibilidade global foi de 96,4% nas hidrelétricas e 88,0% nas termelétricas. Os dados mencionados não contemplam as usinas que foram adquiridas em 2008.

5.2. Produção

Como preâmbulo desse item, cabe lembrar que a Tractebel adquiriu usinas novas e em operação ao longo de 2008.

No acumulado do ano, levando-se em conta somente as usinas pertencentes à Tractebel ao final de 2007, a produção alcançou 33.258 GWh (3.786 MW médios), uma redução de 1,8% em relação aos 33.858 GWh (3.865 MW médios) registrados em 2007. Ainda nos 12M08, agora adicionando-se as usinas incorporadas ao longo do ano, a produção atingiu 34.128 GWh (3.885 MW médios), um acréscimo de 0,8% em relação ao ano anterior, constituindo-se em outro recorde. Ainda levando-se em conta os 12M08, desta feita, porém, contabilizando-se a produção anual antes e depois das respectivas incorporações, as usinas operadas pela Tractebel produziram 34.709 GWh (3.951 MW médios), um acréscimo de 2,5% em relação a 2007.

O detalhamento dos valores acima descritos consta na tabela abaixo:

Produção (em MW médios)**

Usinas	12M 07	12M 08*	12M 08*/ 12M 07	12M 08**	12M 08**/ 12M 07	12M 08***	12M 08***/ 12M 07
Hidrelétricas	3.294	3.164	(3,7%)	3.260	(0,8%)	3.304	0,6%
Termelétricas	563	616	9,7%	616	9,7%	616	9,7%
Complementares	8	6	(19,2%)	9	15,6%	31	307,4%
Total	3.865	3.786	(1,8%)	3.885	0,8%	3.951	2,5%

(*) Considera a mesma base de ativos existente em 31/12/2007.
(**) Considera somente o período pós-aquisição pela Tractebel.
(***) Considera os períodos pré e pós-aquisição pela Tractebel.
(****) Em razão de 2008 ser bissexto e 2007 não, os dados de variação envolvendo 12M contemplam o cálculo em GWh, e não MW médios.

Cabe ressaltar que o aumento ou a redução da geração hidrelétrica da Companhia não resulta necessariamente em melhoria ou deterioração de seu desempenho econômico-financeiro no período em análise. A razão é a adoção do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que dilui os riscos de geração hidrelétrica entre os seus participantes.

O aumento da geração termelétrica reduz a exposição ao Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), sendo o inverso também verdadeiro, mantidas todas as outras variáveis.

A capacidade instalada própria da Companhia em 31 de dezembro de 2008 totalizava 6.189 MW, um crescimento de mais de 66% em relação aos 3.719 MW existentes em setembro de 1998, época da aquisição do controle no leilão de privatização.

5.3. Clientes

A diversificada carteira de clientes da Tractebel abrange distribuidoras de energia, comercializadoras e clientes livres (majoritariamente grandes consumidores industriais), atendidos por meio de contratos flexíveis no tocante ao volume e à duração. Adicionalmente, no segmento de clientes livres, a Companhia adota a estratégia de diversificação de vendas entre indústrias de diferentes setores da economia.

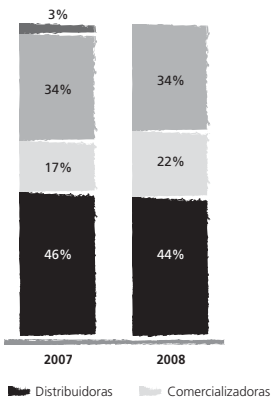
A Companhia mantém um relacionamento estreito com seus clientes, o que possibilita detectar suas necessidades e desenvolver produtos e serviços individualizados que contribuem para a sua fidelização.

Em 2008 a participação dos clientes livres nas vendas físicas da Companhia se manteve estável em relação a 2007, com 33,9%, enquanto que a sua participação na receita operacional bruta relativa às vendas contratadas aumentou 2,1 p.p., alcançando 30,1%.

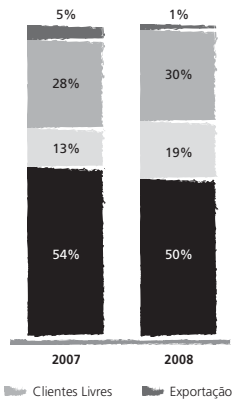
DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 2
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_DOESC_relatorio_A.indd 2 24/3/2009 13:31:21

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2008

Participação de Clientes nas Vendas Físicas



Participação de Clientes nas Vendas Contratadas que compõem a Receita Operacional Bruta

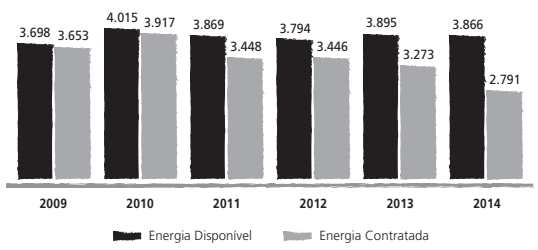


5.4. Balanço de Energia

Com base em previsões do setor, que apontam para um potencial aumento de preço de energia, a Companhia optou por ter parte de sua disponibilidade descontratada a partir de 2011.

De acordo com os dados de capacidade comercial própria e contratos de compra e venda em vigor na data de 31 de dezembro de 2008, o balanço de energia da Tractebel mostra que a Companhia está com sua disponibilidade de energia, incluindo aquisições de terceiros, quase totalmente contratada até 2010.

Balanço de Energia (MW médios)



6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.1. Principais Indicadores

As informações apresentadas a seguir se encontram em milhões de reais e em base consolidada, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

	2006	2007	2008	Variação 2008/2007
Indicadores Econômicos (R$ milhões)				
Receita Operacional Bruta	3.005	3.365	3.834	13,9%
Receita Operacional Líquida	2.706	3.043	3.441	13,1%
EBITDA[1]	1.595	1.856	2.180	17,5%
Margem EBITDA (%)	58,90	61,00	63,40	2,4 p.p.
Resultado de Serviço – EBIT[2]	1.387	1.620	1.914	18,1%
Resultado Financeiro	(156)	(135)	(324)	140,0%
Lucro Líquido	979	1.046	1.115	6,6%
Indicadores Financeiros (R$ milhões)				
Ativo Total	5.539	6.598	8.342	26,4%
Patrimônio Líquido	2.765	2.817	3.171	12,6%
Investimentos	69	379	1.489	292,4%
Dívida Líquida Ajustada	1.025	1.019	2.559	151,1%
Ações				
Nº de Ações (mil)	652.742	652.742	652.742	0,0%
Lucro (Prejuízo) Líquido por Ação (R$)	1,5001	1,6019	1,7084	6,6%
Preço Médio da Ação – ON (R$)	16,53	20,32	20,99	3,3%
Distribuição de Dividendos (R$ milhões)	930	993	756	-23,9%
Mercado				
Vendas de Energia (GWh)	32.836	32.800	30.661	-6,5%
Vendas de Energia (MW médios)	3.748	3.744	3.491	-6,8%
Corpo Funcional				
Empregados (nº)	905	917	941	2,6%

(1) EBITDA representa: lucro operacional + resultado financeiro + depreciação e amortização.
(2) EBIT representa: lucro operacional + resultado financeiro.

Reconciliação do EBITDA:

(valores em R$ mil)	2006	2007	2008	Variação 2008/2007
Resultado Operacional	1.226.977	1.485.338	1.589.520	7,0%
(+/-) Resultado Financeiro	156.208	134.653	324.250	140,8%
(-) Resultado da Equivalência	(300)	-	-	-
(+) Depreciação e Amortização	215.111	235.866	266.383	12,9%
EBITDA	**1.597.996**	**1.855.857**	**2.180.153**	**17,5%**

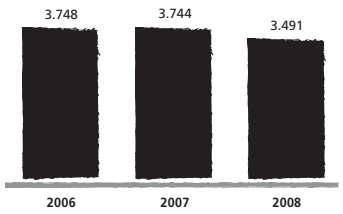
Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as Demonstrações Contábeis.

6.2. Receita Operacional Bruta

No exercício de 2008 a receita operacional bruta alcançou R$ 3.834,1 milhões, 14,0% superior àquela auferida em 2007, que foi de R$ 3.364,7 milhões. A evolução ocorreu em função, substancialmente, do que segue: (i) aumento do preço médio da energia vendida, desconsiderando-se as exportações, em 14,8%, crescendo de R$ 97,84/MWh em 2007 para R$ 112,31/MWh em 2008; (ii) redução de 6,5% na quantidade de energia vendida, passando de 32.800 GWh (3.744 MW médios) para 30.661 GWh (3.491 MW médios), devido à redução da garantia física de determinadas usinas termelétricas imposta pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e à perda da autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para comercialização do lastro referente ao contrato de importação de 300 MW de potência com energia associada da Companhia de Interconexão Energética (CIEN); (iii) crescimento de R$ 256,7 milhões na receita de transações com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), conforme descrito a seguir em item específico; (iv) redução da exportação de energia para a Argentina e o Uruguai em R$ 135,4 milhões, correspondentes a 947,6 GWh; e (v) ingresso de receitas pela venda da energia gerada na Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra (UHPP) no valor de R$ 97,8 milhões, a qual está refletida na composição do preço médio e na variação do volume vendido em 2008 acima mencionadas.

Cabe considerar que, com exceção da UHPP, as receitas decorrentes das usinas adquiridas no ano em análise, ou seja, as Usinas Eólicas Beberibe e Pedra do Sal, e as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) José Gelazio da Rocha e Rondonópolis, não resultaram em efeitos relevantes na receita operacional bruta.

Volume de Vendas (MW médios)



6.2.1. Suprimento de Energia Elétrica

No acumulado de 2008 a receita de suprimento de energia, aquela originária da venda a agentes que não consumidores livres, atingiu R$ 2.754,2 milhões, maior em 13,7% à apresentada no mesmo período do ano anterior, que foi de R$ 2.421,5 milhões, efeito, principalmente, (i) do incremento de 32,4% no preço e de 13,3% na quantidade de vendas a comercializadoras; (ii) da maior receita com transações na CCEE, conforme exposto a seguir em item específico; e (iii) da redução da exportação de energia para Argentina e Uruguai, conforme anteriormente mencionado. Do total da receita de suprimento, R$ 296,0 milhões tiveram origem nas operações na CCEE (R$ 39,2 milhões em 2007) e R$ 2.458,3 milhões resultaram de vendas contratadas de energia (R$ 2.382,3 milhões em 2007).

6.2.2. Fornecimento de Energia Elétrica

A receita anual do fornecimento de energia (venda a consumidores livres) foi de R$ 1.059,5 milhões, aumento de 14,0% quando comparado aos R$ 929,2 milhões faturados em 2007, consequência da redução em 6,9% nas vendas e do crescimento do preço em 21,9%.

6.3. Deduções da Receita Operacional

Em 2008 as referidas deduções alcançaram R$ 393,1 milhões, valor 22,3% superior ao de 2007, que foi de R$ 321,3 milhões. Esse acréscimo se deve, substancialmente, à combinação dos seguintes fatores: (i) crescimento de 13,9% na receita operacional bruta; (ii) aumento do PIS e Cofins, em função do vencimento de contratos de venda que estavam sob o regime de tributação cumulativo, à alíquota de 3,65%, e a sucessiva contratação desta energia sob o regime não cumulativo, à alíquota de 9,25%; e (iii) redução da exportação de energia, sobre a qual não incide ICMS, PIS e Cofins.

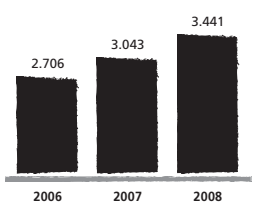
6.4. Receita Líquida de Vendas e Serviços

A receita líquida totalizou R$ 3.441,0 milhões em 2008, 13,1% acima do registrado em 2007, que foi de R$ 3.043,4 milhões.

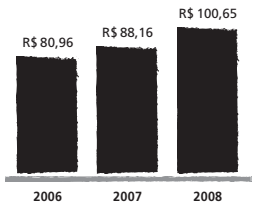
Os aumentos apresentados nesses períodos estão diretamente relacionados ao crescimento da receita operacional bruta e das deduções da receita operacional, conforme anteriormente mencionados.

O preço médio líquido de venda (que expurga ICMS, PIS, Cofins e P&D), desconsiderando-se as exportações, passou de R$ 88,16/MWh, em 2007, para R$ 100,65/MWh, em 2008, representando crescimento de 14,2%, reflexo, substancialmente, do que foi acima comentado, além do incremento dos preços praticados para consumidores livres.

Receita Operacional Líquida (R$ milhões)



Preço Líquido Médio de Venda (por MWh)



6.5. Custos de Energia Elétrica e Serviços

Os custos alcançaram R$ 1.193,5 milhões em 2008, valor 10,9% superior em relação ao valor registrado em 2007, que foi de R$ 1.076,6 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, do comportamento dos principais componentes destacados a seguir:

- **Energia elétrica comprada para revenda:** aumento de R$ 218,9 milhões em 2008, em consequência da ampliação de 25,7% da quantidade de energia comprada para revenda e do aumento de 47,1% do preço médio em decorrência de maiores preços praticados nos novos contratos. Este percentual está em linha com o incremento do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) médio de 2008, aproximadamente 40% maior que o de 2007.
- **Transações no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE:** redução de R$ 136,8 milhões em 2008, conforme comentado a seguir em item específico.
- **Combustíveis para produção de energia elétrica:** redução de R$ 23,0 milhões em 2008, refletindo, principalmente, a combinação dos seguintes fatores: (i) ingresso de R$ 92,4 milhões decorrente do consumo de óleo diesel na Usina Termelétrica William Arjona e Usina Termelétrica Alegrete, em virtude (i.i) do despacho das usinas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) com o objetivo de manter a segurança energética do sistema elétrico do país e devido às baixas afluências verificadas em determinados períodos do ano (esses custos foram compensados pelo aumento da receita na CCEE, conforme a seguir descrito em item específico), e (i.ii) da exportação de energia para a Argentina e Uruguai por meio da usina Alegrete; (ii) queda de R$ 104,1 milhões

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 3
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_DOESC_relatorio_A.indd 3 24/3/2009 13:31:33

no consumo do carvão, combustível utilizado na geração de energia para exportação, que foi considerável no ano de 2007 e praticamente inexistente em 2008; e (iii) redução de R$ 14,4 milhões no consumo de gás natural em virtude da suspensão do fornecimento desse combustível à usina William Arjona a partir de 1º de novembro de 2007.

- **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos:** crescimento de R$ 3,8 milhões em 2008, refletindo o reajuste tarifário anual e o ingresso do encargo relativo à geração da UHPP.
- **Depreciação e amortização:** aumento de R$ 27,6 milhões em 2008, em razão, substancialmente, do ingresso da depreciação dos ativos da Ponte de Pedra Energética S.A. (PPESA).

6.6. Detalhamento das Operações na CCEE

Os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta de um agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) são sintetizados em uma fatura única, a receber ou a pagar, exigindo, portanto, o seu registro na rubrica de receita ou na rubrica de despesa. Cabe ressaltar que, em razão de ajustes na estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia, vem se verificando nos últimos anos uma mudança no perfil das faturas mencionadas.

A Tractebel Energia S.A., o agente principal dentre os que fazem parte do consolidado (outros exemplos são a Tractebel Energia Comercializadora e a Lages Bioenergética), em 2007 realizou dois registros na receita e dez registros na despesa, ao passo que em 2008 foram nove registros na receita e três registros na despesa. Tal alternância dificulta a comparação direta dos elementos que compõem cada fatura nos dois anos, sendo essa a razão para a criação do presente tópico. Assim, ele nos permite realizar uma análise das oscilações dos principais elementos, a despeito de terem sido alocados ora na receita ora na despesa, conforme a natureza credora ou devedora da fatura à qual estão vinculados.

Genericamente esses elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo, (i) da aplicação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); (ii) do chamado "risco de submercado"; (iii) do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco (CAR); (iv) da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e (v), naturalmente, da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que, por sua vez, será liquidada ao PLD.

No acumulado de 2008 a receita líquida auferida foi de R$ 251,1 milhões contra uma despesa, no ano anterior, de R$ 142,5 milhões, ou seja, um impacto positivo no resultado de R$ 393,6 milhões entre os anos analisados.

Os efeitos positivos no resultado da Companhia entre os períodos comparados foram resultantes da combinação dos seguintes principais fatores:

a) aprimoramento, em 2008, da estratégia de gerenciamento de portfólio, da qual faz parte a alocação mensal da energia assegurada anual das usinas. Tal estratégia, amparada pela maior volatilidade do PLD, permitiu à Companhia auferir resultados expressivos, principalmente em janeiro e fevereiro de 2008;

b) despacho fora da ordem de mérito das usinas termelétricas William Arjona e Alegrete, substancialmente nos meses de fevereiro e março de 2008, para segurança energética do sistema elétrico brasileiro, por diretriz estabelecida pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). Parte do aumento dessa receita, entretanto, foi compensada com o aumento no custo com o consumo de combustível utilizado na geração dessa energia; e

c) redução da exposição na CCEE em 2008 (ano que, como já mencionado, apresentou PLD médio consideravelmente superior ao de 2007) em relação à do ano anterior, devido principalmente:

(i) adequação da política comercial visando compensar as perdas do lastro da Companhia de Interconexão Energética (CIEN) e da redução das garantias físicas de usinas termelétricas impostas pelo Ministério de Minas e Energia (MME), conforme anteriormente comentados no item referente à receita operacional bruta;

(ii) ao fato de a geração termelétrica a carvão no ano de 2008 ter sido totalmente direcionada ao SIN, enquanto que no ano anterior parte dessa energia foi destinada à exportação;

(iii) à intensificação de compra de energia no 2º semestre de 2008, como parte da estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia; e

(iv) à redução no consumo de clientes industriais verificada principalmente no mês de dezembro de 2008.

6.7. Despesas com Vendas

As despesas com vendas compõem-se, substancialmente, dos encargos de uso e conexão na rede elétrica, e somaram R$ 250,1 milhões em 2008, 15,4% superior a 2007, quando foram de R$ 216,8 milhões. Os aumentos verificados devem-se, basicamente, ao reajuste tarifário anual e, em menor monta, ao ingresso de R$ 10,6 milhões relativos aos encargos incorridos pela Ponte de Pedra Energética S.A. (PPESA).

6.8. Despesas Gerais e Administrativas

No ano de 2008 as despesas gerais e administrativas passaram de R$ 130,1 milhões para R$ 162,3 milhões, evolução de 24,8%, em decorrência, principalmente, do que segue: (i) aumento de R$ 11,6 milhões em serviços de terceiros relativos principalmente a consultorias de gestão, emissão de notas promissórias, novos negócios, recursos humanos, tributárias e legais; (ii) crescimento nas despesas com pessoal de R$ 4,0 milhões devido ao reajuste salarial anual e benefícios adicionais concedidos aos empregados decorrentes do Acordo Coletivo de Trabalho da categoria; (iii) incremento de R$ 3,0 milhões na depreciação e amortização; e (iv) evolução de R$ 12,5 milhões decorrentes de acordos judiciais e contribuições pagos.

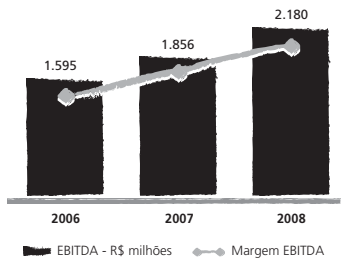
6.9. Outras Receitas Operacionais - Recuperação de PIS e Cofins

No exercício de 2008, mais precisamente no primeiro trimestre, a Companhia reconheceu receita não recorrente de R$ 76,4 milhões, relativa à recuperação de PIS e Cofins recolhidos indevidamente em períodos anteriores. Este montante refere-se, substancialmente, aos referidos impostos pagos sobre os valores relativos à recuperação do consumo dos combustíveis fósseis adquiridos com recursos da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que, de acordo com a orientação contida em despacho da Aneel, a partir de novembro de 2005 deixaram de ser reconhecidos como receita operacional e passaram a ser contabilizados em conta retificadora de custo da produção de energia elétrica.

6.10. EBITDA e Margem EBITDA

Refletindo os efeitos anteriormente comentados, o EBITDA em 2008 alcançou R$ 2.180,2 milhões, um aumento de 17,5% em relação aos R$ 1.855,9 milhões registrados em 2007. Enquanto a margem EBITDA em 2007 foi de 61,0%, no ano em análise foi de 63,4%.

EBITDA e Margem EBITDA
(R$ milhões e %)



6.11. Resultado Financeiro

6.11.1. Receitas financeiras

As receitas financeiras em 2008 cresceram R$ 22,5 milhões, em função, substancialmente, do que segue: (i) aumento de R$ 16,5 milhões na renda de aplicações financeiras, já incluindo o valor de R$ 4,5 milhões referentes à receita gerada pelas aplicações financeiras da PPESA; (ii) crescimento da variação monetária sobre depósitos vinculados a litígios, no valor de R$ 2,9 milhões, em razão da variação dos índices de atualização e do maior volume de depósitos realizados; e (iii) incremento de R$ 2,1 milhões na variação monetária sobre contas a receber de longo prazo.

6.11.2. Despesas financeiras

As despesas financeiras tiveram crescimento de R$ 212,1 milhões em relação ao ano de 2007 em razão, principalmente, da combinação dos efeitos a seguir descritos: (i) aumento de R$ 113,2 milhões na despesa não realizada de variação cambial de empréstimos e financiamentos, líquida de R$ 21,5 milhões de receita de operação de *hedge* cambial, ainda existente em 2007, devido à substancial valorização do dólar e do euro frente ao real; (ii) acréscimo de R$ 62,6 milhões nos encargos de empréstimos, financiamentos, debêntures e da concessão Aneel, decorrente, substancialmente, dos encargos de R$ 33,1 milhões sobre empréstimo na modalidade notas promissórias, contratado em abril de 2008, e de R$ 37,3 milhões sobre os empréstimos e financiamentos da PPESA; (iii) aumento de R$ 49,7 milhões na variação monetária de dívidas, devido, principalmente, à expressiva apreciação do IPCA e do IGPM em 2008 (5,9% e 9,8%, respectivamente) e ao ingresso de R$ 15,9 milhões da variação monetária sobre a concessão Aneel da PPESA; e (iv) redução de R$ 19,4 milhões nas despesas com CPMF.

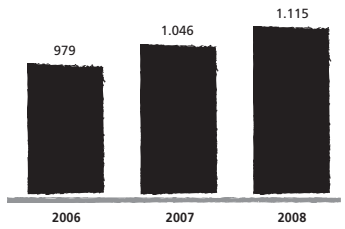
6.12. Imposto de Renda e Contribuição Social

No exercício de 2008 houve um acréscimo de R$ 34,7 milhões em comparação com o ano anterior, devido, principalmente, ao crescimento do resultado antes dos tributos.

6.13. Lucro Líquido

No exercício de 2008 o lucro líquido atingiu R$ 1.115,2 milhões, 6,6% superior ao do ano anterior, que foi de R$ 1.045,6 milhões, representando R$ 1,7084 por ação. Para efeito de comparação, excluindo-se os efeitos, líquidos de impostos, decorrentes do incremento da variação cambial não realizada de R$ 74,7 milhões e da redução do resultado da exportação de R$ 35,9 milhões, entre os anos comparados, bem como a receita decorrente da recuperação de PIS e Cofins de R$ 50,4 milhões, no ano de 2008, o lucro do ano em análise teria crescido em 13,2%.

Lucro Líquido
(R$ milhões)



6.14. Endividamento

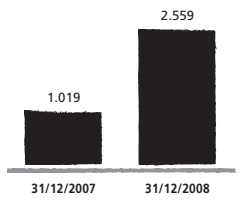
Em 31 de dezembro de 2008 a dívida líquida (dívida total menos caixa e equivalentes) da Companhia era de R$ 2.558,6 milhões, 151,1% superior aos R$ 1.019,1 milhões registrados em 31 de dezembro de 2007.

A dívida bruta total consolidada, representada principalmente por empréstimos, debêntures, notas promissórias e financiamentos, totalizava R$ 2.978,6 milhões em 31 de dezembro de 2008, um incremento de 64,3% comparativamente à posição de 31 de dezembro de 2007. Do total da dívida no final do período, 11,4% eram em moeda estrangeira (16,5% no final de 2007), parcela que não estava sujeita a instrumentos de *hedge*.

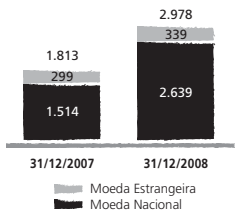
O acréscimo do endividamento da Tractebel está relacionado, principalmente, aos seguintes fatores: (i) emissão de R$ 400,0 milhões em notas promissórias, realizada em abril de 2008, com o objetivo de auxiliar a viabilização do plano de investimentos da Companhia; (ii) ingresso de R$ 294,2 milhões relativos aos empréstimos da PPESA; (iii) ingresso de R$ 92,6 milhões relativos aos empréstimos das PCHs Rondonópolis e José Gelazio da Rocha, cujas aquisições foram concluídas em 5 de dezembro de 2008; (iv) saque junto ao BNDES e seus agentes financeiros no valor total acumulado de R$ 160,4 milhões em 2008, a fim de fazer frente aos investimentos na Usina Hidrelétrica São Salvador; e (v) ingresso de R$ 186,9 milhões relativos aos empréstimos contratados pelas eólicas Beberibe e Pedra do Sal e PCH Areia Branca, cujas aquisições foram comunicadas ao mercado em 22 de dezembro de 2008.

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 4
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_DOESC_relatorio_A.indd 4 24/3/2009 13:32:01

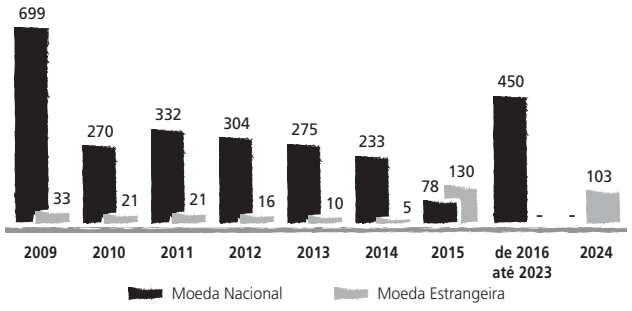
Evolução da Dívida Líquida
(R$ milhões)



Composição da Dívida Bruta
(R$ milhões)



Cronograma de Vencimento da Dívida
(R$ milhões)



7. INVESTIMENTOS

7.1. Manutenção, Revitalização e Ampliação do Parque Gerador

Em 2008 R$ 288,5 milhões foram direcionados à construção da Usina Hidrelétrica São Salvador – dos quais R$ 68,5 milhões correspondentes a crédito de PIS/Cofins acumulados até 31 de dezembro de 2008 –, R$ 10,2 milhões à construção da Usina Termelétrica Destilaria Andrade, R$ 33,3 milhões à construção da Usina Eólica Pedra do Sal e da PCH Areia Branca e R$ 71,1 milhões aos projetos de manutenção e revitalização das usinas, totalizando R$ 403,1 milhões.

Adicionalmente, foram investidos no ano R$ 885,8 milhões em aquisições, sendo R$ 644,9 milhões para a Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra e R$ 240,9 milhões para as PCHs José Gelazio da Rocha e Rondonópolis.

Além disso, a Companhia anunciou em 22 de dezembro de 2008 a aquisição de três ativos de geração oriundos de fontes complementares – as Usinas Eólicas Beberibe e Pedra do Sal e da PCH Areia Branca – por R$ 200,0 milhões, cujo pagamento está previsto para janeiro de 2009.

Dessa forma, considerando-se os valores destinados à construção e aquisição de usinas, a Companhia em 2008 investiu R$ 1.488,9 milhões, valor 292,4% superior aos R$ 379,4 milhões registrados em 2007.

7.2. Pesquisa e Desenvolvimento

Como forma de buscar soluções sustentáveis para suas operações e interagir com as instituições e fundações de ensino e pesquisa locais, a Tractebel desenvolve seu programa anual de pesquisa e desenvolvimento, conforme determinação da Aneel, no qual em 2008 foram investidos R$ 20,0 milhões em diversos projetos, nas seguintes áreas de criação e investimento:

- eficiência energética;
- fonte renovável ou alternativa de geração de energia elétrica;
- meio ambiente;
- qualidade e confiabilidade;
- planejamento e operação de sistemas elétricos;
- supervisão, controle e proteção de sistemas elétricos;
- medição e faturamento; e
- novos materiais e componentes.

8. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Tractebel conduz seus negócios em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa, compromissada com a prestação de contas e com a transparência na gestão. Como reconhecimento dessa postura, em 2008 a Companhia ficou em 1º lugar entre As Melhores Companhias para os Acionistas no III Ranking Capital Aberto, realizado pela revista Capital Aberto, que aponta as empresas que mais se destacaram em rentabilidade do negócio, rentabilidade da ação, liquidez, governança corporativa e sustentabilidade.

As ações da Tractebel Energia são negociadas no Novo Mercado, segmento da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros composto por companhias empenhadas em adotar práticas de governança corporativa adicionais às exigidas pela legislação brasileira.

Sua estrutura de controle interno foi adequada aos regulamentos da Sarbanes-Oxley (SOX), lei norte-americana voltada às companhias de capital aberto que visa à criação de mecanismos confiáveis de auditoria e segurança das informações para garantir a veracidade do conteúdo dos relatórios financeiros.

O Conselho de Administração é composto por nove membros efetivos, sendo dois membros independentes e um representante dos empregados. A Diretoria Executiva possui sete membros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandatos de três anos, sendo permitida a reeleição. Três membros compõem o Conselho Fiscal, podendo ter no mínimo três e no máximo cinco membros, sendo um deles indicado pelos acionistas minoritários.

A Tractebel Energia é estruturada em oito comitês que contribuem em áreas específicas do negócio e cujas ações estão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração, sendo eles os Comitês de Energia, de Gerenciamento de Risco, Financeiro, de Planejamento Tributário, de Ética, de Inovação, de Sustentabilidade e Estratégico.

8.1. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária da Companhia tem direito de voto em assembléia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos; de participar da distribuição de lucros ou outras distribuições a acionistas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações. De acordo com o regulamento do Novo Mercado, as ações ordinárias podem ser incluídas em oferta pública de ações, em decorrência da alienação do controle da Companhia, recebendo, no mínimo, 100% do preço pago por ação ordinária do bloco de controle.

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social, em virtude de estar listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

8.2. Política de Divulgação de Informações

A Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Ações da Tractebel Energia atende às regras de transparência e às exigências dos órgãos reguladores do mercado financeiro, como o Banco Central, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a BM&FBOVESPA. A Companhia divulga fatos relevantes conforme a Instrução nº 358/02 da CVM, que exige a disponibilização de dados sobre seus negócios de forma a dar aos investidores tempo hábil para a tomada de decisão. As divulgações de resultados trimestrais, os fatos relevantes, os *earnings releases*, os relatórios anuais, os documentos arquivados na CVM, as políticas e práticas da Companhia e outras informações institucionais estão disponíveis no *site* de Relações com Investidores (www.tractebelenergia.com.br).

8.3. Código de Ética e Regimento Interno do Conselho de Administração

O Código de Ética da Tractebel está em sua segunda versão e reafirma os valores corporativos e as normas de conduta exigidas de seus colaboradores e parceiros pela Companhia, esclarece questões de comportamento ético e define princípios a serem observados no relacionamento com os públicos que interagem com a Tractebel. O documento está alinhado aos valores e princípios da GDF SUEZ e está disponível no site da Companhia (www.tractebelenergia.com.br).

Além disso, com base em documento similar utilizado por seu controlador, a Tractebel Energia elaborou e implantou o Regimento Interno do Conselho de Administração.

9. MERCADO DE CAPITAIS

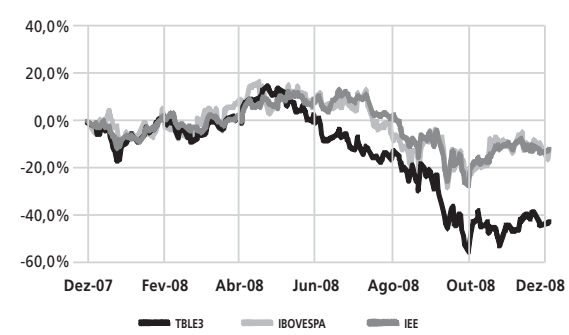
A Tractebel Energia possui ações ordinárias negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA sob o código TBLE3. Suas ações integram o Índice de Governança Corporativa Diferenciada (IGC), o Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG) e, pelo quarto ano consecutivo, foram selecionadas para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). A Companhia negocia ainda ADRs (*American Depositary Receipts*) Nível 1 no mercado de balcão norte-americano sob o código TBLEY, sendo a relação de um ADR para cada ação ordinária.

O ano de 2008 foi conturbado para a economia mundial. O agravamento da crise internacional atingiu o setor bancário e os mercados monetário e de capitais, que registraram quedas significativas. O crescimento observado nas grandes economias sofreu forte desaceleração, alguns países entraram em recessão e, no Brasil, o dólar apresentou forte alta no decorrer do ano. Nesse cenário, o Ibovespa encerrou 2008 com declínio de 41,2% acompanhado da perda de 11,6% do Índice do Setor Elétrico (IEE). As ações da Tractebel, seguindo o comportamento observado no mercado, também encerraram o ano em queda: 12,9%.

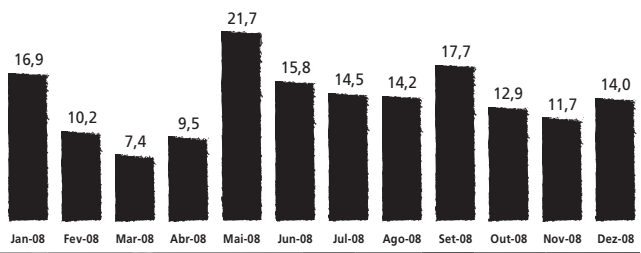
Os papéis da Companhia registraram presença em 100% dos pregões da BM&FBOVESPA em 2008, e o volume médio diário de negociação no ano em análise foi de R$ 14,2 milhões, 25,8% acima dos R$ 11,3 milhões registrados em 2007.

Em 31 de dezembro de 2008 os papéis estavam cotados a R$ 18,55/ação, representando um valor de mercado da Companhia equivalente a R$ 12,1 bilhões.

Desempenho das Ações da Tractebel em 2008
Base 100 em 31/12/07



Volume Médio Diário das Negociações com TBLE3
(R$ milhões)



DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 5
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_DOESC_relatorio_A.indd 5 24/3/2009 13:32:18

9.1. Relações com Investidores

O departamento de Relações com Investidores é responsável pela divulgação de informações sobre o desempenho da Companhia por meio de eventos, como o da Associação dos Analistas e Profissionais do Mercado de Capitais (Apimec), bem como por teleconferências e visitas às centrais geradoras, através do programa Por Dentro da Tractebel. Adicionalmente, participa constantemente de conferências e seminários dos principais bancos de investimento e corretoras, promovendo assim o acesso necessário do público investidor às informações da Companhia. Os canais de contato com os investidores e analistas de mercado são o *site* de relações com investidores, o telefone do departamento (48 3221-7221) e as reuniões diretas.

10. RECURSOS HUMANOS

As políticas de recursos humanos da Tractebel guiam a atuação da Companhia na busca de um ambiente de trabalho ético, justo e responsável que garanta condições de desempenho, desenvolvimento e reconhecimento aos empregados. Para manter essa estrutura e sustentar sua estratégia de negócio, a Companhia investe continuamente no desenvolvimento de programas de comunicação que fortalecem atitudes e comportamentos alinhados à cultura organizacional.

De dois em dois anos é realizada uma pesquisa de clima organizacional a fim de estreitar a relação de confiança entre a Companhia e seus empregados e aprimorar a estrutura e os programas de recursos humanos. Na última pesquisa, realizada em 2007, 88% dos empregados consideraram a Tractebel uma das melhores empresas para se trabalhar, uma melhoria de oito p.p. em relação à anterior. A partir da última pesquisa foram desenvolvidas diversas ações para aprimorar os pontos insatisfatórios apontados em 2007 e melhorar o resultado obtido. No ano de 2008 a Companhia ficou entre as 50 melhores empresas em gestão de pessoas no ranking Valor Carreira do Jornal Valor Econômico.

Os serviços oferecidos pela Companhia demandam mão-de-obra especializada e exigem um quadro de profissionais altamente qualificados, sendo que 36% dos funcionários tem formação universitária e 38% o segundo grau técnico.

Nessa linha, o Programa de Sucessão, desenvolvido pela Tractebel, objetiva a manutenção de um corpo funcional sempre atualizado e qualificado, e abrange a contratação de novos empregados e a condução de um programa de desligamento voluntário vinculado à preparação de sucessores, com datas de saída programadas pela Companhia.

No final de 2008 a Tractebel contava com 941 empregados: 819 homens e 122 mulheres. Durante o ano foram admitidos 61 e desligados 37.

A Tractebel Energia possui Acordos Coletivos de Trabalho assinados com sindicatos que representam seus empregados, em conformidade com as diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e inclui temas como reajuste salarial, planos de previdência, benefícios, segurança e saúde, equipamentos de proteção, treinamento e educação.

10.1. Saúde e Segurança

A Tractebel adota práticas e programas voltados à saúde e segurança no trabalho tanto para os empregados próprios quanto para os de empresas de serviços terceirizados.

Em 2008 houve um acidente de trabalho fatal com empregado de empresa terceirizada ocorrido nas instalações da Tractebel Energia. A taxa de freqüência foi de 3,2 e a taxa de gravidade de 0,08 para um total de 4.992.528 horas trabalhadas no ano por empregados próprios e de empresas de serviços terceirizados. A Companhia busca constantemente aprimorar sua política de saúde e segurança, além de buscar conscientizar os empregados para a melhoria desses índices.

Anualmente um check-up médico é realizado por todos os empregados, que, além disso, possuem um plano individual de saúde que estabelece metas associadas, por exemplo, a peso e nível de colesterol, com base nos resultados dos exames.

10.2. Benefícios

São oferecidos a todos os empregados e seus dependentes um auxílio à recuperação da saúde, que cobre as áreas médica, odontológica, farmacêutica e psicológica.

A Tractebel oferece também seguro de vida em grupo, cobertura para incapacidade e invalidez, licença-maternidade e paternidade, auxílio-creche e alimentação, previdência privada e auxílio no atendimento a portadores de necessidades especiais.

O plano de previdência privada da Companhia é administrado pela PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar, e tem a participação de 94,3% dos empregados, em sua grande maioria em plano de contribuição definida. Em 2008 a Companhia repassou R$ 57,6 milhões para este plano.

A Companhia também patrocina, na Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), cerca de 2.200 dos ex-empregados aposentados que são de sua responsabilidade e que optaram por não fazer parte do plano da Tractebel Energia na PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar.

10.3. Treinamento e Desenvolvimento

A Companhia possui programa de treinamento e desenvolvimento, além de oferecer auxílio à formação educacional em diferentes níveis acadêmicos. Em 2008 a média de treinamento por empregado foi de 72,4 horas/homem.

O Programa de *Trainees* da Tractebel, desde 2000, identifica, desenvolve, investe e qualifica novos talentos formando vários colaboradores que hoje atuam na Companhia em diversas áreas.

10.4. Remuneração e Participação nos Resultados

A política de remuneração da Companhia está alinhada às práticas de mercado e é monitorada por meio de pesquisas salariais.

Em 2008, foram distribuídos aos empregados R$ 13,4 milhões como participação nos lucros do exercício anterior. A distribuição é proporcional à remuneração e leva em conta o desempenho individual e o alcance das metas previamente estabelecidas.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Como geradora de energia elétrica, insumo necessário ao desenvolvimento econômico e social, a Tractebel reconhece os impactos de suas atividades e ações no meio ambiente e nas comunidades. Por isso, pauta sua gestão nas premissas do desenvolvimento sustentável e balanceado entre as dimensões econômica, social e ambiental.

A gestão ambiental da Companhia tem como estratégia utilizar programas e ferramentas que permitam identificar e administrar os impactos gerados e, assim, procura minimizá-los por meio de melhorias operacionais e do controle dos riscos.

Para alcançar esses resultados na busca pelo desenvolvimento sustentável, a gestão socioambiental da Companhia é guiada por quatro diretrizes:

- operacional: maximizar a geração de energia observando o planejamento do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), preservando as condições ambientais e garantindo a segurança dos aproveitamentos;
- ambiental: gerar energia em observância às normas de segurança, ao uso racional dos recursos naturais e à preservação do patrimônio público;
- patrimonial: utilizar estritamente as áreas necessárias aos empreendimentos, realocar áreas remanescentes para uso social e ambiental, detectando e impedindo seu uso irregular; e
- relacionamento com a sociedade: participar da vida das comunidades localizadas nas áreas de influência dos empreendimentos, procurando identificar e satisfazer suas expectativas, disponibilizando mecanismos de comunicação abertos e permanentes.

As operações contam com o Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Meio Ambiente, que mantém mecanismos e procedimentos operacionais adequados à gestão de cada uma das usinas, levando em conta as especificidades (hidrelétricas ou termelétricas) e as características socioambientais de cada região.

Nas hidrelétricas, a Tractebel monitora e controla o uso de recursos naturais e desenvolve ações para mitigar ou compensar os impactos decorrentes do uso dos reservatórios de suas usinas hidrelétricas. Os principais monitoramentos e controles nas usinas termelétricas concentram-se na qualidade do ar, no volume e qualidade dos efluentes líquidos e resíduos sólidos.

Com isso, todas as usinas de geração de energia operadas pela Tractebel estão regularizadas nos órgãos ambientais competentes e, com exceção das recém-adquiridas, possuem as certificações internacionais ISO 9001:2000 e ISO 14001:2004, cumprindo o disposto em seus Códigos de Ética e de Meio Ambiente e atendendo às expectativas de seus *stakeholders*.

A Unidade de Co-geração Lages, por atender aos requisitos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) estabelecido pelo Protocolo de Kyoto, é certificada e registrada junto ao comitê executivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC).

Com isso, as emissões de gases que a operação da usina evita são reconhecidas globalmente como créditos de carbono e possibilita sua comercialização.

A usina obtém créditos de carbono ao gerar energia a partir de resíduos da indústria madeireira da região, evitando a emissão de gás metano que seria liberado com a decomposição da madeira e contribuiria com o aumento do efeito estufa. Já foram vendidas 750.000 toneladas de Reduções Certificadas de Emissões (RCEs), volume que representa 40% do total de RCEs a serem emitidas, e que deverá ser entregue ao Prototype Carbon Fund (PCF) em parcelas anuais até 2013. Em 2008 a Companhia vendeu créditos de carbono no valor de R$ 10,0 milhões, gerados pela Unidade de Co-geração Lages e já emitidos pelo Comitê Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo da ONU, para a empresa Bunge Emissions Fund Limited.

A Tractebel também atua em projetos sociais e culturais por meio de diversos programas nas áreas de educação, voluntariado, cidadania, desenvolvimento cultural, melhoria e educação ambiental, geração de emprego e renda e inserção no mercado de trabalho.

Esse comprometimento e atuação da Companhia em linha com o desenvolvimento sustentável resultaram, pelo quarto ano consecutivo, na sua permanência no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA, uma carteira de ações composta por ações de empresas comprometidas com práticas de sustentabilidade e que apresentam os melhores desempenhos com relação à eficiência econômica, responsabilidade socioambiental e governança corporativa.

O Comitê de Sustentabilidade da Tractebel Energia desenvolve o sistema pró-ativo de responsabilidade socioambiental e assegura a transparência das ações e o uso ético dos recursos aplicados.

12. AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme o disposto no Artigo 2º da Instrução CVM nº 381/03, a Tractebel Energia informa que os auditores independentes da Companhia e de suas controladas, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2008.

13. AGRADECIMENTOS

A Tractebel Energia agradece a todos seus empregados, clientes, fornecedores, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia nesses 10 anos de existência.

A Administração

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 6
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_DOESC_relatorio_A.indd 6 24/3/2009 13:32:46

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora 2008	Controladora 2007	Consolidado 2008	Consolidado 2007
ATIVO CIRCULANTE					
Numerário disponível		8.761	6.694	25.389	25.170
Aplicações financeiras	4	309.859	565.061	394.616	768.921
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	371.041	323.171	387.579	349.906
Dividendos a receber de controladas		9.000	91.006	-	-
Alienação de bens e direitos	9	17.448	-	17.448	-
Tributos e contribuições sociais a compensar	6	17.069	8.285	27.035	11.169
Almoxarifado		57.749	49.289	58.788	50.068
Cauções e depósitos vinculados		-	18.375	1.414	19.785
Ativo fiscal diferido	7	13.642	12.091	14.488	12.160
Outros		34.463	26.906	31.480	27.172
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		**839.032**	**1.100.878**	**958.237**	**1.264.351**
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Tributos e contribuições sociais a compensar	6	22.613	21.208	106.682	24.183
Cauções e depósitos vinculados		-	-	25.162	32.330
Depósitos judiciais	19	159.906	126.357	161.005	150.679
Alienação de bens e direitos	9	68.469	81.315	68.469	81.315
Ativo fiscal diferido	7	201.673	201.371	208.431	204.015
Outros		7.913	7.024	18.040	7.024
		460.574	**437.275**	**587.789**	**499.546**
Permanente					
Investimentos	10	1.604.629	1.156.481	30.812	30.812
Imobilizado	11	3.414.337	2.725.218	6.638.263	4.724.611
Intangível	12	19.840	2.185	126.715	72.081
Diferido		-	-	-	6.689
		5.038.806	**3.883.884**	**6.795.790**	**4.834.193**
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		**5.499.380**	**4.321.159**	**7.383.579**	**5.333.739**
TOTAL		**6.338.412**	**5.422.037**	**8.341.816**	**6.598.090**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora 2008	Controladora 2007	Consolidado 2008	Consolidado 2007
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	14	149.029	229.708	212.367	273.911
Dividendos e juros sobre o capital próprio	24	154.497	532.997	154.497	532.997
Empréstimos e financiamentos	15	512.519	71.255	671.913	121.024
Debêntures	16	50.111	32.138	60.591	56.560
Tributos e contribuições sociais	17	370.548	271.724	404.108	341.396
Obrigações estimadas		36.559	32.713	37.759	33.073
Obrigações com o programa de pesquisa e desenvolvimento	18	55.037	38.820	60.270	46.574
Provisão para contingências	19	10.140	10.134	10.262	10.336
Benefícios pós-emprego	21	21.642	18.450	21.642	18.450
Partes relacionadas	30	-	-	221.306	-
Outros		44.621	37.793	57.719	45.475
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		**1.404.703**	**1.275.732**	**1.912.434**	**1.479.796**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Exigível a Longo Prazo					
Empréstimos e financiamentos	15	403.363	345.302	1.580.325	970.731
Debêntures	16	632.984	560.302	665.744	664.919
Provisões para contingências	19	71.512	63.229	75.750	68.040
Concessões a pagar	20	285.782	-	556.683	234.188
Benefícios pós-emprego	21	321.800	310.333	321.800	310.333
Passivo fiscal diferido	22	36.535	36.535	38.135	36.535
Outros		10.945	13.751	20.157	16.695
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**1.762.921**	**1.329.452**	**3.258.594**	**2.301.441**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	23	2.445.766	2.445.766	2.445.766	2.445.766
Reservas de capital	23	91.695	91.695	91.695	91.695
Reservas de lucros	23	633.327	279.392	633.327	279.392
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**3.170.788**	**2.816.853**	**3.170.788**	**2.816.853**
TOTAL		**6.338.412**	**5.422.037**	**8.341.816**	**6.598.090**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
SALDOS EM 31/12/2006	**2.445.766**	**91.695**	**227.110**	**-**	**2.764.571**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.045.627	**1.045.627**
Proposta da Administração de destinação do lucro:					
- reserva legal	-	-	52.282	(52.282)	**-**
- dividendos/juros sobre o capital próprio – R$ 1,5218031188 por ação	-	-	-	(993.345)	**(993.345)**
SALDOS EM 31/12/2007	**2.445.766**	**91.695**	**279.392**	**-**	**2.816.853**
Efeito dos ajustes da Lei 11.638	-	-	(4.919)	-	**(4.919)**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.115.153	**1.115.153**
Proposta da Administração de destinação do lucro:	-	-	-	-	**-**
- reserva legal	-	-	55.758	(55.758)	**-**
- dividendos/juros sobre o capital próprio – R$ 1,1586484519 por ação	-	-	-	(756.299)	**(756.299)**
- reserva de retenção de lucros	-	-	303.096	(303.096)	-
SALDOS EM 31/12/2008	**2.445.766**	**91.695**	**633.327**	**-**	**3.170.788**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_DOESC_Quadros_notas.indd 6 24/3/2009 13:28:39

Tractebel Energia S.A.
Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 02.474.103/0001-19

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2008	Controladora 2007	Consolidado 2008	Consolidado 2007
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Fornecimento de energia elétrica		383.042	343.794	1.059.455	929.246
Suprimento de energia elétrica		2.680.941	2.543.455	2.754.241	2.421.532
Outras receitas		23.931	19.719	20.421	13.938
		3.087.914	**2.906.968**	**3.834.117**	**3.364.716**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL					
PIS e COFINS		(194.057)	(149.365)	(261.355)	(199.336)
ICMS		(68.308)	(61.103)	(103.515)	(95.260)
ISS		(357)	(377)	(373)	(377)
Pesquisa e desenvolvimento		(25.350)	(22.563)	(27.830)	(26.316)
		(288.072)	**(233.408)**	**(393.073)**	**(321.289)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**2.799.842**	**2.673.560**	**3.441.044**	**3.043.427**
CUSTOS DE ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇOS					
Energia elétrica comprada para revenda		(166.619)	(394.651)	(486.567)	(267.652)
Transações no âmbito da CCEE		(40.988)	(177.412)	(44.909)	(181.709)
Custo de produção de energia elétrica	25	(558.923)	(526.372)	(650.948)	(616.376)
Custo dos serviços prestados	25	(11.077)	(10.830)	(11.077)	(10.830)
		(777.607)	**(1.109.265)**	**(1.193.501)**	**(1.076.567)**
LUCRO BRUTO		**2.022.235**	**1.564.295**	**2.247.543**	**1.966.860**
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	25	(216.627)	(179.038)	(250.083)	(216.757)
Despesas gerais e administrativas	25	(145.517)	(113.716)	(162.319)	(130.121)
Reversão (Constituição) de provisões operacionais, líquida	26	3.394	(258)	480	(2.229)
Recuperação de PIS e COFINS	27	76.431	-	76.431	-
Ganhos em ações judiciais		2.595	3.700	2.595	3.700
Outras despesas operacionais, líquidas		(937)	(1.507)	(877)	(1.462)
		(280.661)	**(290.819)**	**(333.773)**	**(346.869)**
Resultado do serviço		**1.741.574**	**1.273.476**	**1.913.770**	**1.619.991**
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	10	54.698	185.838	-	-
Amortização de ágio	10	(3.031)	(6.747)	-	-
		51.667	**179.091**	**-**	**-**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	28	110.095	82.025	123.136	100.602
Despesas financeiras	28	(348.034)	(144.527)	(447.386)	(235.255)
		(237.939)	**(62.502)**	**(324.250)**	**(134.653)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		**1.555.302**	**1.390.065**	**1.589.520**	**1.485.338**
Imposto de renda	8	(320.542)	(251.664)	(346.923)	(321.552)
Contribuição social	8	(119.607)	(92.774)	(127.444)	(118.159)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**1.115.153**	**1.045.627**	**1.115.153**	**1.045.627**
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO EM R$		**1,71**	**1,60**	**-**	**-**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Em milhares de reais)

	Controladora 2008	Controladora 2007	Consolidado 2008	Consolidado 2007
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	1.115.153	1.045.627	1.115.153	1.045.627
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	208.375	176.521	266.383	235.866
Resultado de participação societária	(51.667)	(179.091)	-	-
Variação monetária e cambial, líquida	127.644	(33.137)	155.601	(16.320)
Recuperação de PIS e COFINS	(76.431)	-	(76.431)	-
Juros líquidos	56.015	38.270	71.755	54.981
Constituição (reversão) de provisão operacional, líquida	(28.634)	4.781	(25.720)	6.758
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(213)	(6.497)	(4.917)	(6.334)
Outros	1.425	236	1.450	(1.465)
	1.351.667	**1.046.710**	**1.503.274**	**1.319.113**
Redução (aumento) nos ativos				
Recursos vinculados a pagamentos de obrigações	-	21.643	-	21.643
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(25.161)	3.007	(30.581)	19.612
Tributos e contribuições sociais a compensar	25.363	5.795	26.511	5.861
Almoxarifado	(8.273)	(26.570)	(8.705)	(26.445)
Cauções e depósitos vinculados/judiciais	34.374	32.849	59.219	33.061
Alienações de bens e direitos	(1.077)	(551)	(1.379)	9.333
Despesas antecipadas	1.215	(2.230)	(41)	(2.243)
Créditos da conta consumo de combustível – CCC/CDE	(10.757)	1.543	(10.757)	1.543
Outros	(6.938)	(4.231)	(12.950)	(4.518)
	8.746	**31.255**	**21.317**	**57.847**
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	(86.490)	(6.216)	(63.125)	36.400
Empréstimos, financiamentos e debêntures	30.849	14.373	82.375	14.352
Tributos e contribuições sociais	140.450	243.718	99.452	303.993
Partes relacionadas	-	-	221.306	-
Obrigações estimadas	6.667	6.288	4.742	6.295
Provisão para contingências	(8.767)	(5.615)	(7.235)	(6.806)
Benefícios pós-emprego	(31.390)	(29.334)	(31.390)	(29.334)
Obrigações com o programa de pesquisa e desenvolvimento	9.992	7.456	11.302	11.399
Outros	1.496	5.318	16.947	5.548
	62.807	**235.988**	**334.374**	**341.847**
Recursos provenientes das atividades operacionais	**1.423.220**	**1.313.953**	**1.858.965**	**1.718.807**
Atividades de investimento				
Aumento em investimentos, líquido das disponibilidades	(885.312)	(353.771)	(1.052.757)	(329.001)
Aplicação no imobilizado	(69.923)	(67.586)	(401.700)	(376.117)
Aplicação no intangível e diferido	(607)	(1.428)	(65.331)	(1.428)
Dividendos recebidos de controladas	64.402	231.958	-	-
Recursos utilizados nas atividades de investimentos	**(891.440)**	**(190.827)**	**(1.519.788)**	**(706.546)**
Atividades de financiamento				
Financiamentos e debêntures	400.000	353.423	583.531	693.363
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(103.476)	(158.345)	(187.011)	(228.118)
Disponibilidades recebidas na incorporação de controlada	28.344	-	-	-
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	(1.109.783)	(940.255)	(1.109.783)	(940.255)
Recursos utilizados nas atividades de financiamentos	**(784.915)**	**(745.177)**	**(713.263)**	**(475.010)**
Total dos efeitos no caixa e equivalentes	**(253.135)**	**377.949**	**(374.086)**	**537.251**
Caixa e equivalentes				
Saldo inicial	571.755	193.806	794.091	256.840
Saldo final	318.620	571.755	420.005	794.091
	(253.135)	**377.949**	**(374.086)**	**537.251**
Pagamentos efetuados no exercício				
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	97.116	73.191	142.734	114.892
Imposto de renda e contribuição social	282.774	102.500	351.353	154.470
Transações que não envolveram o caixa				
Imposto de renda e contribuição social compensados	48	16.974	2.446	21.638
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio	176.000	545.279	176.000	545.279
Dividendos propostos a receber de controladas	4.071	91.006	-	-
Efeito dos ajustes da Lei 11.638	(4.919)	-	(4.919)	-

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_DOESC_Quadros_notas.indd 7 24/3/2009 13:29:20

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receitas de vendas e serviços	3.087.914	2.906.968	3.834.117	3.364.716
Recuperação de PIS e COFINS	76.431	-	76.431	-
Outros	1.658	2.193	1.718	2.238
	3.166.003	**2.909.161**	**3.912.266**	**3.366.954**
(-) Insumos				
Materiais	(21.042)	(21.271)	(22.733)	(23.300)
Serviços de terceiros	(98.153)	(75.045)	(111.217)	(87.539)
Combustível para produção de energia	(92.456)	(118.684)	(103.968)	(126.960)
Energia elétrica comprada para revenda	(166.619)	(394.651)	(486.567)	(267.652)
Transações no âmbito da CCEE	(40.988)	(177.412)	(44.909)	(181.709)
Encargos de uso da rede elétrica	(205.160)	(169.161)	(235.556)	(205.762)
Seguros	(7.906)	(6.798)	(9.159)	(7.924)
Outros	(24.235)	(21.460)	(33.372)	(23.714)
	(656.559)	**(984.482)**	**(1.047.481)**	**(924.560)**
VALOR ADICIONADO BRUTO	**2.509.444**	**1.924.679**	**2.864.785**	**2.442.394**
Depreciação e amortização	(208.375)	(176.521)	(266.383)	(235.866)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	**2.301.069**	**1.748.158**	**2.598.402**	**2.206.528**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras	110.095	82.025	123.136	100.602
Resultado de participações societárias	51.667	179.091	-	-
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**2.462.831**	**2.009.274**	**2.721.538**	**2.307.130**

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Controladora				Consolidado			
	2008	%	2007	%	2008	%	2007	%
Remuneração:								
Do trabalho								
Remuneração e encargos	94.389	3,83	88.167	4,39	97.682	3,59	89.871	3,90
Benefícios	30.731	1,25	23.802	1,18	30.889	1,13	24.101	1,04
FGTS	6.041	0,25	5.906	0,29	6.380	0,23	5.906	0,26
Participação nos resultados	14.905	0,61	13.001	0,64	14.982	0,55	13.038	0,56
	146.066	**5,94**	**130.876**	**6,50**	**149.933**	**5,50**	**132.916**	**5,76**
Do governo								
Impostos federais	663.026	26,92	535.193	26,64	766.468	28,17	688.741	29,86
Impostos estaduais	68.462	2,78	61.300	3,05	103.674	3,81	95.460	4,14
Impostos municipais	820	0,03	930	0,05	863	0,03	948	0,04
Encargos setoriais	116.088	4,71	102.852	5,12	133.636	4,91	127.381	5,52
Encargos s/ concessão ANEEL	42.785	1,74	-	-	83.371	3,06	34.302	1,49
	891.181	**36,18**	**700.275**	**34,86**	**1.088.012**	**39,98**	**946.832**	**41,05**
Do capital de terceiros								
Encargos e variações monetárias/ cambiais	292.106	11,86	119.134	5,93	343.427	12,62	167.084	7,24
Aluguéis	11.586	0,47	7.334	0,37	11.961	0,44	7.907	0,34
Outras despesas financeiras	6.739	0,27	6.028	0,30	13.052	0,48	6.764	0,29
	310.431	**12,60**	**132.496**	**6,60**	**368.440**	**13,54**	**181.755**	**7,87**
Do capital próprio								
Reserva legal	55.758	2,26	52.282	2,60	55.758	2,05	52.282	2,27
Juros sobre o capital próprio	176.000	7,15	176.000	8,76	176.000	6,47	176.000	7,63
Dividendos	580.299	23,56	817.345	40,68	580.299	21,32	817.345	35,42
Lucro retido	303.096	12,31	-	-	303.096	11,14	-	-
	1.115.153	**45,28**	**1.045.627**	**52,04**	**1.115.153**	**40,98**	**1.045.627**	**45,32**
	2.462.831	**100,00**	**2.009.274**	**100,00**	**2.721.538**	**100,00**	**2.307.130**	**100,00**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Em milhares de reais)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, com sede em Florianópolis (SC), e tem como atividade a geração e comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Sua capacidade instalada, incluindo a participação nos consórcios Itá e Machadinho, é de 6.152 MW, dos quais aproximadamente 79% em usinas hidrelétricas, 19% em termelétricas e 2% em energias alternativas.

A capacidade de fornecimento de energia elétrica da Companhia, incluindo o contrato de compra de longo prazo firmado com a controlada Itá Energética S.A. (ITASA), é de 6.189 MW.

Com a entrada em operação da UHE São Salvador, prevista para o primeiro semestre de 2009, a Capacidade Instalada da Companhia passará para 6.432 MW. Adicionalmente a Companhia possui, através de sua controlada Gama Participações Ltda. (Gama), dois novos projetos em construção, que irão agregar 38MW em seu parque gerador, ainda em 2009.

Em julho de 2008, foi consumada a fusão entre a controladora indireta da Tractebel Energia, Suez S.A. (Suez), companhia francesa de capital aberto e a Gaz de France (GDF), companhia constituída sob as leis da França, resultando numa única companhia, denominada GDF Suez. A Operação não modificou ou afetou adversamente, de nenhum modo, as operações da Tractebel Energia.

Visando adequar-se à nova identidade mundial do Grupo, resultado da união das empresas anteriormente comentada, ao fim de 2008, a controladora da Companhia, Suez Energy South America Participações Ltda. teve sua denominação social alterada para GDF Suez Energy Latin America Participações Ltda.

Conforme mencionado na Nota 34, em 06/03/2009, a Companhia emitiu R$ 300.000 em notas promissórias que serão destinados ao pagamento de dívidas e ao financiamento do capital de giro. Adicionalmente, o Conselho de Administração aprovou a emissão de debêntures no valor de R$ 600.000 que serão utilizados para o pagamento integral das notas promissórias anteriormente mencionadas e o pagamento de parte da dívida representada pelas notas promissórias emitidas em 20/05/2008 e com vencimento previsto para 15/05/2009.

Os principais eventos societários relativos a aquisições e incorporação de empresas em 2008 estão sumarizados a seguir:

Aquisição da Tupan Energia Elétrica S.A. e Hidropower Energia S.A.

A Companhia, em dezembro de 2008, através de sua controlada integral, Gama, concluiu o processo de aquisição da totalidade do capital social da Tupan Energia Elétrica S.A. (Tupan) e da Hidropower Energia S.A. (Hidropower), pelo valor de R$ 240.859. Vide informações adicionais sobre as empresas na Nota 10.

Aquisição da Eólica Beberibe S.A., Eólica Pedra do Sal S.A., Hidrelétrica Areia Branca S.A. e Econergy Brasil Serviços Corporativos Ltda.

Em dezembro de 2008 a Companhia também adquiriu a totalidade do capital social da Eólica Beberibe S.A. (Beberibe) pelo montante de R$ 100.800, da Eólica Pedra do Sal S.A. (Pedra do Sal) por R$ 52.200, da Hidrelétrica Areia Branca S.A. (Areia Branca) pelo valor de R$ 46.800 e da Econergy Brasil Serviços Corporativos Ltda. (Econergy Serviços) por R$ 200, totalizando R$ 200.000 (R$ 194.356 líquidos de impostos).

Estes investimentos foram comprados da SESA BidCo Ltd., sociedade constituída e existente sob as leis da Ilha de Man e cujo controle é exercido pelo grupo GDF Suez, do qual a Tractebel Energia faz parte.

Anteriormente, em outubro de 2008, a SESA BidCo Ltd. concluiu o processo de oferta pública na Bolsa de Valores de Londres para a aquisição de 100% das ações da Econergy International PLC (Econergy), a qual controlava indiretamente, entre outras empresas, as anteriormente mencionadas.

O preço de aquisição foi definido com base em avaliação econômico-financeira preparada por Banco de reconhecida reputação em avaliação para este propósito e o processo de aquisição respeitou as melhores práticas de governança corporativa relativa a transações entre partes relacionadas. Maiores informações sobre a transação e as empresas estão detalhadas na Nota 10.

Constituição da Ibitiúva Bioenergética S.A.

Em agosto de 2008, o Consórcio Andrade, formado pela controlada indireta da Companhia, Ibitiúva Bioenergética S.A. (Ibitiúva), e pela Andrade Açúcar e Álcool S.A., controlada da Açúcar Guarani S.A., vendeu 20 MW médios de energia elétrica no 1º Leilão de Energia de Reserva, promovido pela ANEEL, pelo preço de R$ 158,11/MWh. A Companhia possui participação indireta de 76,0% na Ibitiúva e 71,17% no Consórcio. O investimento previsto para a construção da Usina é de R$ 120.000. Informações adicionais sobre a empresa estão mencionadas na Nota 10.

Aquisição da Ponte de Pedra Energética S.A.

A Companhia, conforme mencionado na Nota 10, em abril de 2008, através de sua controlada integral Energia América do Sul Ltda. (EAS), adquiriu a totalidade das ações da Ponte de Pedra Energética S.A. (PPESA), pelo montante de R$ 644.919.

Incorporação da Controlada Companhia Energética Meridional

Conforme revelado na Nota 10, em março de 2008, foi efetivada a incorporação pela Tractebel Energia, de sua subsidiária integral Companhia Energética Meridional (CEM), mediante a versão de seu acervo líquido, avaliado a valor contábil por empresa especializada.

A incorporação objetivou a simplificação da estrutura societária do grupo, a qual não só reduziu a estrutura organizacional atual, diminuindo custos, aumentando o valor para os acionistas, racionalizando e otimizando os investimentos, bem como facilitou a unificação, padronização e aperfeiçoamento da administração geral dos negócios das sociedades envolvidas e permitiu a eliminação dos custos de negociação que a manutenção das duas companhias impõe.

As informações não financeiras como MW médio, potência instalada, número de funcionários não são revisadas pelos auditores independentes.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com as Normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e, quando aplicável, as regulamentações do órgão regulador ANEEL, e estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente.

Em 28/12/2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações nº 6.404, de 15/12/1976, notadamente em relação ao capítulo XV, que trata sobre matéria contábil, e aplica-se às demonstrações contábeis de encerramento do exercício social iniciado a partir

[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_DOESC_Quadros_notas.indd 8 24/3/2009 13:29:24

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Em milhares de reais)

de 01/01/2008. A referida lei visa, principalmente, a atualização da lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela CVM, em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. Algumas alterações devem ser aplicadas a partir deste exercício, enquanto outras dependem de normatização por parte de órgãos reguladores.

Em 03/12/2008, foi editada a Medida Provisória nº 449/08, a qual introduziu algumas alterações à legislação societária, Lei nº 6.404/76, e instituiu o Regime Tributário de Transição (RTT) de apuração do lucro real, pelo qual foi prevista a possibilidade da neutralidade tributária no biênio 2008/2009 sobre os ajustes contábeis decorrentes da adoção das alterações efetuadas pela Lei nº 11.638/07 para as empresas que não aderiram ao RTT.

Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08

A Companhia adotou os dispositivos constantes da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 para a preparação e apresentação de suas demonstrações contábeis, tendo como base as orientações da CVM e/ou das normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, estabelecendo a data de transição em 01/01/2008 (ou 31/12/2007), conforme opção constante da Deliberação CVM nº 565/08.

As modificações introduzidas pela referida legislação caracterizam-se como mudança de prática contábil, entretanto, conforme facultado pela referida deliberação da CVM, os ajustes com impacto no resultado foram efetuados contra lucros acumulados na data de transição, sem efeito retrospectivo sobre as demonstrações contábeis.

Opções relevantes efetuadas relacionadas à adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08

a) Opção que resultou em ajuste na conta de lucros acumulados na data de transição

Ativo diferido

A Lei nº 11.638/07 restringiu o lançamento de gastos no ativo diferido e a MP nº 449/08 extinguiu este grupo de contas. Desta forma, a Companhia optou por efetuar as baixas dos gastos diferidos no valor de R$ 6.689 (R$ 4.919 líquido dos efeitos fiscais), no consolidado, que não tiveram como ser reclassificados para outro grupo de ativos (ativos imobilizado e intangível).

b) Opções que resultaram em reclassificações no balanço patrimonial consolidado de 31/12/2007

	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Investimentos	113.407	(82.595)	30.812
Imobilizado	4.612.826	111.785	4.724.611
Intangível	75.492	(3.411)	72.081
Diferido	32.468	(25.779)	6.689

b.1) Transferência do investimento para o intangível

O ativo intangível foi introduzido pela Lei nº 11.638/07 e está relacionado a direitos que tenham por objeto bens incorpóreos. A Companhia, desde 2006, seguindo orientação da CVM, já vinha reconhecendo determinados direitos intangíveis neste grupo de contas.

O ágio pago nas aquisições da ITASA, CEM e Seival Participações S.A., no valor total de R$ 47.538, no consolidado, que na data da transição estavam apresentados no investimento foram transferidos para o intangível.

b.2) Transferência do intangível para o imobilizado

O direito de concessão da Usina Cana Brava, no montante de R$ 73.176, no consolidado, na data da transição estava apresentado no intangível. Entretanto, considerando que a referida concessão não pode ser vendida ou transferida para terceiros separadamente da respectiva Usina, como resultado da interpretação de regra específica, este ativo foi transferido para o imobilizado para apresentação conjunta com os ativos da Usina em referência.

b.3) Transferência do investimento para o imobilizado

O ágio pago na aquisição da Companhia Energética São Salvador (CESS), no valor de R$ 35.057, na data da transição, foi transferido do investimento para o ativo imobilizado.

b.4) Transferência do diferido para o imobilizado e o intangível

Conforme anteriormente mencionado, como a legislação em referência extinguiu o ativo diferido, os gastos diferidos que não puderam ser transferidos para outros ativos foram baixados. Os gastos transferidos para o imobilizado e o intangível na data da transição montaram R$ 3.552 e R$ 22.227, respectivamente.

c) Comentários relativos a outras opções previstas

c.1) Ajuste a valor presente

De acordo com as novas práticas contábeis, os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, devem ser ajustados a valor presente. A Companhia, na data da transição, já adotava esta prática contábil.

c.2) Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado

As novas práticas contábeis tornaram obrigatórias as demonstrações do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado e descontinuou a apresentação da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos. Na data da transição, a Companhia já apresentava os referidos demonstrativos que eram obrigatórios como informações suplementares às demonstrações contábeis.

c.3) Outras transações

A Companhia não realizou nenhuma operação com derivativos e pagamentos baseados em ações nem transações relevantes envolvendo arrendamento mercantil *(leasing)* que justificassem qualquer adoção de prática contábil de acordo com a nova legislação em referência.

Efeitos no lucro líquido do exercício findo em 31/12/2008 e no patrimônio líquido de 31/12/2008 decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08

	Lucro líquido	Patrimônio líquido
Saldo conforme demonstrações contábeis de 31/12/2008	**1.115.153**	**3.170.788**
Efeitos decorrentes da aplicação da Lei 11.638/07 e da MP 449/08:		
Baixa de ativo diferido	1.064	7.753
Amortização do ativo diferido	(410)	(410)
Imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes	(222)	(1.992)
Saldo desconsiderando os efeitos da Lei 11.638/07 e MP 449/08	**1.115.585**	**3.176.139**

O patrimônio líquido e o lucro líquido da controladora não sofreram nenhum impacto decorrente da adoção inicial da Lei 11.638/07 e Medida Provisória 449/08.

A autorização para conclusão das Demonstrações Contábeis da Companhia ocorreu no dia 09/03/2009 em reunião da Diretoria Executiva da Companhia.

3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Aplicações financeiras: são classificadas em mantidas para negociação, mantidas até o vencimento e disponíveis para venda, vinculados à finalidade das referidas aplicações. As aplicações mantidas para negociação são avaliadas ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzido de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. As disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos na conta de ajuste de avaliação patrimonial, quando aplicável.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos (Ativo fiscal diferido): são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, vigentes na data do balanço, e são reconhecidos com base nas diferenças temporárias. A segregação entre circulante e não circulante obedece à expectativa de realização dos valores que lhe dão origem. A controlada PPESA possui isenção parcial do imposto de renda pelo prazo de 10 anos, a partir do exercício de 2006, por estar localizada em área incentivada da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir prováveis riscos na realização de créditos a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias e de outros créditos, com base em análise individual dos créditos existentes.

d) Almoxarifado: estão registrados ao custo médio ponderado de aquisição, que não excede o valor de mercado.

e) Ativos indexados: são atualizados até a data do balanço.

f) Investimentos: os investimentos em sociedades controladas e controlada em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e os demais investimentos são reconhecidos ao custo de aquisição, que não excede o valor de mercado.

g) Imobilizado: é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação, calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitadas ao prazo da concessão das Usinas, quando aplicável, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas Unidades de Cadastro (UC) que compõem os empreendimentos. As taxas médias anuais de depreciação apuradas pela Companhia e suas controladas estão demonstradas na Nota 11 - a.

Os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado. Até 31/12/1998, foram capitalizados juros sobre o capital próprio vinculado às obras em andamento, em consonância com a legislação específica do setor elétrico.

h) Empréstimos, financiamentos e debêntures: são atualizados pelas taxas de câmbio ou índices contratuais e pelos juros incorridos até a data do balanço, deduzidos dos custos incorridos na captação dos recursos (ver Nota 15 e Nota 16).

i) Demais obrigações: são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

j) Provisão para contingências: são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, cíveis, trabalhistas, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Estas provisões estão sendo apresentadas líquidas dos depósitos judiciais a elas relacionadas. As referidas provisões são atualizadas pelos índices e taxas estabelecidas pelas autoridades fiscais e os honorários de advogados relacionados com tais provisões são registrados.

k) Benefícios pós-emprego: são registrados com base em avaliação atuarial, pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, complementados pelos valores projetados atuarialmente e atualizados mensalmente pelos índices contratuais, no que se refere às obrigações já contratadas (ver Nota 21).

l) Ajuste a valor presente: os ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado.

m) Resultado do exercício: as receitas e despesas são registradas com observância do regime de competência dos exercícios.

n) Reconhecimento dos efeitos inflacionários: estão refletidos somente os efeitos das variações monetárias sobre ativos e passivos indexados em função de disposições legais e contratuais. Em conformidade com as disposições da Lei nº 9.249, de 26/12/1995, a partir de janeiro de 1996 foi extinta a sistemática de correção monetária. Desta forma, os valores correspondentes ao ativo permanente e ao patrimônio líquido estão corrigidos somente até 31/12/1995.

o) Uso de estimativas: a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro das provisões para crédito de liquidação duvidosa, contingências e benefícios pós-emprego, bem como à apresentação do perfil de exigibilidade das mesmas e de realização do respectivo ativo fiscal diferido.

p) Demonstrações contábeis consolidadas: são eliminados os investimentos da investidora no capital das investidas, bem como os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as companhias consolidadas.

Os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas da ITASA são consolidados na proporção da participação da Companhia em seu capital social, por se tratar de controle compartilhado (ver Nota 10 - b).

Em face da participação da controladora nas demais sociedades controladas ser de 99,99%, não houve efeito da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações contábeis consolidadas.

[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_DOESC_Quadros_notas.indd 9 24/3/2009 13:29:28

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Em milhares de reais)

4 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Citibank - Fundo de Investimento Exclusivo				
Operações Compromissadas com Títulos Públicos Federais e Privados *(1)*				
Nota do Tesouro Nacional (NTN – B)	258.434	424.512	313.385	535.435
Debêntures	-	30.092	-	37.955
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	25.473	-	30.890	-
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	13.201	241	16.008	303
	297.108	454.845	360.283	573.693
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	20.473	-	25.823
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	-	40.410	-	50.969
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	12.751	49.333	15.463	62.224
	309.859	565.061	375.746	712.709
Instituições Financeiras *(2)*				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	8.373	31.657
Notas do Tesouro Nacional (NTN – D)	-	-	-	3.634
Debêntures	-	-	10.497	20.921
	-	-	18.870	56.212
	309.859	**565.061**	**394.616**	**768.921**
Banco Santos				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	2.603	1.777	2.603	2.603
(-) Provisão para perdas	(2.603)	(1.777)	(2.603)	(2.603)
	309.859	**565.061**	**394.616**	**768.921**

(1) São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas por uma taxa pré-fixada e estão lastreadas em títulos públicos federais e em títulos privados.

(2) Banco Safra, Banco Bradesco, Banco Itaú, Banco Santander, Banco HSBC, Banco do Brasil, Banco Votorantin, Banco ABN AMRO Real, Banco UNIBANCO e Caixa Econômica Federal (CEF).

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras através da concentração dos recursos em um Fundo de Investimento Exclusivo e Multimercado, o qual pode ter suas cotas resgatadas a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos. O referido instrumento financeiro está classificado como mantido para negociação, sendo avaliado pelo seu valor justo.

Os fundos exclusivos não possuem obrigações financeiras significativas, estando estas limitadas aos honorários de serviços de administração dos ativos, de execução das transações de investimentos e de auditoria, além de despesas gerais e administrativas.

A provisão para perdas em aplicações financeiras foi constituída para cobrir possíveis perdas decorrentes das aplicações em CDB que a Companhia possuía no Banco Santos, o qual teve a sua falência decretada em 2005.

5 - CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Controladora				
	2008				2007
		Vencidos			
Circulante	Vincendos	até 90 dias	mais de 90 dias	Total	Total
Concessionárias	179.973	-	-	179.973	192.569
Comercializadoras	83.231	47.137	14.922	145.290	82.232
Consumidores livres	35.255	1.593	-	36.848	28.383
Exportação	-	-	740	740	740
Transações no âmbito da CCEE/MAE					
- Correntes	2.191	1.081	537	3.809	6.312
- Parcelamentos	3.952	-	-	3.952	11.350
- Recomposição tarifária extraordinária (RTE)	429	-	-	429	1.585
- Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	110.498	-	12.076	122.574	121.820
	117.070	1.081	12.613	130.764	141.067
	415.529	**49.811**	**28.275**	**493.615**	**444.991**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(110.498)	-	(12.076)	(122.574)	(121.820)
	305.031	**49.811**	**16.199**	**371.041**	**323.171**

	Consolidado				
	2008				2007
		Vencidos			
Circulante	Vincendos	até 90 dias	mais de 90 dias	Total	Total
Concessionárias	212.305	-	-	212.305	195.483
Comercializadoras	62.226	72	-	62.298	42.999
Consumidores livres	98.809	2.316	-	101.125	88.352
Exportação	-	-	740	740	740
Transações no âmbito do CCEE/MAE					
- Correntes	3.039	1.094	729	4.862	7.529
- Parcelamentos	3.952	-	-	3.952	11.350
- Recomposição tarifária extraordinária (RTE)	429	-	-	429	1.585
- Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	110.498	-	13.944	124.442	124.442
	117.918	1.094	14.673	133.685	144.906
	491.258	**3.482**	**15.413**	**510.153**	**472.480**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(110.498)	-	(12.076)	(122.574)	(122.574)
	380.760	**3.482**	**3.337**	**387.579**	**349.906**

O prazo de recebimento dos valores relativos às faturas de comercialização de energia é de, no máximo, 45 dias.

Agentes com ações judiciais ou inadimplentes

A provisão para devedores duvidosos sobre os valores vincendos foi constituída em virtude de incertezas quanto à realização de créditos decorrentes de transações ocorridas no âmbito do MAE no período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cujos agentes devedores ingressaram com ações judiciais por discordarem da interpretação adotada por aquele órgão, relativamente às disposições do Acordo Geral do Setor Elétrico.

Os valores vencidos há mais de 90 dias referem-se, substancialmente, a transações no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), atualmente CCEE, relativos a débitos de agentes inadimplentes na 1ª liquidação do MAE, realizada em 30/12/2002. Tais valores estão sendo objeto de negociações bilaterais. Contudo, em razão das incertezas de recebimento do referido crédito, a Companhia mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa, independentemente das ações aplicáveis ao caso.

6 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
Circulante	2008	2007	2008	2007
ICMS	15.973	42.764	16.027	44.894
Imposto de renda	-	-	3.292	681
Contribuição social	-	-	1.226	-
COFINS	3.568	2.256	6.392	2.316
PIS	769	490	1.730	503
INSS	2.419	2.913	4.028	2.913
	22.729	**48.423**	**32.695**	**51.307**
(-) Provisão para perdas na recuperação de créditos de ICMS	(5.660)	(40.138)	(5.660)	(40.138)
	17.069	**8.285**	**27.035**	**11.169**
Não Circulante				
ICMS	6.392	3.934	9.944	6.897
COFINS	8.215	8.762	74.370	8.772
PIS	1.809	1.902	16.171	1.904
INSS	6.197	6.610	6.197	6.610
	22.613	**21.208**	**106.682**	**24.183**

A provisão para perdas na realização de crédito acumulado de ICMS foi constituída em virtude da dificuldade de compensação total do ICMS sobre a aquisição de combustíveis para produção de energia elétrica na UTE William Arjona, no Estado do Mato Grosso do Sul, tendo em vista que parcela substancial da venda de energia elétrica naquele Estado ocorria com diferimento de ICMS.

Em 2008, a Companhia recebeu Notificação da Secretaria de Estado de Fazenda do Mato Grosso do Sul, informando que a Companhia não teria direito de manter os créditos acumulados de ICMS, com o argumento de que as vendas de energia elétrica com diferimento ou não-incidência de ICMS eliminam o direito a manutenção dos créditos. Com base nesta decisão, a Companhia decidiu baixar o referido crédito, no valor de R$ 34.478, e reverter a respectiva provisão para recuperação do mesmo.

A CESS, controlada integral da Companhia, transferiu do imobilizado para esta conta, em 31/12/2008, os valores a recuperar de PIS e COFINS, em virtude da opção pela utilização do direito aos créditos sobre as aquisições de máquinas e equipamentos e de edificações, conforme previsto na legislação específica. Os referidos créditos relativos a edificações serão amortizados no período de 24 meses e os referentes a máquinas e equipamentos em 48 meses.

7 - ATIVO FISCAL DIFERIDO

	Controladora				
	2008				2007
Natureza dos créditos	Base de cálculo	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Remuneração das Imobilizações em Curso (RIC)	146.550	36.637	-	36.637	36.637
Benefícios pós-emprego	212.514	53.129	19.126	72.255	64.876
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	122.574	30.643	11.032	41.675	41.419
Provisão para contingências	110.789	27.697	9.971	37.668	36.212
Provisão para perdas com créditos de ICMS	5.660	1.415	509	1.924	13.647
Depreciação acelerada na UTE W. Arjona	21.849	5.462	1.967	7.429	8.565
Ajuste a valor presente de valores a receber	18.071	4.518	1.626	6.144	6.861
Ágio incorporado	19.193	4.798	1.728	6.526	-
Outros	14.874	3.719	1.338	5.057	5.245
		168.018	**47.297**	**215.315**	**213.462**
Classificação do ativo fiscal diferido:					
Circulante		11.001	2.641	13.642	12.091
Não circulante		157.017	44.656	201.673	201.371
		168.018	**47.297**	**215.315**	**213.462**

[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_DOESC_Quadros_notas.indd 10 24/3/2009 13:29:32

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Em milhares de reais)

	Consolidado				
	2008				2007
Natureza dos créditos	**Base de cálculo**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**	**Total**	**Total**
Remuneração das Imobilizações em Curso (RIC)	146.550	36.637	-	36.637	36.637
Benefícios pós-emprego	212.514	53.129	19.126	72.255	64.876
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	122.574	30.643	11.032	41.675	41.675
Provisão para contingências	130.436	29.027	11.739	40.766	37.488
Provisão para perdas com créditos de ICMS	5.660	1.415	509	1.924	13.647
Depreciação acelerada na UTE W. Arjona	21.849	5.462	1.967	7.429	8.565
Ajuste a valor presente de valores a receber	18.071	4.518	1.626	6.144	6.861
Ágio incorporado	19.193	4.798	1.728	6.526	-
Outros	36.419	6.286	3.277	9.563	6.426
		171.915	**51.004**	**222.919**	**216.175**
Classificação do ativo fiscal diferido:					
Circulante		11.601	2.887	14.488	12.160
Não circulante		160.314	48.117	208.431	204.015
		171.915	**51.004**	**222.919**	**216.175**

A realização dos ativos fiscais diferidos, oriundos das diferenças temporárias, dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas.

O horizonte de realização do ativo fiscal diferido e sua recuperação através de geração de lucros tributáveis futuros foram estimados conforme abaixo:

Ativo fiscal diferido, registrado	**Controladora**	**Consolidado**
2009	13.642	14.488
2010	18.243	23.091
2011	24.405	24.759
2012	30.899	31.223
2013	58.420	58.674
2014 a 2015	30.256	30.754
2016 a 2018	39.450	39.930
	215.315	**222.919**
Ativo fiscal diferido, não registrado		
2019	3.492	3.492
2020	734	734
2021	734	734
2022	734	734
2023 a 2025	2.202	2.202
2026 a 2028	2.202	2.202
2029 em diante	1.686	1.686
	11.784	**11.784**
	227.099	**234.703**

O ativo fiscal diferido não registrado corresponde à RIC, cuja realização ocorre na proporção da depreciação dos respectivos ativos, cujo prazo, atualmente, ultrapassa 10 anos, resultando em ativo fiscal diferido não reconhecido, em observância à Instrução CVM nº 371, de 27/06/2002.

8 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	Controladora			
	2008		2007	
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**
Resultado antes dos tributos	**1.555.302**	**1.555.302**	**1.390.065**	**1.390.065**
Diferenças permanentes				
Adições				
Amortização de ágio	3.031	-	6.747	-
Gratificação e 13º de dirigentes	2.389	-	3.178	-
Doações	3.715	3.715	2.242	2.242
Outras despesas indedutíveis	1.613	414	354	354
Exclusões				
Equivalência patrimonial	(54.698)	(54.698)	(185.838)	(185.838)
Juros sobre o capital próprio	(176.000)	(176.000)	(176.000)	(176.000)
Reversão de ágio amortizado na incorporação de controlada	(23.032)	-	-	-
RIC *(*)*	(14.655)	-	(14.636)	-
Base de cálculo dos tributos no resultado	**1.297.665**	**1.328.733**	**1.026.112**	**1.030.823**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(324.416)**	**(119.586)**	**(256.528)**	**(92.774)**
Complemento do IR diferido sobre a RIC *(*)*	-	-	2.471	-
Incentivos fiscais	3.872	-	2.369	-
Outros	2	(21)	24	-
Imposto de renda e contrib. social - resultado	**(320.542)**	**(119.607)**	**(251.664)**	**(92.774)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(320.699)	(119.663)	(257.095)	(93.840)
Diferido	157	56	5.431	1.066
	(320.542)	**(119.607)**	**(251.664)**	**(92.774)**

(*) RIC – Remuneração das Imobilizações em Curso.

	Consolidado			
	2008		2007	
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**
Resultado antes dos tributos	**1.589.520**	**1.589.520**	**1.485.338**	**1.485.338**
Diferenças permanentes				
Adições				
Gratificação e 13º de dirigentes	2.537	-	3.509	-
Doações	3.855	3.855	2.490	2.490
Outras despesas indedutíveis	24.631	15.144	7.019	272
Exclusões				
Juros sobre o capital próprio	(176.000)	(176.000)	(176.000)	(176.000)
Reversão de ágio amortizado na incorporação de controlada	(23.032)	-	-	-
RIC *(*)*	(14.655)	-	(14.636)	-
Ajuste em controlada tributada pelo lucro presumido	(4.835)	(3.263)	(5.508)	(3.995)
Base de cálculo dos tributos no resultado	**1.402.021**	**1.429.256**	**1.302.212**	**1.308.105**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(350.505)**	**(128.634)**	**(325.553)**	**(117.729)**
Ajuste do IR e CS do ano anterior	(1.695)	172	(1.195)	(430)
Complemento do IR diferido sobre a RIC *(*)*	-	-	2.471	-
Incentivos fiscais	4.481	-	2.617	-
Outros	796	1.018	108	-
Imposto de renda e contrib. social – resultado	**(346.923)**	**(127.444)**	**(321.552)**	**(118.159)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(348.875)	(130.409)	(326.894)	(119.151)
Diferido	1.952	2.965	5.342	992
	(346.923)	**(127.444)**	**(321.552)**	**(118.159)**

(*) RIC – Remuneração das Imobilizações em Curso.

A controlada PPESA possui redução de imposto de renda e adicionais, equivalente a 75% calculados sobre o lucro da exploração, pelo prazo de 10 anos, a partir do exercício de 2006, em função de estar localizada em área incentivada da SUDAM. Esta redução, no valor de R$ 3.894, está apresentada no grupo incentivos fiscais, no quadro acima.

9 - ALIENAÇÕES DE BENS E DIREITOS

	Controladora e Consolidado	
	2008	**2007**
Valor original atualizado	103.988	101.496
(-) Ajuste a valor presente	(18.071)	(20.181)
	85.917	**81.315**
Classificação no Balanço		
Circulante	17.448	-
Não Circulante	68.469	81.315
	85.917	**81.315**

Os saldos apresentados acima correspondem aos valores a receber da Elétrica Jacuí S.A. (ELEJA) relativos à venda do empreendimento termelétrico Jacuí. A ELEJA é uma sociedade de propósito específico, controlada por sociedade detentora dos direitos de exploração de jazidas de carvão mineral na região do projeto Jacuí, a qual, nos termos do contrato, assumiu a responsabilidade pela conclusão do projeto.

Em garantia ao cumprimento das obrigações contratuais, incluindo o pagamento do preço de compra, a ELEJA concedeu a Tractebel Energia, em promessa de penhor e hipoteca, os direitos, bens, máquinas, imóveis e seus acessórios, que foram objeto do contrato de compra e venda entre as partes.

De acordo com as condições contratuais, os valores da venda estão sendo atualizados pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) e serão recebidos em 36 parcelas a partir da data de início da operação comercial da UTE Jacuí ou da data que se completarem quatro anos, contados a partir da venda.

Considerando que os valores contratuais estão a preço futuro, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente, aplicando a taxa de desconto de 10% a.a.

O vencimento da 1ª parcela ocorreu em junho de 2008 e a Companhia vem recebendo mensalmente os valores contratados.

A Companhia iniciou um processo de negociação de venda do referido crédito a um potencial interessado em investir na ELEJA. Entretanto, em função do atual estágio das negociações e das incertezas quanto ao seu desfecho, nenhum ajuste a valor de realização do ativo foi reconhecido pela Companhia.

10 - INVESTIMENTOS

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2008	**2007**	**2008**	**2007**
Participações societárias permanentes:				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial				
Equivalência Patrimonial	1.535.327	1.062.602	-	-
Ágio	38.490	63.067	-	-
Avaliadas pelo custo de aquisição	28.796	28.796	28.796	28.796
Bens e direitos para uso futuro	1.895	1.895	1.895	1.895
Outros investimentos	121	121	121	121
	1.604.629	**1.156.481**	**30.812**	**30.812**

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os ativos e passivos registrados no balanço de abertura da entidade adquirida são reconhecidos como investimento pela empresa compradora e o ágio apurado nas aquisições corresponde ao montante pago que excede o valor contábil do patrimônio líquido da entidade adquirida. Este procedimento foi adotado pela Companhia nos balanços individuais da Tractebel Energia e de suas controladas utilizadas como veículo para aquisição de empresas.

[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_DOESC_Quadros_notas.indd 11 24/3/2009 13:29:37

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Em milhares de reais)

Para elaboração do balanço patrimonial consolidado, a Companhia considerou que os ágios pagos nas suas aquisições estão fundamentados no ativo imobilizado, juntamente com o valor de cada concessão como parte desses ativos, quando aplicável.

b) Participações societárias permanentes

b.1) Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

	2008					2007	
Empresas	**Lote de mil ações ou quotas**	**Adiantam. p/ futuro aumento de capital**	**Partici-pação (%)**	**Lucro líquido (Prejuízo)**	**Patrimônio líquido**	**Lucro líquido (Prejuízo)**	**Patrimônio líquido**
Itá Energética S.A. (ITASA)	253.607	-	48,75	35.160	598.059	29.617	583.424
Companhia Energética Meridional (CEM) *(1)*	-	-	-	11.122 *(*)*	-	99.436	443.744
Companhia Energética São Salvador (CESS) *(2)*	271.943	-	99,99	(185)	270.474	-	268.943
Lages Bioenergética Ltda. (Lages)	30.530	-	99,99	7.187	47.225	7.929	40.345
Tractebel Energia Comercializadora Ltda.	4.200	-	99,99	27.599	31.799	64.066	4.200
Delta Energética S.A. *(3)*	20.960	-	99,99	(68)	20.007	(31)	20.898
Energia América do Sul Ltda. *(4)*	645.270	-	99,99	(6.445)	638.826	-	1
Gama Participações Ltda. *(5)*	1	236.821	99,90	(1.652)	235.170	-	1
Lagoa Formosa Bioenergética Ltda.	270	-	99,99	-	270	-	50

(*) Lucro líquido em 29/02/2008.

(1) A controlada CEM foi incorporada na Tractebel Energia em 29/02/2008, conforme mencionado na Nota 1.

(2) Em fase pré-operacional.

(3) Sociedade de Propósito Específico utilizada como veículo para aquisição da Seival Participações S.A.

(4) Sociedade de Propósito Específico usada como veículo da aquisição da PPESA.

(5) Sociedade de Propósito Específico utilizada como veículo de aquisição da Tupan, Hidropower, Beberibe, Pedra do Sal, Areia Branca, Econergy Serviços e para a construção da Ibitiúva.

Movimentação dos investimentos

Equivalência Patrimonial

Empresas	**Saldos em 31/12/2007**	**Incorporação de controlada**	**Aumento de capital**	**Resultado da equivalência patrimonial**	**Dividendos**	**Ajuste Lei 11.638**	**Saldos em 31/12/2008**
ITASA	284.419	-	-	17.140	(7.500)	(2.505)	291.554
CEM	443.744	(454.866)	-	11.122	-	-	-
CESS	268.943	-	3.000	(185)	-	(1.284)	270.474
Lages	40.345	-	-	7.187	-	(307)	47.225
Tractebel Energia Comercia-lizadora	4.200	-	-	27.599	-	-	31.799
Delta Energética	20.898	-	-	(68)	-	(823)	20.007
Energia América do Sul	1	-	645.270	(6.445)	-	-	638.826
Gama Participações	1	-	236.821	(1.652)	-	-	235.170
Lagoa Formosa	50	-	220	-	-	-	270
Outras	1	-	1	-	-	-	2
	1.062.602	**(454.866)**	**885.312**	**54.698**	**(7.500)**	**(4.919)**	**1.535.327**

Ágio – Controladora

Empresas	**Saldos em 31/12/2007**	**Incorporação de controlada**	**Amor-tização**	**Saldos em 31/12/2008**
ITASA	5.721	-	(2.288)	3.433
CEM	22.289	(21.546)	(743)	-
CESS	35.057	-	-	35.057
Controladora	**63.067**	**(21.546)**	**(3.031)**	**38.490**

Informações sobre as controladas

Itá Energética S.A. (ITASA) (controlada em conjunto)

As ações representativas do capital social da ITASA são detidas pela Tractebel Energia, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e Companhia de Cimento Itambé, na proporção de 48,75%, 48,75% e 2,50%, respectivamente.

A ITASA tem como objetivo a exploração da Usina Hidrelétrica Itá em parceria, através de consórcio, mediante concessão outorgada pela União Federal por intermédio da ANEEL, com prazo de vigência de 35 anos, a partir de 28/12/1995. O empreendimento está situado no Rio Uruguai, na divisa dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, e possui capacidade instalada de 1.450 MW e 720 MW médios de energia assegurada. Nos termos do Contrato de Consórcio, a controlada ITASA tem direito à quantidade de energia equivalente a 60,5% de 668 MW médios.

O montante pago que excede o valor contábil patrimonial da empresa adquirida está sendo amortizado pelo prazo de 10 anos.

Os principais grupos do ativo, passivo e resultado da controlada em conjunto estão demonstrados a seguir, os quais foram consolidados, nas demonstrações contábeis que estão sendo apresentadas, na proporção dos investimentos da Companhia no capital social da controlada:

ATIVO	**2008**	**2007**
Ativo circulante	60.077	69.220
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo	5.657	4.177
Permanente	929.883	976.714
	935.540	980.891
TOTAL DO ATIVO	**995.617**	**1.050.111**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Passivo circulante	117.628	115.277
Passivo não circulante		
Exigível a longo prazo	279.930	351.410
Patrimônio líquido	598.059	583.424
TOTAL DO PASSIVO	**995.617**	**1.050.111**
RESULTADO		
Receitas operacionais brutas	233.150	220.442
Deduções da receita operacional	(23.659)	(22.314)
Receitas líquidas de vendas	**209.491**	**198.128**
CUSTOS DE PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	**(58.726)**	**(58.934)**
LUCRO BRUTO	**150.765**	**139.194**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas com vendas	(32.392)	(24.296)
Despesas gerais e administrativas	(20.447)	(20.236)
Outras	174	93
	(52.665)	**(44.439)**
Resultado do serviço	**98.100**	**94.755**
Despesas financeiras, líquidas	**(45.030)**	**(50.006)**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	**53.070**	**44.749**
Imposto de renda e contribuição social	(17.910)	(15.132)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**35.160**	**29.617**

Companhia Energética Meridional (CEM)

Em 28/03/2008, a Tractebel Energia incorporou a sua controlada integral CEM, mediante a versão do seu acervo líquido, na data-base de 29/02/2008, avaliado a valor contábil por empresa especializada, conforme demonstrado a seguir:

ATIVO		**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	
ATIVO CIRCULANTE		**PASSIVO CIRCULANTE**	
Disponibilidades	28.344	Fornecedores	5.811
Concessionária - Controladora	31.962	Dividendos propostos	25.104
Transações no âmbito da CCEE	187	Financiamentos e debêntures	29.053
Cauções e depósitos vinculados	1.643	Tributos e contribuições sociais	4.445
Outros	1.072	Contas a pagar controladora	13.988
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	**63.208**	Outras obrigações	9.578
		TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	**87.979**
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**NÃO CIRCULANTE**	
Realizável a Longo Prazo		**Exigível a Longo Prazo**	
Depósitos judiciais	24.487	Financiamentos e debêntures	125.845
Ativo fiscal diferido	1.613	Concessões a pagar	244.614
Outros	798	Provisão para contingências	3.165
	26.898	**TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**373.624**
Permanente			
Imobilizado	753.618		
Intangível	72.745		
	826.363		
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	**853.261**	**ACERVO LÍQUIDO**	**454.866**
TOTAL DO ATIVO	**916.469**	**TOTAL DO PASSIVO**	**916.469**

A CEM detinha a concessão da Usina Hidrelétrica Cana Brava, localizada no Rio Tocantins, norte do Estado de Goiás, com capacidade instalada de 450 MW e 273,4 MW médios de energia assegurada. A concessão para construção e exploração do empreendimento tem prazo de vigência de 35 anos, a partir de 27/08/1998 e foi transferida para a Companhia após a conclusão da operação de incorporação.

Companhia Energética São Salvador (CESS)

A CESS é titular da concessão do aproveitamento hidrelétrico São Salvador, que possui 243,2 MW de capacidade instalada e 148,5 MW médios de energia assegurada. Em outubro de 2006, a CESS comercializou no 3º Leilão de Energia Nova, por um período de 30 anos, que se iniciará em janeiro de 2011, 148 MW médios com empresas distribuidoras de energia elétrica que participam do Ambiente de Contratação Regulada (ACR). O montante pago que excede o valor contábil do patrimônio líquido da CESS, no valor de R$ 35.057, no balanço consolidado está apresentado no ativo imobilizado. Este valor poderá ser acrescido de R$ 18.000, caso ocorra a concatenação entre a data do início dos pagamentos relativos ao Uso do Bem Público (UBP) e o início do fornecimento de energia elétrica nos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica (CCEARs), previsto para 2011, ou no Ambiente de Comercialização Livre a preços e montantes compatíveis com aqueles contratados no âmbito da CCEARs e pelo prazo que seja complementar ao prazo de fornecimento previsto nos CCEARs.

Pela outorga da concessão onerosa da UHE São Salvador, a CESS pagará à União, por intermédio da ANEEL, o valor original de R$ 555.000, em parcelas mensais proporcionais ao valor anual reajustado. De acordo com o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, datado de 18/07/2007, o início do pagamento dar-se-á a partir da operação comercial da 1ª unidade geradora da UHE São Salvador, ou a partir do início da entrega da energia objeto de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente

[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_DOESC_Quadros_notas.indd 12 24/3/2009 13:29:41

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Em milhares de reais)

Regulado (CCEAR), o que ocorrer primeiro, até o término da concessão, em abril de 2037.

Ainda conforme o referido aditivo, este valor foi atualizado anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) até a data do aditivo contratual, em 18/07/2007, e a partir desta data, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Os valores contratuais atualizados são os seguintes:

	2008	2007
Valor anual	33.168	33.009
Parcelas mensais (1/12)	2.764	2.751
Valor nominal total	995.029	935.264
Valor presente total	326.659	286.317

O valor presente total foi calculado com base na taxa de desconto de 10% a.a., tradicionalmente utilizada no setor elétrico brasileiro, considerando os pagamentos no período de 01/03/2009 a 23/04/2037. O reconhecimento da concessão a pagar, pelo seu valor presente, em contrapartida do ativo imobilizado, ocorrerá quando do início da operação comercial da Usina, prevista para o primeiro semestre de 2009.

Lages Bioenergética Ltda. (Lages)

A Lages detém a autorização da central geradora termelétrica Lages, localizada no Município de Lages (SC), com um turbogerador a vapor de 28 MW, utilizando resíduos de madeira como combustível. A autorização para implantação e exploração do empreendimento tem prazo de 30 anos, a contar de 30/10/2002.

A Usina de Cogeração, no ano de 2006, obteve o registro no Comitê Executivo de Mecanismo do Desenvolvimento Limpo (MDL) da Organização das Nações Unidas (ONU) por utilizar resíduos de madeira para negociar créditos de carbono.

Tractebel Energia Comercializadora Ltda.

A Sociedade tem por objeto social a comercialização de energia elétrica no mercado de livre negociação, incluindo a compra, a venda, a importação e a exportação de energia elétrica, bem como a intermediação de qualquer dessas operações, a prática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades.

Delta Energética S.A. (Delta)

Em 2008 a Sociedade não exerceu atividades operacionais. A Delta é a controladora da Seival Participações S.A. (Seival). A Seival é uma *holding* de propósito específico, detentora de 99,99% do capital social da Usina Termelétrica Seival Ltda., com sede na cidade de Porto Alegre (RS).

A aquisição da Seival tem como principal objetivo acrescentar ganhos ao desenvolvimento do projeto para exportação de energia ao Uruguai, uma vez que detém os direitos (incluindo autorização da ANEEL, licença prévia e opção de compra de imóvel) para implantar e explorar uma termelétrica a carvão em Candiota (RS), com potência instalada de até 540 MW.

O preço de aquisição foi de R$ 23.813 e a diferença entre o montante pago e o valor contábil patrimonial da Seival foi de R$ 19.528, o qual será amortizado a partir do início da operação comercial da empresa.

Energia América do Sul Ltda. (EAS)

No ano de 2008, a EAS, controlada integral da Companhia, adquiriu o controle acionário da Ponte de Pedra Energética S.A. (PPESA), pelo montante de R$ 644.919, após o cumprimento de determinadas condições constantes do contrato de compra e venda de ações celebrado em 13 de dezembro de 2007, dentre elas, a anuência prévia da ANEEL e a aprovação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O valor pago pela Companhia que excede o valor contábil do patrimônio líquido da PPESA, no montante de R$ 359.948, tem como fundamento o imobilizado e está sendo alocado como parte desse ativo, no balanço consolidado, e está sendo amortizado no prazo remanescente da concessão, que se encerra em setembro de 2034. O saldo líquido de amortização, em 31/12/2008, é de R$ 351.110.

A PPESA detém a concessão da hidrelétrica Ponte de Pedra, uma usina hidrelétrica com capacidade instalada de 176,1 MW (energia assegurada de 131,6 MW médios) em operação comercial desde setembro de 2005, localizada no Rio Correntes no Estado de Mato Grosso e, também, possui isenção parcial do imposto de renda pelo prazo de 10 anos, a partir do exercício de 2006, por estar localizada em área incentivada da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Gama Participações Ltda. (Gama)

A Gama é uma controlada integral da Companhia que, durante o exercício de 2008, adquiriu e constituiu algumas empresas. A seguir informações sobre as controladas da Gama.

Tupan Energia Elétrica S.A. (Tupan) e Hidropower Energia S.A. (Hidropower)

A Gama, em dezembro de 2008, concluiu o processo de aquisição da totalidade do capital social da Tupan e da Hidropower pelo valor de R$ 240.859.

O valor pago pela Gama que excede o valor contábil patrimonial da Tupan e da Hidropower, nos valores de R$ 91.436 e R$ 83.544, respectivamente, tem como fundamento o imobilizado e está sendo alocado como parte desse ativo, no balanço consolidado, e está sendo amortizado no prazo remanescente da autorização, que se encerra em dezembro de 2032.

A Tupan detém autorização outorgada pela ANEEL para explorar a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Rondonópolis, com capacidade instalada de 26,6 MW, em operação comercial desde dezembro de 2007. A PCH está localizada em Rondonópolis (MT), no Rio Ponte de Pedra e, tem energia assegurada de 14 MW médios. A Tupan possui 118,36 GWh/ano de energia contratada com a Centrais Elétricas do Brasil S.A. (ELETROBRAS), através do PROINFA, até 2027, ao preço de R$ 153,61/MWh.

A Hidropower detém autorização outorgada pela ANEEL para explorar a PCH Engenheiro José Gelazio da Rocha, com capacidade instalada de 23,7 MW, em operação comercial desde fevereiro de 2007. Localizada em Rondonópolis (MT), no Rio Ponte de Pedra, a PCH tem energia assegurada de 11,9 MW médios. A Hidropower possui 100,49 GWh/ano de energia contratada até 2027 com a ELETROBRAS, através do PROINFA, ao preço de R$ 153,61/MWh.

Eólica Beberibe S.A. (Beberibe), Eólica Pedra do Sal S.A. (Pedra do Sal), Hidrelétrica Areia Branca S.A. (Areia Branca) e Econergy Brasil Serviços Corporativos Ltda. (Econergy Serviços)

A Companhia, em dezembro de 2008, adquiriu a totalidade do capital social da Eólica Beberibe S.A. (Beberibe) pelo montante de R$ 100.800, da Eólica Pedra do Sal S.A. (Pedra do Sal) por R$ 52.200, da Hidrelétrica Areia Branca S.A. (Areia Branca) pelo valor de R$ 46.800 e da Econergy Brasil Serviços Corporativos Ltda. (Econergy Serviços) por R$ 200, totalizando R$ 200.000 (R$ 194.356 líquidos de impostos).

O valor pago pela Gama que excede o valor contábil do patrimônio líquido da Beberibe, da Pedra do Sal e da Areia Branca, nos valores de R$ 50.965, R$ 19.319 e R$ 8.054, respectivamente, tem como fundamento o imobilizado e está sendo alocado como parte desse ativo, no balanço consolidado. A amortização inicia-se a partir do início da operação comercial e ocorrerá durante o prazo da concessão, que se encerra no período de 2030 a 2033.

A Eólica Beberibe S.A. detém autorização outorgada pela ANEEL para explorar o Parque Eólico Beberibe, com capacidade instalada de 25,60 MW e energia assegurada de 8 MW médios. Localizada em Beberibe (CE), possui 85,07 GWh/ano de energia contratada por 20 anos com a ELETROBRAS, através do PROINFA, ao preço de R$ 247,81/MWh. A empresa entrou em operação comercial em setembro de 2008.

A Eólica Pedra do Sal S.A. detém autorização outorgada pela ANEEL para explorar o Parque Eólico Pedra do Sal, com capacidade instalada de 17,85 MW e energia assegurada de 8 MW médios. Localizada em Parnaíba (PI), possui 66,29 GWh/ano de energia contratada com a ELETROBRAS através do PROINFA, por 20 anos, ao preço de R$ 241,20/MWh. A operação comercial da sociedade foi iniciada em dezembro de 2008.

A Hidrelétrica Areia Branca S.A. detém autorização outorgada pela ANEEL para explorar a PCH Areia Branca, com capacidade instalada de 19,80 MW. Localizada em Caratinga (MG), possui 90,84 GWh/ano de energia contratada por 20 anos com a ELETROBRAS, através do PROINFA, ao preço de R$ 153,91/MWh. A PCH tem previsão de entrar em operação no 1º semestre de 2009.

A Econergy Serviços é uma sociedade prestadora de serviços administrativos e tecnológicos para as empresas anteriormente mencionadas.

Ibitiúva Bioenergética S.A. (Ibitiúva)

A Ibitiúva foi constituída em 2008, para participar, através do Consórcio Andrade, do 1º Leilão de Energia de Reserva, promovido pela ANEEL.

O Consórcio Andrade é formado pela Ibitiúva e pela Andrade Açúcar e Álcool S.A., controlada da Açúcar Guarani S.A. e, vendeu 20 MW médios de energia elétrica no referido Leilão, pelo preço de R$ 158,11/MWh, a ser entregue por um período de 15 anos, a partir de 2010.

A energia elétrica vendida será gerada pela UTE Destilaria Andrade, em implantação no município de Pitangueiras (SP), que terá capacidade instalada de 33 MW e garantia física de 20 MW médios e, utilizará como combustível o bagaço resultante do processamento da cana-de-açúcar na unidade produtora de açúcar e etanol Andrade do Grupo Guarani. O investimento previsto para a construção da Usina é de R$ 120.000 com recursos próprios e do BNDES ou o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e o início da construção está previsto para março de 2009.

Lagoa Formosa Bioenergética Ltda.

A Sociedade é controlada integral da Tractebel Energia e foi constituída com o objetivo de construir a Usina Cogeração São João, um empreendimento à biomassa de cana-de-açúcar em consórcio com a empresa Dedini Açúcar e Álcool Ltda., pertencente ao Grupo Dedini Agro.

Em setembro de 2007, a Dedini foi adquirida pelo grupo espanhol Abengoa, que optou por desfazer tal parceria. A Tractebel Energia, entretanto, terá direito a uma compensação financeira a título de indenização pelo descumprimento dos termos contratados entre as partes. O projeto havia vendido 23 MW médios, a partir de 2010, no 1º Leilão de Fontes Alternativas promovido pela ANEEL, em junho do ano corrente, cujo compromisso de implantação e entrega permanece com a Dedini.

No ano de 2008 a Companhia recebeu parte do valor incontroverso da causa, relativo a multa contratual, e permanece em discussão quanto à parte que a Companhia entende como valor indenizável.

b.2) Avaliadas pelo custo de aquisição

Machadinho Energética S.A. (MAESA)

A Companhia adquiriu, em março de 2007, por R$ 28.793, a participação acionária de 2,82% na MAESA. A MAESA explora, através de consórcio, a UHE Machadinho. O Consórcio Machadinho é composto pela Tractebel Energia S.A., no qual participa com 19,28% e por outras empresas consorciadas, que juntas detêm 80,72%.

11 - ATIVO IMOBILIZADO

a) Composição

	Controladora				
	2008				2007
	Taxas médias de depreciação	Custo corrigido	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizações em serviço					
Geração hidráulica					
UHE Salto Santiago	2,5	641.188	(520.565)	120.623	135.231
UHE Salto Osório	2,7	332.545	(239.351)	93.194	75.201
UHE Passo Fundo	2,4	120.159	(94.074)	26.085	28.186
UHE Itá (em consórcio)	3,6	1.233.683	(265.073)	968.610	1.012.729
UHE Machadinho (em consórcio)	3,2	180.618	(31.470)	149.148	154.336
UHE Cana Brava	3,0	964.194	(158.386)	805.808	-
		3.472.387	**(1.308.919)**	**2.163.468**	**1.405.683**
Geração térmica					
Complexo Jorge Lacerda	4,4	2.521.171	(1.447.070)	1.074.101	1.131.510
UTE Charqueadas	6,4	59.398	(51.398)	8.000	8.304
UTE Alegrete	3,6	8.289	(7.356)	933	979
UTE William Arjona	4,3	174.706	(79.446)	95.260	99.343
		2.763.564	**(1.585.270)**	**1.178.294**	**1.240.136**
Equipamentos gerais e outros	10,0	**52.436**	**(27.006)**	**25.430**	**24.852**
		6.288.387	**(2.921.195)**	**3.367.192**	**2.670.671**
Imobilizações em curso					
Geração hidráulica		**9.395**	**-**	**9.395**	**20.452**
Geração térmica		**43.681**	**-**	**43.681**	**41.375**
Equipamentos gerais e outros		**3.824**	**-**	**3.824**	**2.200**
		56.900	**-**	**56.900**	**64.027**
Total das imobilizações		**6.345.287**	**(2.921.195)**	**3.424.092**	**2.734.698**
Obrigações especiais		**(9.755)**	**-**	**(9.755)**	**(9.480)**
		6.335.532	**(2.921.195)**	**3.414.337**	**2.725.218**

[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_DOESC_Quadros_notas.indd 13 24/3/2009 13:29:45

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Em milhares de reais)

	Consolidado				
	2008				2007
	Taxas médias de depreciação	Custo corrigido	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizações em serviço					
Geração hidráulica					
UHE Salto Santiago	2,5	641.188	(520.565)	120.623	135.231
UHE Salto Osório	2,7	332.545	(239.351)	93.194	75.201
UHE Passo Fundo	2,4	120.159	(94.074)	26.085	28.186
UHE Itá (em consórcio)	3,6	1.777.842	(372.510)	1.405.332	1.460.709
UHE Machadinho (em consórcio)	3,2	180.618	(31.470)	149.148	154.336
UHE Cana Brava	3,0	964.194	(158.386)	805.808	828.710
UHE Ponte de Pedra	3,7	1.180.542	(58.900)	1.121.642	-
PCH Rondonópolis	3,3	185.341	(3.723)	181.618	-
PCH Engenheiro José Gelazio da Rocha	3,3	156.511	(5.151)	151.360	-
		5.538.940	**(1.484.130)**	**4.054.810**	**2.682.373**
Geração térmica					
Complexo Jorge Lacerda	4,4	2.521.171	(1.447.070)	1.074.101	1.131.510
UTE Charqueadas	6,4	59.398	(51.398)	8.000	8.304
UTE Alegrete	3,6	8.289	(7.356)	933	979
UTE William Arjona	4,3	174.706	(79.446)	95.260	99.343
Unidade de Cogeração Lages	4,4	75.724	(14.887)	60.837	62.613
		2.839.288	**(1.600.157)**	**1.239.131**	**1.302.749**
Geração eólica					
EOL Beberibe	5,1	**184.617**	**(2.007)**	**182.610**	**-**
Equipamentos gerais e outros	10,0	**52.839**	**(27.174)**	**25.665**	**24.916**
		8.615.684	**(3.113.468)**	**5.502.216**	**4.010.038**
Imobilizações em curso					
UHE São Salvador		870.081	-	870.081	653.738
PCH Areia Branca		98.586	-	98.586	-
Outras UHE (obras de adição)		10.919	-	10.919	24.861
Geração hidráulica		**979.586**	**-**	**979.586**	**678.599**
Geração térmica		**54.695**	**-**	**54.695**	**43.379**
Geração eólica - Pedra do Sal		**107.792**	**-**	**107.792**	**-**
Equipamentos gerais e outros		**3.854**	**-**	**3.854**	**2.200**
		1.145.927	**-**	**1.145.927**	**724.178**
Total das imobilizações		**9.761.611**	**(3.113.468)**	**6.648.143**	**4.734.216**
Obrigações especiais		**(9.880)**	**-**	**(9.880)**	**(9.605)**
		9.751.731	**(3.113.468)**	**6.638.263**	**4.724.611**

b) Mutação do ativo imobilizado

	Controladora			Consolidado		
	Em serviço	Em curso	Total	Em serviço	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2006	**2.791.039**	**54.890**	**2.845.929**	**4.173.802**	**60.737**	**4.234.539**
Ingressos						
UHE São Salvador	-	-	-	-	650.634	650.634
Demais usinas	-	67.586	67.586	-	71.401	71.401
Transferências	58.196	(58.196)	-	59.000	(59.000)	-
Transferência do diferido	-	-	-	-	3.552	3.552
Depreciação	(176.066)	-	(176.066)	(220.266)	-	(220.266)
Baixas	(2.498)	(253)	(2.751)	(2.498)	(3.146)	(5.644)
Saldo em 31/12/2007	**2.670.671**	**64.027**	**2.734.698**	**4.010.038**	**724.178**	**4.734.216**
Ingressos						
UHE São Salvador	-	-	-	-	288.516	288.516
UHE Cana Brava	825.608	476	826.084	-	-	-
UHE Ponte de Pedra	-	-	-	1.129.404	7.374	1.136.778
PCH Eng. José Gelazio da Rocha	-	-	-	151.626	-	151.626
PCH Rondonópolis	-	-	-	181.923	-	181.923
PCH Areia Branca	-	-	-	-	98.586	98.586
UTE Destilaria Andrade	-	-	-	-	10.180	10.180
EOL Beberibe	-	-	-	197.490	-	197.490
EOL Pedra do Sal	-	-	-	-	107.815	107.815
Demais usinas	472	73.322	73.794	598	74.509	75.107
Transferência dos ativos diferido e intangível	-	-	-	3.196	255	3.451
Transferência de créditos de PIS e COFINS *(*)*	-	-	-	(13.459)	(72.427)	(85.886)
Transferências	80.925	(80.925)	-	93.059	(93.059)	-
Depreciação	(207.467)	-	(207.467)	(248.627)	-	(248.627)
Baixas	(3.017)	-	(3.017)	(3.032)	-	(3.032)
	3.367.192	**56.900**	**3.424.092**	**5.502.216**	**1.145.927**	**6.648.143**
Obrigações especiais	(9.755)	-	(9.755)	(9.880)	-	(9.880)
Saldo em 31/12/2008	**3.357.437**	**56.900**	**3.414.337**	**5.492.336**	**1.145.927**	**6.638.263**

(*) Transferência para o ativo circulante e realizável a longo prazo dos créditos de PIS e COFINS sobre as aquisições de máquinas e equipamentos e edificações da CESS.

c) Depreciação dos ativos que integram o Projeto Original das Usinas

A Lei nº 8.987/95, de 13/02/2005, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, prevê o seguinte em seu Art. 36, *"A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido".*

O Decreto nº 2003, de 10/09/1996, que regulamenta a produção de energia elétrica por produtor independente e por autoprodutor, estabelece o que segue em seu Art. 20, *"No final do prazo da concessão ou autorização, os bens e as instalações realizados para a geração independente e para a autoprodução de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados.*

Parágrafo 1º. Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original, e a depreciação apurada por auditoria do poder concedente.

Parágrafo 2º. No caso de usinas termelétricas, não será devida indenização dos investimentos realizados, assegurando-se, porém, ao produtor independente ou ao autoprodutor remover as instalações."

Considerando a interpretação da legislação anteriormente mencionada de que não haverá indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo da concessão, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original, a Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2007, passou a depreciar estes ativos de acordo com as taxas determinadas pela ANEEL, limitada ao prazo de concessão.

d) Apropriação dos encargos financeiros

Os encargos financeiros vinculados aos financiamentos da CESS, cujo valor no ano foi de R$ 44.890 (R$ 14.559 em 2007), estão sendo reconhecidos no imobilizado em curso.

e) Obrigações especiais

Referem-se a obrigações vinculadas ao serviço público de energia elétrica e representam os valores aplicados nos empreendimentos sob concessão, com recursos da União e de doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador. A quitação dessas obrigações dar-se-á no vencimento das respectivas concessões, estabelecido pelo Poder Concedente.

f) Concessões e autorizações do Órgão Regulador

A Companhia e suas controladas possuem as seguintes concessões e autorizações para exploração de energia elétrica:

	Detentora da concessão ou autorização	Capacidade instalada MW	Data do ato	Vencimento
I – Concessões				
UHE Salto Santiago	Controladora	1.420	28/09/1998	27/09/2028
UHE Salto Osório	Controladora	1.078	28/09/1998	27/09/2028
UHE Passo Fundo	Controladora	226	28/09/1998	27/09/2028
UHE Itá	Controladora/ITASA	1.450	28/12/1995	16/10/2030
UHE Machadinho	Controladora	1.140	15/07/1997	14/07/2032
UHE Cana Brava	Controladora	450	27/08/1998	26/08/2033
UHE Ponte de Pedra	PPESA	176	01/10/1999	30/09/2034
UHE São Salvador	CESS	243	23/04/2002	22/04/2037
II – Autorizações				
Complexo Jorge Lacerda	Controladora	857	28/09/1998	27/09/2028
UTE Charqueadas	Controladora	72	28/09/1998	27/09/2028
UTE Alegrete	Controladora	66	28/09/1998	27/09/2028
UTE William Arjona	Controladora	190	02/06/2000	28/04/2029
Unidade de Cogeração Lages	Lages Bioenergética	28	30/10/2002	29/10/2032
PCH Rondonópolis	Tupan	27	19/12/2002	18/12/2032
PCH Eng. José Gelazio da Rocha	Hidropower	24	19/12/2002	18/12/2032
PCH Areia Branca	Hidrelétrica Areia Branca	20	03/05/2000	02/05/2030
EOL Pedra do Sal	Eólica Pedra do Sal S.A.	18	02/10/2002	01/10/2032
EOL Beberibe	Eólica Beberibe S.A.	26	04/08/2003	03/08/2033

A concessão pertinente à UHE Itá está compartilhada com a controlada em conjunto ITASA (ver Nota 10 - b.1) e a concessão da UHE Machadinho está compartilhada com outros concessionários que compõem o Consórcio Machadinho (ver Nota 10 - b.2).

g) Indisponibilidade dos bens

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

h) Bens da União utilizados pela Companhia

A Companhia exerce a posse e opera a Usina Termelétrica Alegrete, composta de duas unidades geradoras com capacidade total de 66 MW e uma vila residencial com 15 casas, localizada no Município de Alegrete (RS), de titularidade da União e cedida em regime especial de utilização.

[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_DOESC_Quadros_notas.indd 14 24/3/2009 13:29:49

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Em milhares de reais)

12 - ATIVO INTANGÍVEL

	Controladora				
	2008				2007
	Taxas médias de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso	20,0	11.110	(9.225)	1.885	2.185
Ágio incorporado da CEM	10,0	44.578	(26.623)	17.955	-
		55.688	**(35.848)**	**19.840**	**2.185**

	Consolidado				
	2008				2007
	Taxas médias de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso	20,0	15.741	(9.475)	6.266	2.316
Direito de compra de energia	10,0	64.561	-	64.561	-
Ágio incorporado da CEM	10,0	44.578	(26.623)	17.955	22.289
Ágio incorporado da ITASA	10,0	72.793	(54.388)	18.405	27.948
Direitos adquiridos (UTE Seival)	-	19.528	-	19.528	19.528
		217.201	**(90.486)**	**126.715**	**72.081**

O direito de compra de energia será amortizado durante a vigência do contrato de compra, de 2013 a 2023. A amortização dos direitos adquiridos da UTE Seival ocorrerá a partir do início da operação comercial da Usina, cuja data ainda não pode ser prevista devido ao estágio em que se encontra o projeto.

13 - UNIDADES 4 E 5 DA UTE WILLIAM ARJONA

As unidades geradoras 4 e 5 da usina termelétrica William Arjona, com potência total de 70 MW, utilizam gás natural para geração de energia elétrica e foram implantadas com o objetivo específico de atender a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (CBEE), sob a regência do Contrato de Suprimento de Energia Elétrica firmado em 10/01/2002, com vigência até 31/12/2004.

A Administração da Companhia vinha considerando a possibilidade de desativar tais unidades geradoras no final do contrato com a CBEE. Em linha com esta possibilidade, a Companhia amortizou o valor econômico destes ativos no período de sua utilização, atingindo um valor residual compatível com o valor estimado de alienação.

Em 26/10/2004 a Administração da Companhia comunicou à assessoria do MME que, após o término do contrato com a CBEE, as referidas unidades geradoras seriam mantidas e estariam à disposição para operação centralizada, de acordo com as normas e procedimentos do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a partir de 01/01/2005, nas mesmas condições das unidades 1, 2 e 3.

Desta forma, o processo de depreciação das referidas unidades não foi interrompido. Concomitantemente com a depreciação, a Companhia vem revertendo a amortização acelerada reconhecida ao longo do contrato com a CBEE.

O valor residual das unidades geradoras 4 e 5 em 31/12/2008 e 2007 é de R$ 33.134.

14 - FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Energia elétrica comprada	46.492	79.012	78.579	70.428
Transações no âmbito da CCEE	2.002	17.631	3.851	19.536
Encargos de uso da rede elétrica	64.196	49.747	67.852	54.167
Combustíveis fósseis/biomassa	-	40.195	145	39.148
Materiais e serviços	36.339	43.123	61.940	90.632
	149.029	**229.708**	**212.367**	**273.911**

15 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição

	Controladora					
	2008			2007		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira						
Secretaria do Tesouro Nacional (STN), líquido de garantias depositadas	24.173	175.841	200.014	20.545	160.504	181.049
BNP Paribas (*Floating Rate Note*)	-	129.526	129.526	-	104.343	104.343
Deutsche Bank	4.490	-	4.490	3.403	3.403	6.806
ABN AMRO Bank	-	-	-	2.498	-	2.498
Encargos	4.568	-	4.568	4.501	-	4.501
	33.231	**305.367**	**338.598**	**30.947**	**268.250**	**299.197**
Moeda nacional						
ELETROBRAS	27.445	41.114	68.559	34.005	66.464	100.469
BNDES	14.947	49.823	64.770	1.790	-	1.790
Banco do Brasil	3.529	7.059	10.588	3.529	10.588	14.117
Notas Promissórias	400.000	-	400.000	-	-	-
Encargos	33.367	-	33.367	984	-	984
	479.288	**97.996**	**577.284**	**40.308**	**77.052**	**117.360**
	512.519	**403.363**	**915.882**	**71.255**	**345.302**	**416.557**

	Consolidado					
	2008			2007		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira						
Secretaria do Tesouro Nacional (STN), líquido de garantias depositadas	24.173	175.841	200.014	20.545	160.504	181.049
BNP Paribas (*Floating Rate Note*)	-	129.526	129.526	-	104.343	104.343
Deutsche Bank	4.490	-	4.490	3.403	3.403	6.806
ABN AMRO Bank	-	-	-	2.498	-	2.498
Encargos	4.568	-	4.568	4.501	-	4.501
	33.231	**305.367**	**338.598**	**30.947**	**268.250**	**299.197**
Moeda nacional						
ELETROBRAS	27.445	41.114	68.559	34.005	66.464	100.469
BNDES	47.816	389.259	437.075	28.793	255.545	284.338
Agentes financiadores (BNDES)	52.650	725.722	778.372	14.990	338.409	353.399
Banco do Brasil	7.495	38.125	45.620	3.529	10.588	14.117
BRDE	6.826	18.203	25.029	6.810	24.969	31.779
Caixa Econômica Federal (CEF)	5.157	51.574	56.731	-	-	-
Notas Promissórias	400.000	-	400.000	-	-	-
ABN AMRO Real	55.026	-	55.026	-	-	-
Bradesco	829	-	829	-	-	-
Encargos	35.438	10.961	46.399	1.950	6.506	8.456
	638.682	**1.274.958**	**1.913.640**	**90.077**	**702.481**	**792.558**
	671.913	**1.580.325**	**2.252.238**	**121.024**	**970.731**	**1.091.755**

Em maio de 2008 a Companhia concluiu o processo de distribuição pública da 3ª emissão de Notas Promissórias Comerciais, tendo sido emitidas 40 (quarenta) notas ao valor total de R$ 400.000, com vencimento em maio de 2009. Os subscritores das Notas foram os Coordenadores e Instituições Financeiras ligadas à Emissora e aos Coordenadores.

b) Mutação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31/12/2006	**256.152**	**344.197**	**600.349**	**306.079**	**610.251**	**916.330**
Ingressos	-	-	-	-	392.651	392.651
Transferências	61.311	(61.311)	-	110.139	(110.139)	-
Postecipação do vencimento	(101.289)	101.289	-	(101.289)	101.289	-
Encargos gerados	54.075	-	54.075	82.687	15.552	98.239
Variações cambiais	(21.067)	(33.465)	(54.532)	(21.067)	(33.465)	(54.532)
Remuneração de garantias depositadas	-	(5.408)	(5.408)	-	(5.408)	(5.408)
Amortizações	(177.927)	-	(177.927)	(255.525)	-	(255.525)
Saldo em 31/12/2007	**71.255**	**345.302**	**416.557**	**121.024**	**970.731**	**1.091.755**
Ingressos	400.000	-	400.000	416.708	166.824	583.532
Incorporação da CEM	15.203	62.153	77.356	-	-	-
Aquisição da PPESA	-	-	-	42.023	252.135	294.158
Aquisições efetuadas pela Gama (*)	-	-	-	54.488	225.025	279.513
Transferências	64.727	(64.727)	-	142.906	(142.906)	-
Encargos gerados	72.475	110	72.585	114.956	47.991	162.947
Variações cambiais	10.879	69.364	80.243	11.275	69.364	80.639
Remuneração de garantias depositadas	-	(8.839)	(8.839)	-	(8.839)	(8.839)
Amortizações	(122.020)	-	(122.020)	(231.467)	-	(231.467)
Saldo em 31/12/2008	**512.519**	**403.363**	**915.882**	**671.913**	**1.580.325**	**2.252.238**

(*) Referem-se aos ingressos referentes aos empréstimos das empresas Tupan, Hidropower, Pedra do Sal, Eólica Beberibe e Areia Branca, adquiridas pela Gama Participações Ltda., controlada integral da Companhia.

c) Composição por tipo de moeda estrangeira e indexadores nacionais

	Controladora					
	2008			2007		
	Moeda mil	Reais	%	Moeda mil	Reais	%
Moeda estrangeira						
Dólar Americano (USD)	89.076	208.169	22,73	109.411	193.800	46,52
Euro (EUR)	40.279	130.429	14,24	40.404	105.397	25,31
		338.598	**36,97**		**299.197**	**71,83**
Moeda nacional						
CDI		433.011	47,28		-	-
TJLP		65.045	7,10		-	-
Não indexado		79.228	8,65		117.360	28,17
		577.284	**63,03**		**117.360**	**28,17**
		915.882	**100,00**		**416.557**	**100,00**

[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_DOESC_Quadros_notas.indd 15 24/3/2009 13:29:53

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Em milhares de reais)

	Consolidado					
	2008			2007		
	Moeda mil	Reais	%	Moeda mil	Reais	%
Moeda estrangeira						
Dólar Americano (USD)	89.076	208.169	9,24	109.411	193.800	17,75
Euro (EUR)	40.279	130.429	5,79	40.404	105.397	9,66
		338.598	**15,03**		**299.197**	**27,41**
Moeda nacional						
CDI		488.866	21,71		-	-
TJLP		1.299.049	57,68		675.198	61,84
UMBNDES590 *(*)*		11.236	0,50		-	-
Não indexado		114.489	5,08		117.360	10,75
		1.913.640	**84,97**		**792.558**	**72,59**
		2.252.238	**100,00**		**1.091.755**	**100,00**

(*) Índice relativo à cesta de moedas calculado pelo BNDES.

d) Variação das moedas estrangeiras e indexadores

	(%)	
Moeda – indexador	**2008**	**2007**
Dólar Americano (USD)	31,94	(17,15)
Euro (EUR)	24,14	(7,50)
TJLP	6,25	6,37
CDI	12,35	11,82
UMBNDES590	33,86	-

e) Condições contratadas

	Controladora	Consolidado
Moeda estrangeira		
STN e Deutsche Bank	Libor + 0,55% a.a. a 1,075 % a.a.	Libor + 0,55% a.a. a 1,075 % a.a.
BNP Paribas *(Floating Rate Note)*	Euribor + 2,75% a.a.	Euribor + 2,75% a.a.
Moeda nacional		
ELETROBRAS	12% a.a.	12% a.a.
BNDES, Agentes financiadores do BNDES e BRDE	TJLP + 4% a.a.	TJLP + 2,5% a.a. a 5,0% a.a. e UMBNDES + 5% + Taxa Variável *([a])*
Bancos comerciais:		
Taxa fixa	8,13% a.a.	8,13% a.a. a 9,5% a.a.
Vinculada ao CDI	-	100% a 102 % do CDI
Vinculada a TJLP	-	TJLP + 3,5% a.a.
Notas Promissórias 3ª emissão	103,5% do CDI	103,5% do CDI

([a]) Custo médio ponderado de todas as taxa e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira.

f) Vencimentos dos empréstimos e financiamentos apresentados no passivo não circulante

	Controladora			Consolidado		
	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total
2010	21.239	48.795	70.034	21.239	188.711	209.950
2011	21.239	29.272	50.511	21.239	169.188	190.427
2012	15.718	14.947	30.665	15.718	152.588	168.306
2013	10.197	4.982	15.179	10.197	131.285	141.482
2014	4.929	-	4.929	4.929	105.943	110.872
2015	129.526	-	129.526	129.526	77.645	207.171
2016 a 2023	-	-	-	-	449.598	449.598
2024	102.519	-	102.519	102.519	-	102.519
	305.367	**97.996**	**403.363**	**305.367**	**1.274.958**	**1.580.325**

g) Garantias

g.1) Tractebel Energia S.A.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira

Secretaria do Tesouro Nacional (STN): (a) Cessão e transferência à União dos recebíveis, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento; (b) depósito, em forma de caução, no valor R$ 94.398, em 31/12/2008, o qual está apresentado em conta retificadora do financiamento correspondente.

Não há garantias concedidas para os demais empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira da Companhia.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional

ELETROBRAS: (a) Procuração ao credor com poderes de, em caso de inadimplência, transferir para o seu próprio nome, os valores necessários para o pagamento de sua dívida, a partir da conta bancária arrecadadora de receitas da Companhia; (b) Notas Promissórias no montante referente ao do financiamento, estando os títulos vinculados aos termos contratuais.

Banco do Brasil: (a) Cessão e transferência de crédito no valor de R$ 8.726, representado por venda de energia elétrica ou outros recursos com a mesma finalidade; (b) caução de Nota Promissória no valor correspondente ao do financiamento.

BNDES: Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito e do Contrato de Subscrição e Integralização de Debêntures: em conseqüência da incorporação da CEM pela Tractebel Energia, ocorrida em 28/03/2008, as garantias anteriormente existentes nos dois Contratos, foram substituídas por Carta de Fiança do UNIBANCO, no valor de R$ 131.966, com validade até 15/10/2013.

g.2) ITASA

BNDES e Agentes Financiadores do BNDES: (a) Penhor de Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da UHE Itá; (b) Penhor de Direitos Creditórios decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados com seus acionistas; (c) conta reserva num montante equivalente a três meses da dívida do BNDES (substituída por fiança bancária) e três meses das despesas contratuais de operação e manutenção da UHE Itá. Além dessas garantias, os sócios caucionaram a totalidade das ações da ITASA ao BNDES e Agentes Financiadores.

g.3) Lages Bioenergética Ltda.

BRDE: (a) Cessão dos direitos creditórios do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado com a CELESC, com a interveniência da Companhia; (b) cessão dos Direitos de Indenização decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Vapor e Compra e Venda de Biomassa celebrados com as empresas Sofia Industrial e Exportadora Ltda. e a Battistella Ind. e Com. Ltda.; (c) cessão dos Direitos Emergentes da Autorização concedida pela ANEEL para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica; (d) obrigação de manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a, em média, quatro meses do serviço da dívida.

g.4) Companhia Energética São Salvador (CESS)

BNDES e Agentes Financiadores do BNDES: (a) Penhor de Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da UHE São Salvador; (b) Conta Centralizadora de Direitos Creditórios para recebimento dos direitos de crédito da CESS; e (c) obrigação de manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a três meses do serviço da dívida acrescido do valor de três meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção do Projeto.

g.5) Ponte de Pedra Energética S.A. (PPESA)

BNDES e Agentes Financiadores do BNDES: (a) Penhor de Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da UHE Ponte de Pedra; (b) Conta Centralizadora de Direitos Creditórios para recebimento dos direitos de crédito da PPESA; e (c) obrigação de manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a três meses do serviço da dívida acrescido do valor de três meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção do Projeto.

g.6) Tupan Energia Elétrica S.A. (Tupan)

Caixa Econômica Federal (CEF): (a) Hipoteca de terreno e imóveis; (b) Alienação fiduciária de equipamentos; (c) totalidade das ações representativas do Capital Social; e (d) Recebíveis e Conta Reserva. A Companhia está em negociação para substituir as fianças pessoais emitidas pelos antigos sócios, por uma Carta Fiança Corporativa da Tractebel Energia S.A.

g.7) Hidropower Energia S.A. (Hidropower)

Banco do Brasil: (a) Totalidade das ações representativas do Capital Social; e (b) Recebíveis e Conta Reserva. A Companhia está negociando a substituição das fianças pessoais emitidas pelos antigos sócios, por uma Carta Fiança Corporativa da Tractebel Energia S.A.

g.8) Eólica Beberibe S.A. e Areia Branca S.A.

BNDES: (a) Alienação fiduciária de bens e equipamentos; (b) totalidade das ações representativas do Capital Social; e (c) Recebíveis e Conta Reserva.

g.9) Eólica Pedra do Sal S.A.

ABN Amro Real S.A.: Penhor das quotas de aplicações financeiras da GDF Suez Energy Latin America Participações Ltda. A garantia será substituída, a partir de fevereiro de 2009, por Carta Fiança Corporativa da Tractebel Energia S.A.

h) Compromissos contratuais (*covenants*)

Os principais *covenants* financeiros estabelecidos nos contratos de empréstimos e financiamentos estão sendo cumpridos pela Companhia.

16 - DEBÊNTURES

a) Composição

	2008			2007		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Tractebel Energia S.A.						
1ª Emissão (1ª Série)	9.141	140.000	149.141	6.483	142.539	149.022
1ª Emissão (2ª Série)	-	60.000	60.000	-	60.000	60.000
2ª Emissão (Série Única)	-	381.080	381.080	404	357.763	358.167
Cana Brava (Série Única)	11.917	51.904	63.821	-	-	-
Encargos	29.053	-	29.053	25.251	-	25.251
Total Controladora	**50.111**	**632.984**	**683.095**	**32.138**	**560.302**	**592.440**
Cana Brava (Série Única)	**-**	**-**	**-**	**10.807**	**63.667**	**74.474**
ITASA (1ª e 2ª Séries)	**9.154**	**32.760**	**41.914**	**10.185**	**40.950**	**51.135**
Encargos	1.326	-	1.326	3.430	-	3.430
Total Consolidado	**60.591**	**665.744**	**726.335**	**56.560**	**664.919**	**721.479**

b) Mutação das debêntures

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31/12/2006	**15.004**	**200.000**	**215.004**	**37.834**	**323.344**	**361.178**
Ingressos	-	353.423	353.423	-	353.423	353.423
Transferências	9.167	(9.167)	-	28.150	(28.150)	-
Encargos gerados	33.487	-	33.487	46.930	256	47.186
Variações monetárias	2.012	16.046	18.058	6.057	16.046	22.103
Amortizações	(27.532)	-	(27.532)	(62.411)	-	(62.411)
Saldo em 31/12/2007	**32.138**	**560.302**	**592.440**	**56.560**	**664.919**	**721.479**
Incorporação da CEM	13.850	63.692	77.542	-	-	-
Transferências	29.272	(29.272)	-	37.462	(37.462)	-
Encargos gerados	55.266	114	55.380	61.453	139	61.592
Variações monetárias	(1.843)	38.148	36.305	2.879	38.148	41.027
Amortizações	(78.572)	-	(78.572)	(97.763)	-	(97.763)
Saldo em 31/12/2008	**50.111**	**632.984**	**683.095**	**60.591**	**665.744**	**726.335**

[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_DOESC_Quadros_notas.indd 16 24/3/2009 13:29:58

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Em milhares de reais)

c) Condições contratadas

A Companhia possui debêntures indexadas ao IGPM, IPCA e TJLP acrescidos de taxa fixa de juros e debêntures remuneradas por percentual do CDI.

d) Variação dos indexadores

	(%)	
Moeda – indexador	**2008**	**2007**
TJLP	6,25	6,37
IGP-M	9,81	7,75
CDI	12,35	11,82
IPCA (em 2007, de maio a dezembro)	5,89	2,33

e) Vencimentos das debêntures apresentadas no passivo não circulante

	Controladora	Consolidado
2010	73.108	81.298
2011	154.419	162.609
2012	142.875	151.065
2013	135.530	143.720
2014	127.052	127.052
	632.984	**665.744**

f) Compromissos contratuais (*covenants*)

Os *covenants* financeiros estabelecidos nos contratos de debêntures estão sendo cumpridos pela Companhia.

17 – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2008	**2007**	**2008**	**2007**
Circulante				
Imposto de renda	259.647	187.970	262.753	225.766
Contribuição social	77.520	55.944	79.496	66.788
ICMS	15.567	11.376	33.456	30.002
PIS e COFINS	12.732	10.153	15.796	12.164
INSS	2.086	3.705	2.499	3.746
Outros	2.996	2.576	10.108	2.930
	370.548	**271.724**	**404.108**	**341.396**

A Companhia vem recolhendo o imposto de renda e a contribuição social mensalmente sobre a base de cálculo estimada, em consonância com a legislação em vigor.

18 – OBRIGAÇÕES COM O PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

A Tractebel Energia, na condição de empresa geradora de energia elétrica, autorizada à produção independente, está obrigada a aplicar anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

Os referidos recursos têm a seguinte destinação: (i) 40% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); (ii) 40% para projetos de pesquisa e desenvolvimento, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL; e (iii) 20% para o MME, a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

19 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui notificações fiscais e cíveis que estão sendo impugnadas administrativamente, bem como processos judiciais que tramitam em diversas instâncias, que na avaliação dos consultores jurídicos se revestem de riscos prováveis. Todos esses processos estão provisionados por valores julgados suficientes para cobertura das contingências, conforme abaixo:

a) Composição

	Controladora					
	2008			2007		
	Provisão bruta	**Depósito judicial**	**Provisão líquida**	**Provisão bruta**	**Depósito judicial**	**Provisão líquida**
Tributárias						
Contribuição Social	15.152	(3.914)	11.238	13.508	(3.489)	10.019
INSS	29.358	(13.022)	16.336	26.421	(11.609)	14.812
	44.510	**(16.936)**	**27.574**	**39.929**	**(15.098)**	**24.831**
Cíveis						
Contratos com fornecedores	18.931	-	18.931	17.235	-	17.235
Doença ocupacional e acidente do trabalho	12.298	(1.272)	11.026	22.625	(491)	22.134
Ambientais	3.472	-	3.472	-	-	-
Ações diversas	10.179	(11)	10.168	6.698	(20)	6.678
	44.880	**(1.283)**	**43.597**	**46.558**	**(511)**	**46.047**
Trabalhistas	**21.399**	**(10.918)**	**10.481**	**20.018**	**(17.533)**	**2.485**
	110.789	**(29.137)**	**81.652**	**106.505**	**(33.142)**	**73.363**
Classificação no Balanço						
Circulante			10.140			10.134
Não circulante			71.512			63.229
			81.652			**73.363**

	Consolidado					
	2008			2007		
	Provisão bruta	**Depósito judicial**	**Provisão líquida**	**Provisão bruta**	**Depósito judicial**	**Provisão líquida**
Tributárias						
Contribuição Social	15.152	(3.914)	11.238	13.508	(3.489)	10.019
INSS	29.358	(13.022)	16.336	26.421	(11.609)	14.812
	44.510	**(16.936)**	**27.574**	**39.929**	**(15.098)**	**24.831**
Cíveis						
Contratos com fornecedores	18.931	-	18.931	17.235	-	17.235
Doença ocupacional e acidente do trabalho	12.298	(1.272)	11.026	22.625	(491)	22.134
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão	16.940	(16.771)	169	-	-	-
Ambientais	3.472	-	3.472	2.089	-	2.089
Ações diversas	15.389	(1.030)	14.359	10.745	(1.143)	9.602
	67.030	**(19.073)**	**47.957**	**52.694**	**(1.634)**	**51.060**
Trabalhistas	**21.399**	**(10.918)**	**10.481**	**20.018**	**(17.533)**	**2.485**
	132.939	**(46.927)**	**86.012**	**112.641**	**(34.265)**	**78.376**
Classificação no Balanço						
Circulante			10.262			10.336
Não circulante			75.750			68.040
			86.012			**78.376**

Contingências tributárias

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Do valor acima, R$ 15.054 referem-se a auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil (RFB), em decorrência da Companhia ter compensado Base de Cálculo Negativa de competências de 1989 e 1990 na apuração da CSLL, na Declaração de Rendimentos da Pessoa Jurídica dos exercícios de 1996 e 1997. De acordo com a ementa do referido auto, a compensação de base de cálculo negativa de CSLL só tem amparo legal a partir de 01/01/1992. A Companhia entende que as instruções normativas que proibiram a utilização de Bases Negativas de exercícios anteriores são ilegais, uma vez que não há restrição a tal compensação na Lei.

Não obstante, a autuação referente ao exercício de 1996 foi julgada desfavoravelmente à Companhia, pelo Conselho de Contribuintes, com a respectiva baixa pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em 26/01/2009. Conseqüentemente, a provisão no valor de R$ 8.243 (R$ 7.349 em 31/12/2007), bem como os depósitos vinculados ao processo, serão baixados no 1º trimestre de 2009.

Em relação à autuação do exercício de 1997, em 03/02/2009 a Câmara Superior de Recursos Fiscais declarou inexigível o crédito tributário, cancelando de forma definitiva o seu lançamento, em virtude da decadência do direito de constituição do crédito tributário pela RFB. A provisão no valor de R$ 6.811 (R$ 6.072 em 31/12/2007), será revertida no 1º trimestre de 2009 e o respectivo depósito será resgatado após liberação da Delegacia da Receita Federal do Brasil.

Os R$ 98 restantes se referem a multas moratórias não recolhidas em pagamento de CSLL, com amparo no artigo 138 do Código Tributário Nacional (CTN), referente à denúncia espontânea.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

As principais contingências relativas ao INSS são as seguintes:

A Companhia recebeu Notificação Fiscal de Lançamento de Débito (NFLD) pelo não recolhimento de contribuição adicional ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) nas competências de abril de 1999 a março de 2004, em razão de suposta ausência de comprovação de fator de risco relacionado com o ambiente de trabalho. A Companhia defende que não há respaldo na legislação citada na notificação para as mencionadas competências, e que somente pode ser cobrado o adicional de contribuição caso o empregado tenha direito à aposentadoria especial, o que não é o caso no período em referência. O Conselho de Recursos da Previdência Social, diante dos argumentos de defesa apresentados pela Companhia, decidiu converter o julgamento em diligência para a realização de perícia. O valor provisionado em 31/12/2008 é de R$ 18.111 (R$ 16.146 em 31/12/2007).

A Companhia também possui notificação do INSS em função de pressuposta falta de recolhimento dos encargos previdenciários sobre verbas remuneratórias creditadas a funcionários. O objeto da notificação foi contestado pela Companhia, alegando que as importâncias pagas em decorrência dos acordos coletivos de trabalho tinham natureza indenizatória. A Companhia obteve êxito no julgamento de primeira instância, onde foi declarada nula a NFLD e o INSS foi condenado a restituir os depósitos convertidos em renda. Esta ação judicial encontra-se em grau de recurso no Tribunal Regional Federal (TRF) devido à apelação cível interposta pelo INSS. A provisão em 31/12/2008 é de R$ 8.308 (R$ 7.406 em 31/12/2007).

Contingências cíveis

Contratos com fornecedores

A principal contingência refere-se, basicamente, à ação ordinária de indenização ajuizada pela Companhia de Interconexão Energética (CIEN), a qual requer o reconhecimento do direito ao recebimento de diferença relativa à aplicação de reajuste cambial previsto no contrato de venda de energia, bem como à rescisão do mesmo por suposto descumprimento de cláusula contratual pela Tractebel Energia. Após a apresentação das contestações pela Companhia, o processo se encontra suspenso, a pedido da CIEN, desde 23/04/2007. O valor provisionado em 31/12/2008 é de R$ 15.045 (R$ 13.490 em 31/12/2007).

Doença ocupacional e acidente do trabalho

Correspondem a ações ajuizadas por ex-empregados, cujo objeto versa, principalmente, sobre lesão por esforço repetitivo e eventual dano da capacidade auditiva.

Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão

Refere-se à ação ajuizada pela PPESA, controlada integral da Energia América do Sul Ltda., visando reduzir o valor a recolher da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) de forma a pagar o valor equivalente ao cobrado à UHE Itiquira. De junho de 2006 a janeiro de 2007, a PPESA passou a recolher a TUST de forma reduzida e a provisionar e depositar judicialmente a diferença entre o valor cobrado e o pago. A partir de fevereiro de 2007, a Empresa substituiu os depósitos judiciais por uma carta de fiança bancária.

[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_DOESC_Quadros_notas.indd 17 24/3/2009 13:30:02

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Em milhares de reais)

Ambientais

A Companhia tem provisionado o valor de R$ 3.472 relativo a quatro processos ambientais onde os principais objetos versam sobre reflorestamento de áreas de preservação permanente (APP) e danos causados pela construção da UHE Cana Brava. Todas as ações estão na fase de contestação.

Ações diversas

Decorrem, principalmente, de ações de desapropriação e indenização impetradas por pessoas físicas e jurídicas atingidas pelas áreas alagadas dos reservatórios das usinas.

Contingências trabalhistas

Referem-se a ações trabalhistas em andamento movidas por ex-empregados, sindicato e por trabalhadores de empresas terceirizadas, cujos objetos correspondem, principalmente, aos pedidos de vínculo empregatício e de reintegração. As demais ações trabalhistas estão relacionadas à cobrança de adicional de periculosidade, horas extras, equiparação salarial, horas *in itinere* e FGTS.

b) Movimentação

	Controladora			
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Provisão bruta
Saldo em 31/12/2006	**35.697**	**39.037**	**23.990**	**98.724**
Adições	-	5.337	1.521	6.858
Atualizações	4.232	3.680	1.742	9.654
Pagamentos	-	(355)	(6.801)	(7.156)
Reversões	-	(1.141)	(434)	(1.575)
Saldo em 31/12/2007	**39.929**	**46.558**	**20.018**	**106.505**
Adições	-	2.576	7.110	9.686
Atualizações	4.850	6.785	3.016	14.651
Pagamentos	-	(1.123)	(7.645)	(8.768)
Reversões	(269)	(13.161)	(1.100)	(14.530)
Incorporação de controlada	-	3.245	-	3.245
Saldo em 31/12/2008	**44.510**	**44.880**	**21.399**	**110.789**

	Consolidado			
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Provisão bruta
Saldo em 31/12/2006	**35.697**	**42.491**	**23.990**	**102.178**
Adições	-	7.857	1.521	9.378
Atualizações	4.232	4.118	1.742	10.092
Pagamentos	-	(362)	(6.801)	(7.163)
Reversões	-	(1.410)	(434)	(1.844)
Saldo em 31/12/2007	**39.929**	**52.694**	**20.018**	**112.641**
Adições	-	7.232	7.110	14.342
Adição - Aquisição da PPESA	-	13.803	-	13.803
Atualizações	4.850	7.914	3.016	15.780
Pagamentos	-	(1.123)	(7.645)	(8.768)
Reversões	(269)	(13.490)	(1.100)	(14.859)
Saldo em 31/12/2008	**44.510**	**67.030**	**21.399**	**132.939**

c) Contingências de risco possível ou remoto

A Companhia é parte, também, em outros processos judiciais que na avaliação dos consultores jurídicos, baseada em experiências com processos de naturezas semelhantes, não apresentam risco provável e, portanto, não foram provisionadas, sendo apenas evidenciadas nas notas explicativas.

Os valores envolvidos estão abaixo discriminados:

	Controladora					
	2008					2007
	Risco possível	Risco remoto	Total bruto	Depósito judicial	Total líquido	Total líquido
Tributárias	359.909	28.165	388.074	(154.387)	233.687	141.009
Cíveis	26.459	10.600	37.059	(4.021)	33.038	9.289
Trabalhistas	11.962	11.774	23.736	(1.498)	22.238	17.982
	398.330	**50.539**	**448.869**	**(159.906)**	**288.963**	**168.280**

	Consolidado					
	2008					2007
	Risco possível	Risco remoto	Total bruto	Depósito judicial	Total líquido	Total líquido
Tributárias	360.004	28.165	388.169	(154.482)	233.687	156.690
Cíveis	41.431	11.356	52.787	(5.025)	47.762	40.977
Trabalhistas	11.962	11.774	23.736	(1.498)	22.238	17.982
	413.397	**51.295**	**464.692**	**(161.005)**	**303.687**	**215.649**

A Companhia possui depósitos judiciais que estão vinculados a provisões de risco possível e remoto que, na sua maioria, são exigidos para garantia da condenação em execução ou efetivação de depósito recursal. Estes valores são atualizados monetariamente e estão apresentados no ativo não circulante.

Contingências tributárias

Os principais objetos relativos às contingências tributárias de risco possível são os seguintes:

PIS e COFINS

A Companhia, em julho de 2005, impetrou Mandado de Segurança contra o Delegado da Receita Federal, por entender que a Instrução Normativa SRF nº 468/2004 invadiu a competência do Poder Legislativo, ao dar novo conceito ao termo "preço predeterminado", previsto no art. 10 da Lei nº 10.833/2003. A Companhia entende que a acepção do referido termo já está consagrada no Sistema Tributário Nacional e vem sendo usado desde o Decreto-Lei nº 1.598/1977, o que implica ser a referida Instrução Normativa ilegal.

Em consequência, a Companhia recolheu o PIS e a COFINS incidentes sobre as receitas decorrentes de contratos firmados anteriormente a 31/10/2003, com prazo superior a um ano e a preço predeterminado, com base no regime de tributação cumulativa previsto na legislação anterior, no período de novembro de 2004 a maio de 2005, no valor de R$ 41.692, atualizado até 31/12/2008. No período de junho de 2005 a outubro de 2006, depositou os valores que entendia indevidos em conta vinculada ao Juízo onde tramita a ação, no montante de R$ 130.759, atualizado até 31/12/2008.

Em virtude de previsão de decisão favorável do TRF da 4ª Região, a Companhia suspendeu os depósitos em novembro de 2006. Em 11/04/2007, o TRF concluiu o julgamento do referido mandado de segurança, dando-lhe, por unanimidade, integral provimento para reconhecer a ilegitimidade e inconstitucionalidade das Instruções Normativas nºs 468 e 658, tanto no que se refere à aplicação da cláusula de correção monetária, quanto no que diz respeito à aplicação da cláusula de equilíbrio econômico-financeiro dos contratos da Companhia.

Em 06/07/2007, a Companhia recebeu Auto de Infração Fiscal por não ter recolhido ou depositado, nem informado em Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), os valores do PIS e da COFINS relativos aos meses de novembro e dezembro de 2006. O não recolhimento ou depósito dos valores, muito embora questionados judicialmente, não teria amparo jurídico segundo o entendimento da Delegacia da Receita Federal.

Em 07/08/2007, a Companhia impugnou o Auto de Infração alegando que são indevidos os valores sob os mesmos fundamentos jurídicos sustentados no Mandado de Segurança impetrado em julho de 2005.

Na opinião dos consultores jurídicos, o risco de perda da demanda judicial é inferior à chance de êxito, razão pela qual a Companhia não está provisionando o valor não recolhido a partir da competência junho de 2005. A contingência atualizada, em 31/12/2008, na controladora e no consolidado, é de R$ 294.315, R$ 163.556, líquida dos depósitos judiciais acima mencionados (R$ 93.146, em 31/12/2007).

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

As principais autuações avaliadas como possível decorre de Autos de Infração lavrados pela Delegacia da Receita Federal, em decorrência de a Companhia ter efetuado compensações de débitos de imposto de renda e contribuição social, em denúncia espontânea, através do Pedido de Ressarcimento ou Restituição via Declaração de Compensação (PER/DCOMP), sem a incidência de multas. Desta forma, a Receita Federal homologou parcialmente os pedidos de compensação e a Companhia apresentou manifestações de inconformidade, as quais se encontram pendentes de julgamento. A Companhia defende que não se pode cogitar que a administração tributária possa impetrar multa contra a Companhia que possuía créditos fiscais a compensar e que declarou os seus débitos através de denúncia espontânea. O montante atualizado da autuação, em 31/12/2008, na controladora e no consolidado, é de R$ 39.654 (R$ 32.917 em 31/12/2007).

INSS

As principais notificações classificadas como possíveis, são as que seguem:

- Auto de infração referente a notificações de cobrança de contribuição previdenciária sobre parcelas indenizatórias. A Companhia foi absolvida parcialmente na esfera administrativa e ingressou com medida judicial, tendo obtido êxito em primeiro grau. Atualmente, aguarda julgamento de apelação do INSS. O valor atualizado da autuação, em 31/12/2008, é de R$ 3.186 (R$ 2.841 em 31/12/2007).
- Notificações fiscais decorrentes da aplicação de suposta solidariedade e transferência de responsabilidade, da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (ELETROSUL) para a Tractebel Energia, em questionamentos relativos à incidência de encargos previdenciários sobre serviços de mão-de-obra prestados por empresas terceirizadas, até a data de cisão da ELETROSUL, e conseqüente constituição da Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. (GERASUL), atualmente Tractebel Energia. Em 2008, o Conselho de Contribuintes reconheceu a decadência das contribuições para determinados autos, tendo a Companhia efetuado a baixa dos respectivos processos. Outros autos com o mesmo objeto ainda estão pendentes de julgamento por parte deste Conselho. Em 31/12/2008, o valor atualizado da notificação é de R$ 1.627 (R$ 3.639 em 31/12/2007).

Contingências cíveis

As ações cíveis, de risco possível, correspondem, basicamente, a ações de desapropriações e indenizações impetradas por pessoas físicas e jurídicas que alegam terem sido afetadas pelas áreas alagadas dos reservatórios das usinas da Companhia.

A PPESA é parte em auto de infração, na esfera administrativa, lavrado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), no valor de R$ 10.800, referente a supostos danos ambientais causados pela Empresa. A PPESA apresentou defesa administrativa que se encontra em análise pelo referido Instituto.

Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas, de risco possível, referem-se, principalmente, a ações movidas por ex-empregados requerendo o vinculo empregatício, à reintegração e à complementação de aposentadoria.

20 – CONCESSÕES A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
UHE Cana Brava	287.655	-	287.655	235.827
UHE Ponte de Pedra	-	-	271.371	-
	287.655	**-**	**559.026**	**235.827**
Classificação no Balanço				
Circulante *(*)*	1.873	-	2.343	1.639
Não circulante	285.782	-	556.683	234.188
	287.655	**-**	**559.026**	**235.827**

(*) Incluído no grupo "Outros".

A Companhia tem a obrigação de pagar à União pela outorga da concessão para exploração do potencial de energia hidráulica do aproveitamento hidrelétrico Cana Brava e Ponte de Pedra, os valores abaixo indicados, em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores de pagamento anual, com atualização baseada na variação anual do IGP-M. Os valores históricos e atualizados, em 31/12/2008, são os seguintes:

UHE Cana Brava

	Valor histórico		Valor atualizado	
Ano	Anual	Total	Anual	Total
De 01/01/2009 a 30/07/2023	680	9.917	1.873	27.322
De 01/08/2023 a 30/07/2033	61.280	612.800	168.833	1.688.332
		622.717		**1.715.654**

[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_DOESC_Quadros_notas.indd 18 24/3/2009 13:30:06

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Em milhares de reais)

UHE Ponte de Pedra

	Valor histórico		Valor atualizado	
Ano	**Anual**	**Total**	**Anual**	**Total**
De 01/01/2009 a 30/09/2019	200	2.150	485	5.214
De 01/10/2019 a 31/09/2020	16.200	16.200	39.688	39.688
De 01/10/2020 a 30/09/2034	31.109	435.526	76.215	1.067.010
		453.876		**1.111.912**

Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, o valor da concessão foi registrado no ativo em contrapartida com os passivos circulante e exigível a longo prazo.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base na taxa de desconto de 10% a.a. para a UHE Cana Brava, prevista no Edital de Concorrência para a licitação da referida concessão, e de 8,28% a.a. para a UHE Ponte de Pedra, taxa de mercado na data da aquisição da empresa. Até a entrada em operação comercial das Usinas, a atualização do passivo em função da taxa de desconto e da variação do IGP-M foi capitalizada no ativo e, a partir daí, reconhecida diretamente no resultado.

a) Mutação

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Saldo em 31/12/2006	**-**	**-**	**-**	**1.559**	**201.546**	**203.105**
Transferências	-	-	-	1.660	(1.660)	-
Encargos gerados	-	-	-	-	20.187	20.187
Variações monetárias	-	-	-	-	14.115	14.115
Amortizações	-	-	-	(1.580)	-	(1.580)
Saldo em 31/12/2007	**-**	**-**	**-**	**1.639**	**234.188**	**235.827**
Aquisição PPESA	-	-	-	462	241.277	241.739
Incorporação da CEM	1.670	244.614	246.284	-	-	-
Transferências	1.617	(1.617)	-	2.153	(2.153)	-
Encargos gerados	-	20.305	20.305	-	37.854	37.854
Variações monetárias	-	22.480	22.480	-	45.517	45.517
Amortizações	(1.414)	-	(1.414)	(1.911)	-	(1.911)
Saldo em 31/12/2008	**1.873**	**285.782**	**287.655**	**2.343**	**556.683**	**559.026**

b) Vencimentos da concessão a pagar apresentada no passivo não circulante

	Controladora	Consolidado
2010	1.873	2.307
2011	1.873	2.273
2012	1.873	2.243
2013	1.873	2.214
2014	1.873	2.188
Após 2015	276.417	545.458
	285.782	**556.683**

21 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Os benefícios pós-emprego mantidos pela Companhia são os seguintes:

a) Plano de Benefícios de Previdência Complementar

A Companhia, através da PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar mantém Plano de Benefícios de Previdência Complementar para seus empregados. A PREVIG é uma entidade fechada de previdência complementar, pessoa jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, patrocinada pela Companhia, na condição de sua Instituidora, e por outras Companhias pertencentes ao Grupo GDF-Suez.

Os Planos de Benefícios administrados pela PREVIG são dos tipos Benefício Definido e Contribuição Definida. O Plano de Benefício Definido encontra-se fechado para novas inscrições de empregados.

a.1) Plano de Benefício Definido

O Plano de Benefício Definido tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e os auxílios.

O custeio do Plano de Benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde a duas vezes a contribuição de seus empregados.

- Complementação de aposentadoria por tempo de serviço, por invalidez e por idade;
- Complementação de aposentadoria especial e de ex-combatente;
- Complementação de pensão;
- Complementação de auxílio reclusão; e
- Auxílio-funeral.

Anteriormente à constituição da PREVIG, o Plano de Benefício Definido era administrado pela Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), patrocinado pela Companhia e pela ELETROSUL, sem solidariedade entre as patrocinadoras. Em outubro de 2002, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) aprovou a rescisão do Convênio de Adesão com a ELOS e a total transferência de gerenciamento do plano de benefícios para a PREVIG. Apesar da citada rescisão, face liminares obtidas por entidades sindicais e pela Associação dos Aposentados da ELETROSUL, os participantes que entraram em gozo de benefícios até 23/12/1997, data da cisão da ELETROSUL, bem como pelos participantes que optaram pelo Benefício Proporcional Diferido até aquela data, permaneceram no Plano de Benefícios administrado pela ELOS, sob a responsabilidade da Companhia, que paga 57% do valor das despesas administrativas da ELOS (a parcela restante, de 43%, é custeada pelo Plano de Benefícios da ELETROSUL). As despesas são limitadas em 15% das respectivas receitas previdenciais da ELOS vinculadas a essa massa de participantes e o valor de responsabilidade da Companhia, no ano de 2008, foi de R$ 1.770 (R$ 1.558 em 2007).

A Companhia, no dia 15/05/2007, celebrou acordos com a ELOS, ELETROSUL, PREVIG e Associação de Aposentados da ELETROSUL visando o restabelecimento da adesão com a ELOS, permitindo aos participantes optarem em permanecer naquela Fundação ou transferir-se para a PREVIG. Em ambas as opções tendo a Companhia como patrocinadora do Plano. Em janeiro de 2008 ocorreu a efetivação da transferência de 29 participantes que optaram pela migração para a PREVIG.

A Companhia é responsável, também, por 100% do valor das despesas administrativas da PREVIG vinculadas a esse Plano de Benefícios, as quais são limitadas em 15% do total das respectivas receitas previdenciais. O valor dessas despesas no exercício de 2008 foi de R$ 1.273 (R$ 966 em 2007).

As premissas atuariais e hipóteses utilizadas na avaliação dos benefícios estão descritas a seguir:

Premissas	**2008 e 2007**
Taxa de desconto (a.a.)	10,25%
Taxa de retorno esperado dos ativos (a.a.)	10,50%
Crescimento salarial futuro do participante ativo e autopatrocinado (a.a.)	5,00%
Crescimento dos benefícios da previdência social e do Plano patrocinado pela Cia. (a.a.)	5,00%
Inflação	5,00%
Fator de capacidade (salários e benefícios)	100%

Hipótese	**2008 e 2007**
Tábua de Mortalidade (ativos)	AT 2000 (por sexo)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 *Disabled*
Tábua de Entrada em Invalidez	Watson Wyatt 1985 *Disability Class 1*
Tábua de Rotatividade	T-1 *Service Table*
Idade de Aposentadoria	Primeira data em que completam todas as carências
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	90
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos

Outras Hipóteses	**2008 e 2007**
Participantes com direito à conversão de aposentadoria especial em aposentadoria por tempo de serviço (SB-40), que optarão pela conversão	100%
Fator de conversão do SB-40	140%

O demonstrativo do passivo atuarial decorrente de benefícios pós-emprego reconhecido no balanço patrimonial da Companhia é o seguinte:

	Controladora e Consolidado					
	2008			2007		
	Plano de aposentadoria	**Gratificação confidencialidade**	**Total**	**Plano de aposentadoria**	**Gratificação confidencialidade**	**Total**
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	1.307.226	-	1.307.226	1.249.541	-	1.249.541
Valor justo dos ativos	(808.818)	-	(808.818)	(796.910)	-	(796.910)
Valor presente das obrigações atuariais totalmente descobertas	-	1.737	1.737	-	1.632	1.632
Subtotal	498.408	1.737	500.145	452.631	1.632	454.263
Valor líquido das perdas atuariais não reconhecidas no balanço	(155.690)	(1.013)	(156.703)	(124.867)	(613)	(125.480)
Passivo reconhecido no balanço	**342.718**	**724**	**343.442**	**327.764**	**1.019**	**328.783**
Classificação no Balanço						
Circulante			21.642			18.450
Não circulante			321.800			310.333
			343.442			**328.783**

O valor das perdas atuariais excedente a 10% do valor presente das obrigações atuariais será amortizado anualmente, de forma linear, pelo período de aproximadamente 7,73 anos, que corresponde ao tempo médio de contribuição futura estimado para os empregados participantes do plano.

Parte do passivo atuarial reconhecido no balanço patrimonial está coberto por obrigações contratadas/reconhecidas através de instrumento de confissão de dívida e de termo de acordo firmados pela Companhia com as Fundações. A composição do passivo nas demonstrações contábeis é a seguinte:

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2008			31/12/2007
	Circulante	**Não circulante**	**Total**	**Total**
Obrigações contratadas/reconhecidas				
Contrato de confissão de dívidas passadas	17.756	112.861	130.617	137.898
Cobertura dos custos relativos à conversão de aposentadoria especial em aposentadoria por tempo de serviço (SB-40) e contribuições extraordinárias	1.912	2.226	4.138	4.764
Passivo atuarial não contratado	1.974	206.713	208.687	186.121
Passivo atuarial registrado	**21.642**	**321.800**	**343.442**	**328.783**

As dívidas contratadas são atualizadas pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e sobre as mesmas incidem juros de 6% a.a. A expectativa de realização dos valores contratados apresentados no passivo não circulante é a seguinte:

	ELOS	**PREVIG**	**Total**
2010	16.571	2.069	18.640
2011	15.121	2.045	17.166
2012	12.499	2.091	14.590
2013	13.268	2.217	15.485
2014	14.084	1.755	15.839
2015 em diante	16.131	15.010	31.141
	87.674	**25.187**	**112.861**

[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_DOESC_Quadros_notas.indd 19 24/3/2009 13:30:11

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Em milhares de reais)

A movimentação dos benefícios pós-emprego está resumida a seguir:

	Plano de aposentadoria	Gratificação de confidencialidade	Total
Passivo em 31/12/2006	**313.173**	**921**	**314.094**
Despesas do exercício de 2007	45.445	262	45.707
Contribuições	(30.854)	-	(30.854)
Benefícios pagos	-	(164)	(164)
Passivo em 31/12/2007	**327.764**	**1.019**	**328.783**
Despesas do exercício de 2008	45.120	230	45.350
Contribuições	(30.166)	-	(30.166)
Benefícios pagos	-	(525)	(525)
Passivo em 31/12/2008	**342.718**	**724**	**343.442**

Os valores a serem reconhecidos no resultado, de janeiro a dezembro de 2009, relativamente ao plano de Benefícios Definidos e Gratificação de Confidencialidade, são os seguintes:

	Plano de aposentadoria	Gratificação de confidencialidade	Total
Custo do serviço corrente	594	55	649
Custo dos juros	129.318	146	129.464
Rendimento esperado dos ativos do plano	(81.667)	-	(81.667)
Amortização de perdas atuariais	23.923	75	23.998
Contribuição dos empregados	(185)	-	(185)
	71.983	**276**	**72.259**

a.2) Plano de contribuição definida

Além do plano de Benefício Definido, a PREVIG passou a administrar o plano tipo Contribuição Definida, encerrando o plano inicial para novas inscrições em 05/10/2004, data da aprovação do novo plano, comunicada pela SPC.

No plano de Contribuição Definida, do qual fazem parte 93% dos empregados da Companhia (872 participantes), o custeio do Plano de Benefícios é constituído por contribuições básicas dos participantes e da patrocinadora. A contribuição básica da Companhia corresponde ao mesmo valor da contribuição básica de seus empregados.

b) Gratificação por confidencialidade

Consiste no pagamento de uma remuneração ao empregado da carreira gerencial, por ocasião do término do seu vínculo empregatício.

22 – PASSIVO FISCAL DIFERIDO

Na controladora refere-se ao IR e CSLL, calculados sobre a provisão de venda de energia elétrica no âmbito do MAE, no valor de R$ 107.456, correspondente ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002. Considerando que o valor da receita está sendo contestado judicialmente por agentes que discordam da interpretação adotada pelo MAE na aplicação de determinadas regras de contabilização, segundo o disposto em Despacho da ANEEL, eventual êxito dos agentes impetrantes caracterizará a inexistência da receita e do respectivo ativo, razão pela qual a mesma está sendo tratada como provisão e considerada diferença temporária para fins fiscais. O consolidado, em 31/12/2008, inclui um montante adicional de R$ 1.600.

23 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R$ 5.000.000, independentemente de reforma estatutária. De acordo com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado, a Companhia não poderá emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias. A Companhia não possui ações em tesouraria.

b) Capital social subscrito e integralizado

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída de acordo com as leis do Brasil e listada no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA S.A.).

O capital social da Companhia, em 31/12/2008, é de R$ 2.445.766, totalmente subscrito e integralizado, e está representado por 652.742.192 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O valor patrimonial da ação, em 31 de dezembro de 2008, é de R$ 4,86 (R$ 4,32 por ação em 31/12/2007).

O quadro societário da Companhia está assim constituído:

Acionistas	% do capital 2008	% do capital 2007
GDF Suez Energy Latin America Participações Ltda.	68,71	68,71
Banco Clássico S.A.	10,00	10,00
BNDES Participações S.A. (BNDESPAR)	2,13	2,80
União Federal	1,90	1,90
Outros	17,26	16,59
	100,00	**100,00**

c) Composição das reservas

	2008	2007
Reserva de capital		
Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	**91.695**	**91.695**
Reservas de lucros		
Reserva legal	305.254	249.496
Reserva de retenção de lucros	328.073	29.896
	633.327	**279.392**

A Administração da Companhia, com base em orçamento de capital a ser submetido à Assembléia Geral Ordinária, está propondo a constituição de reserva de retenção de lucros no valor de R$ 303.096, sem prejuízo à distribuição de dividendos, para serem investidos no pagamento de projetos adquiridos de geração de energia.

24 – DIVIDENDOS

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 13/08/2008, aprovou a distribuição de dividendos intercalares, com base nas demonstrações contábeis levantadas em 30/06/2008, no valor de R$ 580.299, correspondentes a R$ 0,8890167318 por ação, os quais foram pagos em 27/10/2008.

Em 07/11/2008 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre o capital próprio, no valor de R$ 176.000, correspondentes a R$ 0,2696317201 por ação, com base na posição acionária de 18/11/2008 e com data de pagamento a ser definida pela Diretoria da Companhia.

Os valores acima mencionados, líquidos do imposto de renda retido na fonte, estão sendo imputados aos dividendos referentes ao exercício de 2008.

Os juros sobre o capital próprio foram registrados em despesas financeiras e revertidos nessa mesma rubrica, não sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício, em virtude dos mesmos não produzirem efeitos no lucro operacional, mas tão-somente nas linhas do imposto de renda e da contribuição social.

A política de dividendos da Tractebel Energia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e, além disso, determina intenção de pagar em cada ano-calendário dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em valor não inferior a 55% do lucro líquido, ajustado em distribuições semestrais.

	2008	2007
a) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios		
Lucro líquido do exercício	1.115.153	1.045.627
Constituição da reserva legal (5%)	(55.758)	(52.282)
Base de cálculo	1.059.395	993.345
Dividendos mínimos obrigatórios (30%)	**317.819**	**298.004**
b) Dividendos/juros sobre o capital próprio propostos		
Juros sobre o capital próprio, líquidos de IRRF	151.402	151.301
Dividendos intercalares	580.299	360.066
Dividendos adicionais propostos	-	457.279
Subtotal	731.701	968.646
IRRF dos juros sobre o capital próprio	24.598	24.699
Total	**756.299**	**993.345**
Dividendos/juros sobre o capital próprio antes da retenção do imposto de renda, por ação ordinária **(em R$ 1,00):**	1,1586484519	1,5218031188

A destinação do lucro líquido do exercício foi refletida nas demonstrações contábeis no pressuposto de sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária.

25 – DETALHAMENTO DOS GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora 2008					Controladora 2007
	Custos		Despesas			
	Produção de energia	Serviços prestados	Com vendas	Gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	98.644	8.242	7.785	42.847	157.518	141.410
Administradores	-	-	-	10.513	10.513	10.878
Material	18.640	190	28	2.184	21.042	21.271
Serviço de terceiro	51.988	2.048	1.073	43.044	98.153	75.045
Combustível p/ produção de energia	92.456	-	-	-	92.456	118.684
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	80.442	-	-	-	80.442	71.127
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	205.160	-	205.160	169.161
Depreciação e amortização	203.067	-	2	5.306	208.375	176.521
Seguros	7.349	350	-	207	7.906	6.798
Contribuições setoriais	-	-	2.349	165	2.514	2.196
Taxa de fiscalização	-	-	-	7.783	7.783	6.782
Contribuições e doações	363	106	-	8.979	9.448	7.181
Outros	5.974	141	230	24.489	30.834	22.902
	558.923	**11.077**	**216.627**	**145.517**	**932.144**	**829.956**

	Consolidado 2008					Consolidado 2007
	Custos		Despesas			
	Produção de energia	Serviços prestados	Com vendas	Gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	101.784	8.242	7.785	43.520	161.331	142.319
Administradores	-	-	-	11.336	11.336	12.356
Material	20.283	190	28	2.232	22.733	23.300
Serviço de terceiro	62.317	2.048	1.287	45.565	111.217	87.539
Combustível p/ produção de energia	103.968	-	-	-	103.968	126.960
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	93.551	-	-	-	93.551	89.756
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	235.556	-	235.556	205.762
Depreciação e amortização	253.420	-	2	12.961	266.383	235.866
Seguros	8.602	350	-	207	9.159	7.924
Contribuições setoriais	-	-	3.265	174	3.439	3.008
Taxa de fiscalização	-	-	-	8.778	8.778	8.117
Contribuições e doações	603	106	-	12.656	13.365	7.785
Outros	6.420	141	2.160	24.890	33.611	23.392
	650.948	**11.077**	**250.083**	**162.319**	**1.074.427**	**974.084**

[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_DOESC_Quadros_notas.indd 20 24/3/2009 13:30:15

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Em milhares de reais)

26. REVERSÃO (CONSTITUIÇÃO) DE PROVISÕES OPERACIONAIS, LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Benefícios pós-emprego	1.876	818	1.876	818
Contingências cíveis	3.717	(4.644)	(627)	(6.746)
Contingências tributárias	212	1.213	212	1.213
Contingências trabalhistas	(2.411)	1.653	(2.411)	1.653
Outras	-	702	1.430	833
	3.394	**(258)**	**480**	**(2.229)**

27. RECUPERAÇÃO DE PIS E COFINS

A Companhia reconheceu no primeiro trimestre de 2008, receita não recorrente de R$ 76.431, relativa principalmente à recuperação de PIS e COFINS pagos sobre os valores relativos à recuperação do consumo dos combustíveis fosseis adquiridos com recursos da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) que, de acordo com a orientação contida em Despacho da ANEEL, deixaram de ser reconhecidos como receita e passaram a ser contabilizados em conta retificadora de custo da produção de energia elétrica, a partir de novembro de 2005.

28. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	65.315	44.591	76.839	60.358
Juros sobre valores a receber	9.964	10.943	10.731	11.175
Variação monetária sobre depósitos judiciais	19.081	14.421	19.518	16.621
Variação monetária sobre contas a receber e outras	7.802	5.756	7.823	5.756
Outras	7.933	6.314	8.225	6.692
	110.095	**82.025**	**123.136**	**100.602**
Despesas financeiras				
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures	119.632	82.539	169.171	124.841
Encargos sobre concessão ANEEL	20.305	-	37.854	20.187
Encargos sobre passivo atuarial	43.341	44.206	43.341	44.206
Encargos sobre tributos e contribuições sociais	2.623	2.856	3.254	4.906
Variação monetária sobre financiamentos e debêntures	36.305	18.058	41.027	22.103
Variação monetária sobre concessão ANEEL	22.480	-	45.517	14.115
Variação monetária outras	9.605	3.665	10.905	3.966
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	80.243	(54.532)	80.243	(54.532)
Perdas com operações de *swaps* cambiais	-	21.551	-	21.551
CPMF	324	14.483	517	19.947
Outras	13.176	11.701	15.557	13.965
	348.034	**144.527**	**447.386**	**235.255**
Despesas financeiras, líquidas	**237.939**	**62.502**	**324.250**	**134.653**

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão de risco

a.1) Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia e suas controladas, têm como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esses riscos, porém os mesmos são monitorados pelo Comitê de Gestão Financeira, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle, limites de posição e limites de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são os seguintes:

Riscos relacionados às aplicações financeiras

A Companhia adota uma política conservadora de aplicação dos recursos, sendo que a maior parte destes são alocados em títulos públicos federais ou operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Parte minoritária dos recursos é alocada em títulos privados de bancos de primeira linha, com *rating* superior a AA+(bra) atribuído por agências de classificação de risco internacionais, indexados ao CDI e com liquidez diária.

Exposição ao risco cambial

A parcela dos empréstimos atrelados à moeda externa, no montante de R$ 338.598, em 31/12/2008, corresponde a 11,4% da dívida da Companhia, dos quais 7,0% ao dólar e 4,4% ao Euro, sendo que os vencimentos da dívida estão distribuídos no longo prazo, com concentrações em 2015 e 2024. Tendo em vista que o efeito decorrente do vencimento do endividamento é mínimo no curto e médio prazo e, devido à impossibilidade de fazer um *hedge* eficiente de balanço em função da inexistência de uma curva *forward* de longo prazo, a Companhia não detinha em 31/12/2008 nenhum instrumento de derivativos para proteção do seu passivo. Maiores detalhes sobre a composição da dívida em moeda externa podem ser observados na Nota 15.

Exposição ao risco de taxa de juros e índices flutuantes

A Companhia e suas controladas estão expostas à taxa de juros e índices flutuantes relacionados às variações da LIBOR, EURIBOR, TJLP, taxa DI, UMBNDES, IGP-M e IPCA. A composição da dívida por taxa de juros e índice é como segue:

Taxa de juros e índices flutuantes	Valor	%
TJLP	1.364.426	47,64
CDI	550.155	19,21
IPCA	398.021	13,90
IGP-M	201.648	7,04
LIBOR	208.169	7,27
EURIBOR	130.429	4,55
UMBNDES	11.236	0,39
	2.864.084	**100,00**

a.2) Risco de crédito

Nos contratos bilaterais de longo prazo firmados com distribuidoras, a Companhia busca minimizar o seu risco de crédito através da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

Nas transações de venda para clientes industriais, os chamados Consumidores Livres, para minimizar o risco de crédito diante desses parceiros comerciais, a Companhia, através de sua área de crédito, procede a uma análise de crédito prévia e estabelece, em conjunto com o Comitê de Crédito, o limite de crédito e garantias a serem exigidas das contrapartes.

Nas operações no mercado financeiro, a Companhia também possui limites de crédito com as instituições financeiras, os quais são revisados periodicamente pelo seu Comitê de Gestão Financeira, com base em avaliação interna e em *ratings* divulgados pelas agências classificadoras de risco.

Conforme mencionado na Nota 4, a Companhia mantém aplicações financeiras em Fundo de Investimentos Exclusivo. O montante das aplicações por instituição financeira está dentro dos limites definidos pela Companhia, através de sua política de créditos para instituições financeiras.

a.3) Riscos hidrológicos

De acordo com os dados do ONS, em 31/12/2008, a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) era gerado por Usinas Hidrelétricas (UHE). Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada UHE, incluindo as UHE da Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. Em 31/12/2008 a geração hidrelétrica representava aproximadamente 80% da Capacidade Instalada total das usinas da Companhia, o que equivale a 4.932 MW. A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da Energia Assegurada, poderá resultar na exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, cujos preços tendem a ser elevados, podendo afetar os resultados financeiros futuros da Companhia.

a.4) Riscos ambientais

As atividades do setor de energia podem causar impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. A legislação federal também prevê a desconsideração da personalidade jurídica da empresa poluidora, bem como responsabilidade pessoal dos administradores, para viabilizar o ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. Como conseqüência, os sócios e administradores da empresa poluidora poderão ser obrigados a arcar com o custo da reparação ambiental. Os Riscos Ambientais são mitigados pela Companhia através de sua política de meio ambiente focada no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

b) Valor de mercado

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros, somente nos empréstimos, financiamentos e debêntures foram identificadas diferenças significativas entre os valores de mercado e os valores contábeis, principalmente em virtude destes instrumentos financeiros possuírem prazos de liquidação bastante alongados e custos diferenciados em relação às taxas praticadas atualmente para contratos similares. Na determinação dos valores de mercado, a Administração da Companhia utilizou fluxos de caixa futuros descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes, ou cotações do mercado internacional, quando disponíveis.

	Controladora			
	2008		2007	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	338.598	358.279	299.197	322.316
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	577.284	579.271	117.360	116.564
Debêntures	683.095	572.924	592.440	483.202
	1.598.977	**1.510.474**	**1.008.997**	**922.082**

	Consolidado			
	2008		2007	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	338.598	358.279	299.197	322.316
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	1.913.640	1.921.091	792.558	721.916
Debêntures	726.335	616.164	721.479	601.958
	2.978.573	**2.895.534**	**1.813.234**	**1.646.190**

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos. Em decorrência do histórico de volatilidade do Real diante das moedas estrangeiras, segue demonstrada uma análise de sensibilidade da dívida em moeda externa da Companhia, considerando um cenário básico projetado para 31/12/2009 e outros dois levando-se em conta uma desvalorização do Real de 25% e 50% em relação ao cenário-base. A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação destes cenários no resultado financeiro da Companhia no exercício de 2009 seriam os seguintes:

	Valor contábil	Cenário projetado	Cenário I *Variação* de 25%	Cenário II *Variação* de 50%
STN	203.639	(2.405)	47.968	98.290
BNP Paribas	130.429	(9.540)	20.617	50.826
Deutsche Bank	4.530	(52)	1.068	2.188
	338.598	**(11.997)**	**69.653**	**151.304**

30. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui contratos com suas controladas, conforme a seguir especificados:

ITASA

Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, com o objetivo de regular a compra, pela Companhia, de 167 MW médios e de 61 MW médios de energia de propriedade da ITASA na UHE Itá, sendo regido pela legislação aplicável e pelas regras de mercado, com vigência até 16/10/2030, reajustados anualmente pelo IGP-M e pela variação do Dólar acrescido da inflação norte-americana, respectivamente.

[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_DOESC_Quadros_notas.indd 21 24/3/2009 13:30:19

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Em milhares de reais)

Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção da UHE Itá, celebrado pela Companhia, no âmbito do Consórcio Itá, com vigência até 16/10/2030, cujos valores são reajustáveis anualmente pelo índice IGP-M.

Lages Bioenergética Ltda.

Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, com o objetivo de regular a compra, pela controlada, de até 26 MW médios mensais de energia elétrica de propriedade da Companhia, com vigência até 31/03/2017.

Contrato com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação de serviços de administração operacional, em virtude da Lages não possuir quadro próprio de empregados. O valor contratual é reajustado anualmente pelo IGP-M.

Contrato de Operação e Manutenção da Unidade de Cogeração Lages, com término em 31/03/2012, através do qual a Companhia se obriga a operar e efetuar as manutenções do empreendimento. O valor contratual é reajustado anualmente com base na variação da remuneração definida em Acordo Coletivo de Trabalho dos empregados da Companhia.

Tractebel Energia Comercializadora Ltda.

Contrato com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação, pela Companhia, dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica e financeira da controlada. O valor contratual é reajustado anualmente pela variação do IGP-M.

Contratos de Compra e Venda de Energia com o objetivo de fornecer energia para que a TBLC cumpra com os seus contratos de venda de energia, com as seguintes características:

a) 150 MW médios mensais com vigência entre 01/03/2008 e 01/03/2015;
b) 190 MW médios mensais com vigência entre 01/01/2009 e 31/12/2016;
c) 540 MW médios mensais com vigência entre 01/01/2009 e 31/12/2009.

Companhia Energética São Salvador

Contrato com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação, pela Companhia, dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica e financeira da controlada. O valor contratual é reajustado anualmente pela variação do IGP-M.

Contrato de Operação e Manutenção da Usina Hidrelétrica São Salvador (UHSA), com término na data-fim do financiamento (15/10/2023), através do qual a Companhia se obriga a operar e efetuar as manutenções do empreendimento. O valor contratual é reajustado anualmente com base na variação do IGP-M.

Contrato de Mútuo assinado em 18/12/2008, com a finalidade de financiar o capital de giro para o cumprimento de obrigações com fornecedores para conclusão da UHE São Salvador, cujo saldo em 31/12/2008 é de R$ 8.700.

Suez-Tractebel S.A. (Controladora Indireta)

Em 17/04/2007, a Companhia celebrou contrato com a Suez-Tractebel S.A., sua controladora indireta, com sede em Bruxelas, Bélgica, cujo objeto é a prestação de serviços de consultoria em assuntos específicos por parte daquela empresa. A contratação foi aprovada por unanimidade pelos acionistas minoritários da Companhia, em Assembléia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 17/04/2007, tendo o acionista controlador renunciado ao seu direito de voto. O prazo do contrato é de 36 meses, condicionada a sua revalidação, pelos acionistas minoritários, a cada período de 12 meses, em Assembléia convocada para este fim, conforme ocorreu na AGE do dia 08/04/2008. O valor dos honorários durante a vigência do contrato está limitado ao montante anual não cumulativo de 1.500.000 EUROS, devendo os serviços executados e respectivos honorários ser submetidos ao conhecimento do Conselho Fiscal da Companhia, no qual tem assento um membro eleito pelos acionistas minoritários.

Os valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado estão abaixo indicados:

	2008										2007
	GDF SELA *(a)*	ITASA	LAGES	TBLC *(b)*	CESS	SUEZ ENERGY BRASIL	SUEZ *(c)*	LEME *(d)*	SESA BidCO Ltd.	Total	Total
Ativo											
Contas a receber	52	2.244	640	99.528	43	6	4	-	-	**102.517**	**56.051**
Dividendos	-	4.071	4.929	-	-	-	-	-	-	**9.000**	**91.006**
Mútuo	-	-	-	-	9.966	-	-	-	-	**9.966**	**-**
Passivo											
Fornecedores	-	10.811	-	53	-	145	-	526	-	**11.535**	**49.712**
Dividendos/JCP *(*)*	102.793	-	-	-	-	-	-	-	-	**102.793**	**365.602**
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-	194.356	**194.356**	**-**
Outras	-	524	-	-	-	137	-	-	-	**661**	**-**

(*) Juros sobre o capital próprio.

	2008										2007
	CEM	ITASA	LAGES	TBLC *(b)*	DELTA	EAS	CESS	GAMA	SUEZ *(c)*	Total	Total
Resultado											
Receita de Suprimento de Energia	-	-	4.561	408.616	-	-	-	-	-	**413.177**	**329.394**
Receita de Serviços											
Administração	121	-	115	27	-	-	422	-	-	**685**	**1.203**
Operação e manutenção	304	11.013	1.565	-	-	-	-	-	-	**12.882**	**13.441**
Custo de Energia Elétrica											
Compra energia	46.652	119.727	-	-	-	-	-	-	-	**166.379**	**393.153**
Outros	-	-	-	10.654	-	-	-	-	-	**10.654**	**31**
Despesas Gerais e Administrativas	-	-	-	-	-	-	-	-	5.389	**5.389**	**2.540**
Receita financeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**	**-**
Resultado de Participações Societárias	11.122	17.140	7.187	27.599	(68)	(6.445)	(185)	(1.652)	-	**54.698**	**179.091**

(a) GDF Suez Energy Latin America Participações Ltda.
(b) Tractebel Energia Comercializadora Ltda.
(c) Suez-Tractebel S.A.
(d) Leme Engenharia Ltda.

Remuneração das pessoas chaves da Administração

A remuneração, os encargos e os benefícios relacionados às pessoas chaves da Administração estão apresentadas a seguir. O único benefício de longo prazo é o de aposentadoria (pós-emprego).

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Honorários e benefícios de curto prazo	5.911	5.706	6.595	6.803
Encargos sociais	1.731	1.802	1.870	2.009
Bônus dos Administradores e encargos	2.284	2.767	2.284	2.910
Benefícios pós-emprego	587	603	587	634
	10.513	**10.878**	**11.336**	**12.356**

31. GARANTIAS A TERCEIROS

ITASA

A Companhia e demais acionistas da ITASA são intervenientes nos contratos firmados entre a investida, BNDES e outros agentes financiadores, vinculados à construção da UHE Itá. As intervenientes deram, em caução, a totalidade das ações de emissão da ITASA, de suas propriedades, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida em 31/12/2008 é de R$ 172.731 (R$ 209.041 em 31/12/2007).

Lages Bioenergética Ltda.

A Companhia é interveniente fiadora no Contrato de Abertura de Crédito Fixo celebrado entre a Lages e o BRDE, tendo cedido, em caução, as quotas de participação no capital social da controlada, de sua propriedade, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas no referido contrato. A dívida em 31/12/2008 totaliza R$ 25.117 (R$ 31.877 em 31/12/2007).

CESS

A Companhia é interveniente nos contratos firmados entre a investida e o BNDES e outros agentes financiadores, vinculados à construção da UHE São Salvador. A interveniente cedeu, em caução, a totalidade das ações de emissão da CESS, de sua propriedade, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida em 31/12/2008 é de R$ 612.678 (R$ 407.210 em 31/12/2007).

PPESA

A Energia América do Sul Ltda., controlada integral da Companhia e controladora da PPESA, é interveniente nos contratos firmados entre a investida e o BNDES e outros agentes financiadores, vinculados à construção da UHE Ponte de Pedra. A interveniente deu, em caução, a totalidade das ações de emissão da PPESA, de sua propriedade e os direitos emergentes da concessão e do contrato de compra e venda de energia elétrica com a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida em 31/12/2008 é de R$ 270.043.

Empresas recentemente adquiridas

A Companhia será interveniente dos contratos de financiamento das empresas recentemente adquiridas Tupan, Hidropower, Beberibe, Pedra do Sal e Areia Branca à medida em que as trocas das garantias forem sendo efetivadas.

[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_DOESC_Quadros_notas.indd 22 24/3/2009 13:30:23

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Em milhares de reais)

32. SEGUROS

A Companhia possui apólice de seguros abrangente de riscos operacionais com valor declarado para danos materiais de US$ 5.247.606, equivalentes a R$ 12.263.655 em 31/12/2008, e de lucro cessante de curto prazo com valor declarado de US$ 331.994, equivalentes a R$ 775.870 em 31/12/2008 e de lucro cessante de longo prazo com valor declarado de US$ 196.846, equivalentes a R$ 460.029 em 31/12/2008. O limite máximo combinado para indenização de danos materiais e lucros cessantes é de US$ 250.000, equivalentes a R$ 584.250 em 31/12/2008, por evento.

Além dessas coberturas, a Companhia possui apólices de responsabilidade civil com cobertura de US$ 50.000, equivalentes a R$ 116.850 em 31/12/2008. Estas apólices incluem a UHE Itá, construída e explorada em consórcio com a controlada em conjunto ITASA.

Os seguros contratados relativos às controladas, em 31/12/2008, têm as seguintes principais características:

Lages: seguro de riscos operacionais com cobertura de US$ 44.481 equivalentes a R$ 103.952 em 31/12/2008, e de responsabilidade civil com cobertura de US$ 50.000, equivalentes a R$ 116.850 em 31/12/2008.

CESS: seguros de riscos de engenharia com cobertura de manutenção ampla de 12 meses, com limite máximo de indenização de R$ 701.880, e de responsabilidade civil com coberturas de R$ 22.200 para cada uma das duas apólices.

Ponte de Pedra: seguro de riscos operacionais com cobertura de US$ 193.600 equivalentes a R$ 452.443 em 31/12/2008, e de responsabilidade civil com coberturas de R$ 5.325, para cada uma das duas apólices.

Tupan e Hidropower: seguros de riscos operacionais com valor para danos materiais de R$ 65.000 e de lucro cessante de longo prazo com valor de R$ 8.000, para cada uma das empresas.

Beberibe, Pedra do Sal e Areia Branca: seguro de risco de engenharia com cobertura de até R$ 114.000, R$ 67.183, R$ 63.799, respectivamente, e de responsabilidade civil com valor de R$ 10.000, R$ 6.718 e R$ 2.000, respectivamente.

Além destes seguros estratégicos, a Companhia possui seguros para cobertura de riscos em transportes nacionais e internacionais, seguro de responsabilidade de conselheiros, diretores e administradores, extensivo às suas controladas, bem como, seguro de vida em grupo para os seus diretores e empregados.

33. CONTRATOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui compromissos de longo prazo, dentre os quais se destacam:

a) Contrato de Conexão

A Companhia mantém Contrato de Conexão com a ELETROSUL e com a Furnas Centrais Elétricas S.A. (FURNAS), com vigência até a data de extinção das concessões das unidades geradoras da Companhia, ou a extinção da transmissora, o que ocorrer primeiro.

Em relação às empresas adquiridas no ano de 2008, os Contratos de Uso de Conexão são os seguintes:

- PPESA: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE)
- Tupan e Hidropower: Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (CEMAT)
- Eólica Beberibe: Companhia Energética do Ceará (COELCE)
- Eólica Pedra do Sal: Companhia Energética do Piauí (CEPISA)

b) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição

Para o Uso do Sistema de Transmissão e da Rede Básica, a Companhia mantém contratos com o ONS, e para usinas que não estão conectadas diretamente à rede básica, são mantidos Contratos de Uso da Distribuição, conforme abaixo mencionado:

- UTE Willian Arjona: Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A. (ENERSUL)
- UTE Alegrete: AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia (AES Sul)
- UTE Jorge Lacerda A: Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC)
- PPESA: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE)
- Tupan e Hidropower: Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (CEMAT)
- Beberibe: Companhia Energética do Ceará (COELCE)
- Pedra do Sal: Companhia Energética do Piauí (CEPISA)

Os contratos, em sua grande maioria, têm vigência até a data da extinção das concessões ou autorizações das unidades geradoras da Companhia ou a extinção das empresas transmissoras e distribuidoras, o que ocorrer primeiro.

c) Contratos bilaterais de compra e venda de energia elétrica

De acordo com os dados acerca da energia assegurada e contratos de compra e venda em vigor, o balanço energético da Companhia mostra que a atual capacidade está com os seguintes níveis de contratação:

	MW médios *(*)*				
Ano	Recursos próprios	Compras p/ revenda	Disponibidade total	Disponibilidade contratada	% Contratados
2009	3.311	387	3.698	3.653	98,8%
2010	3.393	622	4.015	3.917	97,6%
2011	3.580	289	3.869	3.448	89,1%
2012	3.617	177	3.794	3.446	90,8%
2013	3.617	278	3.895	3.273	84,0%
2014	3.617	249	3.866	2.791	72,2%

(*) As informações de MW médio não são revisadas pelos auditores independentes.

A receita operacional bruta da Companhia, em 31/12/2008, composta por natureza de clientes, é a seguinte:

	Valor	%
Distribuidoras	1.763.889	46,01
Consumidores livres	1.059.455	27,63
Comercializadoras	659.986	17,21
CCEE	295.972	7,72
Exportação	34.394	0,90
Outras	20.421	0,53
	3.834.117	**100,00**

Os clientes que, em 31/12/2008, participavam em percentual superior a 5% na receita operacional bruta da Companhia foram a CELESC, a Rio Grande Energia S.A., a CPFL Comercialização Brasil S.A. e a Companhia Paulista de Força e Luz.

d) Compra de energia elétrica da Argentina

A Companhia firmou contrato com a CIEN, por um prazo de 20 anos, a partir de 21/06/2000, para a compra de 300 MW de potência firme com energia associada, para ser disponibilizada na subestação de Itá, da ELETROSUL. No mês de março de 2005, a ANEEL realizou fiscalização para verificar as condições de garantia de entrega física da UTE Uruguaiana e das Interconexões de Garabi, onde foi constatada a indisponibilidade de efetiva geração e transporte de energia elétrica pelos agentes fiscalizados, nos montantes contratados. Em decorrência deste fato, o MME expediu Portaria, definindo novos valores de garantia física dos respectivos empreendimentos de geração e interconexões.

Em 01/04/2005, foi publicada Resolução Normativa ANEEL estabelecendo os critérios a serem utilizados pelo ONS e pela CCEE na determinação dos limites de disponibilidade de geração e de garantia física de energia para a UTE Uruguaiana e para as Interconexões de Garabi. Com base nos referidos atos normativos, o valor da garantia física originalmente atribuído à CIEN para o atendimento do contrato de 300 MW foi reduzido para, aproximadamente, 72 MW.

Em razão do modo como o contrato está registrado na CCEE, esta redução deixaria a Companhia sujeita às penalidades previstas na legislação setorial, por insuficiência de lastro físico, além da exposição ao mercado de curto prazo da CCEE, o que a levou a firmar contrato para compra da energia elétrica correspondente de outro agente. Por força do ocorrido, a Companhia entende que ficou caracterizado inadimplemento contratual por parte da CIEN, e que multas e ressarcimentos previstos no contrato tornaram-se devidos à Companhia. Assim, baseada em dispositivos contratuais que determinam que os valores constantes das faturas emitidas pela CIEN já devem ser líquidos de todos os montantes por elas devidos à Companhia, a título de multas e ressarcimentos, o que não vem sendo feito pela CIEN com relação a nenhuma das faturas por ela emitidas sob o contrato desde a redução de sua garantia física, a Companhia não vem efetuando o pagamento das referidas faturas, desde março de 2005, por serem tais faturas consideradas inábeis.

Em 20/06/2006, a ANEEL, através de Resolução Normativa, reduziu a zero os valores de garantia física de energia elétrica oriunda de importação da CIEN em decorrência da impossibilidade de fornecimento de energia elétrica por parte desta empresa. Esta redução será mantida até que a CIEN comprove a existência de disponibilidade de energia.

Até a data do fechamento do balanço em referência, a situação permanece inalterada.

e) Compra de gás natural

A Companhia celebrou contrato de aquisição de gás natural com a Companhia de Gás do Mato Grosso do Sul (MSGÁS), com vigência de cinco anos a partir de 2001, início da operação comercial a gás da Usina Termelétrica William Arjona (UTWA), localizada em Campo Grande (MS), renováveis por mais cinco anos.

Com o vencimento do prazo do contrato, em 22/05/2006, a Companhia manifestou interesse em renovar o acordo, porém a MSGÁS comunicou que a renovação dependeria de reajuste no preço do produto, conforme determinação da Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), vendedora do gás para a MSGÁS e anuente no contrato.

Ante a ameaça da PETROBRAS de cortar o suprimento de gás para a Usina, a Companhia ajuizou medida cautelar contra a MSGÁS e a PETROBRAS, com pedido de antecipação de tutela, que foi deferida para obrigar a manutenção do fornecimento do gás, nos termos do contrato.

A Companhia também ajuizou ação ordinária visando a renovação do contrato por mais um período, cujo processo está tramitando no Poder Judiciário da Comarca de Campo Grande (MS).

Em recente recurso ajuizado perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), a PETROBRAS obteve efeito suspensivo que lhe autorizou, a partir de novembro de 2007, a suspensão do fornecimento de gás para a Usina.

Em conseqüência, a Companhia tem comprado energia na CCEE para suprir o lastro de energia vendida de UTWA. Quando conveniente e necessário, a usina tem operado com óleo diesel como combustível, uma vez que a mesma possui essa flexibilidade.

Recentemente, a ação foi julgada procedente para o fim de determinar que os contratos de compra e venda de gás natural firmados entre a Companhia e MSGÁS e entre MSGÁS e PETROBRAS e seus respectivos aditivos sejam renovados pelo período de 05 anos, iniciando-se em 23/05/2006. O período em que houve a interrupção do fornecimento de gás em decorrência deste litígio deverá ser acrescido ao final do contrato, que terá o seu encerramento proporcionalmente prorrogado. O preço e a quantidade de gás deverão ser aqueles contratados e reajustados conforme os parâmetros estabelecidos no Programa Prioritário de Termelétricas (PPT). Dessa decisão a PETROBRAS interpôs embargos de declaração que foram considerados improcedentes, e entrou com Recurso de Apelação perante o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul.

f) Contratos de arrendamento

f.1) A Eólica Beberibe possui quatro contratos de arrendamento de terrenos utilizados para a instalação e edificação das torres dos aerogeradores, subestação e instalações de transmissão associadas. A vigência dos contratos varia de 17/05/2027 até 28/09/2032 e os valores são compostos por parcela fixa e variável, esta correspondente a um percentual sobre a receita bruta. As parcelas fixas são reajustadas pelo IGPM, pela variação do dólar norte-americano e pelo índice de inflação dos Estados Unidos da América (EUA), dependendo de cada contrato.

f.2) A Eólica Pedra do Sal possui dois contratos de arrendamentos dos terrenos onde estão localizados o seu parque gerador, com prazo de vencimento em 2029. O valor mensal pago corresponde a um percentual sobre a receita operacional bruta.

g) Contratos para construção da UTE Destilaria Andrade

A Controlada indireta Ibitiúva, assinou contrato com a Areva Koblitz para Serviços de engenharia, aquisição de equipamentos e construção da UTE Destilaria Andrade, no montante de R$ 87.830. Desse total, R$ 9.188 tinham sido pagos até 31/12/2008. A vigência do contrato é de até 01/06/2010.

A Ibitiúva também assinou contrato com a Leme Engenharia Ltda., empresa pertencente ao Grupo Suez, para controle de qualidade do projeto da UTE Ibitiúva Bioenergética, no valor de R$ 1.845, com vigência até 01/04/2010.

[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_DOESC_Quadros_notas.indd 23 24/3/2009 13:30:28

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Em milhares de reais)

34. EVENTO SUBSEQÜENTE

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 16/02/2009, aprovou a 4ª emissão de Notas Promissórias da Companhia, no valor total de até R$ 300.000, através de Oferta Restrita nos termos da Instrução CVM nº 476/09. As principais características da emissão estão apresentadas no quadro a seguir:

Número de Séries:	Série Única.
Quantidade:	300 Notas Promissórias.
Valor Nominal Unitário:	R$ 1.000.
Data de Emissão:	Data de sua efetiva subscrição e integralização.
Forma:	Serão emitidas fisicamente e ficarão depositadas em instituição habilitada à prestação de serviços de custódia.
Prazo e Vencimento:	360 dias contados da data de emissão, e será considerado o 360º dia como a data de vencimento.
Local de Negociação e de Pagamento:	Mercado de balcão organizado, junto ao Sistema de Nota Promissória operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP).
Remuneração:	125% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis calculada e divulgada diariamente pela CETIP.
Resgate Antecipado:	Será realizado mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo resgate.
Garantia:	Não farão jus a nenhum tipo de garantia.
Destinação dos Recursos:	Serão destinados ao pagamento de dívidas da Companhia e ao financiamento do capital de giro.

Em 06/03/2009 a Companhia recebeu os recursos referentes à referida emissão, no valor de R$ 300.000, os quais serão destinados em parte para o pagamento da dívida representada pelas notas promissórias, emitidas em 20/05/2008 e com vencimento em 15/05/2009.

Na mesma reunião também foi aprovada a 3ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia, da espécie quirografária (sem garantia ou preferência), no valor de até R$ 600.000, observado que tal montante poderá ser objeto de aumento em virtude de demanda observada no processo de *bookbuilding*, os quais serão objeto de distribuição pública no âmbito do Programa de Distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 400/03, sendo que as principais características e condições são:

Número de Séries:	Série Única.
Quantidade:	60.000 Debêntures, sendo que a quantidade poderá ser eventualmente aumentada em até 35% em razão de demanda apurada em procedimento de *bookbuilding*.
Valor Nominal Unitário:	R$ 10.
Data de Emissão:	01/04/2009.
Forma:	As debêntures serão nominativas e escriturais.
Espécie e Conversibilidade:	Espécie quirografária, não conversíveis em ações de emissão da Companhia.
Prazo e Vencimento:	O prazo será de 2 anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de abril de 2011.
Local de Negociação e de Pagamento:	(a) distribuição no mercado primário, por meio do SDT (Módulo de Distribuição de Títulos), administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (ANDIMA), (b) negociação no mercado secundário, por meio do SND (Módulo Nacional de Debêntures), administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA. As Debêntures submeter-se-ão aos controles de compensação e liquidação da CETIP ou da CBLC, conforme o caso.
Remuneração:	Equivalente à acumulação de, no máximo, 125% da Taxa DI, calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento das Debêntures, observado que a taxa final aplicável será apurada por meio do *bookbuilding*. A Remuneração será devida semestralmente, nas seguintes datas: 01/10/2009, 01/04/2010, 01/10/2010 e 01/04/2011.
Destinação dos Recursos:	(a) ao pagamento integral da dívida representada pelas Notas Promissórias e (b) ao pagamento de parte da dívida representada pelas notas promissórias comerciais da 3ª emissão da Companhia, emitidas em 20 de maio de 2008 e com vencimento previsto para 15 de maio de 2009.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: **Maurício Stolle Bähr**

Vice-Presidente: **Jan Franciscus María Flachet**

Conselheiros:
Manoel Arlindo Zaroni Torres
Victor-Frank de Paula Rosa Paranhos
Dirk Beeuwsaert
José Carlos Cauduro Minuzzo
Luiz Antônio Barbosa
José Pais Rangel
Luiz Leonardo Cantidiano Varnieri Ribeiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, em exercício:	**Manoel Arlindo Zaroni Torres**
Diretor de Comercialização e Negócios:	**José Luiz Jansson Laydner**
Diretor de Implantação de Projetos:	**Miroel Makiolke Wolowski**
Diretor de Produção de Energia:	**José Carlos Cauduro Minuzzo**
Diretor de Planejamento e Controle:	**Marco Antonio Amaral Sureck**
Diretor Administrativo:	**Luciano Flávio Andriani**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Empresa Tractebel Energia S.A., Newton de Lima Azevedo Junior, Paulo de Resende Salgado e Manoel Eduardo Lima Lopes, abaixo assinados, após examinarem o Relatório Anual da Administração, incluindo as Demonstrações Contábeis e o Relatório da Administração relativos ao exercício de 2008, e com base no parecer dos Auditores Independentes Deloitte Touche Tohmatsu emitido em 09/03/09, declaram que o Relatório Anual da Administração representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tractebel Energia S.A. em 31 de dezembro de 2008, estando em condições de ser apreciado pela Assembléia Geral de Acionistas da Companhia.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2009.

Newton de Lima Azevedo Junior
Conselheiro Presidente

Manoel Eduardo Lima Lopes — Conselheiro
Paulo de Resende Salgado — Conselheiro

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcelo Cardoso Malta
Gerente do Departamento de Contabilidade – Contador – CRC RJ 072259/O-5 T-SC

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da
Tractebel Energia S.A.
Florianópolis – SC

1. Examinamos o balanço patrimonial (controladora e consolidado) da Tractebel Energia S.A. ("Companhia" ou "Controladora") e controladas, em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido (controladora), dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondente ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tractebel Energia S.A. (individual e consolidado) em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora), os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Anteriormente, auditamos as demonstrações financeiras (controladora e consolidado) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos desse exercício, além das informações suplementares compreendendo as demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado, sobre as quais emitimos parecer sem ressalva, datado de 1º de fevereiro de 2008. Conforme mencionado na nota explicativa 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2009.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" SC
Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4 "S" SC

Deloitte.

[17396]-tractebel_energia_legal_bal_Anual_31-12-08_DOESC_Quadros_notas.indd 24 24/3/2009 13:30:32